UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

GUSTAVO VELLOSO

OCIOSOS E SEDICIONÁRIOS
Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga
(século XVII)

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

OCIOSOS E SEDICIONÁRIOS
Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga
(século XVII)

Gustavo Velloso

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

VELLOSO, Gustavo.
V441o. Ociosos e Sedicionários: populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII) / Gustavo Velloso; orientador: Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron – São Paulo, 2016.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Departamento de História (DH). Área de concentração: História Social.

1. Tempos do trabalho; 2. Escravidão indígena; 3. São Paulo colonial. I. Zeron, Carlos Alberto de Moura Ribeiro, orient. II. Título.

Nome: Gustavo Velloso

Título: “Ociosos e Sedicionários: populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 27/09/2016

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso Instituição: UFBA

Julgamento: Aprovado Assinatura: _____

Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta Instituição: FFLCH-USP

Julgamento: Aprovado Assinatura: _____

Prof. Dr. Carlos Zeron (presidente) Instituição: FFLCH-USP

Julgamento: Aprovado Assinatura: _____

*A todos que trabalham para transformar o controle do tempo social
em controle social do tempo*

Sítio Santo Antônio, localizado no município de São Roque (SP). Adquirida e doada por Mário de Andrade ao Iphan em 1947, a propriedade foi restaurada entre as décadas de 1940 e 1960, com base nas características arquitetônicas originais. A capela (à direita) foi levantada em 1681, mas a morada (à esquerda) é construção anterior, provavelmente datada de meados do século XVII. Ambas pertenceram a Fernão Paes de Barros, irmão e herdeiro de Antônio Pedroso de Barros, um dos maiores proprietários de terras e escravos indígenas daquele século e que fora trucidado em 1652 por uma rebelião dos índios Guarani e Guayaná de sua fazenda. Fotografia e edição de Gustavo Velloso, novembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a todas as pessoas que comentaram ou contribuíram com leituras, críticas e sugestões, desde o projeto inicial até partes e a versão acabada do texto, entre os quais destaco: Ailton Teodoro, Bia Nowicki, Camila Dias, Cauê Tanan, Daniel Friedmann, Felipe Alfonso, Fellipe Cotrim, Fernando Reyes, Francisco de Andrade, Henrique Ré, Jônatas Pantoja, Karina Fernandes, Laurent Saes, Lucas Lara, Luma Prado, Maurício Parisi, Paulo Mota e Victor Pastore. Outros serão devidamente lembrados por meio de notas relacionadas ao aspecto preciso de sua ajuda.

Muito devo ao orientador e amigo Carlos Zeron, pelo interesse vivo demonstrado no acompanhamento da pesquisa e pela generosidade extrema nas discussões e no compartilhamento de materiais.

Agradeço também aos trabalhadores de todos os estabelecimentos de pesquisa que visitei, pela atenção e solicitude, e aos vários especialistas com quem obtive contato na procura de materiais e referências. Aos professores Silvia Hunold Lara, Paulo Garcez Marins, Maria Hilda Baqueiro Paraíso e João Paulo Garrido Pimenta pelos seus posicionamentos diante da pesquisa. Também sou grato à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento concedido entre janeiro de 2014 e dezembro de 2016, necessário para a dedicação plena ao estudo durante esse intervalo.

A contribuição mais especial me veio de Raquel Elisa Cartoce: companheira, amada, amante, amiga. Os seus belos desenhos e as suas leituras ponderadas tornaram esse texto melhor e mais interessante. Se em alguns momentos minha cabeça não lhe pôde oferecer a exclusividade merecida, fazendo-a disputar espaço com o trabalho de pesquisa, o meu peito tem sido sempre da sua inteira posse, por direito e por vontade.

Minha maior dívida é para com Silvia Regina Monaco e Rubens Velloso Júnior, pelo carinho e apoio incondicional às minhas escolhas, além de suas inestimáveis contribuições à minha formação. Como disse o outro, “primeiro comer, depois a moral”: não tivesse tido eu o privilégio de saborear as pizzas caseiras feitas pela dona Silvia nas noites de sábado e a conhecida feijoada do Binho em datas comemorativas, a construção deste trabalho não teria tido o mesmo sabor. Também são eles os maiores responsáveis pela minha curiosidade ativa sobre as coisas do mundo, pois a vida sem luxos nem carências que me deram levou-me a enxergar a realidade da forma como a vejo hoje. Ao ingressar na universidade, recebi deles os volumes completos de *O Capital*, obra cuja leitura é trabalho e influência permanentes. E a Isadora, finalmente, pelo riso e cumplicidade.

RESUMO

O presente trabalho contém uma leitura do processo de incorporação colonial das populações indígenas assentadas no sul do continente americano durante o século XVII, a partir de seu envolvimento forçado em padrões temporais de trabalho estranhos àqueles a que estavam, até então, habituados. A análise tem como foco geográfico a área planaltina de São Paulo, onde na época foram instalados sítios e fazendas agrícolas cuja produção comercial empregou centenas de nativos. Argumenta-se que os variados grupos indígenas situados então naquelas partes, a despeito da sua diversidade, compartilhavam análogos padrões de assentamento e expectativas relacionadas ao trabalho produtivo. Progressivamente, tais expectativas foram sendo inviabilizadas pela subsunção forçada daqueles grupos a uma estrutura complexa de produção de excedentes de cujos controle, sentido e ritmos de trabalho eles se encontravam, grosso modo, alienados. Tentativas de restabelecimento da situação anterior originaram reações violentas, bem como fugas individuais e coletivas, *práxis* de um momento crucial da história colonial paulista.

Palavras-chave: Tempos do trabalho – Escravidão indígena – São Paulo colonial.

ABSTRACT

This work contains a reading of the process of colonial incorporation of the indigenous people resident in the south of the American continent during the seventeenth century, initiate with his forced involvement in new temporal patterns of work, strange in comparison to those who were accustomed before. The analysis has a geographical focus in the up-area of São Paulo, where at the time were installed sites and farms whose commercial production employed hundreds of natives. We argue that the large number of those indigenous groups, despite their diversity, shared a similar pattern of settlement and expectations related to productive labour. Increasingly, these expectations were unviable by the incorporation of those Indians in a complex structure of production of surplus whose control, direction and rhythms of work they were in general alienated. Restoration attempts of their previous situation had originated violent reactions and individual or collective leaks, a *práxis* in a crucial moment of São Paulo colonial history.

Keywords: Labour times – Indian slavery – colonial São Paulo.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABN	Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
ACSP	Atas da Câmara da Vila de São Paulo
AESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
AHMSP	Arquivo Histórico Municipal de São Paulo
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AIEB	Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros
AN	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
ARSI	Archivum Romanum Societatis Iesu
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
BN	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
CDT	Cartas de Datas de Terra
DCSP	Departamento de Cultura do Município de São Paulo
DH	Documentos Históricos
DHA	Documentos para a História do Açúcar
DI	Documentos Interessantes para a História e Costumes de SP
IT	Inventários e Testamentos
RGSP	Registro Geral da Câmara da Vila de São Paulo
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHGSP	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Observações:

- As passagens documentais reproduzidas ao longo do trabalho foram transcritas com grafias atualizadas (incluindo nomes próprios) e abreviaturas já desdobradas, com o objetivo de facilitar sua leitura e compreensão, exceto onde a grafia ou a abreviação antiga constituem elas próprias evidências a serem problematizadas.
- Os termos e nomes indígenas foram escritos com base na *Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais* (1953)¹: sem itálico; sem flexão de número e gênero; iniciais maiúsculas ao se referir a nomes (de pessoas ou grupos) e minúsculas ao se referir a características culturais e linguísticas.
- As citações de textos estrangeiros foram traduzidas para a língua portuguesa e são acompanhadas, em notas de rodapé, pela reprodução dos trechos citados na língua original, igualmente atualizados.

¹ Publicada na *Revista de Antropologia*, v. 2, n. 2. São Paulo, 1954, p. 150-152.

PADRÕES DE MEDIDA²

Comprimento: 1 légua = 3.000 braças = de 5.000 a 6.000 metros.

1 braça (ou braça craveira) = c. 2,20 metros.

Área: 1 légua de sesmaria = 9.000.000 braças quadradas.

1 alqueire (em São Paulo) = 5.000 braças quadradas.

1 braça quadrada = 4,84 metros quadrados

1 quartel = $\frac{1}{4}$ de alqueire.

Volume e peso: 1 alqueire (para secos) = c. 13 litros.

1 arroba = 32 arráteis = 14,688 quilogramas.

1 mão = número variável de espigas de milho, conforme o seu tamanho.

1 fanega = 100 quilogramas de cereais.

² Valores extraídos de: ABREU, Daisy Bizzocchi de Lacerda. *A Terra e a Lei*: estudo de comportamentos sócio-econômicos em São Paulo nos séculos XVI e XVII. São Paulo: RK; Secretaria de Estado da Cultura, 1983, p. 84; COSTA, Iraci del Nero da. “Pesos e Medidas no Período Colonial Brasileiro: denominação e relações”. *Boletim de História Demográfica*, v. 1, n. 1. São Paulo: FEA-USP, 1994, p. 3-11; e SILVA, André Mansuy Diniz. “Pesos-Medidas-Moedas”. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (1711). Introdução e Notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007, p. 21.

“Se a ruptura entre a razão e a vontade é um drama doloroso para o indivíduo, na vida de um povo, esta ruptura é uma tragédia.”

(Máximo Gorki, 1923)

“O mais profundo que a interpretação talvez prometa ao espírito é nos assegurar de que aquilo que é, não é o último - ou melhor, que aquilo que é não é apenas o que há para ser.”

(Theodor Adorno, 1965)

“Por esse tempo, e depois, se resolveu o que o futuro haveria de ser, por que vias retorcidas da mão, este presente agora de terra talhada entre os donos do cutelo e consoante o tamanho e o ferro ou gume do cutelo.”

(José Saramago, 1979)

SUMÁRIO

Siglas e abreviaturas	09
Padrões de medida	10
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO 1. Condições e elementos históricos da colonização paulista.....	22
1.1. Tempos do trabalho indígena pré-colonial.....	22
1.2. São Paulo no século XVII, visão geral: uma sociedade agrícola e comercial de médias densidade, sustentada pela força de trabalho indígena.	49
CAPÍTULO 2. A situação da força de trabalho indígena nas variadas esferas de produção: tempo, trabalho e a formação de um serviço regular	85
2.1. Ofícios manuais e mecânicos: a produção manufatureira dos meios de produção agrícola	87
2.2. Ritmos da produção agrícola e do processamento das colheitas.....	115
2.3. “Ora et labora”	163
CAPÍTULO 3. Descortinando tensões: violência e retorno.....	196
3.1. Prisão, repressão e castigo: a prática de uma violência “estrutural”	199
3.2. Rebeliões, assassinatos e destruição de propriedades	207
3.3. Fugas	215
3.4. A sociedade contra o moderno tempo do trabalho?	227
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	239

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando, em 1616, o Juiz dos Órfãos da vila São Paulo de Piratininga, juntamente com seu escrivão e outros oficiais, se deslocou para o campo com o objetivo de inventariar os bens do sitiante Cristóvão de Aguiar Girão, por ocasião de sua morte, localizou um objeto nada usual naquela afastada paragem americana. O falecido, descendente de uma tradicional família de origem hispânica, não possuía bens muito destoantes de qualquer pequeno ou médio proprietário do planalto paulista, em cuja produção agrícola naquele tempo (isto é, na segunda década do século XVII) predominava ainda a orientação para a subsistência da capitania de São Vicente, por mais que já houvesse relações comerciais estabelecidas com outras partes, como o litoral santista e a região do Rio da Prata. A quase totalidade dos haveres de Girão consistia em um sítio com casa de taipa, um cavalo, três porcos, uma roça e um pouco de milho e mandioca colhidos, bens que eram corriqueiros até para os moradores de mais baixo cabedal. Ao contrário, os 56 indígenas de que dispunha, incluindo Karijó e Tememinó, compunham quantidade ainda incomum, mas que se tornaria bastante frequente nas décadas seguintes³.

O objeto insólito era um “relógio de marfim de agulhão”. Sabendo que, pelo menos até meados do século XVIII, a aparição dos relógios na própria Europa esteve limitada aos principais centros comerciais, relacionados aos padrões temporais da nova vida mercantil e das modernas corporações de ofício⁴, surpreende vê-lo alcançar uma região colonial ainda pouco mercantilizada (e ainda menos monetarizada), cuja relevância para as próprias metrópoles ibéricas (unidas desde 1580 sob a mesma dinastia) era de teor basicamente estratégico. Apesar de se tratar de uma aparição única entre os tesouros da época, não despertou absolutamente nenhum interesse social, a começar pelos levantadores que lhe atribuíram baixíssimo valor. Seu preço, avaliado em \$160 (cento e sessenta réis), igualava-se ao de um objeto rudimentar

³ “Inventário e testamento de Cristóvão Aguiar Girão” (1616). AESP, IT, v. 4, p. 207-213. O proprietário também possuía um outro sítio “donde chamam o Forte” e um em “Quitaúna”, ambos no termo (ou seja, sob a jurisdição) da vila de São Paulo.

⁴ Cf. CIPOLLA, Carlo. *As Máquinas do Tempo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992, p. 32-36; LE GOFF, Jacques. “Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador”. In: LE GOFF, Jacques. *Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florêncio e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 58-82 (publicado originalmente em: LE GOFF, Jacques. “Au Moyen Age: temps de l’Église et temps du marchand”. *Annales ESC*, 15^e année, n. 3. Paris, 1960, p. 417-433); e THOMPSON, Edward Palmer. “Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial”. In: THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304 (publicado originalmente em: THOMPSON, Edward Palmer. “Time, Work-Discipline, and Industrial Capitalism”. *Past & Present*, n.38. Oxford, 1967, p. 56-97).

qualquer, era inferior ao de uma peça da mais trivial vestimenta, equivalia à centésima parte do preço dado por Francisco, um dos escravos “de nação Tememinó” pertencentes a Girão.

Enganoso seria supor que a especificação do material de que o relógio era feito, o marfim, devesse sugerir alguma espécie de atração material e/ou valor de prestígio (ou mesmo qualquer interesse por sua excentricidade) para quem o tivesse. Pois tampouco na parte documental que concerne à partilha dos bens do proprietário houve quem se interessasse por aquele instrumento. A explicação não se encontra no fato de faltar moeda circulante no planalto, uma vez que outros bens, que para nós parecem muito menos atrativos que um relógio, como um espelho e uma camisa usada, foram realmente levados a leilão e adquiridos por outros moradores por \$850 e \$500, respectivamente⁵.

É admissível que a posse do relógio guardasse relação, em primeiro lugar, com o comércio estabelecido entre São Paulo e o Paraguai, sendo que também no inventário de bens do mineiro-mor Manoel Pinheiro Zurara (1606) – português preso em Assunção por ter percorrido ilegalmente o caminho que ligava esta cidade a São Paulo – havia um relógio de sol (seria do mesmo tipo o relógio de Girão? Provavelmente sim, ainda que de pequeno porte, dados a referência ao “agulhão” e o peso considerável do marfim) junto a alguns livros, um astrolábio e outros objetos pouco valiosos. Entre os paulistas que quiseram percorrer o mesmo caminho estava, justamente, Cristóvão de Aguiar Girão⁶. Sendo Girão e Zurara europeus, os seus relógios podem ter-lhes sido úteis como instrumentos de navegação quando de suas viagens à América, todavia perdendo essa utilidade e a razão de ser original após a instalação definitiva daqueles homens no Novo Mundo.

Ao que tudo indica, portanto, não houve lugar apropriado para um instrumento técnico de contagem estrita do tempo nos padrões de organização temporal sob os quais vivia a população paulista em 1616, próprios de uma sociedade agrícola e colonial em construção, onde os vínculos mercantis eram ainda restritos e as relações sociais pouco adeptas à ética da justa medida. Embora no planalto paulista, dada a adiantada centralidade do trabalho compulsório, não vigorasse mais uma “economia natural” cujos ritmos se restringiriam exclusivamente ao calendário religioso e às épocas de plantio e colheita dos alimentos, esses condicionamentos rurais estavam muito longe de desaparecer, ou mesmo de serem

⁵ “Inventário e testamento de Cristóvão Aguiar Girão”. Op. cit., pp. 221; 224. Procurou-se localizar, sem êxito, os testamentos e inventários da esposa e dos descendentes de Cristóvão Aguiar Girão, a fim de verificar se houve interesse dos herdeiros pelo referido relógio, se foi vendido, doado, ou se realmente apenas desapareceu, como de fato parece ter ocorrido.

⁶ VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no Império dos Felipes: conexões na América Meridional (1580-1640)*. São Paulo: Intermeios, 2014, pp. 274; 283.

secundarizados. Seja como for, as possibilidades decorrentes do aparecimento e desenvolvimento dos relógios no continente europeu não encontraram a mesma acolhida em São Paulo.

Ora, seria anacrônico imaginar o relógio de Girão, naquele momento histórico específico, sendo utilizado, por exemplo, na marcação dos ritmos de trabalho dos Tememinó plantadores das rústicas roças de milho e mandioca de um arraial paulista. Conforme se verá nos capítulos que compõem este trabalho, os vetores materiais da exploração e da expropriação dos tempos e ritmos de vida e de trabalho dos ameríndios em São Paulo foram outros, a começar pelos sinos dos aldeamentos, as forjas e malhas de ferreiro, os moinhos, o calendário agrícola, a força e o açoite. Mais simples e diretos, mas nem por isso menos violentos e até certo ponto eficazes naquilo que com eles se esperava conseguir da população indígena, isto é, a realização de trabalho produtivo, voltado à reprodução material e física da sociedade colonial, dos seus fundamentos e das suas hierarquias. Ainda que os tempos sociais sejam, de fato, plurais e simultâneos, mediados por diferentes artefatos temporais⁷, a inexistência de um desfecho evidente para a história do relógio de marfim em Piratininga explicita o desajuste daquele objeto com relação à lógica social do meio e da época na qual ele fora encontrado, inviabilizando sua participação no conjunto dos instrumentos temporais orgânicos ao movimento de reprodução daquela sociedade.

O objetivo do presente estudo é descrever e examinar as condições nas quais a relação entre “tempo” e “trabalho”, partindo da maneira como eram concebidos e vivenciados entre os diferentes grupos indígenas às vésperas da colonização paulista, foi transformada *pari passu* com a instalação e a proliferação de sítios e fazendas por todo o planalto de São Paulo, durante o século XVII. Sendo assim, o leitor não encontrará nestas páginas nenhum tipo de abordagem abstrata ou metafísica do tempo, nem problematizações do tempo em si (isto é, deslocado dos sentidos do trabalho humano e sua historicidade) ou mesmo reflexões sobre as concepções filosóficas vigentes no século XVII sobre esse conceito, ainda que alguma menção passageira seja feita a elementos pontuais desse universo. Visa-se, antes de tudo, compreender de que maneira uma determinada experiência com o tempo e os ritmos do trabalho compulsório foi objetivamente incorporada na configuração da produção material e nas relações laboriosas, passando inclusive a basear os fundamentos dos discursos formulados e a *práxis* realizada pelos atores envolvidos com o objetivo de intervir sobre tais realidades, fosse legitimando-as, modificando-as, delas escapando ou a elas reagindo violentamente.

⁷ BIRTH, Kevin. *Objects of Time: how things shape temporality*. New York: Macmillan, 2012, p. 99-119.

Sendo compulsório, como se verá, o tipo de serviço hegemonicamente imposto aos ameríndios em São Paulo colonial adquiriu feições particulares de trabalho “estranhado”, à medida que aos portadores daquela força de trabalho (isto é, aos índios) foi subtraída parte considerável da relação e do controle que antes detiveram sobre os produtos, o sentido, as durações e os ritmos do seu próprio labor⁸. Além disso, nas condições efetivas do processo colonial paulista, ressaltando-se matizes e características particulares que serão explicitadas ao longo dos capítulos que seguem, a população indígena foi ela própria apresentada (embora não o fosse necessariamente de fato) como alheia e/ou estranha a si mesma, sendo os seus indivíduos transformados e reduzidos à condição de objetos, mercadorias pertencentes a outrem, sempre com a garantia dos “usos e costumes da terra”.

Por “tempo do trabalho” compreende-se aqui não somente a duração ou “jornada” habitual do serviço indígena na época, mas também e sobretudo os ritmos, intensidades e a dinâmica temporal particular de cada atividade prevista na operação das unidades produtivas de São Paulo, para cujas finalidades o trabalho dos índios tendeu a ser subsumido. Pois claro está que a condição escrava decorre não somente de uma coisificação do próprio ser e da alienação dos produtos do trabalho deste, mas também de uma verdadeira apropriação sobre as múltiplas dimensões do tempo de vida e de trabalho (as duas coisas tornam-se, afinal, indistintas) do escravo. Tendo em vista as implicações dessa dinâmica para o conjunto das esferas da vida social, do cotidiano à política e à religião, utiliza-se “tempo do trabalho” como

⁸ Os estudiosos da obra de Karl Marx têm aprofundado progressivamente o entendimento da distinção que havia no pensamento do filósofo alemão entre os conceitos de “alienação” (*Entäusserung*) e “estranhamento” (*Entfremdung*) e, consequentemente, entre “trabalho alienado” e “trabalho estranhado”. Jesus Ranieri realizou um balanço da questão e concluiu que a ideia de alienação “está carregada de um conteúdo voltado à noção de atividade, objetivação, exteriorizações históricas do ser humano”, ao passo que o estranhamento “compõe-se dos obstáculos sociais que impedem que a primeira se realize em conformidade com as potencialidades do homem, entraves que fazem com que, dadas as formas históricas de apropriação e organização do trabalho por meio da propriedade privada, a alienação apareça como um elemento concêntrico ao estranhamento”. RANIERI, Jesus. *A Câmara Escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 8-9. Para consultar diretamente a sua fonte, ver: MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 79-90. A opção pelo uso da noção de estranhamento (mais amplo), aqui adotada, explica-se pela razão de o presente estudo tratar de formas historicamente únicas de expropriação (mais que exteriorização) do trabalho humano e suas temporalidades. Os eventuais usos que se faz no texto do adjetivo “alienado” (diferente do conceito substantivado “alienação”) devem ser lidos, assim, como sinônimos de “alheado”. Para uma bela e exhaustiva discussão teórica, ainda na perspectiva marxiana, sobre “tempo”, “trabalho” e “dominação social”, embora apenas enfatize a historicidade dessas categorias sem, no entanto, apresentar de fato uma abordagem histórica do problema, ver: POSTONE, Moishe. *Tempo, Trabalho e Dominação Social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução de Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014. O filósofo italiano Massimiliano Tomba, por sua vez, oferece uma perspectiva mais próxima à dos historiadores ao examinar de forma circunstanciada a problemática do “tempo” na obra de Marx, considerando tanto os escritos políticos de juventude do pensador alemão (marcadamente *O 18 Brumário*) quanto a crítica da economia política exposta nos *Grundrisse* e em *O Capital*. TOMBA, Massimiliano. *Marx's Temporalities*. Traduzido ao inglês por Peter D. Thomas e Sara R. Farris. Boston: Brill, 2013.

categoria histórica total, e, à medida que valemo-nos dela para explicar fenômenos de tensões profundas, – como, por exemplo, as fissuras decorrentes de uma rebelião de escravos indígenas –, espera-se escapar da velha inclinação a se atribuir causas únicas e isoladas aos grandes acontecimentos.

Dado o caráter difuso do tema e das categorias analíticas adotadas, a documentação apropriada para o estudo proposto não poderia deixar de ser marcada por uma certa dispersão. Perscrutamos, à medida do possível, todo o tipo de evidências referentes aos limites cronológicos e geográficos escolhidos (isto é, o planalto paulista do século XVII), em busca de informações diretas ou indiretas sobre as qualidades temporais do trabalho indígena sob o domínio e a hegemonia dos proprietários piratininganos. Trata-se, basicamente, de coleções de documentos publicadas e há muito consagradas pela historiografia como a documentação fundamental para o estudo do passado colonial de São Paulo, embora as possibilidades analíticas que elas ensejam estejam, naturalmente, longe de se esgotar. São elas, em primeiro lugar: os “Inventários e Testamentos”, as “Atas da Câmara da Vila de São Paulo”, o “Registro Geral da Câmara da Vila de São Paulo”, “Sesmarias”, as “Cartas de Datas de Terra”, os “Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo” e os “Documentos Avulsos de Interesse para a História e Costumes de São Paulo”⁹ – em que pese a maior abundância de dados aqui pertinentes na primeira das referidas coleções¹⁰. Também foram

⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Inventários e Testamentos*, 47 vols. (doravante: AESP, IT). São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de Órfãos da Capital, 1920-1999; DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Atas da Câmara da Vila de São Paulo* (doravante: ACSP), vols. 1-7. São Paulo: Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, 1914-1915; ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo* (doravante: RGSP), vols. 1-3; 7 (suplemento). São Paulo: Tipografia Piratininga, 1917-1919; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Sesmarias*, vols. 1-3 bis. São Paulo: Tipografia do Globo, 1921-1940; DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Cartas de Datas de Terra* (doravante: CDT), vols. 1-3. São Paulo: Publicação da Subdivisão de Documentação Histórica, 1937; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* (doravante: DI), vols. 3, 44 e 53. São Paulo: Imprensa Oficial, 1894-1931; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documentos avulsos de interesse para a história e costumes de São Paulo*, 6vols. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo, 1952-1955. Iniciativas concebidas e realizadas com objetivos políticos mais ou menos distantes do interesse científico atual, numa época em que as oligarquias regionais recorriam ao passado em busca de razões históricas para a afirmação de sua classe, tais coleções foram idealizadas e coordenadas por intelectuais como Washington Luís, Afonso de Taunay e José de Alcântara Machado, cujos esforços de organização, transcrição e divulgação da documentação histórica paulista tiveram seus primeiros resultados refletidos nos trabalhos desses mesmos homens. Embora comprometidos politicamente e repletos de preconceitos e valores ideológicos há muito superados, os livros resultantes desse movimento apresentam um rigor empírico inédito na historiografia brasileira, servindo como referência e fonte de informações incontornável ainda nos dias atuais.

¹⁰ No que diz respeito ao intervalo temporal em pauta (1600-1700) existem **568 inventários** (a maior parte acompanhados de testamentos) já publicados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Além destes, há, para o mesmo período, cerca de 2 mil documentos manuscritos que não foram publicados na série. Considerando o enorme cuidado exigido no manuseio dessas fontes (na sua maior parte de difícil leitura e avançado grau de deterioração dos papéis), optou-se por não incluí-los no levantamento geral de informações

consultadas outras compilações (como a série “Documentos Históricos”, as “*Monumenta*” organizadas por Serafim Leite e Jaime Cortesão¹¹) e documentos transcritos e publicados nos periódicos da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo¹². Somam-se ainda as evidências publicadas de forma avulsa, bem como manuscritos individuais pertencentes a bibliotecas e arquivos nacionais que pude visitar e/ou a instituições estrangeiras a cujas cópias, por alguma via, pude ter acesso.

Ainda no âmbito do método e das fontes, procurou-se trabalhar com uma concepção aberta de evidência histórica, incorporando elementos da cultura material e dialogando com informações provenientes de outras disciplinas, tais como a arqueologia e a antropologia. Sem, no entanto, renunciar a uma abordagem essencialmente histórica do objeto, razão pela qual o leitor especialista nesses outros campos talvez note a carência de maior aprofundamento em algumas das informações apresentadas.

Resumidamente, o argumento a que chegamos é o de que os europeus encontraram naquelas partes um número considerável de grupos nativos que, a despeito da sua diversidade, compartilhavam semelhantes padrões de assentamento e expectativas relacionadas ao trabalho produtivo, envolvendo os ideais de “esforço conveniente” (na ausência de mercado e trabalho especializado) e “recomeço” – ambas sintetizadas na narrativa tupi-guarani sobre uma terra onde a obtenção de alimentos prescindiria do trabalho humano: *yvy marane’ ÿ*. Progressivamente, as expectativas daqueles índios foram sendo inviabilizadas pelo estranhamento decorrente de sua incorporação numa complexa estrutura de produção de excedentes de cujos controle, sentido e ritmos de trabalho eles se encontravam, grosso modo,

amostrais deste trabalho; mas alguns deles foram estudados quando necessários para a abordagem de casos e episódios individuais da temática discutida, conforme se verá. Sobre o caráter e os métodos analíticos apropriados para esse tipo de documento, ver: BRUNO, Ernani Silva. “O que revelam os inventários sobre escravos e gente de serviço”. *Revista do Arquivo Municipal*, v. 188. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1976; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitinho. *O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XIX)*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010, p. 198-203. Nas palavras de Nizza da Silva, “É através da análise dos testamentos e inventários dos paulistas que se pode detectar de forma mais concreta a situação dos índios”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “São Vicente, capitania donatarial (1532-1709)”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Edunesp, 2009, p. 57.

¹¹ BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*, 112 vols. (doravante: DH). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1928-2011; LEITE, Serafim (Org.). *Monumenta Brasiliae*, vols. 1 e 3. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956; CORTESÃO, Jaime (Org.). *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura de Rio de Janeiro, 1956; CORTESÃO, Jaime (Org.). *Jesuítas e Bandeirantes no Tape: 1615-1641*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1969; CORTESÃO, Jaime (Org.). *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá: 1549-1640*. Rio de Janeiro: Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, 1951.

¹² *ANais da Biblioteca Nacional*, 129 vols. (doravante: ABN). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-2009; *REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 452 vols. (doravante: RIHGB). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1839-2011; *REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 119 vols. (doravante: RIHGSP). São Paulo: O Instituto, 1894-2013.

alienados. Tentativas de restabelecimento da situação anterior estavam na origem de suas reações violentas, bem como nas fugas individuais e coletivas que realizaram em momentos cruciais da história colonial paulista.

A estrutura do texto acompanha as fases gerais de uma produção agrícola: adubação, semeadura, cultivo, capina e colheita. Com isso, pretende-se refletir parte importante da dimensão temporal do objeto estudado na própria obra que se destina a explicá-lo, favorecendo, assim, melhor apreensão do conteúdo por parte do leitor. Estas considerações iniciais foram pensadas para tornar o campo propício à abordagem dos resultados da pesquisa empírica realizada, “fertilizando-o” com uma breve apresentação do problema, dos seus objetos e das fontes estudadas, aspectos que servem de prelúdio da narrativa adiante exposta.

No primeiro capítulo, a dissertação é “semeada”, de início, com uma apreciação geral daquilo que podem ter sido, em termos concretos, os tempos do trabalho para as populações indígenas anteriores à ocupação colonial do planalto, ao que segue uma abordagem ao mesmo tempo processual e estrutural das plantações que foram instaladas nas terras de Piratininga e proximidades durante o século XVII, suas características internas e a dinâmica do seu desenvolvimento, configurando o que chamaremos de uma sociedade agrícola e comercial de média densidade.

O bom funcionamento do sistema de exploração da força de trabalho foi condicionado, antes de mais nada, pelas características físico-climáticas do território. Em seguida, pelo emprego de técnicas e equipamentos de produção que carregavam consigo padrões de organização e cadência do tempo de trabalho socialmente necessário para que a produção satisfizesse os moradores locais. Além disso, um conjunto de valores e concepções ideológicas a respeito do trabalho e do trabalhador indígena teve de ser construído e “cultivado” pelos setores proprietários, fossem eles leigos ou religiosos. O segundo capítulo, dedicado ao exame combinado dessas duas formas inseparáveis de manifestação humana (material e ideológica), desdobra-se em três tópicos temáticos: em primeiro lugar, estudam-se as relações de produção relacionadas às atividades manufatureiras de São Paulo seiscentista, com especial destaque à produção de ferro, por ter sido esse o ramo básico da elaboração local dos meios de produção agrícola da região. Em segundo, analisam-se de maneira mais detida os ritmos e os sentidos gerais da plantação dos principais gêneros agrícolas encontrados na documentação. Por último, são investigadas as particularidades do tempo do trabalho no interior das instituições e propriedades religiosas do planalto em geral, e de maneira especial o Colégio e os aldeamentos jesuítas. As conclusões sobre a dinâmica temporal do trabalho resultam de descrições

detalhadas (e em alguns momentos prolongadas) da estrutura produtiva à qual a população indígena foi compelida e que acabaria por obstruir alguns dos seus horizontes vitais.

Finalmente, como tema do terceiro e último capítulo, parte-se dos mecanismos diretos de introjeção nos ameríndios de um novo “tempo do trabalho” para se chegar às reações manifestadas por eles contra esse processo. Coerção e castigo seriam, pois, na perspectiva dos proprietários, parte indispensável dos sucessivos esforços para “capinar” os elementos “daninhos” da sua produção. Esse trato não poderia deixar de despertar a eclosão de sérios conflitos, particularmente sob um contexto de grandes fugas e rebeliões indígenas.

Da inter-relação entre os três momentos do argumento proposto (em termos gerais: as “condições históricas da colonização paulista”, a “situação da força de trabalho indígena nas variadas esferas de produção” e as “tensões” sociais decorrentes da incompatibilidade entre os tempos do trabalho anteriores e posteriores ao início da colonização efetiva), “frutificam” as conclusões interpretativas da investigação, “colhidas” e “trabalhadas” metodologicamente no espaço de nossas considerações finais, onde a ruptura e a expropriação dos tempos do trabalho indígena em São Paulo surgem como uma forma particular de acumulação primitiva, fenômeno característico da modernidade capitalista que global e estruturalmente se formava.

Encerrando este espaço de considerações iniciais, cumpre uma pequena nota sobre o título do trabalho. Sabe-se que tanto a imagem do índio “preguiçoso” quanto a do índio “insubordinado” são recorrentes desde o século inaugural da estadia do europeu no continente americano, embora a primeira delas tenha passado quase despercebida numa obra dedicada especificamente ao assunto¹³. Teremos mais de uma oportunidade para ilustrar a aparição de tais estereótipos nas fontes documentais estudadas, ao longo do texto. Porém, o que raramente se coloca é a complementaridade essencial que parece haver entre ambas, pois é na incompatibilidade entre os novos padrões temporais do trabalho indígena e os hábitos anteriores dos nativos que encontramos o que seria talvez o principal elemento explicativo das fugas e revoltas do período. A correlação entre elas encontra-se patente numa determinada passagem documental (que pelo seu valor conclusivo optou-se por abordá-la apenas no fechamento da dissertação) cujo escrevente involuntariamente associou os qualificativos “ociosos” e “sediciosos” entre si. A opção pelo neologismo “sedicionários”, todavia, pretende enfatizar a dimensão efetivamente social dos levantamentos indígenas¹⁴, recusando a ideia de que foram

¹³ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

¹⁴ O dicionário de Houaiss atribui ao sufixo “-ário”, dentre outras, a conexidade semântica com noções como ajuntamento, coletividade e “injunção”, tendo o último termo como uma de suas definições a “influência

“sediciosos” graças a características temperamentais de uma natureza arredia, ou então de um espírito imanente para a resistência. Como seres sociais, os ameríndios fizeram-se “sedicionários” sob circunstâncias históricas determinadas, representativas de uma verdadeira *práxis*.

coercitiva de leis, regras, **costumes ou circunstâncias**” (grifo meu). Cf. “Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 3.0”.

CAPÍTULO 1

CONDIÇÕES E ELEMENTOS HISTÓRICOS DA COLONIZAÇÃO PAULISTA

1.1. Tempos do trabalho indígena pré-colonial¹⁵

Os mapas produzidos por diferentes autores convergem na constatação de que o sudeste da América portuguesa, onde paulistas e missionários estiveram nos séculos XVI e XVII – incluindo partes das atuais regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil – era antes habitado destacadamente por grupos indígenas pertencentes à família linguística Tupi-Guarani e ao assim chamado tronco macro-Jê¹⁶. Tudo leva a crer que grupos falantes de outras línguas, como os Guaikuru e os Paiaguá da região do alto Paraguai, bem como os Puri do Vale do Paraíba (que posteriormente migraram para a Serra da Mantiqueira), sobreviveram à conquista e ao cativeiro, seja por meio da fuga, seja pelo impedimento bélico da entrada dos adventícios nos territórios que ocupavam¹⁷. Isso não obscurece o fato de que, durante o século XVII, um reduzido número de indivíduos Puri foi submetido à escravidão por plantadores de Taubaté¹⁸. Além disso, os Kaiapó (falantes do Jê que também foram nomeados como “bilreiros” e Ibirajara) se localizavam a oeste do sertão paulista e desde cedo se mostraram, assim como os

¹⁵ Utiliza-se a expressão “pré-colonial” sob o risco de despertar no leitor a impressão de que se compartilha aqui uma visão teleológica sobre a história das sociedades indígenas, o que não é verdade. Faz-se isso apenas considerando que o objeto central do presente estudo consiste na incorporação das populações nativas no interior de uma sociedade colonial sob o viés do trabalho, durante o século XVII, para o que entender a lógica social dos esforços produtivos anteriores à colonização seria uma condição prévia, um primeiro passo. Por outro lado, o fato de que a documentação escrita existente e utilizada para se analisar a dita lógica foi, ela mesma, produzida nos quadros da América portuguesa e não antes disso, ajuda a justificar o uso da expressão, desde que não seja obscurecido o fato de que a história indígena anterior a 1500 pode e deve ser pensada com base em si mesma, sem a transposição a ela do referencial colonizador. Da mesma forma, evita-se reproduzir o paradigma nacional contido na expressão “período colonial”.

¹⁶ O mais conhecido e provavelmente ainda o mais completo deles é o mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú (1944). NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Outros, muito mais sumários, constam reproduzidos em: HEMMING, John. “Os Índios do Brasil em 1500”. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*, v. 1 (“A América Latina Colonial”). 2. ed. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp; Brasília: FUNAG, 2012, p. 103; FAUSTO, Carlos. *Os Índios antes do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Zahar, 2010, p. 12; e ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 30. Ilustrando especificamente a região do planalto paulista durante os dois primeiros séculos coloniais, ver: MONTEIRO, John Manuel. “Vida e morte do índio: São Paulo colonial”. In: VÁRIOS AUTORES. *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu, 1984, p. 23 (também publicado em: DANAGA, Amanda Cristina; PEGGION, Edmundo Antonio (Orgs.). *Povos Indígenas em São Paulo: novos olhares*. São Carlos: Edufscar, 2016, p. 29-48). O mapa reproduzido adiante sintetiza as informações presentes nos citados referenciais.

¹⁷ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 76, 81 e 91.

¹⁸ MONTEIRO, John Manuel. “Vida e morte do índio”. Op. cit., p. 25.

Aimoré para os colonizadores do sertão baiano¹⁹, avessos e irredutíveis aos portugueses do planalto.

Entre os falantes das línguas derivadas do Tupi-Guarani, ocupantes da costa atlântica entre a baixada santista e o Rio de Janeiro, além de trechos do planalto de Piratininga e do Vale do Paraíba, encontravam-se os Karijó (ou Guarani), Tupinikim, Tupinambá²⁰, Caatinga, Araxá, Goyaz²¹ e Tememinó (também conhecidos como Itatim, Maracajá ou Margaiá). A respeito dos nativos de tronco linguístico macro-Jê, descritos sem detalhamento na documentação e muito menos recorrentes, podemos destacar, além dos já citados Kaiapó e Aimoré, os Gualacho (Kaingang), Karajá (ou Karajaúna), Guarulhos (ou Maromomi²²) e os tradicionalmente “polêmicos” Guayaná²³, que talvez fossem os mesmos Maromomi²⁴.

¹⁹ A escravização dos Aimoré “e outros semelhantes” foi assegurada por Dom Sebastião através da lei de 1570 “sobre a liberdade dos gentios”, pois nela se considerou o cativo daquele grupo como caso de guerra justa. Cf. “Lei de 20 de março de 1570 sobre a liberdade dos gentios”. Transcrita e publicada em: *Documentos para a História do Açúcar* (doravante: DHA), v. 1 (“Legislação (1534-1596)”). Rio de Janeiro: Serviço Especial de Documentação Histórica; Instituto do Açúcar e do Alcool, 1954, p. 225-226. Na verdade, a denominação “Aimoré” por essa época aparecia como termo genérico que incluía os grupos Gren, Pataxó, Maxakali, Kamakan, Mongió e Menian. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Revolta Indígena no Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus: o Atlântico Açucareiro e o trabalho indígena (1602)”. *Cadernos de História*, v. 16, n. 24. Belo Horizonte, 2015, p. 108 (nota 3). Da mesma forma, argumenta Marcel Mano que o termo “Kayapó” não seria mais que uma “designação genérica”, um apelativo “aplicado a uma série de grupos ou subgrupos que não compartilhavam características Tupi ou Guarani”. MANO, Marcel. “Os Guayaná e a história dos índios no interior paulista: Tupi ou Tapuia?”. In: DANAGA, Amanda Cristina; PEGGION, Edmundo Antonio (Orgs.). *Povos Indígenas em São Paulo: novos olhares*. São Carlos: Ufscar, 2016, p. 59.

²⁰ Os Tupinambá foram, por vezes, também chamados de “pés-largos” e Tamoio, denominações que, como Tupinaé, poderiam se referir a certos subgrupos deles. É admissível que fossem aqueles os mesmos nomeados pelos colonizadores como Biobeba e “pés-chatos”. A nomenclatura Tupinambá pode, ademais, designar genericamente o conjunto de grupos falantes do Tupi que não fossem Guarani (incluindo por vezes os Tememinó, Tupinikim, Goyaz etc.). Infelizmente, não se possui informações precisas e individuais sobre cada um desses grupos à época da conquista, já que, como se verá adiante, as referências existentes se referem basicamente aos Guarani e aos Tupinambá.

²¹ Não há acordo historiográfico sobre se os Goyaz poderiam ser classificados como falantes do Tupi e do Guarani ou, pelo contrário, de línguas pertencentes ao tronco macro-Jê (cf. nota 22, abaixo).

²² Benedito Prezlia propôs, com base em uma comparação de traços culturais e linguísticos, que os Maromomi aparentavam-se de grupos falantes do idioma Puri. PREZLIA, Benedito. *Os indígenas do planalto paulista*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2010, p. 11-12.

²³ Embora não haja consenso em torno da questão, o mais provável é que os Goyaz e os Guayaná formassem grupos diferentes durante os séculos XVI e XVII, sendo os primeiros falantes de uma língua Tupi e habitantes da região que hoje pertence ao estado de Goiás; e os segundos falantes do Jê e ocupantes do próprio planalto paulista, além de área atualmente pertencente a Minas Gerais. QUINTELA, Antón Corbacho. “O Topônimo ‘Goyaz’”. *Signótica*, n. 15. Goiânia, 2003, p. 153-172; MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência. Campinas: Unicamp, 2001, p. 182. No sentido contrário, Prezlia argumentou que o topônimo Guayaná não corresponde a uma etnia particular, mas que era utilizado nos séculos XVI e XVII para designar “índios rudes e selvagens, que vivem nas matas e montanhas”. PREZLIA, Benedito. *Os indígenas do planalto paulista*. Op. cit., p. 179-221.

²⁴ Esse esboço da configuração étnica do planalto paulista às vésperas da conquista não deve servir como esquema fixo, “puro” absolutamente fiel ao que deve ter sido efetivamente a realidade naquele momento, pois advém da combinação de diferentes testemunhos europeus posteriores e, assim, reflete, de um lado, a incompreensão dos mesmos sobre a complexidade e a diversidade das formações sociais ameríndias contatadas e, de outro, as próprias condições nas quais se deram os primeiros contatos entre os seres humanos dos dois continentes. Não obstante essas fragilidades, o quadro serve-nos como parâmetro aproximativo das fronteiras sociais que, embora forjadas artificialmente, pautaram de fato e concretamente o relacionamento entre os grupos indígenas

MAPA 1: “População indígena no sudeste do continente sul-americano (século XVI)”. Localização aproximada. Elaborado por Gustavo Velloso com base na carta de Curt Nimuendaju e no cotejo desta com outros mapas e informações presentes na literatura histórica recente.

No que diz respeito à presença, ausência e dimensão das formas de cultivo alimentar, a diversidade apresentada pelos grupos ameríndios era enorme. E numerosos eram os fatores que contribuíam para o aprofundamento de sua variedade: diferentes contextos de interação ecológica, disponibilidade de caça e frutos silvestres, modos de concepção mágico-simbólica sobre os produtos alimentares, densidade demográfica de cada grupo, maior ou menor fertilidade dos solos ocupados, costumes e tradições culturais diferenciadas. Mas a historiografia não encontrou detalhamento satisfatório sobre a questão até o momento, contrastando com os consideráveis avanços da pesquisa arqueológica nas últimas duas décadas. Sendo assim, ainda que levemos em conta alguns resultados dessa outra disciplina, por si mesmos bastante significativos, não ousamos escapar aqui de uma escala de observação mais ou menos distanciada, capaz de entrever uma unidade básica e relativa em meio à pluralidade das organizações produtivas particulares de cada formação. Com essa configuração essencial e suas dinâmicas, a colonização e suas temporalidades de trabalho estabeleceram uma quase

e de cada um deles com os colonos ao longo da época colonial, sendo esse o foco de interesse do presente trabalho. Sobre a dicotomia “Tupi-Tapuia”, que grosso modo polarizou durante os séculos XVI e XVII os falantes da família Tupi-Guarani e os do tronco macro-Jê, ver: MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Op. cit., pp. 12-35; 53-78.

completa ruptura. Ao mesmo tempo, a devida contextualização dos elementos empíricos e a crítica documental possibilitam superar a imagem homogeneizadora que a categoria “índio” – forjada como “construção especificamente colonial que não tem nenhum sentido sem o olhar e as relações de poder colonizadoras [...] ao mesmo tempo unifica e reduz todas as diversidades locais a um único rótulo”²⁵ – estabelece e reproduz²⁶.

Durante a fase dos primeiros contatos, os adventícios não puderam atentar para qualquer indício significativo de produção alimentar existente entre os ameríndios, atraindo-se antes pelas dessemelhanças que pelos pontos de convergência entre seus próprios costumes e os daqueles de quem acabavam de tomar conhecimento. Aos seus olhos, os povos indígenas se caracterizavam pela ausência absoluta de qualquer gênero de cultivo da terra para a obtenção de víveres. O escrivão da projetada feitoria indiana para a qual navegava Pedro Álvares Cabral em 1500, Pero Vaz de Caminha, registrou que os primeiros índios por eles vistos (possivelmente Tupinambá, embora não se possa afirmar com segurança):

[...] não lavram nem criam; nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha; nem nenhuma outra alimária que costumada seja ao viver dos homens; nem comem senão desse inhame que aqui há muito; e dessas sementes e frutos que a terra e a árvores de si lançam²⁷.

Trinta anos depois, o navegador Pero Lopes de Sousa – irmão de Martim Afonso e primo de Tomé de Sousa – escrevia no seu “Diário de Navegação” que os nativos que encontrou a sul de São Vicente (provavelmente Guarani): “Não comem outra cousa senão carne e pescado: são mui tristes; o mais do tempo choram”²⁸. Nesses termos, aquele pitoresco regime alimentar não apenas distinguir-se-ia do costume português, como seria inclusive responsável pela ausência de felicidade entre os nativos, tese que seguramente abria portas para a interferência do europeu sobre o destino daquelas populações.

²⁵ ESTENSORO, Juan Carlos. “O Símio de Deus”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 182.

²⁶ Feita a ressalva, opta-se por não abrir mão da referida categoria (“índio”) no presente estudo, ora devido à ausência de informações precisas sobre a etnia particular de que se trata em alguns casos discutidos; ora por se tratar de todas elas, a uma só vez; ora, finalmente, como demonstração do discurso e da postura adotados pelos agentes do regime colonial diante das populações indígenas conquistadas.

²⁷ CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta para El-Rei*. Transcrição de José Augusto Vaz Valente. São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série História, v. 3, 1975, p. 179.

²⁸ SOUSA, Pero Lopes de. *Diário de Navegação*. Introdução de J. P. Leite Cordeiro e notas de Eugênio de Castro. São Paulo: Obelisco, 1964, p. 67.

Todavia, conforme o estabelecimento dos estrangeiros na América avançava, o conhecimento sobre os nativos se aprofundava e os indícios e evidências de culturas sedentárias (ou ao menos dotadas de características compatíveis com algum grau de sedentarismo) passaram a ser assinalados com maior frequência, sem que por isso deixassem de ser pensadas em contraposição aos já conhecidos padrões europeus de assentamento. Além disso, as maiores ou menores facilidades de contato e aliança para com uns e outros grupos indígenas, verificadas tanto por seculares quanto por religiosos europeus quinhentistas, permitiam categorizá-los de acordo com critérios variados, dentre os quais estava a existência ou não de algo comparável ao que então compreendiam como produção agrícola.

Em 1549, o padre jesuíta Manuel da Nóbrega escreveu ao mestre Simão Rodrigues sobre os Guarani encontrados “além de S. Vicente”: “todos dizem que é o melhor gentio desta costa, e mais aparelhado para se fazer fruto”²⁹. Quando comparamos esse trecho com o de uma carta do mesmo Nóbrega escrita três anos depois, também ao mesmo destinatário, percebe-se o quão considerável foi a transformação por que passou a sua caracterização dos Karijó após os primeiros momentos de contato. Nessa ocasião, isto é, em 1552, o seu olhar sobre as potencialidades econômicas dos mesmos Guarani havia se desenvolvido de tal maneira que ele justificou a necessidade de se trazer mulheres indígenas para o seu Colégio com o argumento de que da divisão do trabalho por gênero, tradicional entre aqueles grupos, resultava que “as fêmeas fazem a farinha, e todo o principal serviço e trabalho é delas; os machos somente roçam, e pescam e caçam, e pouco mais”³⁰. Sua fala exterioriza a possibilidade já então apresentada de se instrumentalizar elementos organizativos das próprias sociedades indígenas para o desenvolvimento e a reprodução da organização colonial.

²⁹ “CARTA do padre Manuel da Nóbrega ao padre Simão Rodrigues” (1549). Publicada em: LEITE, Serafim (Org.). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)*, v. 1. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 122.

³⁰ “CARTA ao Padre Mestre Simão” (1552). Publicado em: NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, p. 139. “Roçar”, nesse caso, deve ser entendido como a ação de abertura de campos florestais pelos homens pela derrubada e queima de árvores para posterior semeadura nas clareiras pelas mulheres. A mesma divisão de tarefas entre os Tupinambá registrou André Thevet, nos seguintes termos: “Todo o processo de colheita e preparo das raízes é deixado às mulheres, pois os homens consideram tal ocupação indigna deles”. THEVET, André. *As singularidades da França Antártica* (1557). Tradução de Eugenio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, p. 193. Ainda sobre os Tupinambá, a divisão de tarefas e o seu “modo de granjearia”, ver: SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Comentários de Francisco Adolfo de Varnhagen. São Paulo: Editora Nacional, 1987, p. 311. Considera-se tradicionalmente típicas da organização social de uma aldeia tupi a separação entre atribuições masculinas e femininas. HEMMING, John. “Índios no Brasil em 1500”. Op. cit., p. 107. Sobre a mesma prática entre os Guarani do rio da Prata, ver: GARAVAGLIA, Juan Carlos. “Invaded Societies: La Plata Basin (1535-1650)”. In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart (Ed.). *The Cambridge History of the Native People of the Americas*, v. 3, part 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 4-5.

Após ter convivido durante meses com os Tupinambá na condição de prisioneiro, o viajante alemão Hans Staden pôde descrever, em 1557, o processo de plantação do principal produto de subsistência daquele grupo: a mandioca. Com o auxílio de seus rústicos machados³¹, reduziam as árvores das áreas escolhidas a pedaços de troncos cortados, os quais permaneciam secando por cerca de três meses, e lançavam fogo sobre o terreno para somente depois plantarem nele as suas raízes³². Deriva desse método uma primeira condicionante temporal, relacionada à fase de secagem dos troncos derrubados para sua posterior queimada. Caso se aceite para tal a duração aproximada de três meses, divulgada por Staden, seria este o intervalo de tempo necessário a separar, respectivamente, o corte da mata e a colheita da mandioca, respectivamente a primeira e a última “etapas” da produção da mandioca. A mesma técnica também era praticada pelos Guarani³³.

³¹ “[...] uma espécie de pedra azulada, a que davam a forma de uma cunha, cuja parte mais larga é mal cortante, com mais ou menos um palmo de comprimento, dois dedos de grossura e a largura de uma mão. Umas são maiores, outras menores”. STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil* (1557). Revisão e anotações de Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1930, p. 140. Alfred Métraux chamou atenção para a diversidade dos tipos de machado tupi e guarani encontrados pelos arqueólogos em cada região brasileira, até 1928: “Machados simples neolíticos foram descobertos nos estados da Bahia, de São Paulo, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. [...] Na costa, o machado-de-âncora só é assinalado nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. [...] O machado de corte semicircular, tão típico do Brasil, é frequente nas regiões antes habitadas pelos Tupi-Guarani; RIVET o menciona no território dos Mauhé, nos estados de Pernambuco, Maranhão, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”. MÉTRAUX, Alfred. *A civilização material das tribos Tupi-Guarani*. Campo Grande: Gráfica Editora Alvorada, 2012, p. 151-153.

³² STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Op. cit., p. 141. Claude d’Abbeville notou, no início do século XVII, a prática da mesma técnica (melhor conhecida como “coivara”) entre os Tupinambá maranhenses. ABBEVILLE, Claude d’. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças* (1614). Tradução e anotações de César Augusto Marques. São Paulo: Siciliano, 2002, pp. 267; 271.

³³ “Like the *Tupinamba*, the *Guaraní* supplemented their diet with all kinds of wild fruits, and with game and fish. § Farming – The whole community, among both ancient and modern *Guaraní*, cooperated in clearing a large field by the slash-and-burn method in a thick forest and then subdivided it into family plots. [...] The main agricultural tool was the digging stick. After five or six years of cultivation fields were considered exhausted and were abandoned”; “The *Tupinamba* cleared farm land in the forest near their villages, felling the trees with stone axes and burning them a few months later. The ashes served as fertilizer”. (“Como os *Tupinambá*, os *Guarani* suplementavam sua dieta com todo o tipo de frutos silvestres, além de caças e peixes. § Agricultura: Toda a comunidade, tanto entre os antigos quanto entre os modernos *Guarani*, cooperava na abertura de um vasto campo através do método de corte e queimada de uma floresta densa e então o subdividiavam em lotes familiares. [...] A principal ferramenta agrícola era a vara de cavar. Após cinco ou seis anos de cultivo do terreno, estes eram considerados gastos e eram abandonados.”; “Os *Tupinambá* abriam terras agrícolas na floresta próxima às suas aldeias, derrubavam as árvores com machados de pedra e as queimavam alguns meses depois. As cinzas serviam como adubo”). MÉTRAUX, Alfred. “The Guarani” e “The Tupinambá”. In: STEWARD, Julian H. *Handbook of South American Indians*, v. 3. New York: Cooper Square Publishers, 1963, pp. 80; 99. José Catafesto de Souza aprofunda as conclusões de Métraux, relacionando o tema ao movimento anual de mudança de estações climáticas. SOUZA, José Otávio Catafesto de. “O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais”. *Horizontes Antropológicos*, n. 18. Porto Alegre: 2002, pp. 241-2; 244: “Profundamente imersas no contínuo e cíclico mecanismo natural de maturação dos recursos, as sociedades Guarani tinham um ritmo variável segundo a sequência das estações do ano. Assim como na natureza, momentos de crescimento, desenvolvimento e abundância são sucedidos por momentos de declínios e dificuldades, as sociedades Guarani não apresentavam nenhuma razão para negar este processo cíclico, e o seguiam à risca. [...] a eficiência como caçadores, permitia aos Guarani *pré-históricos* uma certa tranquilidade para o consumo quase imediato dos recursos produzidos no cultivo, sem gerar grandes receios em relação ao período do entre-safras” (grifo do autor).

Outro viajante, o franciscano francês André Thevet, dedicou capítulo específico de sua obra “As singularidades da França Antártica” (também de 1557) ao assunto. Porém, em sua análise, as plantações Tupinambá foram qualificadas como agricultura propriamente dita, organizada inclusive à semelhança do que os europeus estavam habituados. No seu entendimento, a diferença consistia apenas no grau e não na natureza da atividade, isto é, não na capacidade de mobilização de força humana³⁴ (superada apenas pelos esforços de enfrentamento bélico), mas na sua reduzida dimensão e na qualidade das técnicas empregadas. Segundo ele, os nativos não empregavam a força animal nem qualquer mecanismo de adubação, e os plantios não passariam “de algumas roças localizadas a cerca de duas ou três léguas da aldeia”³⁵. A duração exigida para aquela agricultura obedeceria, em regra, à passagem anual das duas épocas mais propícias à colheita: Natal e Pentecostes, sendo que a primeira era sinalizada pelo posicionamento do sol “na altura de Capricórnio”³⁶.

É improvável que entre os Tupinambá, como entre qualquer outro grupo ameríndio anterior à conquista, houvesse a concepção de um tempo compartimentado por “etapas” cujas durações e horários fossem previamente estabelecidos³⁷, fato ressaltado pela pouca precisão das

³⁴ Tal capacidade foi exaltada também por um senhor de engenho da Paraíba em 1618, Ambrósio Fernandes Brandão, que a generalizou para todos os índios do Brasil e levou Brandônio, um dos personagens do seu “Diálogo”, a afirmar: “porque [os índios] têm de costume, pelo tempo das sementeiras, fazerem suas roças, aonde vão todos juntos a semear e a plantar seus mantimentos, e nisso se ocupam alguns dias”. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618). Organização e Introdução de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 222.

³⁵ THEVET, André. *As Singularidades da França Antártica*. Op. cit., p. 191. Pero de Magalhães Gândavo mencionou igualmente a existência de roças de mantimento indígenas em toda a costa brasílica, mas não ofereceu qualquer descrição das suas características, nem dos métodos utilizados durante o seu cultivo. GÂNDAMO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil* (a. 1573) & *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576). Brasília: Edições do Senado Federal, 2008, p. 138.

³⁶ THEVET, André. *As Singularidades da França Antártica*. Op. cit., p. 191. Jean de Léry, missionário calvinista, dezoito anos após retornar da sua própria viagem à França Antártica, estimou em três ou quatro meses o período de crescimento da mandioca plantada pelos Tupinambá. LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil* (1578). Tradução e notas de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 123. Essa informação, caso seja aceita junto à de Staden sobre os três meses necessários à secagem dos troncos incendiados, pode confirmar a observação de Thevet a respeito da possibilidade de duas colheitas anuais do tubérculo. Apesar de a mandioca ser item nativo, o “mito de origem” que sobre ela se forjou durante os séculos coloniais atribuía sua ascendência à atuação de um santo cristão: São Tomé. Um dos personagens do “Diálogo das Grandezas do Brasil” manifestou-se contra tal associação: “Afirmam que têm por tradição de seus antigos passados, que São Tomé lhes mostrara o uso da mandioca, de que se sustentam, que dantes não usavam dela, nem conheciam a sua qualidade, mas isso sem nenhum fundamento”. BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Op. cit., p. 217. Sobre a construção e os percursos do mito de São Tomé na América, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 133-159; e NAVARRO, Eduardo de Almeida. “A Origem Indiana de um Mito do Brasil Colonial”. *Revista de Estudos Orientais*, n. 6. São Paulo, 2008, p. 205-214.

³⁷ Sobre os ritmos diários das práticas dos Tupinambá, Florestan Fernandes concluiu: “Um dos obstáculos encontrados pelos jesuítas, quanto ao desenvolvimento de hábitos cristãos, consistia no fato de não terem horas certas para caçar e pescar. Saindo muito cedo e voltando muito tarde, não podiam assistir aos ofícios religiosos. Quando se dedicavam às atividades ou não precisavam caçar e pescar, entretanto, dispunham de bastante ócio. Isso provocou nos cronistas uma reação etnocêntrica”. FERNANDES, Florestan. *Organização social dos*

medidas indicadas na descrição dos citados cronistas. Nesse sentido, o elemento de “incerteza” ou “inconstância”, que alguns antropólogos apontam como fundamento da estrutura cognitiva tupi³⁸, fez-se particularmente determinante nos seus costumes referentes ao trabalho produtivo³⁹.

O próprio caráter itinerante de grande parte dos assentamentos ameríndios não os permitiria seguir durações pré-estabelecidas e permanentes. De acordo com Monteiro, “os primeiros jesuítas alegavam que tais mudanças ocorriam a cada três ou quatro anos, enquanto outros relatos sugerem um espaçamento maior, de doze ou mesmo vinte anos”⁴⁰. Os deslocamentos⁴¹ ocorriam conforme circunstâncias de diferentes naturezas: “o desgaste do solo,

Tupinambá. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963, p. 127-8. A um desses referidos cronistas, o senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa, incomodava o fato de que os Tupinambá destinavam tempos diários relativamente curtos ao que considerava ele ser “trabalho”, conforme se verá em citação posterior.

³⁸ “Esse é o caráter performativo da estrutura tupi [...]: em vez de exorcizar o evento, faz dele uma variável estrutural, preservando sempre um resíduo de incerteza – não redutível à distinção norma e prática – que aponta para uma noção não elementar de *regra*”. FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 390. Sobre a noção de “inconstância da alma selvagem”, ver: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 181-264.

³⁹ Em uma fala registrada no documentário “República Guarani” (Sylvio Back, 1982, 36’17” - 37’17”), Juan Carlos Garavaglia expressou-se nos seguintes termos: “En las sociedades indígenas cada uno hace lo que puede, como puede y en el momento del día en que puede. Es muy difícil suponer que ir buscar la mandioca al campo tiene un horario determinado. La mandioca lo voy a buscar cuando lo tiene necesidad de la mandioca, solamente. Si uno no tiene necesidad, no voy a buscar la mandioca. Si hace calor, no voy a buscar la mandioca. Si quiera quedar sentado, tampoco voy a buscar la mandioca. Es decir, esta ruptura del ritmo – casi digo natural, pero en las sociedades indígenas este es un ritmo natural – es un ritmo no codificado en horarios” (“Nas sociedades indígenas cada um faz o que pode, como pode e no momento do dia que pode. É muito difícil supor que para buscar a mandioca no campo haja um horário determinado. Alguém busca a mandioca apenas quando possui necessidade da mandioca. Se não possui necessidade, não busca a mandioca. Se faz calor, não busca a mandioca. Se deseja permanecer sentado, tampouco busca a mandioca. Quero dizer, essa ruptura do ritmo – quase digo natural, mas no interior das sociedades indígenas esse é um ritmo natural – é um ritmo não codificado em horários”).

⁴⁰ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 22. Sobre os Guarani, Alfred Métraux estimou em cinco ou seis anos a duração de cada sítio. METRAUX, Alfred. “The Guarani”. Op. cit., p. 80. E, especificamente para os Tupinambá do Rio de Janeiro, André Thevet atribuiu a periodicidade de 8 anos. THEVET, André. *Histoire d’André Thevet Angoumoisins, Cosmographie du Roy, de deux voyages par luy faits aux Indes Australes, et Occidentales* (a.1592). Genève: Librairie Droz, 2006, p. 283.

⁴¹ Os estudos arqueológicos sobre a organização espacial dos Guarani têm questionado a ideia de um deslocamento com abandono das antigas áreas de plantio, sugerindo uma dinâmica de expansão do domínio territorial com a incorporação de novas áreas a partir da formação periódica de novos grupos, seguindo a lógica das relações de parentesco socialmente vigentes. Nas palavras de Rafael Guedes Milheira, “não se pensa em movimentos ou expansão de aldeias com todo o grupo, pois o assentamento seria organizado na forma de um sistema integrado, em que uma aldeia central teria uma série de sítios anexos, que são acampamentos de caça, pesca, coleta e roça [...]. Com a ocupação sistêmica do espaço territorial, o processo de movimentação e expansão não é linear, mas radial ou centrípeto, em que o ponto central são as aldeias com maior prestígio social, devido às suas lideranças políticas e religiosas tradicionais e pelos seus espaços com maior abundância de recursos”. MILHEIRA, Rafael Guedes. *Arqueologia Guarani na laguna dos Patos e serra do Sudeste*. Pelotas: Edufpel, 2014, p. 60. Entre os Tupinambá do Vale do Paraíba paulista, a dinâmica territorial seguia, em suma, a mesma orientação. Cf. LOPES, Marcel. *Ocupação Tupinambá no Vale do Paraíba Paulista: vista a partir da análise do sítio arqueológico Santa Marina*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2014, p. 160-193.

a diminuição das reservas de caça, a atração de um líder carismático, uma disputa interna entre facções ou a morte de um chefe”⁴². Nesse sentido, Florestan Fernandes foi talvez quem tenha melhor e primeiro compreendido a relação íntima que na sociedade Tupinambá, por volta de 1500, existia entre as migrações periódicas, as condições ambientais e sazonais do meio, a divisão do trabalho entre os gêneros e as faixas etárias nas aldeias, o arsenal tecnológico disposto pelos grupos, o fenômeno da guerra intertribal e, finalmente, a inter-relação da guerra com a migração territorial na definição dos tempos da vida coletiva Tupinambá⁴³.

Muito já se discutiu sobre se a centralidade lógica e prática de tais movimentos, ou mesmo das relações sociais dos povos de fala tupi em geral, situava-se no fenômeno da guerra, na vingança, nas relações de parentesco ou mesmo na organização material para a produção de gêneros de subsistência das aldeias⁴⁴. No interior desse debate, há numerosas e polêmicas considerações acerca das mensagens transmitidas pelos assim chamados Karaíba, espécies de xamãs oriundos de terras distantes a profetizar, entre as aldeias falantes de línguas pertencentes ao Tupi-Guarani, sobre a existência de um território almejado (*yvy marane' y*), ao mesmo tempo incentivando migrações de grupos inteiros à sua procura⁴⁵. O tema será oportunamente retomado.

Além dos Karijó e dos Tupinambá, outros grupos nativos foram por vezes objeto do olhar e da escrita dos colonizadores. Para eles, no entanto, especialmente no que tange aos grupos indígenas de fala Jê, os relatos e as crônicas quinhentistas não foram tão generosos em detalhamento como quando se voltaram aos povos de línguas Tupi e Guarani⁴⁶. Com isso, e

⁴² MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 22.

⁴³ “Tais incursões provocavam mudanças profundas no ritmo cotidiano da vida social, nos grupos locais Tupinambá. Elas eram realizadas em *períodos propícios*, como escreve Thevet; isto é, conforme foi visto acima, quando os trabalhos agrícolas já estavam prontos ou em conexão com os movimentos de estação. As atividades sociais concentravam-se, então, nos preparativos da guerra. Pode-se avaliar a intensidade destas atividades, atentando-se para o número de pessoas que constituíam o bando guerreiro e para sua provável duração”. FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. Op. cit., p. 116.

⁴⁴ Uma visão parcial e abreviada do debate pode ser lida em: CUNHA, Manuela Carneiro da; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Vingança e Temporalidade: os Tupinambás”. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 71. Paris, 1985, p. 191-208.

⁴⁵ Uma revisão profunda, crítica e sistemática da bibliografia antropológica, sociológica e histórica sobre o assunto está contido em: POMPA, Cristina. “O Profetismo Tupi-Guarani: a construção de um objeto antropológico”. *Revista de Indias*, v. LXIV, n. 230. Madrid: 2004, p. 141-174.

⁴⁶ Também os estudos arqueológicos são relativamente generosos nas investigações sobre os grupos pertencentes ao tronco Tupi-Guarani, decorrendo disso um volume particularmente grande de debates e obras dedicados a eles. Os textos, em geral, confirmam e aprofundam de diferentes maneiras os apontamentos dos cronistas sobre a existência e prática de cultivos alimentares entre os ameríndios na época da conquista e antes dela; ao mesmo tempo, permitem desmentir equívocos e estereótipos contidos na documentação escrita e difundido na bibliografia posterior. Além das referências pontuais contidas em outras notas de rodapé do presente capítulo, limito-me à citação de três sínteses do histórico, das controvérsias e dos resultados das referidas pesquisas arqueológicas, considerando a inviabilidade de um tratamento mais detalhado do assunto neste espaço: SOARES, André Luís Ramos. “Horticultores Guaranis: modelos, problemáticas e perspectivas”. *Revista do CEPA*, v. 23, n. 30. Santa Cruz do Sul, 1999, p. 103-141; PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a*

porque os próprios europeus não se relacionaram de forma amistosa com os referidos grupos, não nos chegaram por escrito quaisquer informações precisas sobre a dinâmica dos movimentos territoriais que entre eles se realizava, nem sobre o universo mental e simbólico que compartilhavam e nos quais as suas práticas materiais estariam submersas. Além disso, é evidente que os informantes dos europeus por excelência pertenciam aos próprios grupos de fala tupi ou guarani que se aliaram àqueles no processo de ocupação colonial, contribuindo à sua maneira para a caracterização pejorativa dos seus tradicionais inimigos.

No seu “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, o proprietário e senhor de engenho em território baiano Gabriel Soares de Sousa caracterizou os Tupinikim como “gente de grande trabalho e serviço”⁴⁷, contrariamente aos seus vizinhos Guayaná, “gente de pouco trabalho, muito molar [que] não usam entre si lavoura, vivem da caça que matam e peixe que tomam nos rios, e das frutas silvestres que o mato dá”, afirmando ainda que “quem acerta de ter um escravo Guaianá não espera dele nenhum serviço, porque é gente folgazã de natureza e não sabe trabalhar”⁴⁸. Ora, não surpreende o fato de que um proprietário de terras e índios como Sousa tenha adotado, enquanto critério de classificação dos grupos nativos, justamente os qualificativos relacionados à maior ou menor disposição dos indígenas para as tarefas da produção colonial, que a ele garantiam sua situação social privilegiada, bem como não espanta o fato de que religiosos e outros viajantes europeus o fizessem tendo em vista, dentre outros aspectos, respectivamente, as crenças religiosas dos nativos e as potencialidades materiais do Novo Mundo⁴⁹.

Na mesma chave dos Tupinikim, Soares de Sousa enquadrrou os já mencionados Karijó e Tupinambá, ambos vistos positivamente em função de suas experiências precedentes com o cultivo alimentar, ainda que os últimos se mostrassem resistentes ao esforço intensivo, pois “não trabalham senão das sete horas da manhã até ao meio-dia, e os muito diligentes até

pré-história do nosso país. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, pp. 9-13; 95-108; MILHEIRA, Rafael Guedes. *Arqueologia Guarani*. Op. cit., p. 35-49 (“Arqueologia Guarani: tendências e perspectivas”). Ver, também: SOARES, André Luís Ramos. *Guarani: organização social e arqueologia*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

⁴⁷ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Op. cit., p. 88.

⁴⁸ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Op. cit., p. 115.

⁴⁹ Da leitura do discurso de Soares de Sousa e dos demais cronistas supracitados, reforça-se a constatação da existência de uma relação dialética entre a observação e a experiência do colonizador sobre os grupos ameríndios, pois ao mesmo tempo que as ações do adventício foram condicionadas pelas primeiras impressões que estes tiveram dos nativos, também estas deviam-se a práticas sociais e políticas diferenciadas travadas pelos europeus com cada grupo. Não se trata de um simples jogo de palavras, tampouco de pretender alguma relação de anterioridade entre qualquer uma das duas esferas (isto é, observação e experiência), mas de compreender que ambas se confundem quando se examinam as relações históricas concretas travadas no momento dos primeiros contatos entre americanos e europeus, momento no qual a observação em si já figurava como uma forma específica de prática social.

horas de véspera”⁵⁰. Característica essa que Pero Gândavo e os jesuítas portugueses Fernão Cardim e Simão de Vasconcelos atribuíram à totalidade da “gente do Brasil”. Nas palavras de Gândavo: “Vivem todos muito descansados”⁵¹. Cardim, embora tivesse conhecimento profundo das divisões existentes entre as várias “nações” indígenas (o que explorou nos capítulos finais do seu escrito), preferiu caracterizá-los como um todo e de uma só vez. Na sua obra, encontramos a afirmação de que os nativos, cujos tempos de trabalho e reza seriam ditados por um chefe, trabalhavam coletivamente em suas roças, ajudando-se voluntariamente uns aos outros até por volta das dez horas da manhã. Na ausência de dinheiro com que pudessem “satisfazer aos serviços que lhes fazem”, realizavam-no em troca de vinho, adereços e até mulheres⁵². Para Vasconcelos: “são como feras, sem política, sem prudência, sem quase rastro de humanidade, preguiçosos, mentirosos, comilões, dados a vinhos; e só nesta parte esmerados”⁵³.

Já inaugurado o século XVII, volta a ser registrada a oposição entre Guarani e grupos de fala Jê, partindo-se outra vez do critério agrícola. Nesse momento, sob a pena do padre Jácome Monteiro, secretário do visitador da Companhia de Jesus em 1610 (Manuel de Lima), aos Karijó foram atribuídos os títulos de “mais domésticos e políticos”, que “plantam mandioca e legumes, têm boa aparência e graça exterior, e há entre eles alguns tão bem proporcionados como quaisquer dos Europeus”⁵⁴. Ao contrário, os Maromomi não lhe pareciam mais que seres nômades que “sustentam-se da caça, frutos do mato, não plantam mandioca, nem outro algum legume à guisa do mais gentio”⁵⁵. Na mesma linha, uma tradução da biografia de Anchieta, que circulou em Salamanca na primeira metade do século XVII, contrapunha ao gentio “Tapuia” do Brasil os bons modos dos índios Guarani, dando ênfase ao fato de que estes “lavram o campo”⁵⁶.

⁵⁰ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Op. cit., p. 311.

⁵¹ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil* (a. 1573) & *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576). Op. cit., p. 133.

⁵² CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1583-1601). Introduções de Rodolfo Garcia e João Capistrano de Abreu. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 92.

⁵³ VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus* (1663), v. 1. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977, p. 98. Essa opinião reproduzia, basicamente copiada, outra passagem do mesmo autor na biografia que escrevera do padre João de Almeida: VASCONCELOS, Simão de. *Vida do P. Joam de Almeida da Companhia de Iesu na Província do Brazil* (1658). Lisboa, Officina Craeíbeeckiana, 1658, p. 17. O mesmo religioso, noutro escrito seu, chegou ainda a chamá-los (aos nativos do Brasil) de “vagabundos”, querendo com isso dizer tanto que não possuíam morada fixa quanto que se sustentavam com aquilo que a natureza lhes dava “de graça”. VASCONCELOS, Simão de. *Vida do Venerável Padre Joseph de Anchieta* (1672), livro 1. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1672, p. 13.

⁵⁴ MONTEIRO, Jácome. “Relação da Província do Brasil” (1610). Publicado em: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 396.

⁵⁵ MONTEIRO, Jácome. “Relação da Província do Brasil”. Op. cit., p. 395.

⁵⁶ No original: “labran los campos”. PATERNICA, Esteban de (Comp. e trad.). *Vida del Padre Joseph de Anchieta de la Companhia de Jesus, y Pruvincial del Brasil* (1618). Salamanca: Empreita de Antonia Ramirez, 1618, p.

“Além de classificar, os estereótipos determinaram as ações dos europeus em relação aos ameríndios”⁵⁷. Mais uma vez, aqui como nos relatos de Caminha, Pero Lopes e dos demais observadores quinhentistas, a distância ou a proximidade dos costumes indígenas com relação às características da produção agrícola europeia constituía um importante e básico critério que subsidiou a definição do tipo de relação a ser travada pelos missionários, colonizadores e viajantes com os diversos grupos nativos contatados. Sendo assim, entende-se que a trajetória da temática agrícola nos escritos coloniais, à medida que se aprofundavam as relações entre europeus e falantes do Tupi e do Guaraní e se expandiam as distâncias sociais entre os colonos e os grupos de fala Jê, tendeu ao progressivo reconhecimento de formas peculiares de cultivo alimentar entre os primeiros e a recusa em admitir a existência dessa prática entre os demais.

Apesar da rigidez com que a distinção entre povos falantes do Tupi e do Jê aparece nos relatos e de os preconceitos gerados por esta distinção terem marcado alguns estudos amplamente conhecidos⁵⁸, cumpre não adotar a fórmula precipitadamente. A arqueologia, sobretudo, nos desautoriza a fazê-lo quando aponta a existência de vestígios (artefatos líticos e cerâmicos) evidenciando que os grupos de fala Jê praticavam sim, em determinados contextos, o cultivo alimentar, sugerindo inclusive pistas sobre as técnicas agrícolas e de processamento utilizadas⁵⁹. De acordo com Francisco Noelli, aqueles índios também teriam adotado a técnica agrícola de abertura de clareiras, o cultivo do milho, a utilização de mãos de pilão e mó para a trituração de grãos⁶⁰, conclusão que tem sido cada vez mais aprofundada por estudos e descobertas recentes, tendo-se já alcançado o resultado de que grupos de fala Jê (tradições

32. Sobre os Karijó da região do Rio da Prata, o viajante alemão Ulrich Schmidl (grafia original) classificou-os como “más capaces de servir a otros” (“mais capazes de servir outros”). SCHMIDEL, Ulrich. *Viaje al Río de La Plata* (1534-1554). Notas de Bartolomé Mitre e tradução de Samuel A. Lafone Quevedo. Buenos Aires: Cabaut y Cía Editores, 1903, p. 171-172.

⁵⁷ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 165.

⁵⁸ “Eram [os Jê] maus agricultores em comparação com os tupis e por conseguinte menos procurados como escravos”. Sobre os Guaraní, ainda no mesmo texto, difunde-se uma visão idílica e maniqueísta: “um povo bem organizado, excelentes agricultores e de profunda religiosidade. [...] A mesma docilidade que conquistou a estima dos jesuítas os tornou presas fáceis dos escravistas portugueses de São Paulo”. HEMMING, John. “Índios no Brasil em 1500”. Op. cit., p. 118-19.

⁵⁹ Ver, entre outros: BROCHADO, José Proenza. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Tese de doutorado. Urbana-Champaign: University of Illinois at Urbana-Champaign, 1984; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. “Regional pottery-making groups in southern Brazil”. *Antiquity*, v. 72, n. 277. Durham, 1998; NOELLI, Francisco Silva. “Os Jês do Brasil Meridional e a Antiguidade da Agricultura: elementos da linguística, arqueologia e etnografia”. *Estudos Iberoamericanos*, n. XXII, v. 1. Rio Grande do Sul, 1996; CORTELETTI, Rafael; DICKAU, Ruth; DEBLASIS, Paulo; IRIARTE, José. “Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands: starch grain and phytoliths analyses from the Bonin site, Urubici, Brazil”. *Journal of Archaeological Science*, n. 58. Elsevier B.V., 2015.

⁶⁰ NOELLI, Francisco Silva. “Os Jês do Brasil Meridional e a Antiguidade da Agricultura”. Op. cit., p. 19-20.

Taquara e Itararé), além da caça e coleta e do cultivo de milho, produziram para o seu consumo mandioca, abóbora e feijão, em acampamentos sedimentares que tornavam mesmo prescindível a migração sazonal⁶¹. Além disso, o contexto de interação social e material com grupos de falas Tupi no qual estiveram submersos desde muito antes da época colonial, por exemplo, no nordeste do planalto de São Paulo⁶², impede que sejam vistos como unidades isoladas e autossuficientes, desconhecedoras de qualquer procedimento cultivar.

As datações resultantes dessas investigações (basicamente concordantes em delimitar como balizas os séculos II e XVI da nossa era⁶³) possibilitam reconhecer características análogas em grupos antigos e tardios, endossando a hipótese de uma continuidade da prática do cultivo alimentar (dentre outros aspectos sociais e culturais) entre os falantes do Jê até a fase de desestruturação dos referidos grupos no bojo do processo colonial, encabeçado pelos colonizadores paulistas do século XVII. Assim, parece-nos acertada a hipótese de que teria sido somente a partir do avanço colonial sobre suas áreas de habitação que as populações de fala Jê “tornaram-se menos sedentárias e menos dependentes da agricultura em face das campanhas militares e das epidemias trazidas pela chegada de europeus à região”⁶⁴, transformando-se por séculos até alcançar a conhecida situação de maior mobilidade dos Kaingang e Xokleng durante os séculos XIX e XX⁶⁵.

⁶¹ CORTELETTI, Rafael; DICKAU, Ruth; DEBLASIS, Paulo; IRIARTE, José. “Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands”. Op. cit., pp. 46; 51-53; 59.

⁶² MORAES, Camila Azevedo de. *Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, p. 286.

⁶³ Noelli aceita a estimativa de Itala Becker sobre algo entre 1800 anos antes do presente e o século XVI, ao passo que os autores do artigo “Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê” referem-se ao intervalo entre os anos 300 e 1700 da era cristã. E o balanço feito por Jefferson Dias, sobre as datações de vários sítios Jê no atual território do Rio Grande do Sul, estabelece como marcos básicos os séculos II e XVI. Cf. NOELLI, Francisco Silva. “Os Jês do Brasil Meridional e a Antiguidade da Agricultura”. Op. cit., p. 17; CORTELETTI, Rafael; DICKAU, Ruth; DEBLASIS, Paulo; IRIARTE, José. “Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands”. Op. cit., p. 49; DIAS, Jefferson Luciano Zuch. *A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004, p. 81-82. Para uma síntese relativamente recente sobre a situação paralela dos achados arqueológicos em sítios relacionados a grupos ceramistas Jê e Tupi-Guarani, ver: AFONSO, Marisa Coutinho; SALLUM, Marianne; LOPES, Marcel. “Ocupações ceramistas Tupi e Gê em São Paulo: espacialização e cronologia”. In: *XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: comunicação*, parte 1. Belém, 2009, p. 8-15.

⁶⁴ “[...] these groups became less sedentary and less dependent on farming as they became more mobile in the face of military campaigns and epidemics brought by the arrival of Europeans to the region”. Cf. CORTELETTI, Rafael; DICKAU, Ruth; DEBLASIS, Paulo; IRIARTE, José. “Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands”. Op. cit., p. 59.

⁶⁵ Trata-se, portanto, de processo inverso ao que foi sugerido por Benedito Preziosi, que, baseado em um texto de Thevet descoberto e publicado por Métraux em 1933, dissera ter sido os Guayaná encontrados em 1555 nas proximidades do Rio de Janeiro em processo de sedentarização, pois “já” naquela época foram vistos preparando a terra para a plantação de diversos gêneros alimentícios. PREZIOSI, Benedito. “Os Indígenas do Planalto Paulista”. In: BUENO, Eduardo (Org.). *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 59. Ver, também: MÉTRAUX, Alfred. “Un chapitre inédit du comosgraphe André Thevet sur la géographie et l’ethnographie du Brésil”. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 25, n. 1. Paris: 1933, p. 31-40.

Retornando aos falantes do Tupi e do Guaraní, e em particular ao ponto no qual interrompemos as nossas considerações sobre eles (refiro-me à concepção e busca de *yvy marane' y*, compartilhadas por diferentes grupos), veremos que o discurso presente na fala do Karaíba quinhentista, apesar de dela só termos conhecimento através dos filtros colocados pelos testemunhos europeus, sintetizava ao mesmo tempo o lugar das plantações alimentícias no interior das referidas sociedades e o sentido temporal do trabalho condicionante das relações entre indígenas e colonos em São Paulo durante os séculos XVI e XVII.

Staden, pouco sensível ao conteúdo dessas mensagens, limitou-se a indicar que entre os Tupinambá havia “alguns indivíduos a que chamam Paygi e que são tidos por adivinhos. Estes percorrem uma vez por ano o país todo, de cabana em cabana”, e que, quando chegavam às aldeias, preparava-se “uma grande festa, com bebidas, cantos e adivinhações, e praticam muitas cerimônias singulares”⁶⁶. O viajante silenciou sobre o caráter e o objeto daquelas “adivinhações”, justamente onde estaria situado o “sentido” próprio do fenômeno em questão. Caberia ao padre Anchieta descrevê-lo, no ano de 1584, com maior minúcia:

O que mais creem [todos os “brasis”, indiscriminados] e de que lhes nasce muito mal é que em alguns tempos alguns de seus feiticeiros, que chamam Pajés, inventam uns bailes e cantares novos, de que estes índios são mui amigos, e entram com eles por toda a terra, e fazem ocupar os índios em beber e bailar todo o dia e noite, sem cuidado de fazerem mantimentos, e com isto se têm destruído muita gente desta. Cada um destes feiticeiros (a que também chamam santidade) busca uma invenção com que lhe parece que ganhará mais, porque todo este é seu intento, e assim um vem dizendo que o mantimento há de crescer por si, sem fazerem plantados, e juntamente com as caças do mato se lhes hão de vir a meter em casa. Outros dizem que as velhas se hão de tornar moças e para isso fazem lavatórios de algumas ervas com que lavam; outros dizem que os que os não receberem se hão de tornar pássaros e outras invenções semelhantes⁶⁷.

Na passagem, o jesuíta sugere haver, entre aqueles povos, duas aspirações que se corresponderiam mutuamente: de um lado, a desobrigação com relação ao trabalho produtivo

⁶⁶ STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Op. cit., p. 153-154.

⁶⁷ ANCHIETA, José de. *Informação do Brasil e de suas capitanias* (1584). São Paulo: Obelisco, 1964, p. 48-49. Também publicado em: *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J.* (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 331.

(“sem cuidado de fazerem mantimentos”); de outro, a ocupação total do tempo socialmente disponível com práticas coletivas outras, de caráter simbólico e ritual (“beber e bailar todo o dia”). Para Anchieta, os costumes de “beber e bailar” impediam que os grupos indígenas organizassem satisfatoriamente suas tarefas com o objetivo de garantir a reprodução física da população das aldeias. Para os índios, pelo contrário, observados sob a ótica do inaciano, a necessidade de empenho humano nas plantações de suas pequenas roças obstaculizava a desejada ocupação plena em atividades que lhes despertavam interesse maior.

Nessa perspectiva, trava-se uma oposição entre a ocupação do tempo com diversões e bebedeiras (algo condenável pelo padre, que a associara aos males pelos quais passavam os nativos, dentre os quais a mortandade acelerada) e o seu emprego útil para as plantações necessárias à sobrevivência física dos indivíduos.

A mesma antinomia se reflete, em seguida, no próprio conteúdo das “profecias” karaíba descritas por Anchieta, que imediatamente procurou desqualificá-las como “invenções”, o que nos leva a concluir que por mais crítica e severa que seja a interpretação em torno dessa passagem de Anchieta, recusando toda a carga moral e estrangeirada que ela contém, sobrevive nela algo de documental e empírico, pois oferece indícios de um horizonte geral de expectativas sobre o trabalho produtivo compartilhado pelos vários grupos nativos da costa sul americana no século XVI. Conclusão que se sustenta, conforme vai demonstrado nos parágrafos seguintes e no desenvolver deste trabalho, pela correspondência entre esses indícios e outros testemunhos de procedência diversa, contemporâneos entre si, e pela confluência deles com a lógica das práticas reativas verificada entre ameríndios durante a colonização paulista, no século XVII.

As ideias sobre o mantimento “que há de crescer por si” e as caças que “se lhes hão de vir a meter em casa”, projetando uma realidade utópica na qual nenhum esforço físico seria necessário para a sobrevivência humana, revelam a idealização da dispensabilidade do trabalho humano exaustivo para a produção de alimentos.

Por sua vez, a profecia segundo a qual as mulheres velhas se tornariam jovens novamente elucida a expectativa de continuidade e/ou recomeço progressivo do tempo social, alinhando-se à imagem do “ciclo” representado pela vida humana. Um ideal, portanto, de perpetuidade e de constante retorno a uma situação tida por original. Esta consciência era essencial para os grupos de fala Tupi e Guarani. Segundo Gândavo, em texto datado de 1576,

os povos de língua Tupi andavam a “buscar sempre terras novas, a fim de lhes parecer que acharão nelas imortalidade e descanso perpetuo”⁶⁸.

Há ainda aquela última profecia indígena contra a qual Anchieta praguejou, que previa a transfiguração em pássaro de quem fosse resistente à mensagem karaíba. Dizia-se na mitologia dos Tupinambá que Poxi, descendente de Pajé do Mel (figura humana honrada pelo Velho, entidade e agente inaugural do mundo), teria resolvido se vingar de alguns parentes que o odiavam e os teria convidado para ir a *yvy marane’ y*, cujo caminho conhecia bem; chegando lá, todos imediatamente começaram a comer o que havia naquela terra de fartura e, como castigo, “foram transformados em porcos, e em pássaros, que eles chamam *Marganan - treffatá*, que são uma espécie de papagaios, e outros”⁶⁹. Tema frequente nos registros coloniais sobre as representações míticas dos Tupinambá no século XVI, a tópica da metamorfose em pássaro remete, portanto, à crença numa situação originária na qual os homens se alimentavam e dançavam sem a necessidade de realizar trabalho produtivo, e onde também igualmente inexistiria o fenômeno da morte.

Supondo haver um elo entre esses três “objetivos” ou “ideais” (a saber: a existência dos cultivos agrícolas, a inconveniência do esforço produtivo e o ideal de perpetuidade/recomeço progressivo do tempo social), chega-se a uma visão esclarecedora das migrações territoriais para as quais periodicamente aqueles povos se mobilizavam. Ora, ao partirem ou se expandirem de terrenos já gastos pela utilização intensiva, e que portanto passariam a exigir maiores esforços e, conseqüentemente, maiores quantidades ou tempos de trabalho para que deles fosse arrancada a subsistência coletiva (o que eventualmente poderia ameaçar a disponibilidade de tempo para o ócio e as festividades rituais e, assim, a existência

⁶⁸ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil & História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Op. cit., p. 153. Métraux empregou as expressões “reavivamento espiritual” e “uma terra-onde-não-se-morre” para descrever o mesmo fenômeno entre os Tupinambá. MÉTRAUX, Alfred. *A Religião dos Tupinambá*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1979, p. 175.

⁶⁹ “furent changez en pourceaux, et en oifeaux, qu’ils apellent *Marganan - treffatá* qui sont espèce de Perroquetz, et autres”. THEVET, André. *La Cosmographie Universelle* (1575), t. 2. Paris: Pierre l’Huillier, 1575, p. 918v. Duas traduções ligeiramente diferentes do mesmo trecho, encontram-se em: MUSSA, Alberto. *Meu Destino é Ser Onça: mito tupinambá restaurado*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 92; e PREZIA, Benedito. *Os Tupi de Piratininga: acolhida, resistência e colaboração*. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2008, p. 8 (anexo). É curioso notar que a tópica da transfiguração em pássaro aparece como castigo no esboço de reprodução da narrativa feita por Anchieta, pois, com exceção das duas referências supracitadas (isto é, Anchieta e Thevet), na maior parte dos relatos o tema da transfiguração aparece de maneira positiva do ponto de vista dos nativos, conforme vemos refletido no título do livro de Alberto Mussa sobre a mitologia tupinambá: “Meu destino é ser onça”. Por outro lado, nas exposições etnológicas de Curt Nimuendaju, vemos a figura do pássaro associada à tarefa de guiar caminhos em direção a *yvy marane’ y*, além de uma valorização da condição de leveza corporal (inerente àqueles animais) resultante da prática costumeira da dança entre os nativos, condição esta que seria imprescindível para o bom sucesso das migrações coletivas. Cf. NIMUENDAJÚ, Curt. *Lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. Traduzido por Charlotte Emmerich e Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 103.

do próprio grupo enquanto corpo social⁷⁰), os indivíduos em movimento estariam à procura de um espaço geográfico propício a um “recomeço”, ao seu próprio recomeço enquanto integrantes de uma coletividade, implicando na busca de áreas suficientemente férteis e abundantes de caça e pesca nas quais a produção necessária possibilitasse dispêndios e esforços temporalmente bem distribuídos e consonantes com a totalidade das práticas culturais de cada grupo. Entre essas práticas, certamente estavam inclusos os enfrentamentos bélicos e os rituais antropofágicos, cujas referências podem ser vistas na narrativa de Nóbrega sobre o mesmo assunto, escrita na Bahia em 1549, e que de resto era muito semelhante ao testemunho de Anchieta:

E chegando o feiticeiro, com muita festa, ao lugar, [...] diz-lhes que não cuidem de trabalhar, nem vão à roça, que o mantimento por si próprio crescerá, e que nunca lhes faltará o que comer, e que por si virá a casa; e que as agulhadas se irão a cavar, e as flechas se irão ao mato caçar para seu senhor, e que hão de matar muitos de seus contrários, e cativarão muitos para seus comeres, e promete-lhes longa vida, e que as velhas se hão de tornar moças⁷¹.

Aqui, a mesma antinomia apontada anteriormente se repete, o que não é fato gratuito e aleatório, e nem pode ser atribuído a uma suposta maneira jesuíta de interpretação dos costumes ameríndios, uma vez que a vemos refletir da mesma forma nos escritos de dois religiosos franceses, um deles reformado e o outro capuchinho, que registraram suas observações sobre os Tupinambá quando estiveram na França Antártica de Villegagnon, o primeiro entre 1557 e 1558 e o segundo durante os dois anos precedentes. As consideráveis distâncias na forma e no vocabulário que esses textos apresentam entre si, de um lado, e com os de Anchieta e Nóbrega, de outro, não impedem que encontremos neles traços comuns no que diz respeito ao conteúdo efetivamente observado. Destaca-se isso novamente para sugerir que tais passagens possam ser lidas como evidências de aspectos reais e concretos do modo de organização e expectativas temporais do trabalho Tupinambá naquele momento, para além dos

⁷⁰ “Cada uma das sociedades estudadas possui a sua forma particular de subtrair o trabalho da produção; entre os Guaraní, já se viu, isto se dava pelo constante **revezamento entre os momentos** de trabalho e os dedicados ao ócio, à sociabilidade ou à expressão da religiosidade”. SOUZA, José Otávio Catafesto. “O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais”. Op. cit., p. 246 (grifo meu).

⁷¹ NÓBREGA, Manuel da. “Informação das partes do Brasil, aos padres e Irmãos da Cia. de Jesus em Coimbra” (1549). Publicado em: NÓBREGA, Manuel da. *Primeiras Cartas do Brasil*. Introdução e notas de Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 36-37.

enquadramentos discursivos e dos valores ideológicos propagandeados pelos seus respectivos narradores.

Jean de Léry foi deles quem maior destaque deu aos conteúdos espiritual e bélico das pregações dos Karaíba, que para ele difundiam “ladainhas” segundo as quais comunicavam-se com espíritos fornecedores de força para o enfrentamento de inimigos. E prossegue: “mas ainda persuadem terem a virtude de fazer com que cresçam e engrossem as raízes e frutos da terra do Brasil”⁷². Aqui, a “virtude” do crescimento de plantas e alimentos por si mesma não aparece associada às virtualidades de uma terra de abundância, mas sim às capacidades mágicas individuais dos pregadores karaíba. Seja como for, o que está descrito é, mais uma vez, a vontade ou expectativa pelos Tupinambá de que o crescimento das plantas prescindisse do esforço humano. Viesse de onde fosse o poder anunciado, este jamais se ausentava nas mensagens difundidas e, nos relatos dos cronistas quinhentistas em geral, vemo-lo constantemente associado à boa aceitação que o prenúncio adquiria ante os seus ouvintes.

Na “História” de André Thevet, o outro religioso francês, volta a ser registrada a noção de um espaço geográfico onde os alimentos se encontravam abundantes e disponíveis ao consumo humano, desta vez sob a pretensa voz de um “principal” dos Tupinambá. Embora na passagem se mencione a existência de espaços sobrenaturais, a serem alcançados pelas almas indígenas após a morte, estes não se diferenciavam inteiramente da imagem de lugares geográficos e terrenos, uma vez que os Karaíba diziam visitá-los fisicamente:

E um rei me respondeu muito furiosamente em sua língua: [...] “seu canalha, você não sabe que depois da morte nossas almas vão a lugares distantes e se reúnem em lugares agradáveis e cheios de delícias? Você não entende que fomos ensinados por nossos Karaíba, que as visitam e falam frequentemente com elas, que aparecem frequentemente a eles e a nossas crianças?”⁷³

Portanto, o objeto com que os quatro religiosos (Anchieta, Nóbrega, Léry e Thevet) confrontaram-se, cada qual à sua maneira, deve se aproximar efetivamente do que podemos considerar como um “horizonte geral de expectativas” próprio dos grupos ameríndios de fala

⁷² LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Op. cit., p. 210.

⁷³ THEVET, André. *Histoire*. Op. cit., p. 245 : “Mais il me [a] répondit asséz furieusement en sa langue [...], ô méchant, ne sais tu pas qu’après la mort nos âmes vont en lointains lieux, et se trouvent ensemble en lieux plaisans, et pleins de délices? Ne sais tu pas bien que nous sommes ainsi enseignés par noz karaïbes, que les visitent, et parlent souvent avec elles, et s’apparaissent à elles, et à nos enfans souventefois”. Uma tradução ligeiramente diferente do mesmo trecho encontra-se em: MUSSA, Alberto. *Meu Destino é Ser Onça*. Op. cit., p. 112.

Tupi e/ou Guarani no momento dos primeiros contatos com os europeus, notadamente no que diz respeito aos ritmos e à dinâmica temporal do trabalho realizado. Nas sintéticas palavras de um outro padre quinhentista, não obstante registradas em Pernambuco: “O seu intento [dos nativos] é que lhe demos muita vida e saúde e mantimento **sem trabalho**, como os seus feiticeiros lhe prometem” (grifo meu)⁷⁴. Trata-se da esperança de uma situação na qual as práticas “totais” (isto é, materiais e imateriais, conjunta e indistintamente) alcançassem uma situação de permanência, ou continuidade estável, após cada nova migração, sem que fossem ameaçadas pela ocupação de longas parcelas do tempo socialmente disponível com trabalho produtivo de alimentos.

Esta análise coaduna com a hipótese de Bartomeu Melià, que da leitura do “Tesoro de la Lengua Guaraní” (1639), organizado pelo padre Antônio Ruiz de Montoya, concluiu que a expressão *yvy marane’ y*, em sua acepção antiga e vigente até o início da época colonial, significaria “solo intacto, que não foi trabalhado”, revelando o significado concreto e material das migrações⁷⁵. Sentido que muito distante estaria do significado místico da assim chamada “terra sem mal” que a mesma noção pode ter adquirido ao longo dos séculos, sendo registrada e explorada por autores como Curt Nimuendajú, Pierre e Hélène Clastres⁷⁶. Outra expressão,

⁷⁴ “CARTA do padre Antônio Pires aos padres e irmãos de Coimbra” (1552). In: LEITE, Serafim (Org.). *Monumenta Brasiliae*, v. 1. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956, p. 325.

⁷⁵ MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní Conquistado y reducido*. Ensayos de Etnohistoria. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología; Centro de Estudios Antropológicos; Universidad Católica, 1988, p. 107-108. Melià foi nesta conclusão seguido por: SUSNIK, Branislava. *Los Aborígenes del Paraguay*. Asunción: Museo Etnografico Andres Barbero, 1983, p. 96; SCHADEN, Egon. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guaraní*. São Paulo: Edusp, 1974, p. 161-79; e MONTEIRO, John Manuel. “Os Guaraní e o Brasil Meridional”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 483. Sua tese, no entanto, não esteve livre de refutações, havendo quem a recuse e reafirme o sentido fundamentalmente religioso das migrações. Ver, por exemplo: SOUZA, José Otávio Catafesto de. “O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais”. Op. cit., p. 248.

⁷⁶ NIMUENDAJÚ, Curt. *Lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. Op. cit.; CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013; CLASTRES, Hélène. *La Tierra sin Mal*. 2. ed. Tradução para o espanhol de Viviana Ackerman. Buenos Aires: Del Sol, 2007. Questionando-se primeiro sobre a “mola propulsora” das migrações periódicas que os europeus notaram entre os grupos Tupinambá e Guarani no século XVI, e, segundo, se aquelas que ele próprio observara entre os Apapocúva-Guarani dos séculos XIX e XX seriam de fato estertores das primeiras, Curt Nimuendaju não fez mais que levantar duas possibilidades: ou os movimentos territoriais seriam devidos a causas bélicas, ou a motivos religiosos, inclinando-se o autor à segunda opção. A dificuldade de se pensar outras respostas ao problema ainda atinge estudos mais recentes, apesar de a tese de Melià ser seguidamente mencionada nos trabalhos sobre o assunto. Ver, por exemplo: PREZIA, Benedito Antônio Onofre. *Os Tupi de Piratininga*. Op. cit., p. 45-49. A conclusão de Nimuendajú, transformada em ponto incontestável por alguns autores posteriores a ele, não foi, todavia, enfatizada com muita certeza pelo próprio autor: “Tais considerações me levaram à **suposição** de que a mola propulsora das migrações dos Tupi-Guarani não foi sua força de expansão bélica, mas de que o motivo tenha sido outro, **provavelmente** religioso” (grifos meus). Inclusive, alguns elementos expostos na sua análise permitem responder positivamente à segunda referida questão por ele levantada, além de caminhar na investigação da primeira com base na hipótese de Melià explorada acima. Por exemplo, na opinião do pajé Nimbiarapoñy de que *yvy marane’ y* encontrava-se no centro da terra, onde havia uma “roça, que se plantou sozinha, dando frutos imediatamente”.

ka'a marane'y, de maneira semelhante, designaria “o mato onde não se retirou madeira, nem foi cercado”⁷⁷. Em Ruiz de Montoya, aos diferentes vocábulos guarani tidos como análogos ao termo espanhol *trabajo* são atribuídos pelo menos três significados distintos: como sinônimo de manuseio e manipulação; como indicativo de ações capazes de “fazer coisas”; e como atividade provocadora de cansaço físico⁷⁸ – o último dos quais, evidentemente de contornos negativos, remetendo à ideia que vimos acompanhando de contrariedade ao esforço desnecessário e excedente.

O mesmo mostra-se válido para os grupos de fala Tupi, não somente pelo fato de que Melià remeteu à conclusão de Florestan Fernandes de que no âmbito material estaria o essencial dos movimentos territoriais dos Tupinambá⁷⁹, mas também porque no Tupi antigo a locução correspondente à *yvy marane'y* do Guarani, que seria *yby marã e'y*, denotava, dentre outros temas, “terra sem ocupação, sem trabalho ou mesmo sem sacrifício”⁸⁰.

Sem prolongar demasiadamente o assunto, recorde-se o levantamento sistemático das referências à narrativa de *yvy marane'y* nas crônicas e relatos dos séculos XVI e XVII, realizado pelo ensaísta brasileiro Alberto Mussa. Das 21 diferentes colocações localizadas pelo autor sobre a tópica⁸¹, as oito primeiras manifestam diretamente o ideal de uma realidade na qual os esforços dispendidos para a obtenção de alimentos fossem reduzidos, as quatro seguintes referem-se à espera de “imortalidade” ou “longa vida”, ao passo que as restantes exaltam práticas outras relacionadas à coesão do grupo, tais como atividades culturais, religiosas, relações de sociabilidade e parentesco. Considerando-as todas em conjunto, vemos

NIMUENDAJU, Curt. *Lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. Op. cit., pp. 98 e 108.

⁷⁷ RUIZ DE MONTTOYA, Antonio. *Tesoro de la Lengua Guarani*. Madrid: 1639, p. 209v; PIÑERO, Antonio Caballos. *Etnografía Guaraní en el Tesoro de Ruiz de Montoya*. Asunción: Cepag, 2013, p. 157.

⁷⁸ PIÑERO, Antonio Caballos. *Etnografía Guaraní en el Tesoro de Ruiz de Montoya*. Op. cit., p. 292-294.

⁷⁹ FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambá*. Op. cit., pp. 99-100; 107.

⁸⁰ NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. São Paulo: Global, 2013, pp. XLVI; LII; LIV; 259; 518. Ver, também: NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Método moderno de Tupi Antigo*. A língua do Brasil dos primeiros séculos. 3.ed. São Paulo: Global, 2005, p. 315-325.

⁸¹ São elas: 1) “haverá um tempo em que as plantas nascerão sem cultivo”; 2) “há um lugar em que as plantas nascerão sem cultivo”; 3) “haverá um tempo em que as flechas agirão sozinhas”; 4) “há um lugar em que a caça vem para o caçador”; 5) “haverá um tempo em que as aguilhadas agirão sozinhas”; 6) “haverá um tempo em que os homens farão cativos para comer”; 7) “há um lugar em que as coisas desejadas surgem sem trabalho”; 8) “há um lugar de descanso perpétuo”; 9) “há um lugar de imortalidade”; 10) “haverá um tempo em que as pessoas terão longa vida”; 11) “haverá um tempo em que as velhas ficarão moças”; 12) “há um lugar em que as velhas ficarão moças, depois de um lavatório”; 13) “há um lugar em que quem não recebe lavatório se transforma em pássaro”; 14) “haverá um tempo em que o pai dará a filha a quem quiser”; 15) “há um paraíso na terra”; 16) “a terra dos antepassados é a terra dos europeus, verdadeiros descendentes de Maíra”; 17) “a terra dos antepassados se tornou inacessível depois do dilúvio”; 18) “as angüera valentes vão para a terra dos antepassados, que fica além das montanhas, dançar, cantar e se divertir”; 19) “as angüera vão para um lugar onde dançam, cantam e se divertem”; 20) “as angüera vão para um lugar com belo arvoredor, onde há figueiras e rios”; 21) “os caraíbas frequentam a terra das angüera e trazem notícias de lá”. MUSSA, Alberto. *Meu destino é ser onça*. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 250-251.

reforçada a conclusão de que o esforço a ser evitado era aquele que prejudicava o exercício do conjunto das práticas coletivas e, conseqüentemente, a coesão e a “vida longa” das aldeias. Segundo Mussa, não se tratava de buscar uma vida essencialmente nova, diferente daquela que antes possuíam, pois a maior parte das fontes menciona “um lugar – que se atingiria em vida, penetrando o sertão – de características muito semelhantes”⁸².

Não se pode afirmar, todavia, que todos os movimentos migratórios realizados pelos diversos grupos indígenas atendiam ao mesmo princípio, nem mesmo que a explicação aqui oferecida dê conta de todas as dimensões à época presentes no fenômeno. Também não se pode mensurar, com base no material disponível, até que ponto o contato com os portugueses influenciou e/ou redimensionou os processos propriamente nativos de transformação e reestruturação social. Na verdade, a conquista europeia sobre o Novo Mundo foi processo paulatino e, no que diz respeito às partes meridionais da América portuguesa, consolidado efetivamente por uma colonização sistemática apenas durante o século XVII. Nesse sentido, na contramão das afirmações de Ronaldo Vainfas, não parece razoável crer que o fenômeno karaíba descrito pelos cronistas viajantes de meados do século XVI fosse já naquele momento um movimento amadurecido de “recusa da situação colonial”, de conteúdo “anticristão e antiescravista”⁸³. Tampouco que se tratasse efetivamente de manifestação inédita, despertada por algumas investidas estrangeiras ainda bastante pontuais e incapazes de subverter substancialmente as lógicas tradicionais ou o rumo dos possíveis processos endógenos americanos. Conforme argumentou Monteiro, os movimentos investigados por Vainfas “conscientemente combinaram tradição e restauração com elementos historicamente novos a fim de criar estratégias originais que visavam restaurar de maneira dinâmica a identidade coletiva indígena”⁸⁴. Nessa linha, no que diz respeito ao cuidado com as evidências disponíveis, já alertou Florestan Fernandes:

É duvidoso que os dados de que dispomos [as crônicas quinhentistas] revelem essas sociedades [falantes do Tupi] tais quais elas eram no *ponto zero* da história do Brasil. Contudo, podemos supor que, por seu intermédio, chega-se a conhecer algo

⁸² MUSSA, Alberto. *Meu Destino é Ser Onça*. Op. cit., p. 251.

⁸³ VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 45-46.

⁸⁴ “[...] consciously combined tradition and revivalism with historically new elements in order to forge novel strategies that aimed to restore indigenous collective identity in a dynamic fashion”. MONTEIRO, John Manuel. “The crisis and transformations of invaded societies: coastal Brazil in the sixteenth century”. In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart (Eds.). *The Cambridge History of the Native People of the Americas*, v. 3, part 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 1015.

que estava bem próximo dele, o que atende às exigências empíricas da análise a ser feita⁸⁵.

Em síntese, encontramos o sudeste da América portuguesa, durante o século XVI, povoado por formações sociais diversas que, apesar das consideráveis distinções no que se refere aos modos de apropriação humana da natureza (diferenças inquestionáveis, mas difíceis de se caracterizar dada a falta de precisão nos materiais empíricos disponíveis), conheciam e praticavam técnicas de plantações análogas (fundamentadas na derrubada e queima de pequenos trechos florestais para abertura de clareiras provisórias), obedecendo a lógicas temporais movediças e circunstanciais, cujos condicionamentos seguiam os ritmos próprios do meio ambiente (estações do ano, épocas de chuvas, lunações, o dia e a noite etc.), a maior ou menor disponibilidade de recursos (esgotamento do solo, escassez da caça, cheias ou secas de rios etc.), bem como as práticas relacionais e/ou simbólicas entre indivíduos, famílias, tribos e aldeias (relações de parentesco, alianças, inimizades, guerras etc.).

A conjunção, vale dizer dialética, entre os três fatores (pode-se classificá-los, provisória e respectivamente, como “meio natural”, “forças produtivas” e “relações sociais de produção da vida”⁸⁶), aparece bem representada sob um fenômeno de dimensão estrutural para as sociedades pertencentes à família linguística Tupi-Guarani no momento imediatamente anterior à conquista: o das migrações periódicas que resultavam na ocupação de novos territórios, partindo de áreas onde a vida social dos grupos se tornava insustentável. Viu-se que o significado desses deslocamentos para a população indígena estava permeado pelos valores de “esforço conveniente” e de “recomeço”.

Lévi-Strauss, numa de suas palestras de 1977 publicadas com o título “Mito e Significado”, descreveu uma narrativa compartilhada por aborígenes canadenses segundo a

⁸⁵ FERNANDES, Florestan. “Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 1, t. 1 (“A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial”). 4. ed. São Paulo: Difel, 1972, p. 72.

⁸⁶ A despeito dos maus usos que delas já se fez, determinadas categorias do materialismo histórico, como “forças produtivas”, “relações sociais de produção”, “formações sociais”, “alienação” e, em última instância, “modos de produção”, são ferramentas teóricas úteis justamente por sua plasticidade, que permitem problematizar objetos históricos sem destituí-los de suas características próprias nem reduzi-los a coisas externas a eles próprios. Pois o único pressuposto que carregam é o de que os homens se relacionam com o meio e dele se apropriam para garantir sua sobrevivência, organizando-se coletivamente de diferentes formas para tal objetivo. A defesa e a instrumentalização de tais conceitos para se pensar as assim mal nomeadas “sociedades primitivas”, com base no conhecido prefácio de 1859 de Marx, foram realizadas, dentre outros, por: GODELIER, Maurice. *L'idéal et le matériel*. Pensée, économies, sociétés. Paris: Flammarion, 1984. Ver, também: TERRAY, Emmanuel. *O marxismo diante das sociedades primitivas*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Um esforço recente para renovar e reencontrar um diálogo possível entre o materialismo histórico e os estudos das sociedades primitivas pode ser lido em: TIBBLE, Jean. *Marx Selvagem*. São Paulo: Annablume, 2013.

qual teria havido uma época em que todos os seres eram metade humanos e metade animais, e todos muito se incomodavam com a ocorrência constante do forte “Vento Sul”, que atrapalhava as atividades de pesca e coleta de alimentos no litoral. Organizaram, então, uma expedição de captura do referido “Vento Sul”, libertando-o apenas depois de prometer que voltaria a soprar continuamente apenas em determinados períodos do ano, permitindo que o tempo restante fosse dedicado às atividades antes prejudicadas. Nas palavras de Lévi-Strauss, a originalidade da formulação mítica, nesse caso, estaria na concepção de “uma espécie de compromisso entre as necessidades da Humanidade e as condições predominantes no mundo natural”⁸⁷. A situação pode nos servir de parâmetro para uma analogia e melhor definição dos casos Tupinambá e Guaraní analisados, na posição que temos firmado em relação aos ideais e às práticas inscritos na narrativa sobre *yvy marane’ y*.

Ora, se a cada assentamento a técnica de abertura de clareiras na mata conduzia ao rápido esgotamento do solo e das reservas de caça, tornando nele a produção dificultosa e dependente de maior quantidade (e tempo) de trabalho mobilizado, tendia-se periodicamente a uma situação de instabilidade interna das aldeias (uma ruptura, portanto, no “compromisso” entre as atividades humanas e as “condições predominantes no meio natural”), uma vez que o esforço necessário para a garantia da sobrevivência material dos indivíduos passaria a ameaçar a reprodução ideal de cada grupo, retirando o tempo disponível para outras práticas que não a das plantações. Caberia, então, ocupar ou expandir-se rumo a novos territórios para que o equilíbrio (ou “compromisso”) interno fosse restabelecido, isto é, para que a existência do grupo ameaçado retornasse, outra vez, ao seu início. Essa parece-nos a melhor explicação para a conclusão de Hélène Clastres, que neste ponto julgamos ser correta, de que os movimentos territoriais dos grupos falantes do Tupi e do Guaraní ocorriam “sempre em estado de desequilíbrio social”⁸⁸.

Na contramão do que defenderam Pierre Clastres e alguns dos seus seguidores mais recentes⁸⁹, era nisso, e não numa suposta reação ao aparecimento espontâneo de uma espécie de Estado entre os ameríndios, que estava contido o conteúdo efetivo das concepções daqueles grupos e que os movia na busca por *yvy marane’ y*⁹⁰.

⁸⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70, 1978, p. 35-37.

⁸⁸ CLASTRES, Hélène. *La Tierra Sin Mal*. Op. cit., p. 69.

⁸⁹ Ver, por exemplo: SZTUTMAN, Renato. *O Profeta e o Principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo: Edusp, 2012; e TIBLE, Jean. *Marx Selvagem*. Op. cit.

⁹⁰ O debate em torno da obra de Pierre Clastres é enorme. Limite-me aqui a indicar o que parecem ser duas das mais pertinentes críticas aos escritos do referido autor: TERRAY, Emmanuel. “Une nouvelle anthropologie politique?”. *L’Homme*, t. 29 n.110. Paris, 1989; WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones guaraníes*. Buenos Ayres: SB, 2009. Em suma, Clastres, com sua proposta de uma “antropologia política” alternativa à “antropologia econômica” dos marxistas franceses do seu tempo, apenas recolocou em outros

A notabilidade dessa narrativa para os cronistas adventícios se deve, com efeito, ao fato de que o reconhecimento da mesma permitia-lhes fixar uma zona de confluência (“coincidências”) entre as imagens indígenas e as suas próprias expectativas edênicas de matriz europeia e medieval. Pois havia tempos que as suas “visões do Paraíso” tomavam a forma de uma realidade física de grande fertilidade e abundância de animais, lugar “onde não se morre” e os velhos se renovam, e cujos frutos dar-se-iam em abundância tamanha que tornaria desnecessário “apelar para o trabalho dos homens”⁹¹. O grande estranhamento com que aqueles observadores descreveram o mito indígena dissuade-nos, todavia, de imaginar ser o caso de um esforço de projeção inventiva sobre o nativo de uma crença pertencente unicamente ao europeu, uma vez que, demonstra-o Sérgio Buarque de Holanda, movia-os (sobremaneira aos portugueses como Nóbrega e Anchieta, contrastando fortemente com as razões especulativas dos castelhanos) uma espécie de “realismo sóbrio e desenganado” pelo qual seria “a experiência imediata que tende a reger a noção do mundo desses escritores e marinheiros”. Referindo-se a uma narrativa diversa (mas a frase serve bem ao que ora tratamos), o mesmo autor sintetizou: “A lenda indígena viera apenas endossar velha tradição erudita sobre a existência, em alguma parte do orbe, de uma fonte dotada daquelas propriedades”⁹².

O sentido temporal do trabalho indígena pré-cabralino tinha, pois, por traço comum e genérico a contingência estrutural, sendo sintomático que, da língua tupi antiga, não se tenha conhecimento de qualquer vocábulo apropriado para se designar o termo ocidental “agricultura”, enquanto prática geral e ordenada de exploração da terra (talvez possamos dizer “institucionalizada”), separada de outras esferas do trabalho humano, como o urbano, o doméstico, o político etc. Sabe-se que o termo *emityma*, que possuía o significado particular de plantação, horta, jardim, pomar⁹³, carregava acepções geográfico-espaciais, de nenhuma forma institucionais. Ao mesmo tempo, a referida contingência estrutural correspondia, paradoxalmente, à repetição continuada dos deslocamentos territoriais daqueles grupos.

termos as duas principais fragilidades que imputara aos seus adversários teóricos. Em primeiro lugar, um determinismo (no seu caso, um determinismo político resultante da oposição ao determinismo econômico supostamente existente nas obras de Maurice Godelier, Emmanuel Terray e Claude Meillassoux). Em segundo, uma certa dose de anacronismo e teleologia, ao estabelecer o fator “Estado” como critério de julgamento e observação das sociedades indígenas que dele não possuíam ainda qualquer conhecimento e por sugerir, sem qualquer preocupação efetiva de documentar as suas teses, que o surgimento de algo como um Estado era necessário e já latente entre os povos anteriores à colonização do continente americano. Nessa linha, parece justo trazer para esse caso o parecer de José Jobson de Andrade Arruda, que aponta nos “tempos que correm [um processo que todavia remonta aos tempos de Clastres] de privilegiamento do papel da esfera política na história, um retorno ao arquétipo positivista disfarçado em discurso modernizante”. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2015, p. 378.

⁹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. Op. cit., pp. XI, XVIII, 44, 172-173, 183, 191, 211 e 305.

⁹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. Op. cit., pp. 5; 25; 372.

⁹³ NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. Op. cit., p. 100-101.

Seria, assim, mais apropriado considerar a concepção e a experiência do trabalho ameríndio do período imediatamente anterior à colonização (ou, ao menos, os aspectos primordiais dessa experiência) como expressivas de uma lógica do tempo “escalonado” ou “espiralado”, e não somente ou meramente “cíclico”. Pois não se trataria, de acordo com a análise transcorrida até aqui, de um trajeto linear, sucessivo e portador de começo, meio e fim determinados, mas de simultâneas e variadas formas de experiências coletivas que procuravam se perpetuar e se reproduzir a partir do “retrocesso” a um novo início tão logo a possibilidade de seu fim aparecia, sem que esse fim fosse efetivamente experimentado⁹⁴. “Renovar o eterno”, na feliz expressão de Maria Inês Ladeira⁹⁵. A crer na narrativa indígena descrita por Anchieta, o recomeço resultante do encontro de *yvy marane’ y* permitiria às mulheres velhas se tornarem jovens outra vez. Não se tratava de seres mortos que renasceriam e/ou ressuscitariam para dar início a uma nova vida, isto é, a um novo ciclo.

Do ponto de vista da parcela de tempo diário ocupado pelos nativos na produção do seu sustento – o qual, conforme descrevem os cronistas, devia ser correspondente a algo próximo a cinco ou seis horas –, pareceria lícito afirmar que tais sociedades obtinham um volume médio de produtos muito aquém de suas possibilidades reais. No entanto, ignora-se, com isso, o fato de que o próprio universo imaterial das sociedades indígenas – suas crenças, previsões e expectativas – foram parte dos elementos a partir dos quais os seus membros se organizaram a fim de arrancar do meio natural sua subsistência, trabalhando-o não “aquém” de suas possibilidades, mas “conforme” as suas necessidades coletivas (materiais e místicas, sempre sem qualquer distinção absoluta).

Realizava-se trabalho de acordo com as necessidades materiais e simbólicas correspondentes às expectativas do próprio grupo⁹⁶, inexistindo o sentido do trabalho

⁹⁴ Uma síntese bibliográfica sobre “tempo linear” e “tempo cíclico” nas assim chamadas “sociedades primitivas” pode ser lida em: MAZZOLENI, Gilberto. *O Planeta Cultural: para uma antropologia histórica*. Tradução de Liliana Laganà e Hylío Laganà Fernandes. São Paulo: Edusp; Instituto Italiano di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1992, p. 183-203.

⁹⁵ LADEIRA, Maria Inês. “Yvy maraëy; renovar o eterno”. *Suplemento Antropológico*, v. 34, n. 2. Asunción, 1999, p. 81-100.

⁹⁶ Não devemos, contudo, confundir a ausência de imposições externas com a ideia simplista expressa em afirmações como a seguinte: “The Tupinamba thus worked not to accumulate possessions but only for simple survival” (“Os Tupinambá assim trabalhavam não para acumular bens, mas apenas para a simples sobrevivência”). MacCORMACK, Sabine. “Ethnography in South America”. In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart. *The Cambridge History of the native peoples of the Americas*, v. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 1. Na verdade mais correto seria dizer, como Branislava Susnik, que: “La productividad no es acumulativa, faltando el acondicionamiento ecológico o tecnológico; el concepto espacial abierto predomina sobre el concepto de una explotación nucleada y cerrada; la abundancia, el minimum del exceso productivo, se redistribuía en las grandes convocatorias intergrupales que reafirmaban vínculos sociopolíticos o formaban alianzas guerreras” (“A produtividade não é acumulativa, faltando o condicionamento ecológico ou tecnológico; o conceito espacial aberto predomina sobre o conceito de uma exploração nuclear e fechada; a abundância, o mínimo do excesso produtivo, se redistribuía nas grandes

estranhado e o da acumulação que viriam depois a resultar do processo colonizador, como veremos no que tange ao caso particular da colonização paulista. Trata-se de algo expresso na fala de um velho Tupinambá, registrada e traduzida (embora certamente em alguma medida transcrita) por Jean de Léry:

[...] agora vejo que vós outros maíras [franceses] sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que, depois da nossa morte, a terra que nos nutriu também os nutrirá. Por isso, descansamos sem maiores cuidados⁹⁷.

A argumentação esboçada acima oferece elementos suficientes para que não se classifique as sociedades indígenas unicamente pela “ausência” de alguma coisa – no caso, um tempo do trabalho estranhado – à qual estariam fadadas tão logo obtivessem contato com o primeiro europeu que aqui desembarcou. Esse procedimento, tendente ao etnocentrismo, seria análogo àquele que denunciou Pierre Clastres em torno da existência ou não do Estado entre os nativos. Em outras palavras, a fala do velho Tupinambá exprime a utilização do tempo entre os ameríndios dos séculos XV e XVI, sobretudo, “para garantir um domínio do meio natural *adaptado e relativo às suas necessidades*”⁹⁸, não podendo ser estas reduzidas unicamente à “sobrevivência física” dos grupos.

No capítulo seguinte, acompanharemos o processo de inserção dessas populações indígenas do planalto meridional americano em uma complexa estrutura produtiva geradora de excedentes e o progressivo afastamento delas em relação ao sentido e aos produtos do trabalho que, uma vez cativos e convertidos em trabalhadores compulsórios, passaram a realizar sob a ordem dos proprietários de São Paulo. Antes disso, porém, cumpre avaliar as linhas gerais do processo de construção de uma sociedade colonial na região, revelando ao mesmo tempo sua estrutura e os seus mecanismos básicos de funcionamento durante o século XVII, primeira fase

chamadas intergrupais que reafirmavam vínculos sociopolíticos ou formavam alianças guerreiras”). SUSNIK, Branislava. *Interpretación etnocultural de la complejidad sudamericana antigua*, v.1. Asunción: Museo Etnografico Andres Barbero, 1994, p. 136-137.

⁹⁷ LÉRY, Jean. *Viagem à Terra do Brasil*. Op. cit., p. 169-170.

⁹⁸ CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Op. cit., p. 203.

de grande crescimento e consolidação da ocupação territorial de matriz europeia naquelas partes.

1.2. São Paulo no século XVII, visão geral: uma sociedade agrícola e comercial de média densidade, sustentada pela força de trabalho indígena

A vila de São Paulo de Piratininga⁹⁹ situava-se em meio a um conjunto diversificado de paisagens, por vezes designado pela imprecisa categoria “sertão”¹⁰⁰. Era composto por desde planícies de inundação até pelo espigão central (onde atualmente se situa a Avenida Paulista) e pelos morros da Serra da Cantareira. O planalto paulista constitui uma zona com extensão aproximada de 3.200 quilômetros quadrados e entre 300m e 900m de altitude, cujos limites naturais são estabelecidos pela Serra do Mar a leste e, a oeste, pela depressão periférica paulista, que separa os planaltos e serras do Atlântico leste-sudeste dos planaltos e chapadas da bacia sedimentar do Paraná. A paisagem combinava ainda uma extensa área de floresta tropical com largos trechos de vegetação de tipo cerrado (também chamados de “campos”¹⁰¹).

Essa diversidade natural seria de grande importância para o desenvolvimento de uma produção agrícola relativamente variada na região durante o século XVII. O solo, pobre e seco em algumas partes, poderia se apresentar bastante fértil em outras, sobretudo nas várzeas dos grandes rios que alimentam o planalto (destacadamente os rios Tamanduateí, o Pinheiros e o Tietê, à época chamado de Anhembi¹⁰²). O clima de temperatura amena (médias entre 16°C e 19°C) propicia a concentração das chuvas nos meses de verão¹⁰³ (condicionando a rotatividade

⁹⁹ O termo “Piratininga”, no tupi antigo, designava “peixe seco”, aludindo ao fenômeno de recuo das águas dos rios nas épocas anuais de estiagem (“sobretudo de agosto a fins de setembro”), aprisionando os peixes nas várzeas secas expandidas. AB’SABER, Aziz. “O solo de Piratininga”. In: BUENO, Eduardo (Org.). *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 34. Cf., também, NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. Op. cit., p. 594.

¹⁰⁰ Durante o século XVII: “A palavra *sertão* [...] designava o desconhecido, a imensa vastidão”. METCALF, Alida. “Vila, reino e sertão no São Paulo colonial”. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (Org.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, p. 420.

¹⁰¹ Em uma carta direcionada ao Geral em Roma Diogo Lainez, datada de 1560, José de Anchieta assim pronunciou: “em Piratininga (que fica no interior a trinta milhas daqui [de São Vicente, onde Anchieta escrevia], engalanada de campos espaçosos e aberto)”. ANCHIETA, José de. *Minhas Cartas*. São Paulo: Melhoramentos; Pateo do Collégio, 2004, p. 28. O termo “campos de Piratininga” aparece dessa forma referido em: CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Op. cit., p. 173 (“e principalmente nos campos de Piratininga, por ter bons pastos”). Aziz Ab’Saber, porém, chegou à conclusão de que o termo “campos” pode ter antes se referido especificamente aos redutos de cerrado do que propriamente ao conjunto de paisagens de serra acima da capitania vicentina. AB’SABER, “O Solo de Piratininga”. Op. cit., p. 32-41. O sentido conferido por Frei Gaspar da Madre de Deus ao termo geográfico “campo” é genérico e impreciso, mas igualmente válido para o seu emprego nos dois primeiros séculos coloniais: “*Campo*, por distinção das terras de Beira-Mar”. MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* (1797). São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, p. 119.

¹⁰² Os significados de “Anhembi” (“rio das anhumas”) e “Tamanduateí” (“rio dos tamanduás verdadeiros”), indicam a presença dos referidos animais nas suas respectivas várzeas. AB’SABER, Aziz. “O solo de Piratininga”. Op. cit., p. 34; NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. Op. cit., pp. 543; 599.

¹⁰³ “Na primavera, que principia em setembro, e no verão que começa em dezembro, caem abundantes e frequentes chuvas com grande tempestade de trovões e relâmpagos”; “Assim pois todos os calores do verão se temperam

das culturas, como se verá em capítulo posterior) e favorece a plantação de determinados grãos e cereais¹⁰⁴.

Pode-se dizer que antes da virada do século XVI para o XVII, a sociedade colonial paulista não havia adquirido ainda a forma e a relativa “estabilidade”¹⁰⁵ que teria, sobretudo, após 1600, pois o que antes disso eram pequenos e precários núcleos de ocupação europeia, buscando se afirmar frente aos meios natural e humano daquela afastada região americana, obtendo sucessos meramente pontuais e esporádicos, viveu entre as décadas de 1600 e 1620 um rápido crescimento demográfico e o fortalecimento de suas instalações rurais e urbanas. Tais processos ocorreram paralelamente à conquista dos numerosos grupos nativos habitantes do planalto, à diminuição da existência de aldeias indígenas “autônomas” no entorno da vila e à sujeição de suas populações ao cativo e à escravização pelos colonos.

É verdade que o Colégio dos jesuítas já estava instalado na área desde o ano de 1554; além disso, que a Câmara da vila e o pelourinho estavam ali erguidos desde 1560, após terem sido transferidos de Santo André da Borda do Campo por ordem do governador-geral Mem de Sá, em razão da frequente ameaça dos Tamoio ao assentamento¹⁰⁶; e que, em 1600, já

com a abundância de chuvas; mas no inverno (passado o outono, que começa em março numa temperatura intermédia) acabam as chuvas, e a força do frio torna-se mais aguda em junho, julho e agosto”. ANCHIETA, José de. *Minhas Cartas*. Op. cit., pp. 28 e 29. Carlos Schmidt lembrou que a compreensão da existência de uma estação chuvosa e outra seca levou os sertanistas a incorporarem no seu vocabulário uma primeira noção de calendário agrícola, com as expressões “monção das águas”, “monção da seca” e “tempo das frutas”. SCHMIDT, Carlos Borges. *Técnicas Agrícolas Primitivas e Tradicionais*. Op. cit., p. 49.

¹⁰⁴ Para a elaboração desse quadro geofísico dos campos de Piratininga, evidentemente sumário, foram consultadas as seguintes obras: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org). *Geografia do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001; MORAES, Paulo Roberto. *Geografia Geral e do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Harbra, 2003; AB’SABER, Aziz. “Natureza primária de São Paulo de Piratininga: um passeio pelo mosaico de campos e matas da região quando começou a ser colonizada”. *Scientific American Brasil*, v. 3, n. 25. São Paulo, 2004, p. 94; AB’SABER, Aziz. “O solo de Piratininga”. Op. cit. Agradeço a Fernando Sciliano Reyes pelos esclarecimentos sobre o tema.

¹⁰⁵ Os anos de 1600-1601 parecem de fato coincidir com uma mudança na configuração das relações sociais na região e o início do que estou chamando aqui de uma “sociedade agrícola comercial de média densidade, sustentada pela força de trabalho indígena”, cujos contornos persistirão até as últimas décadas do século (cronológico) XVII, quando os esforços de exploração das minas de ouro lançaram as bases de um novo modelo de organização colonial. Todavia, José Jobson de Andrade Arruda chegou a propor a interessante ideia de um “longo século do sertanismo paulista”, expandindo os limites da cronologia formal para os anos 1532-1711, sob a alegação razoável de que “o movimento ondulante da história não obedece à compartimentagem astronômica do tempo”. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *São Paulo nos séculos XVI-XVII*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/POIESIS, 2011, p. 2. Seus critérios de classificação, no entanto, diferem daqueles aqui estabelecidos, pois sua caracterização daquele “longo século” assenta-se em demasia no fenômeno das bandeiras e não atenta suficientemente para as diferentes lógicas e interesses sociais aos quais elas efetivamente serviram em cada período. As razões das investidas ao sertão anteriores à chegada do governador geral D. Francisco de Souza à vila de Piratininga, por volta de 1600, diferiam da orientação adotada pelos sertanistas nas décadas subsequentes e, mais ainda, das expectativas decorrentes das descobertas auríferas durante as décadas de 1690 e 1700. Por isso, parece-me cabível analisar o “século XVII” a partir das suas balizas cronológicas e formais, pois com elas coincidem outras tantas, de caráter social, econômico e político, conforme ficará esclarecido no decorrer do presente tópico.

¹⁰⁶ Sobre a fundação da vila, ver também: SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo: Moderna, 1984, p. 21-32; CORTESÃO, Jaime. *A Fundação de São Paulo – capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

existiam os aldeamentos régios de índios de São Miguel, Pinheiros e Guarulhos, sobreviventes apesar de outros tantos de semelhante condição terem naquele mesmo período desaparecido. Seria, no entanto, incorreto considerar que algum dos referidos estabelecimentos foram empresas seguras e/ou algum tipo de unidade estável já durante o século XVI.

A inexistência de uma força de trabalho regular e disponível para o trabalho agrícola, o número insuficiente de mão de obra qualificada, a carestia alimentar, a escassez de recursos materiais advindos do reino, os constantes ataques indígenas e as infundáveis epidemias dificultavam, para não dizer que tornavam quase que completamente inviável, a permanência dos adventícios em São Paulo.

A Guerra dos Tamoio (1554-1567), embora mais latente no litoral e que dela resultassem para os paulistas do planalto alguns cativos, fazia crescer na região de serra acima uma necessidade permanente de proteção e alimentos. Em 1562, a vila foi inteiramente arrasada pelo ataque de uma fração dos Tupinikim, chefiada por Piquerobi, e teve de ser reconstruída nos anos subsequentes, após a vitória dos portugueses contra os levantados¹⁰⁷. Naquele momento, ainda não haviam sido de todo abandonados os esforços pelo desenvolvimento de uma economia açucareira próspera no litoral vicentino, sendo ali mesmo consumida boa parte dos escravos conquistados no interior, bem como dos capitais estrangeiros que chegavam desde o Atlântico¹⁰⁸. A proliferação da varíola entre 1560 e 1564, ida da costa ao planalto em 1563, foi particularmente danosa, e nisso se somou a tantas outras epidemias pontuais cujos achaques não nos são plenamente conhecidos, respectivamente nos anos de 1554, 1559, 1579¹⁰⁹. Acrescente-se, além do mais, que ainda durante a década de 1580, as precárias construções coloniais (feitas com paredes de taipa e cobertas de palha, na ausência de telheiros

¹⁰⁷ Acerca do conflito particular de 1562 e da Guerra dos Tamoio em geral, numa abordagem capaz de compreender de maneira combinada as situações de “resistência guerreira” e “colaboração”, ver: PREZIA, Benedito. *Os Tupi de Piratininga*. Op. cit., p. 250-350.

¹⁰⁸ À “fase açucareira”, por assim dizer, da capitania vicentina, foram dedicados até o momento poucos estudos. Referência importante é o documento descoberto por Eddy Stols em Bruxelas sobre o Engenho São Jorge dos Erasmos, transcrito e publicado em: STOLS, Eddy. “Um dos primeiros documentos sobre o engenho dos Schetz em São Vicente”. *Revista de História*, n. 76. São Paulo, 1968, p. 407-419. Ver, também: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 31-33; e ARRUDA, José Jobson de Andrade. *São Paulo nos séculos XVI-XVII*. Op. cit., p. 51-63.

¹⁰⁹ Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., pp. 39, 46, 53 e 232 (nota 79); “SESSÃO de 29 de abril de 1564”. ACSP, v. 1, p. 40.

especializados), incluindo o edifício da própria Câmara, estavam sujeitas a repetidos desabamentos¹¹⁰. O mesmo destino sofreu por vezes, também, o próprio pelourinho da vila¹¹¹.

Algumas estimativas populacionais já realizadas sobre os números da população branca de Piratininga quinhentista ilustram bem essa realidade. Nuto Sant’anna, cujas conclusões pareceram a Sérgio Buarque de Holanda notáveis, ainda que parcialmente inaceitáveis, encontrou um reduzido total de 100 pessoas (incluindo homens e mulheres) para o período 1554-1570, e 420 para o intervalo entre 1570 e 1600¹¹². Já na perspectiva de Maria Luíza Marcílio, de 120 fogos (isto é, “domicílios”) existentes entre os anos 1583 e 1585, a vila chegaria a algo em torno de 150 entre 1589 e 1591, decaindo para 100 fogos (e apenas 200 indivíduos) até 1600. Segundo os dados fornecidos pela autora, apenas depois daquele ano o crescimento demográfico paulista se tornaria, grosso modo, contínuo¹¹³.

Parece-me plausível compreender, junto com Florestan Fernandes e John French (embora uma defesa pormenorizada da tese extrapole o rol de pretensões deste trabalho), que as dificuldades de erigir uma sociedade colonial sobre sólidas bases em São Paulo durante o século XVI relacionavam-se à impossibilidade de se desestabilizar em curto prazo a lógica societária imposta aos adventícios pela população nativa numericamente superior. Para French, somente no final do século XVI São Paulo romperia “com o padrão inicial, na [sic] qual uma minoria europeia encontrava-se envolvida na sociedade e na economia indígena”¹¹⁴. Ora, sabe-se que a prática do escambo, nas suas condições iniciais, atendeu às próprias exigências e expectativas aborígenes¹¹⁵. Por outro lado, sendo a guerra e o parentesco elementos

¹¹⁰ SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo 1554-1880*. Op. cit., p. 36-37. Sobre as características da arquitetura colonial paulista e brasileira: SAIA, Luís. *Morada Paulista*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995; KATINSKY, Julio Roberto. *Um guia para a História da Técnica no Brasil Colônia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998; LEMOS, Carlos. “Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1 (“A Cidade Colonial”). São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 145-177.

¹¹¹ NEVES, Cylaine Maria das. *A Vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 104-123.

¹¹² SANT’ANNA, Nuto. *Metrópole: histórias da cidade de São Paulo, também chamada São Paulo de Piratininga e São Paulo do Campo em tempos de El-Rei, o Cardeal Dom Henrique, da Dinastia de Avis*, v. 3. São Paulo: Departamento de Cultura, 1953, p. 5; HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Movimentos da População em São Paulo no século XVIII [XVII]”. *Revista do IEB*, n. 1. São Paulo, 1966, p. 63-64. Também publicado em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Escritos Coligidos*, livro 2 (1950-1979). Organização de Marcos Costa. São Paulo: Edunesp; Perseu Abramo, 2011, p. 313-380. A crítica de Holanda dirige-se à falsa suposição compartilhada por Sant’anna de que o aumento populacional da vila foi progressivo, fixando grandes intervalos e ignorando algumas evidências por ele mesmo apontadas sobre as oscilações numéricas daquela população em determinados anos.

¹¹³ MARCILIO, Maria Luíza. “A população paulistana ao longo dos 450 anos da Cidade”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1 (“A Cidade Colonial”). São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 253.

¹¹⁴ FRENCH, John. “Riqueza, poder e mão de obra numa economia de subsistência: São Paulo, 1596-1625”. *Revista do Arquivo Municipal*, n. 195. São Paulo, 1982, p. 80.

¹¹⁵ “Enquanto estes [os brancos] eram em pequeno número e podiam ser incorporados à vida social aborígene ou se acomodavam às exigências dela, nada afetou a unidade e a autonomia do sistema social tribal [...]. Os

fundamentais da dinâmica relacional dos principais grupos ameríndios contatados, torna-se claro que os caminhos e descaminhos que sofreram as alianças envolvendo, por exemplo, Tupinikim, Tupinambá, portugueses e franceses na costa, durante as décadas de 1550 e 1560, não foram em nada estranhos ao modo de relacionamento nativo. O processo de enfraquecimento dessas relações e a criação das precondições necessárias para a sedimentação de novos padrões de sociabilidade exigiu, para alcançar um patamar mínimo de estabilidade, algumas décadas de experiência de contato e conflito por parte dos adventícios e da população indígena local.

Isso não exclui, em primeiro lugar, que distintos projetos de sociedade colonial já estivessem sendo elaborados naquele momento, tanto por parte dos moradores quanto dos padres jesuítas, sendo que alguns deles se consolidariam somente mais tarde, retrabalhados ali ou alhures. Foram tais, por exemplo, os casos do projeto de aldeamento de índios sob o poder temporal dos jesuítas, idealizado primeiramente por Nóbrega, e as demandas extrativistas por metais e pedras preciosas do sertão paulista que moveram desde o início aventureiros europeus à sua procura no sertão paulista, resultando em visões de uma sociedade bem organizada de extração mineira no modelo Potosí. Também não se ignora, em segundo lugar, que as relações entre índios e europeus desde o contato presenciaram variadas formas de transformações, ajustes, adaptações e acomodações mútuas, que tornaram compatíveis a absorção de elementos humanos estrangeiros pelos sistemas nativos (como João Ramalho, um europeu que adotara os costumes indígenas para fins próprios), de um lado, e a aceitação relativa dos valores e condições oferecidas a estes pelos recém-chegados (o exemplo mais claro seria o de Tibiriçá, rebatizado como Martim Afonso: um líder dos Tupinikim que incorporara práticas europeias, também com o fito de alcançar fins próprios), de outro. As sociedades indígenas se transformavam e eram transformadas ao passo que possibilitavam, limitavam e/ou condicionavam a ação colonial sobre a sua gente, a sua natureza, e os seus territórios¹¹⁶.

contatos dos Tupi com os franceses sempre se fizeram segundo esse tipo de relação”. FERNANDES, Florestan. “Antecedentes Indígenas: organização social das tribos tupis”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 1, t. 1 (“A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial”). 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 80. Sobre o tema do escambo, o clássico livro de Alexander Marchant continua sendo referência fundamental, a despeito de ter alguns pontos superados e das críticas mais ou menos pontuais que a ele podem ser feitas, mais de setenta anos após sua primeira publicação. MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil 1500-1580*. 2. ed. Tradução de Carlos Lacerda. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.

¹¹⁶ Desconheço melhor síntese dessa complexa teia de relações que dois textos escritos por John Manuel Monteiro, consistindo o último deles no primeiro capítulo do livro “Negros da Terra”. MONTEIRO, John Manuel. “The crisis and transformations of invaded societies: coastal Brazil in the sixteenth century”. In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart (Ed.). *The Cambridge History of the Native People of the Americas*, v. 3, part 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 973-1023; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*.

A partir da década de 1580, algumas ações realizadas se tornariam verdadeiros alicerces para o posterior desenvolvimento de uma sociedade colonial propriamente dita no planalto. Foi nessa época que se realizaram as primeiras expedições coletivas e de grande porte ao sertão, as quais retornaram com cativos que foram distribuídos entre os moradores do planalto. As expedições de Jerônimo Leitão (1581, 1585 e 1590), margeando os rios Tietê e Paranapanema e atingindo os territórios do Guairá, fizeram retornar consigo grupos de Tememinó, Tupinikim e Karijó. As de Domingos Luís Grou (1587 e 1590), uma das quais pelo Rio Jaguari, cativou índios Tupinikim e Tupinaé. Além de indivíduos dessas etnias, também capturados pelas expedições de Antônio de Macedo (1590), Jorge Correia (1594) e Manuel Soeiro (1595), elementos do gentio Tamoio e “pé-largo” foram levados aos campos de São Paulo por Afonso Sardinha (1593 e 1598) e João Botafogo (1596), quando percorreram, respectivamente, o Rio Grande e o Vale do Paraíba¹¹⁷.

Essas expedições, movidas pelo ideal de “guerra justa”¹¹⁸ como retaliação aos ataques indígenas sofridos, resultou na primeira conquista concreta dos colonizadores contra as sociedades indígenas locais, destruindo aldeias e apropriando-se definitivamente de consideráveis extensões de terra. Sua consequência principal foi a chegada da primeira onda massiva de índios prisioneiros para o interior da capitania vicentina. Com essa mão de obra, cresceria nos principais assentamentos rurais da região a disposição para produzir excedentes agrícolas e, com isso, uma atividade comercial capaz de escoá-los. Com o século XVII, portanto, surgiram novas orientações e possibilidades econômicas e de trabalho, geradoras de processos históricos e sociais que se mostraram, naquela região, originais. Em suma, pôde-se dessa feita forjar, conforme verificaremos a seguir, uma sociedade agrícola e comercial sustentada pela força de trabalho indígena.

Op. cit., p. 17-56. A tese de doutorado escrita por Benedito Prezida, mais extensa e detida sobre o assunto, é, igualmente, digna de atenção: PREZIDA, Benedito. *Os Tupi de Piratininga*. Op. cit. Ademais, ver, também: ZEQUINI, Anicleide. “A fundação de São Paulo e os primeiros paulistas: indígenas, europeus e mamelucos”. In: VÁRIOS AUTORES. *Terra Paulista: histórias, arte, costumes - A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008, p. 29-53; KOK, Glória. “Peregrinações, conflitos e identidades indígenas nas aldeias quinhentistas de São Paulo”. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, 2009; KOK, Glória. “A conquista dos índios na formação da Vila de São Paulo”. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *São Paulo: das tribos indígenas às tribos urbanas*. São Paulo: CIEE, 2013, p. 14-24.

¹¹⁷ MONTEIRO, John Manuel. *São Paulo in the Seventeenth Century: economy and society*. Tese de Doutorado. Illinois, University of Chicago, 1985, p. 416 (table 26).

¹¹⁸ Conceito teológico e jurídico que previa o direito de defesa e retaliação, assim como meio de conversão e legitimação das conquistas ibéricas na América, continente no qual fora pensado e aplicado, nos séculos XVI e XVII, majoritariamente com base na interpretação dele feita pelos teólogos ibéricos. SALGUEIRO, Fernanda Elias Zaccarelli. *Defesa, Conversão e Vingança: a guerra justa contra ameríndios entre letrados e leis castelhanas (1492-1573)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015.

Uma sociedade agrícola...

A partir das informações dispostas nos inventários de bens, podemos classificar em quatro tipos os gêneros agrícolas que foram produzidos em São Paulo durante o século XVII: 1) um gênero alimentício fundamental, mas sem relevante valor mercantil (a mandioca); 2) gêneros auxiliares de subsistência, também desprovidos de valor monetário a se considerar (a laranja, o limão, a uva, a banana, o marmelo, o cará etc.); 3) produtos fundamentais de subsistência, portadores em maior ou menor medida de possibilidades mercantis (o milho e o feijão); 4) gêneros prioritariamente comerciais, mas que também poderiam servir às necessidades de determinados setores da população local (a cana, o trigo e o algodão).

A criação de animais (bois e vacas, porcos, cabras, ovelhas e carneiros, galinhas, patos, éguas e cavalos), embora qualitativamente diversa, seria uma atividade funcionalmente próxima ao terceiro tipo agrícola, já que as carnes estavam presentes na base alimentar da população paulista (sobretudo a carne de porco, junto aos peixes) e também ofereciam boas possibilidades de ganho aos criadores (sobretudo através do comércio de carne bovina, em geral pouco disponível para o consumo da população local)¹¹⁹. Em 1610, o jesuíta Jácome Monteiro dizia ter encontrado no planalto “grandes campos mui povoados de gado vacuum e de cavalos e éguas, que vêm a ser tantas em número, que não têm preço”¹²⁰. Para Alcântara Machado, a pecuária apresentou durante todo o período uma frequência muito maior que a de qualquer produto agrícola: “Os campos de Piratininga se prestam esplendidamente à pecuária”; e esse autor chegara mesmo a atribuir à criação de gado o mote do processo de ocupação do planalto paulista no século anterior¹²¹.

Entre as primeiras abordagens historiográficas que perceberam a variedade dos gêneros produzidos em terras paulistas na época colonial, deve ser lembrada a clássica obra do autor acima referido, Alcântara Machado, embora o mesmo não tenha explorado o assunto com a devida profundidade, limitando-se apenas a apontá-lo¹²². Posteriores a ele, autores como Belmonte, Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda tiveram também o seu papel na

¹¹⁹ A dimensão das reses variava muito, mas já nesse período havia criadouros cujas quantidades ultrapassavam a de uma centena de animais, o que, a bem da verdade, se manteve até o fim do século XVII, sendo que em meados dele já seria possível localizar um morador, cujo nome se menciona repetidamente neste trabalho, possuindo nada menos que 485 cabeças de gado bovino. Cf. “Inventário de Manuel João Branco” (1643). AESP, IT, v. 13, pp. 291, 296-298; SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo 1554-1880*. Op. cit., p. 54-59. Segundo Ilana Blaj, é apenas nas duas últimas décadas do XVII que esse setor econômico se expande e, mais que isso, se mercantiliza plenamente. BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP; FAPESP, 1995, p. 160-168.

¹²⁰ MONTEIRO, Jácome. “Relação da Província do Brasil”. Op. cit., p. 395.

¹²¹ MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 64.

¹²² MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Op. cit., p. 62-64.

definição dos caminhos para o conhecimento dessa complexidade agrícola¹²³, mas somente com os trabalhos de John Manuel Monteiro a questão encontrou um tratamento mais direto e cuidadoso. Enfatizando a existência dos diferentes produtos que eram plantados por índios e paulistas no século XVII, Monteiro destacou entre eles o papel da produção triticultora na conformação de uma estrutura social e econômica peculiar e das relações comerciais e escravistas entre colonos e ameríndios¹²⁴. Lamentavelmente, tendo se passado mais de vinte anos desde a publicação de seu livro principal, “Negros da Terra”, e trinta desde a conclusão da tese que o originou, “São Paulo in the seventeenth century”, pouco avançaram outros historiadores neste mesmo campo. Numa síntese recente onde retoma as conclusões daqueles escritos, o mesmo autor podia ainda se queixar:

Ao contrário do que se supõe na historiografia vigente, que afirma a predominância de uma agricultura camponesa de subsistência, o motor da economia seiscentista era o setor de abastecimento, atividade essa basicamente ignorada na bibliografia histórica sobre o Brasil colonial.¹²⁵

Seja como for, tornou-se inviável sustentar ainda a noção tradicional de que a economia de São Paulo seiscentista permanecia sob as condições e as dificuldades vividas no século anterior, reduzindo-se a uma mera comunidade miserável e de subsistência penosa, marcada pela pobreza quase absoluta, pela permanente carência alimentar e/ou pelo isolamento¹²⁶.

¹²³ BELMONTE. *No Tempo dos Bandeirantes*. São Paulo: Governo do Estado, 1980, p. 27-48 (capítulos 3 e 4: “Os sítios e os trigais” e “Ainda as fazendas”); ELLIS Jr., Alfredo. *Capítulos da História Social de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 300-303 (capítulo XXXI: “A policultura paulista”); HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 147, 168, 215.

¹²⁴ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., pp. 99-128 (particularmente p. 114); 129-153 (capítulos 3 e 4: “O celeiro do Brasil” e “A administração particular”).

¹²⁵ MONTEIRO, John Manuel. “Os Guarani e o Brasil Meridional”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 494.

¹²⁶ A superação final dessas imagens tradicionalistas (forjadas e difundidas com diferentes nuances do século XIX até meados do XX por escritores e intelectuais expoentes da elite dirigente local em busca de uma identidade própria – tais como Toledo Piza, Aroldo de Azevedo, Paulo Prado, Theodoro Sampaio, Basílio de Magalhães, Washington Luís, Afonso Taunay, Oliveira Vianna, Ernani Silva Bruno e Alfredo Ellis Jr.), em favor da percepção do caráter mercantil da economia paulista dos séculos XVII e início do XVIII, foi declarada nos balanços críticos feitos por três historiadoras: BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões*. Op. cit., pp. 39-85; 157-208 (capítulos 1 e 3: “A Construção das Imagens” e “As Veredas da Mercantilização”); BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A Teia Mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 37-55; MARANHO, Milena Fernandes. *A Opulência Relativizada: níveis de vida em São Paulo do século XVII (1648-1682)*. Bauru: Edusc, 2010, p. 37-62 (Capítulo 1: “Os percursos da historiografia”); MARANHO, Milena Fernandes. *Vivendas Paulistas: padrões econômicos e sociais de vida em São Paulo de meados do século XVII (1648-1658)*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1998, p. 21-47.

Para acompanhar a evolução histórica da economia paulista ao longo do século XVII, partindo da observação conjunta das principais atividades rurais administradas pelos proprietários do planalto, o Gráfico 1, abaixo, apresenta os percentuais relativos das propriedades ocupadas com a produção de cada gênero agrícola comerciável e com a criação de animais. Foi elaborado com base nas informações presentes na Tabela 1 (reproduzida ao final deste capítulo), por sua vez retiradas do exame da coleção de “Inventários e Testamentos”, de 47 volumes, transcritos e publicados por profissionais do Arquivo Público do Estado de São Paulo¹²⁷. As estimativas foram feitas com base nas amostras disponíveis para cada década, considerando-se apenas as propriedades nas quais há referência explícita à época e ao tamanho das colheitas nos seus respectivos anos, o que todavia não ocorreu de maneira suficiente nas referências à mandioca e às frutas silvestres, destituídas como eram de valor comercial¹²⁸.

¹²⁷ AESP, *Inventários e Testamentos* – Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de Órfãos da Capital, 47 vols. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo, 1920-1999.

¹²⁸ A crer nos dados oferecidos por Andrade, no entanto, sobre a ocorrência da produção de mandioca nos sítios paulistas, temos: até 1624, 79%; de 1625 a 1659, 59%; e, daí até 1684, 22%. Cf. ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A Memória das Máquinas: um estudo de história da técnica em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010, p. 115. Optou-se por não incorporar os dados usados pelo referido autor em nosso gráfico pelo fato de que a amostra ali mobilizada, os critérios de leitura das fontes e maneiras de tratamento dos dados quantitativos diferem dos que aqui se adota.

Durante os anos de 1600 a 1620, a preeminência da criação de animais já se fazia sentir, tendo o seu índice de presença nos sítios do planalto crescido de 68,4% para 91,6%. Esse percentual sofreria um revés considerável nas décadas seguintes, caindo para 73,5% em 1621-30, 68,6% em 1631-40 e 56,4% em 1651-60, seguindo um quase imperceptível acréscimo para 69,5% nos anos 1641-50. Logo em seguida, a atividade pecuária voltaria a se ampliar, atingindo 65,6% dos assentamentos em 1661-70 e 66,6% em 1671-80, mas logo sofreria nova queda para 57,8% em 1681-90 e, de 1691 a 1700, para 56%. A despeito dessa perda, a atividade criadora se manteve como a ocupação rural mais frequente de São Paulo durante quase todo o século (ainda que não a mais importante, pois nesse cálculo foram considerados tanto os sítios que abrigavam centenas de animais como aqueles possuidores de uma única vaca, por exemplo), perdendo apenas para o milho durante a década de 1610, sem nunca ter sido presente em menos da metade das propriedades.

A dependência ou o caráter suplementar das criações frente à agricultura colonial é evidenciada pelo acompanhamento das vicissitudes de uma por outra. Com exceção dos primeiros anos do século, quando agricultura e pecuária disseminaram-se juntas, como é próprio de uma sociedade em processo de estruturação, bem como dos últimos decênios, quando ambas sofreram lado a lado uma aparente diminuição, como é de se esperar de uma economia em crise e/ou em processo de reestruturação, a época de maior queda da atividade pecuária (1620-1660) corresponde ao tempo de maior crescimento da agricultura comercial de São Paulo, enquanto a retomada da maior presença das criações ocorreria justamente no período de maior abalo das plantações da região (1650-1680).

Os dados referentes às duas primeiras décadas ilustram uma sociedade agrícola em processo de consolidação, onde convivem, de um lado, o predomínio dos gêneros alimentícios básicos de subsistência (somando-se a eles o algodão, matéria-prima essencial das vestimentas) e, de outro, a expansão mais acelerada da presença de um gênero de valor fundamentalmente comercial, o trigo. A combinação dessas duas tendências explicita o surgimento de uma capacidade inédita de geração de excedentes agrícolas cambiáveis. Ora, de início o algodão e o milho apareceram em, respectivamente, 36,8% e 21% das propriedades, no que foram seguidos pela cana de açúcar (15,7%) e pelo trigo (5,2%). Durante a segunda década, o milho convertera-se no gênero agrícola principal, tendo sido encontrado em 60% das instalações, ultrapassando o algodão (expandido sutilmente para 38,3%), o feijão (que inaugurou o seu aparecimento em 31,6% das fazendas), a cana (11,6%) e o trigo (10%).

Ao longo das quatro décadas seguintes, vemos o trigo alcançando e se mantendo na condição de um produto agrícola de primeira ordem (com 20,7% de presença em 1621-30,

38,3% em 1631-40 e 37,6% em 1651-60, recuperando-se de uma leve queda para 29,5% em 1641-1650), lado a lado com o algodão (que obteria a cifra de 32% em 1621-30, 29,2% em 1631-40 e ultrapassando o trigo com 34,7% em 1641-50, apesar de ter sua presença despencada para 18,8% entre 1651 e 1660). Ao mesmo tempo, os gêneros de subsistência teriam a sua importância iniciando uma queda progressiva: o feijão, que subira para 35,8% em 1621-30, caíra para 20,2% em 1631-40, 13% em 1641-50 e 8,2% em 1651-60; o milho teve decréscimo ainda mais abrupto, chegando a 33,9% em 1621-30, 19,1% em 1631-40, 18,2% em 1641-50 e 11,7% em 1651-60. A cana, por sua vez, perdeu participação, mas se manteve minimamente estável no patamar entre cinco e dez por cento de presença: 7,5% em 1621-30, 5% em 1631-40, 6,9% em 1641-50 e 4,7% em 1651-60.

Era a orientação fundamentalmente comercial da agricultura paulista que havia se afirmado, sobretudo em torno da produção e venda do trigo e do algodão. Cumpre ressaltar, entretanto, que as informações quantitativas disponíveis sobre os gêneros alimentícios de base (isto é, o milho e o feijão), longe de induzirem mecanicamente à conclusão de que estavam efetivamente desaparecendo do planalto, indicam apenas que eles perdiam cada vez mais valor comercial que justificasse o seu registro entre os bens dos inventários, aproximando-se da condição da mandioca que, sem razão de fixar-se para ela qualquer preço, apenas raramente esteve mencionada nos espólios.

As décadas de 1660 e 1670 assistiram ao início da paulatina queda da produção triticultora no interior da capitania vicentina, que foi reduzida para 18,7% e 4,7% dos assentamentos, respectivamente. O algodão se expandiu para 31,2% e logo retornou a 19%. O milho também continuou a sua queda, embora com intensidade menor que nas décadas precedentes (tendo sido mencionado em 3,1% dos documentos de 1661-70 e 2,3% em 1671-80). O mesmo pode ser dito sobre o feijão, que em 1671-80 não perfazia mais que 2,3% dos sítios, após um desaparecimento circunstancial, em 1661-70. A cana, por sua vez, encontrou um novo, mas limitado, crescimento, chegando a 9,3% em 1661-1670 e 9,5% em 1671-80.

Entre os anos 1681 e 1690, o trigo viveu novo alento, elevando-se para 16,6% das propriedades, mas na década seguinte seria encontrado em apenas 4%. A cana e o feijão se encontravam sob a mesma cifra de 5,2%, para depois desaparecerem dos registros consultados sobre a última década do século (junto ao milho, que na década de 1680 esteve em 2,6% dos sítios). O algodão, finalmente, se manteve presente em 15,7% das propriedades em 1681-90 e 16% em 1691-1700.

A escassez dos dados para esse último período reflete não somente a diminuição da importância mercantil dos principais gêneros da alimentação local, mas também a carência

material e os desequilíbrios sociais resultantes da crise da economia comercial seiscentista. Para um determinado setor da sociedade paulista, nesse sentido, ocultar as colheitas dos levantamentos de bens seria uma maneira eficiente de evitar a taxaço sobre essas pequenas produções e, assim, diminuir os encargos e o ônus sobre a população mais pobre do planalto. Essa realidade representa, ao mesmo tempo, o reordenamento espacial da capitania e da América Portuguesa como um todo, bem como a transferência populacional de capitais, homens livres e escravos para outras áreas após o descobrimento de reservas auríferas na região das Gerais durante a década de 1690¹²⁹.

... comercial e de média densidade ...

Não houve quem se tenha dedicado, até o momento, a realizar um estudo capaz de mensurar efetivamente a dimensão da produção comercial da capitania vicentina do século XVII, desde que há pelo menos três décadas se concluiu que ela, de fato, existiu. Não obstante, com base na situação atual das investigações, podemos esboçar um mapeamento cronológico e espacial das principais tendências daquele comércio ao longo do período analisado e, ao final, ter-se-á elementos importantes para indicações sobre o problema, sem evidentemente esgotá-lo, com base em um levantamento aproximado do tamanho médio das colheitas de cada gênero encontradas nos inventários do período.

Quando iniciou o século XVII, já havia tempos que a carne produzida nos criadouros locais era levada para o litoral santista e ali vendida, trocada e/ou dada como pagamento de alguma exigência fiscal. Quando convocados a fornecer gado em Santos para uma expedição de Jerônimo Leitão, em 1583, os moradores da vila recusaram-se a fazê-lo, alegando a má qualidade dos animais disponíveis, além do fato de que no ano anterior já haviam enviado seus animais ao litoral em troca de dinheiro, mas receberam apenas “vinho, vinagre, ferro e lona podre”¹³⁰. Esse contato, ainda que restrito, chegou inclusive a esboçar (e não mais que isso) uma espécie de perspectiva atlântica para alguns dos mais abastados moradores da vila, sobretudo enquanto os engenhos de açúcar do litoral vicentino ainda operavam e favoreciam uma determinada circulação de capitais. Foi dessa forma que Afonso Sardinha pôde declarar no seu testamento, datado de 1592, ter enviado o seu sobrinho Gregório Francisco com

¹²⁹ Sobre esse processo, cf. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 220-226; BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões*. Op. cit., p. 209-296; ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da Pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1998, p. 21-35.

¹³⁰ “AUTO que se fez do ajuntamento sobre o gado que se pede para a armada de sua majestade”. Transcrito e publicado em: ACSP, v. 1, p. 217-219.

um navio para Angola, com o objetivo de trazer-lhe peças africanas, uma vez solicitada e conquistada pessoalmente a permissão do monarca para isso¹³¹. O mesmo realizou Jorge de Barros, a mando de Joseph de Camargo, e possivelmente outros moradores comerciantes¹³². Uma informação escrita em 1629 dizia sair anualmente de Santos 12 navios carregados de produtos como trigo, ferro, açúcar e algodão rumo a Angola¹³³.

A importância do porto de Santos para o escoamento dos produtos da vila tenderia ainda muito a crescer, a ponto de a possibilidade de fechamento do caminho que ligava as duas localidades ter sido considerada pelos oficiais da Câmara, ainda em 1647, como altamente prejudicial tanto para os moradores quanto para o “serviço de Sua Majestade”¹³⁴.

Historicamente, a primeira fase seiscentista, que apenas se finalizaria após quarenta anos, esteve marcada pelo fato de que São Paulo e as demais áreas de conquista portuguesa estavam ainda enquadradas entre as possessões do monarca espanhol, reflexo da união das duas coroas ibéricas (1580-1640). O reconhecimento da vila de Piratininga como área estratégica era patente e os esforços para integrá-la de maneira estreita ao Império de Felipe II se fizeram sentir. A necessidade de defesa frente à ameaça de ataques estrangeiros, a posição de São Paulo como via de acesso privilegiada às bacias dos rios da Prata, Paraná e Paraguai, e as expectativas de se chegar por meio do sertão paulista a Potosí e/ou de nele se forjar uma nova Potosí, foram motivações confluentes para a realização de projetos políticos e econômicos voltados a reorientar o lugar e o papel de São Paulo de Piratininga no conjunto das áreas coloniais americanas, ainda que a vila não tenha nunca chegado perto de igualar-se a outras regiões da

¹³¹ “TESTAMENTO de Afonso Sardinha” (1592). Transcrito e publicado em: MARQUES, Manuel Eufrázio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, t. 2. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, p. 348-352.

¹³² “CARTA ao donatário” (1606). ACSP, v. 2, p. 499; “Inventário de Jorge de Barros” (1615). AESP, IT, v. 4, p. 66; MORALES, Manuel Juan. “INFORME sobre las cosas de San Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Majestad” (1636). Transcrito e publicado em: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá* (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 185.

¹³³ MAURO, Frédéric (Ed.). *Le Brésil au XVII^e siècle: documents inédits relatifs à l'Atlantique portugais. Brasília*, v. XI (separata). Coimbra, 1961, p. 180. Apud. FRENCH, John. “Riqueza, poder e mão de obra numa economia de subsistência”. Op. cit., p. 93.

¹³⁴ “AUTO que os oficiais da Câmara da vila de São Paulo mandaram fazer sobre o requerimento adiante que este povo fez sobre se fechar o caminho do mar” (1647). RGSP, v. 7 (suplemento), p. 219-221. No mesmo ano, o Conselho Ultramarino recomendou que fossem construídos presídios naquela praça (de Santos), “por ser o porto de mar por onde desembarca para aquela vila” (de São Paulo). “CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre as cartas que escreveram a (D. João VI), o governador geral do Estado do Brasil, o governador e oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, e das vilas de São Paulo, São Vicente, Conceição e Parnaíba, acerca dos religiosos da Companhia (de Jesus), daquelas partes” (1647). AHU, cx. 1, doc. 14-I (Catálogo 2). Sobre a importância do caminho que interligava São Paulo e Santos, ver ainda: PERALTA, Inês Garbui. “Caminhos do Mar”. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1 (“Colônia e Império”). São Paulo: Edunesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, p. 209; MARANHÃO, Milena Fernandes. *O Moinho e o Engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial Português 1580-1720*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006, p. 88-91.

América Portuguesa (como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco) em termos de importância política e econômica para as monarquias ibéricas¹³⁵.

Primeiramente, a armada de Diogo Flores Valdez, organizada em 1581 e chegada a Santos em 1583, afirmou a presença castelhana na capitania vicentina não apenas levando homens para lá, mas também ao “promover prospecções e elaborar projetos”¹³⁶. Em seguida, o governo geral de D. Francisco de Souza (1591-1602), este também nomeado governador das Minas e Capitanias do Sul em 1606, foi marcado pela dinamização das expedições prospectoras ao sertão paulista e pela tentativa de se implementar em São Paulo uma estrutura produtiva capaz de harmonizar unidades mineradoras e agrícolas num único projeto de exploração, todo ele movido com base na força de trabalho indígena reduzida e instalada em aldeamentos assentados próximos às jazidas que se esperava encontrar¹³⁷. Os indígenas seriam encarregados de todos os serviços da cadeia produtiva implícita naquele projeto, fosse como plantadores, mineradores ou carregadores de metais, pedras preciosas e outras mercadorias, fosse como construtores, soldados, artesãos, guias etc.

Haverá ocasião para se observar de perto a forma de emprego dessa mão de obra nas atividades metalíferas de São Paulo, e mais especificamente naquelas relacionadas ao projeto de D. Francisco de Souza. Por ora, cumpre recordar que tais ações fizeram criar na vila de Piratininga e no planalto em geral uma rede de trocas e interesses mercantis comuns

¹³⁵ Por volta de 1607, os ordenados dos oficiais paulistas eram baixos em relação ao que se recebia do Governo Geral em outras capitanias. O provedor da fazenda da capitania de São Vicente, por exemplo, recebia 6\$400, o mesmo que o escrivão, enquanto no Rio de Janeiro se recebia pelo mesmo cargo 80\$, e no Espírito Santo, Ilhéus, Paraíba, Pernambuco e Bahia, respectivamente: 24\$, 7\$800, 70\$, 350\$ (250\$ o escrivão), 400\$ (150\$ o escrivão). Além disso, cerca de 1617, a participação da capitania vicentina nos tributos à Coroa, em valores absolutos (sem deles retirar o dispêndio de cada capitania) gravitava em torno de 0,8% (490\$000 de um total de 59:610\$000), bastante reduzido em comparação à participação de 45% de Bahia (26:800\$000), Pernambuco idem, e 6,7% do Rio de Janeiro (4:000\$000). Cf. LIVRO 1º DO GOVERNO DO BRASIL (1607-1633). Edição de João Paulo Salgado e Susana Münch Miranda. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 75-80; 224.

¹³⁶ VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no Império dos Felipes: conexões na América Meridional (1580-1640)*. São Paulo: Intermeios, 2014, p. 93.

¹³⁷ Essa síntese de São Paulo no contexto da União Ibérica deve-se à leitura das seguintes obras: RUIZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2004; VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no Império dos Felipes*. Op. cit. Fernanda Sposito dá um passo além, pois acrescenta à relação entre colonizadores e jesuítas de ambas as partes (São Paulo e Paraguai) as próprias populações indígenas Guarani, afinal os protagonistas das questões que opuseram e pelas quais grosso modo inimizaram aqueles outros grupos. SPOSITO, Fernanda. *Santos, Heróis ou Demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI-XVII)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Para uma abordagem desse contexto calcada numa perspectiva de gênero, ainda que de maneira relativa e frágil, ver: CALDEIRA, Jorge. *O Banqueiro do Sertão*, v. 1. São Paulo: Mameluco, 2006.

(“entroncamento de caminhos”¹³⁸, “cumplicidade” e “comum interesse”¹³⁹) dos moradores paulistas em associação com os agentes do outro lado da fronteira hispânica, particularmente com os colonos da cidade de Assunção¹⁴⁰. Estes, por sua vez, detinham grande parte do controle sobre as rotas que ligavam o Oceano Atlântico (bem como os portos de Buenos Aires e do litoral vicentino) à região andina e, conseqüentemente, sobre o escoamento via de regra ilegal da prata peruana¹⁴¹. Em 1628, por exemplo, o capitão general e governador do Paraguai Luís de Céspedes Xeria elaborou para o monarca Felipe IV uma carta contendo as rotas e os sistemas de navegação nos rios Tietê e Paraná¹⁴².

Nesse quadro, é evidente que os cabedais adquiridos pelos moradores a partir dos excedentes agrícolas produzidos e com a mão de obra indígena cativa no planalto foram importantes para o estabelecimento de trocas no extremo sul do continente. Veja-se, como exemplo destas, os casos analisados por Vilardaga de atravessadores capturados no caminho entre São Paulo e Paraguai em 1603 e 1616, respectivamente, quando realizavam de forma ilícita o transporte de erva-mate, negros de Angola, vinhos e outras “mercadorias”¹⁴³. Ainda que os produtos alimentícios rurais do planalto provavelmente não fossem por si mesmos atrativos numa região que decerto também os produzia (como no caso do trigo), era a própria edificação de uma economia geradora de excedentes agrícolas, numa região intermédia entre a costa atlântica e a bacia platina, que abria margem para a proliferação de práticas e conexões

¹³⁸ RUIZ, Rafael. “Colonos e jesuítas no planalto”. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *São Paulo de todos os tempos*. São Paulo: CIEE, 2004, p. 37; SILVA, Janice Theodoro da; RUIZ, Rafael. “São Paulo, de vila a cidade: a fundação, o poder público e a vida política”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v.1 (“A Cidade Colonial”). São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 89-101.

¹³⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Expansão Paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 169.

¹⁴⁰ Nas palavras de Jácome Monteiro: “Há mais nesta terra grandes minas de ferro, e montaram muito, por haver grande saca dele para o Paraguai e mais partes do Peru”. MONTEIRO, Jácome. “Relação da Província do Brasil”. Op. cit., p. 395.

¹⁴¹ CANABRAVA, Alice P. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984, p. 118-138.

¹⁴² “CARTA do capitão general governador do Paraguai, Dom Luís de Céspedes Xeria a Felipa IV sobre sua navegação no Tietê e no Paraná” (1628); e “O Mapa de Céspedes: DIZERES que o acompanham”. In: TAUNAY, Afonso de E. (Org.). *Relatos Monçoeiros*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 92-97.

¹⁴³ VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no Império dos Felipes*. Op. cit., p. 243-244. Outros exemplos: “AUTO sobre averiguación de un português llamado Pedro Acosta que entró por el camino prohibido de San Pablo. Año 1603”; “PROCESSO obrado [...] contra el capitán Francisco Benitez. Año 1616”. In: DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Bandeirantes no Paraguai: século XVII (documentos inéditos)*. São Paulo: Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, 1949, pp. 19; 23-45; CANABRAVA, Alice. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Op. cit., p. 138-147. Ainda no âmbito do comércio ilegal perpetrado pelos paulistas, lembre-se do testemunho dado ao ouvidor geral Manuel Pinto da Rocha em 1616, na Paraíba, onde se afirmava que alguns mercadores ingleses capturados na Ilha Grande, a negociar irregularmente o pau-brasil, lhe haviam dito que dois anos antes “uns mamelucos naturais de São Paulo e moradores no Rio de Janeiro que andavam em Inglaterra e os trouxeram ali com cinco naus [...] e que foram ter onde chamam Cabo Frio onde carregaram pau-brasil”. LIVRO 1º DO GOVERNO DO BRASIL (1607-1633). Op. cit., p. 162.

mercantis entre as duas áreas. Na contramão das conclusões de French, teria sido esse, e não o “boom” precedente do açúcar nordestino, o estímulo inicial capaz de criar na capitania vicentina um regime de acumulação expresso numa economia de mercado¹⁴⁴. Nos termos de Milton Ohata, “é possível portanto que o motor primeiro da economia paulista tenha sido um produto do contrabando no Prata, e que portanto a demanda de gêneros alimentícios no norte açucareiro assolado pela guerra tenha encontrado ao sul uma área fornecedora já aquecida”¹⁴⁵.

Nesse decurso, os paulistas obtiveram contato constante com numerosos grupos ameríndios, particularmente com os pertencentes ao ramo dos Guarani, e contra estes promoveram ataques com o fito de adquirir cativos. Mais próximo à fronteira hispânica, estavam instaladas diferentes missões religiosas organizadas naquele século e em finais do anterior pelos padres da Companhia de Jesus, verdadeiras povoações (ou, propriamente, “reduções”) de indígenas das mais variadas etnias, que aos olhos dos colonos de São Paulo apareciam como fontes potenciais e quase inesgotáveis de braços para suas lavouras. Mais do que isso, tratar-se-ia de redutos onde os índios se encontravam já desentrosados dos seus contextos sociais anteriores e, por essa razão, enfraquecidos o bastante para não reagirem coletiva e violentamente contra a sua escravização. Os assaltos promovidos por paulistas naquelas missões despertaram um intenso esforço denunciativo dos jesuítas junto à Coroa e ao Vaticano, culminando na expedição de uma bula papal que decretava a excomunhão de todos os paulistas que já tivessem cativado índios e/ou que pudessem vir dali por diante a fazê-lo. Recebendo a notícia, os colonos de São Paulo iniciaram sua defesa e levaram adiante uma vigorosa contraofensiva frente aos padres, querela esta que resultaria na expulsão do clero jesuítico do planalto em 1640¹⁴⁶.

Também em 1640, Portugal adquiriu sua independência frente à Coroa espanhola, num complexo processo de recomposição do quadro político em todas as esferas do Império português, incluindo a própria elite do planalto. Na esteira da definição de “uma forma específica de pacto entre os colonos paulistas e a Coroa”¹⁴⁷, a tensão e as contradições entre colonos, governadores, padres e outros funcionários régios, cujos interesses divergiam e conflitavam entre si (por exemplo, entre, de um lado, aqueles identificados com a realeza

¹⁴⁴ FRENCH, John. “Riqueza, poder e mão de obra numa economia de subsistência”. Op. cit., p. 107.

¹⁴⁵ OHATA, Milton. *Pacto colonial e conjuntura atlântica* - São Paulo, século XVII. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003, p. 114.

¹⁴⁶ Uma narrativa detalhada, embora de segunda mão, dos acontecimentos que levaram à expulsão dos padres em 1640, é a que fez o historiador setecentista Pedro Taques: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. “Expulsão dos jesuítas e causas que tiveram para ela os paulistas desde o ano de 1611 até o de 1640, em que lançaram fora de toda a capitania de São Paulo e São Vicente”. RIHGSP, v. 3. São Paulo, 1898, p. 57-122.

¹⁴⁷ OHATA, Milton. *Pacto colonial e conjuntura atlântica*. Op. cit., p. 36.

hispânica e/ou que tinham por ela seus privilégios garantidos, e, de outro, os colonos que esperavam para si condições mais favoráveis com o novo governo dos Bragança), faziam do amotinamento uma possibilidade concreta, isto é, um horizonte real. Assim, por mais que a tradicionalmente tão exaltada “aclamação” de Amador Bueno não seja mais que uma narrativa hipotética da nossa memória histórica e da historiografia¹⁴⁸, ela seria no mínimo coerente e verossímil com aquele momento histórico, conforme defendeu Rodrigo Bentes Monteiro¹⁴⁹.

Uma vez anulada momentaneamente a influência dos religiosos da Companhia no assunto do cativo indígena em São Paulo, radicalizou-se um processo de pressão ainda maior e mais violenta dos moradores sobre a força de trabalho indígena e sobre suas terras, incluindo as fazendas e os aldeamentos involuntariamente abandonados pelos jesuítas¹⁵⁰. Nas palavras de Monteiro, “nesses mesmos anos a mesma Câmara praticamente loteava as terras dos índios a foreiros particulares”¹⁵¹. Prova disso é a situação funesta na qual foram encontradas depois aquelas instalações, mesmo décadas após o retorno dos jesuítas a São Paulo (que para isso tiveram de aceitar uma série de condições exigidas pelos moradores locais, entre as quais o abandono do título de administradores dos aldeamentos reais, obtido em 1587¹⁵²). Ora, dos quase 14 mil nativos que, por volta de 1640, somavam todas as aldeias do padroado real (São Miguel, Pinheiros, Barueri e Guarulhos), em 1660 não chegavam sequer a 2 mil. Já em 1680, os mesmos estabelecimentos possuíam somente algumas poucas dezenas de indivíduos¹⁵³. Os

¹⁴⁸ Ver, por exemplo, o ensaio: TAUNAY, Afonso de. “Amador Bueno”. In: *Amador Bueno e outros ensaios*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943, p. 5-56.

¹⁴⁹ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002, p. 33-44.

¹⁵⁰ Embora D. Filipe tenha, durante o seu reinado, proibido o uso de terras indígenas para o roçado colonial, pretensamente a pedido dos próprios índios (“PROVISÃO para que nenhuma pessoa roce terra dos índios” (1604). RGSP, v. 1, p. 357-358), as terras foram requisitadas e/ou simplesmente tomadas em diversas ocasiões, com a justificativa de que os índios não lavravam nelas. “Traslado de uma PETIÇÃO e carta de data de terras que os oficiais da Câmara deram a Mathias Lopes” (1660); “Traslado de uma PETIÇÃO e carta de data de terras que os senhores oficiais da Câmara mandaram passar a Francisco Pedroso e José Mariano e Pantaleão Pedroso” (1660). CDT, v. 1, p. 27-32; AESP, Notas, procurações, foros de terrenos, Santana de Parnaíba, C06066-18; AESP, Ofícios, requerimentos, petições, testamento, registros de notas, compras, vendas, créditos, escrituras, inventário e conta corrente (1603-1781), C00357. O máximo controle que o poder público alcançou sobre essas apropriações foi o registro e taxação via aforamento das terras indígenas. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “São Vicente, capitania donatária (1532-1709)”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Edunesp, 2009, p. 77; VERAZANI, Katiane Soares. *Assenhorear-se de terras indígenas: Barueri – sécs. XVI-XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, p. 88-100.

¹⁵¹ MONTEIRO, John Manuel. “Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1 (“A Cidade Colonial”). São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 56.

¹⁵² ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do Império português: discussões sobre o “bem comum” nas disputas de moradores e jesuítas pela administração dos índios*. Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, p. 38-43.

¹⁵³ PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 241-247; BOXER Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1973, p. 13-40; MONTEIRO, John Manuel. “Vida e Morte do índio”. Op. cit., p. 39-41; ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. “Antônio Vieira e os ‘escravos de condição’: os aldeamentos jesuítas no contexto das sociedades coloniais”. In:

demais índios, ou foram transferidos para as fazendas particulares dos paulistas, incorporados às suas propriedades e se tornado oficialmente seus escravos¹⁵⁴, ou pereceram em razão de doenças e da violência dos colonos no emprego intensivo dessa mão de obra.

Seguindo no período inaugurado em 1640, outras frentes de circulação material foram abertas para os colonos de Piratininga (lembre-se: a primeira fora no litoral vicentino, a segunda na região do Rio da Prata), para o que confluíram alguns processos e acontecimentos sofridos por outras regiões da América lusa. A guerra contra os holandeses nas capitanias do Norte (sobretudo entre 1645 e 1654) levou o Governo Geral a exigir os reforços dos paulistas para o abastecimento de víveres daquelas partes¹⁵⁵. Em 1679, ademais, numa tentativa de responder às determinações do Tratado de Haia (1661), lançou-se sobre os moradores do planalto o Donativo Real (um imposto que existiu desde meados do século XVII e que duraria até por volta de 1730), tendo como um dos seus objetivos o pagamento de parte da indenização aos holandeses expulsos do território americano português¹⁵⁶.

Em seguida, o despontamento da Capitania do Rio de Janeiro como território dinâmico na sua produção açucareira crescente e cada vez mais integrada aos circuitos comerciais do Atlântico e ao próprio Prata (algo que apenas se consolidou com a reconquista de Angola por atores fluminenses em 1648¹⁵⁷), situava nas proximidades do planalto paulista

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos (Org.). *A Companhia de Jesus e os Índios*. Curitiba: Prismas, 2016, p. 246-249.

¹⁵⁴ “SESSÃO de 27 de dezembro de 1678”. ACSP, v. 6, p. 491-493.

¹⁵⁵ “Traslado da CARTA que se escreveu às três vilas de São Vicente, Santos e São Paulo, a cada Câmara delas em particular sobre mandarem mantimentos para esta praça” (1648). BN, *Cartas da Bahia*, 07-01-029, doc.1, fls. 1-2. Ver, também, outra carta expedida por um Governador Geral cinquenta anos depois, mas de conteúdo semelhante: “CARTA que se escreveu às vilas de São Paulo, São Vicente e Santos” (1694). DH, v. 11, p. 191-192. Segundo Alice Canabrava: “A exportação de produtos alimentícios de São Paulo para a Baía e Rio de Janeiro revela quanto era precário o desenvolvimento agrícola daquelas capitanias”. CANABRAVA, Alice. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Op. cit., p. 145.

¹⁵⁶ “CARTA do governador Francisco Barreto à Câmara municipal de Guaratinguetá” (1663). DH, v. 5, p. 186; “SESSÃO de 01 de novembro de 1664”. ACSP, v. 6 bis, p. 393; “LIVRO DO ROL das pessoas para o pedido real do ano de 1679”. AHMSP, Cód. CM-1-19; “AUTO de correção” (1679). AESP, Atas de Parnaíba, *Impostos*, cx. 6063-1; Câmara Municipal de São Paulo, Assuntos Diversos, 0145 [A-5-10a]: “Donativo Real: levantamento de pessoas, seus escravos e suas profissões (1729)”; AIEB, Coleção Alberto Lamego, docs. 2141-4145 (Cód. 72.44 - 72.48); MARANHO, Milena Fernandes. *A Opulência Relativizada*. Op. cit., p. 121-155; FERREIRA, Letícia dos Santos. *É Pedido, Não Tributo: o donativo para o casamento de Catarina de Bragança e a paz de Holanda (Portugal e Brasil, c. 1660-1725)*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

¹⁵⁷ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 199-203. Em uma carta dos paulistas que Serafim Leite classificou como um “recurso à Santa Sé”, na qual se justificava para o soberano pontífice a ação contra os padres jesuítas, alegava-se a necessidade do uso da mão de obra indígena, pois com ela “vão todos os anos muitos mil alqueires de farinha de trigo e muita quantidade de carnes e legumes para socorros do dito Estado [do Brasil] e ainda para a Conquista de Angola”. “CARTA SÚPLICE ao soberano pontífice pela revogação do Breve de 1640, que excomungava os paulistas que tivessem índios cativos em suas casas” (1645). Transcrito e publicado em: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 265.

um núcleo poderoso e atrativo, gerador e reprodutor de capitais mercantis, uma nova possibilidade de escoamento dos produtos agrícolas de São Paulo em troca de outros artigos como o tabaco, objetos vindos do reino e até mesmo escravos africanos¹⁵⁸.

Um viajante francês que vivera cerca de trinta anos na vila de São Paulo sintetizou essa situação no ano de 1704, ao dizer que por muito tempo ali “estavam todos abundantes de muitos escravos índios e faziam muita fazenda em trabalharem as terras, tirando delas muito trigo, algodão, tabaco e toucinhos que carregavam às costas de seus escravos até a vila de Santos (porto de mar dos paulistas) onde vendiam seus sobreditos frutos ou os embarcavam em sumacas para o Rio de Janeiro ou para a cidade da Bahia”¹⁵⁹. Bartolomeu Lopes de Carvalho, um funcionário régio, afirmou por volta de 1690, no seu “Manifesto” dirigido ao rei português, com a dose de exagero própria de alguém que se identificara com os interesses e a visão social dos moradores paulistas, que a mão de obra indígena era para eles necessária, dentre outras razões, porque “com eles [os índios] cursavam os mesmos sertões, e com eles abriam os

¹⁵⁸ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., pp. 100; 114-115. Ver, também, a relativa ênfase dada por Salvador Corrêa de Sá aos caminhos para São Paulo no quadro mercantil da assim chamada Repartição do Sul, que incluía possibilidades de contatos com Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Buenos Ayres. “PARECER de Salvador Corrêa de Sá, em que sustenta a conveniência de tornar a Capitania do Rio de Janeiro independente do Governador Geral do Estado do Brasil” (1646). ABN, v. 39. Rio de Janeiro, 1917, p. 52-55. Com raras exceções, o número de africanos no planalto cresceu sobremaneira após 1648, sendo ilustrativo que a sua quantidade média (considerando-se apenas as instalações que os possuíam) tenha mais do que dobrado depois daquela data, crescendo de 2,3 (99 escravos negros em 42 sítios) entre 1600 e 1648 para 4,8 (269 em 55 propriedades) entre 1649 e 1700. De acordo com o nosso próprio levantamento, uma média de escravos africanos que considere todas as fazendas do planalto no século XVII é de aproximadamente 0,6 negros por sítio (368 negros para 568 sítios). De 1600 a 1648: 0,3 (98 em 318). De 1649 a 1700: 1,0 (270 em 250). Cassiano Ricardo e Ciro de Pádua elaboraram considerações bastante otimistas sobre a presença do negro africano em São Paulo colonial, mas, no entendimento de Ilana Blaj, os dois autores enganaram-se ao supor que o qualificativo “negro” se referisse quase exclusivamente aos escravos africanos e não aos “negros da terra”. RICARDO, Cassiano. “O negro no bandeirismo paulista”. *Revista do Arquivo Municipal*, v. XLVII. São Paulo, 1938; PÁDUA, Ciro T. de. “O negro em São Paulo”. *Revista do Arquivo Municipal*, v. LXXVII. São Paulo, 1941. BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões*. Op. cit., p. 147 (nota 207). Sobre a relação entre índios e negros africanos nos plantéis escravistas da América, sob a ótica do objeto do presente estudo, cabe a hipótese de que o drama da “recriação” das populações encontradas no quadro da expansão europeia segundo uma lógica temporal que lhes era estranha intensificou-se quando ela se realizou no próprio espaço ocupado por tais populações no momento anterior à sua conquista pelos europeus. Daí, a construção da imagem mítica do índio preguiçoso e incapaz para o trabalho árduo e compulsório teria resultado dos conflitos advindos da incompatibilidade entre os ritmos temporais, de um lado, presentes no horizonte de expectativas dos conquistadores e, de outro, os concebidos e vivenciados até então pelos nativos conquistados. Se é que podemos falar em uma “preferência pelo escravo africano”, pois essa preferência só se fez presente onde e quando as condições materiais permitiam sua aquisição, isto se deve ao fato de que os negros já chegavam à América deslocados de seus contextos sociais e produtivos tradicionais, em razão do efeito “dessocializante” do tráfico negreiro, o que permitia aos senhores da América (quando não eram eles próprios comerciantes de escravos) furtarem-se aos inconvenientes da atividade preadora em áreas mais próximas às suas plantações.

¹⁵⁹ JAUFFRET, Ambroise. “Mémoire inédit d’Ambroise Jauffret sur le Brésil à l’époque de la découverte des mines d’or” [1704]. Transcrição, tradução e apresentação de Andrée Mansuy. In: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*. Coimbra, 1965, p. 407-444 (a citação encontra-se na p. 439).

minarais [sic.], e usavam do labor com que sustentavam todo o Brasil de farinhas de trigo, e de pau, de carnes, feijão, algodões e muitas outras mercancias”¹⁶⁰.

Novos esforços foram solicitados aos homens de São Paulo, também, quando da fundação da Colônia do Sacramento (1680). No caso, os alvos primordiais dessa requisição foram o milho e a carne, além de “farinhas” (provavelmente de trigo), dinheiro, tabaco, feijão e tecidos de algodão, conforme se encontra no pedido feito por Dom Manuel Lobo à Câmara da vila e logo por esta repassado aos moradores, bem como no relato de Pedro Taques lido com reserva por Sérgio Buarque de Holanda¹⁶¹.

Ao mesmo tempo (na verdade, desde a década de 1660, mas com real destaque após 1690), Curitiba e Paranaguá passaram a receber igualmente dos Paulistas os mantimentos dos quais não poderiam dispor¹⁶², dado que os terrenos dali eram reconhecidamente inférteis¹⁶³.

Todavia, a transformação mais significativa ocorreu por conta das descobertas de ricas jazidas auríferas durante a década de 1690, pois nesse caso os paulistas não apenas responderam a chamados externos, mas foram eles próprios os responsáveis por aqueles achados e seriam os principais agentes da sua extração, pelo menos até perderem esse privilégio como consequência da derrota sofrida na Guerra dos Emboabas, em 1709¹⁶⁴. Com as descobertas e a formação da sociedade mineradora, inaugurou-se para as fazendas do planalto paulista um novo período histórico que, entretanto, foge ao escopo do presente trabalho. Somente a título de registro, uma certa “crise” acabou sendo gerada pela reestruturação histórica da capitania de São Paulo naquele contexto: ao contrário de outrora, chegava-se em 1700 no Conselho Ultramarino à conclusão de que “não haverá quem queira fazer esta navegação [entre Santos e Angola] assim porque não tem carga em Santos que possa tirar, como por esta viagem

¹⁶⁰ CARVALHO, Bartolomeu Lopes de. “Manifesto a sua Majestade” (s/d.). Biblioteca da Ajuda, 51-IX-33, fl. 2v.

¹⁶¹ “Traslado de uma CARTA que escreveu o senhor governador Dom Manuel Lobo da cidade do Sacramento” (1680). RGSP, v. 3, p. 242-3; “SESSÃO de 20 de setembro de 1680”. ACSP, v. 7, p. 68; HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 1, t. 1 (“A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial”). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 328.

¹⁶² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 219; BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões*. Op. cit., p. 96-98.

¹⁶³ “Outra CARTA que se mandou a Sua Majestade” (1653). RGSP, v. 2, p. 377-378. Um registro de aforamento de terras, porém, datado de 1684, afirmava ter se procurado reservas de prata na referida região, mas que na verdade não se achou “mais que gentio de diversas nações”. “Registro da CARTA de aforamento de terras a Pedro de la Guarda hoje 25 de junho de 1684”. CDT, v. 3, p. 167.

¹⁶⁴ “Ao longo do século XVII, a Capitania de São Paulo encontrou uma brecha pela qual estabeleceu uma vinculação precária e conjuntural às estruturas do sistema colonial. Tal vinculação deu ao pacto entre paulistas e Metrópole uma especificidade que terá de ser reconsiderada à luz da economia da mineração. A Guerra dos Emboabas pareceu ser desse modo o momento em que toda uma experiência histórica singular, gestada na queima em larga escala do trabalho escravo indígena, encontrou seu sentido na carreira predatória do sistema colonial”. OHATA, Milton. *Pacto colonial e conjuntura atlântica*. Op. cit., p. 219.

lhe ficar em maior distância”¹⁶⁵. Os caminhos que se descobriram e que se percorreram a partir de então tiveram como destino as áreas mineradoras, exploradas sobretudo ao longo da primeira metade do século seguinte¹⁶⁶. Dessa maneira, os esforços seculares pela plena dinamização mercantil da sociedade paulista se cumpriram, fazendo com que os cabedais dos grandes potentados dessa região se associassem mais estritamente à órbita da economia-mundo capitalista. A “crise” causada pelas descobertas de ouro consistia, portanto, na reorganização do universo social que a engendrou à medida que criara as condições de sua plena realização, isto é, uma sociedade economicamente agrícola e produtora de excedentes comerciais, progressivamente conectada aos circuitos atlânticos, platinos e luso-americanos.

Uma tentativa de mensurar o grau e a dimensão da produção de excedentes agrícolas que eram dirigidos para o comércio partindo de São Paulo seiscentista, em que pese a fragilidade, a dispersão e as lacunas das informações dispostas sobre o tema, consiste em considerar os volumes médios das colheitas encontradas nos inventários *post-mortem* dos paulistas. A Tabela 2, reproduzida ao final deste capítulo, apresenta os resultados dessa investida, ou seja, ilustra as quantidades médias de trigo, milho, feijão e algodão, considerando-se apenas os documentos que registraram de alguma forma os seus volumes (respectivamente: em alqueire, mão, alqueire e arroba). Porém, a inexistência de referências numerosas o bastante para preencher todos os campos da tabela, bem como a não disposição de casos numerosos para que se torne a média de alguns períodos mais segura, são características que conferem a esses dados, de fato, certa fragilidade. Ainda assim, podemos aceitá-los como representativos do movimento e do processo histórico de crescimento e posterior queda dessa produção, endossando com isso as conclusões tiradas do exame da Tabela 1, já examinada. Além disso, nos pontos específicos em que os dados nos parecem mais satisfatórios, veremos que cruzá-los com as informações dispostas sobre a população e a demografia do planalto naquele século é procedimento que nos aproxima do que pode ter sido concretamente a extensão daquelas atividades.

É perceptível que houve, até 1660, um crescimento dos volumes médios no que se refere a todos os quatro gêneros quantificados (trigo, milho, feijão e algodão), embora essa ascendência não se tenha feito sempre constante ou ininterrupta. O trigo, que de uma colheita

¹⁶⁵ “CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre uma consulta da Junta das Missões enviada pelo secretário de Estado” (1700); e “PARECER do Conselho Ultramarino em que representa (a D. Pedro II) que não se deve deferir o pedido que fazem os moradores da capitania de São Paulo para poderem mandar um navio a Angola buscar escravos”. AHU, São Paulo, Catálogo 2, ex. 1, docs. 56 e 60.

¹⁶⁶ “CARTA de Pedro Taques de Almeida a João de Lencastro” (1700). Biblioteca da Ajuda, 51-IX-33, fls. 475-482.

de 4 alqueires na primeira década alcançou a média de 162,5 nos anos de 1650, teve o seu crescimento mais veloz a partir de 1620: 9 alqueires de 1611 a 1620; 72,3 de 1621 a 1630; 83,95 de 1631 a 1640; e 110 de 1641 a 1650. O milho iniciou aquele século com uma média de 155 mãos por propriedade, passando para 291 de 1611 a 1620; 372,1 de 1621 a 1630; 725,5 de 1631 a 1640; 542,1 de 1641 a 1650; e 588,6 de 1651 a 1660. O feijão, que apenas se fez presente em nossa amostra a partir da segunda década, com colheitas de 13,1 alqueires em média, chegou a 208,3 entre 1651 e 1660: 13,3 em 1621-1630; 50,5 em 1631-1640; 38 em 1641-1650. Já o algodão, este medido em arrobas, partiu do volume médio de 3,6 de 1600 a 1610 e passou por 8,9 de 1611 a 1620; 4,2 de 1621 a 1630; 7 de 1631 a 1640; 10,5 de 1641 a 1650; e 29,4 de 1651 a 1660. Subtraindo as oscilações, percebe-se que o crescimento dos volumes de trigo nesse período foi de nada menos que 4062,5%; o dos de milho: 380%; o dos de feijão: 1590%; e, finalmente, o dos de algodão: 810%.

Na estimativa de Maria Luiza Marcílio, entre 1600 e 1700, a população branca e livre da cidade de São Paulo aumentou de 200 para 700 pessoas¹⁶⁷, ou seja, um crescimento médio de 350%. Já na contagem de Nuto Sant'Anna, desdobrada em estimativas individuais para cada quarto de século, a população proprietária do planalto passou de 420 a 750 (1600-1625), a 1000 (1625-1650), 1125 (1650-1675) e 1250 (1675-1700)¹⁶⁸. Até 1660, então, a elevação demográfica do planalto teria ocorrido na ordem dos 250%.

Após esse período, a situação se mostrou inversa, pois todos os produtos iniciaram uma queda abrupta em relação ao período anterior, com uma leve recuperação na década de 1670. Entre 1661 e 1670, os volumes do trigo chegaram a 16,5 alqueires, os do milho a 200 mãos, os do algodão a 20 arrobas e os do feijão desaparecem da amostra. Entre 1671 e 1680, os do trigo subiram para 140 alqueires, os do milho para 400 mãos, os do feijão para 40 alqueires e os do algodão para 27,7 arrobas. Sobre a década de 1680, sendo a vez de o volume do milho desaparecer dos dados amostrais, o do trigo foi rebaixado outra vez para 50 alqueires, o do feijão para 50 e o do algodão para 22,6 arrobas. Finalmente, no que diz respeito à década de 1690, dispomos de dados somente referentes ao algodão, cujo registro é o de um novo crescimento para uma média de 46 arrobas. Considerando as estimativas populacionais mencionadas no parágrafo anterior, chega-se a que durante esse período o crescimento não ocorrera em ritmo maior que o de 125%.

Tais informações, somadas às conclusões retiradas do gráfico reproduzido anteriormente, demonstram que o crescimento da agricultura comercial paulista (seja em termos

¹⁶⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. "A população paulistana ao longo dos 450 anos da cidade". Op. cit., p. 253.

¹⁶⁸ SANT'ANNA, Nuto. *Metrópole*, v. 3. Op. cit., p. 4-5.

de volume da produção, seja em termos da quantidade de fazendas dedicadas a ela) foi bastante desproporcional em comparação com o crescimento demográfico verificado durante o mesmo período. A margem estabelecida por essa discrepância consiste no desenvolvimento de excedentes agrícolas, o que justifica a classificação daquele ramo produtivo como, realmente, uma agricultura comercial. Com exceção do milho, gênero de subsistência cujos volumes cresceram em medida mais aproximada à da população local, as cifras percentuais de elevação dos volumes dos demais gêneros são, naturalmente, bastante superiores.

Em números absolutos, sendo a década de 1650 a época na qual foram maiores os volumes das plantações comerciáveis (de trigo, feijão e algodão), quando também o número de famílias proprietárias gravitava em torno dos 900 fogos¹⁶⁹, poderíamos projetar para essa quantidade (ou, melhor dizendo, para os percentuais das unidades produtivas nela dedicadas a cada um, cruzando-se os dados das Tabelas 1 e 2) os volumes médios das colheitas. Com essa operação, chegar-se-ia ao resultado de que as colheitas anuais talvez tivessem atingido, respectivamente: 54.112,5 alqueires de trigo, 105.580,8 alqueires de feijão e 4.974,48 arrobas de algodão¹⁷⁰. Ainda que esses resultados sejam demasiado elevados, talvez mesmo improváveis de terem realmente sido alguma vez obtidos na prática (dado que algumas colheitas excepcionais, de altíssima produtividade, alcançadas por determinados potentados, fizeram elevar consideravelmente a média geral calculada dos volumes), são suficientes para que se aceite de vez que a economia de produção paulista esteve muito longe de se reduzir, durante o século XVII, à mera escala da subsistência, inclusive tendo alcançado tamanho considerável em determinadas fases do período, como vimos.

São Paulo seiscentista não poderia mais ser considerado um espaço “bem insignificante e quase miserável”¹⁷¹, nem mesmo portador de uma “economia principalmente voltada para dentro e poucas ligações com o mundo exterior”¹⁷². Milena Maranhão demonstrou que as frequentes queixas sobre a falta de alimentos da vila não se devem à precariedade da economia paulista, mas sim, pelo contrário, à pujança do caráter comercial da mesma: “os problemas com a falta de víveres em São Paulo contraditoriamente se agravavam a cada

¹⁶⁹ SANT’ANNA, Nuto. *Metrópole*, v. 3. Op. cit., p. 4.

¹⁷⁰ Trigo: 162,5 alqueires em 37,6% dos 900 fogos; Feijão: 208 alqueires em 56,4% dos 900 fogos; Algodão: 29,4 arrobas em 18,8% dos 900 fogos.

¹⁷¹ LUÍS, Washington. *Na Capitania de São Vicente*. São Paulo: Livraria Martins, 1956, p. 220.

¹⁷² LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Edusp, 2005, p. 36. Os autores concordam, dessa forma, com Richard Morse na afirmação de que “o planalto paulista estava longe de ser um empório comercial e a sua base econômica era essencialmente a agricultura de subsistência”. MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 33.

alqueire ou arroba a mais produzido [sic] na vila, já que eles eram destinados ou à venda ou aos pedidos para outras regiões”¹⁷³.

Tampouco se deve cair na tentação de nivelar a experiência colonial paulista com a de regiões economicamente mais dinâmicas e diretamente conectadas ao comércio metropolitano¹⁷⁴. Pois se, em São Paulo, tanto o crescimento demográfico quanto os volumes da sua produção tenderam sempre a superar a escala da mera subsistência, os seus valores estiveram sempre aquém da densidade e da intensidade alcançada pelas grandes zonas açucareiras do próprio século XVII. Na Bahia, a título de comparação, a produção de açúcar elevou-se de cerca de 300 mil (4.406.400 kg) para mais de 1 milhão de arrobas (14.688.000 kg) entre 1610 e 1710¹⁷⁵, área cuja população desde as últimas décadas do século XVI distribuía-se por mais de 1.500 fogos¹⁷⁶. Pernambuco, para não sair dos limites internos da América portuguesa, tinha naquele tempo uma produção anual açucareira em torno de 544.072 arrobas (c. 7.991.330 kg)¹⁷⁷, assim como a sua população no final do século XVII somava nada menos que 13 mil fogos¹⁷⁸. Tais proporções destoam até mesmo dos mais altos índices da produção triticultora paulista na sua época de maior prosperidade, conforme apresentado.

Essa situação intermediária das instalações do planalto paulista (que não eram mais nem assentamentos precários, nem núcleos exportadores no modelo da *plantation* açucareira), leva-nos a caracterizá-la aqui como a de uma agricultura comercial de média densidade. A bem da verdade, suas características explicitam a posição particular da região nos quadros da colonização ibérica, por sua vez incorporada à lógica de reprodução e expansão da economia-mundo reprodutora e acumuladora de capitais. Como vimos, tratava-se inicialmente de uma área de ocupação estratégica, pois controlava o acesso à região sulina da América hispânica, além de um entreposto para as embarcações ancoradas em Santos e no Rio de Janeiro. Depois, tornou-se área fornecedora de víveres, braços e armas para o abastecimento e a defesa territorial das capitanias do Norte.

¹⁷³ MARANHO, Milena Fernandes. *O Moinho e o Engenho*. Op. cit., p. 94-115 (a citação é da página 99).

¹⁷⁴ O trabalho de Maranhão, citado na nota precedente, é de fato o estudo mais cuidadoso e detalhado, realizado até o momento, capaz de captar as diferenças e nuances de cada região (São Paulo e Pernambuco) sem por isso deixar de compreendê-las como pertencentes a quadros e processos mais amplos e comuns, pelo viés da história comparada. MARANHO, Milena Fernandes. *O Moinho e o Engenho*. Op. cit. (sobretudo páginas 153-215). Sua conclusão: “o moinho – relacionado aqui aos mantimentos – e o engenho – caracterizado pelo açúcar –, mantinham em conjunto uma lógica integrada da exploração dos recursos da colônia e da busca por ganhos econômicos [...] ambas as maquinárias tinham a mesma função: transformar o que a natureza oferecia em produtos ou mercadorias lucrativos” (p. 364).

¹⁷⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. Op. cit., p. 150.

¹⁷⁶ CARRARA, Ângelo Alves. “A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica”. *Revista Tempo*, v. 20. Juiz de Fora, 2014, p. 7.

¹⁷⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. Op. cit., p. 150.

¹⁷⁸ CARRARA, Ângelo Alves. “A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica”. Op. cit., p. 19.

... sustentada pela força de trabalho indígena

O mais completo e circunstanciado levantamento das expedições de apresamento de índios feitas pelos paulistas durante o século XVII, presente na historiografia moderna¹⁷⁹, foi realizado por John Manuel Monteiro e reproduzido como apêndice à sua já citada tese de doutoramento “São Paulo in the seventeenth century: economy and society”, de 1985¹⁸⁰. A leitura do anexo permite perceber as épocas nas quais foram mais ou menos intensificadas aquelas entradas, bem como as áreas e os grupos indígenas mais visados a cada tempo.

Na primeira década do século foram organizadas, ao menos, oito armações: a de André de Leão rumo ao norte pelo São Francisco em 1601; a de Nicolau Barreto pelo Paranapanema em 1602; a de Manuel Preto no Guairá em 1606; as de Belchior Carneiro e Martim Rodrigues Tenório para o “sertão dos bilreiros”, a noroeste, em 1607 e 1608, respectivamente; e, em 1610, as partidas lideradas por Simão Martins (a nordeste, também pelo São Francisco), Clemente Álvares (a oeste, pelo Tietê) e João Pereira (cujo destino nos é desconhecido). Entre os grupos ameríndios dessas partes conquistados, sobressaíram os Tememinó, os Kayapó e os Guarani.

Já entre a segunda e a quarta década, nada menos que vinte e nove expedições foram realizadas, cujo destino principal foram os caminhos sulinos, área ocupada pelos numerosos grupos Karijó¹⁸¹. O assim chamado “sertão dos Karijó”, compreendendo as áreas mais

¹⁷⁹ Anteriormente, já haviam sido produzidas algumas obras altamente detalhadas sobre o “século das bandeiras”, como por exemplo a monumental “História Geral das Bandeiras Paulistas”, em 11 volumes, escrita por Affonso de Taunay. TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*, 11 vols. São Paulo: H. L. Canton, 1924-1950. Ver, também, parte da enorme bibliografia mais recente sobre o tema: ELLIS, Myriam. “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 1, t. 1 (“A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial”). 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 273-296; VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Entradas e Bandeiras*. 5.ed. São Paulo: Global, 1997; MESGRAVIS, Laima. “De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1 (“A Cidade Colonial”). São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 115-143; SILVA, Valderes A. da. “Paulistas em movimento: bandeiras, monções e tropas”. In: VÁRIOS AUTORES. *Terra Paulista: histórias, arte, costumes - A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008, p. 63-75; MAIA, Patrícia Albano. “Expansão territorial do Brasil colonial: o bandeirismo”. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1 (“Colônia e Império”). São Paulo: Edunesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, p. 93-103; ARRUDA, José Jobson de Andrade. *São Paulo nos séculos XVI-XVII*. Op. cit., p. 79-95.

¹⁸⁰ MONTEIRO, John Manuel. *São Paulo in the seventeenth century*. Op. cit., p. 416-426 (table 26).

¹⁸¹ Foram os seus capitães: Pedro Vaz de Barros, Francisco de Magalhães e Diogo Fernandes em 1611; Manuel Freire e Sebastião Preto em 1612; Pedro Vaz de Barros novamente e Lázaro da Costa em 1615; Antônio Fernandes em 1616; Manuel Preto em 1619; Henrique da Cunha Gago em 1623; Antônio Peres e Fernão Dias em 1623; Antônio Raposo Tavares em 1628; Cristóvão Diniz em 1631; Luís Dias Leme e Fernão de Camargo em 1635; outra vez Antônio Raposo Tavares em 1636; Fernão Dias Pais e Francisco Bueno em 1637; Paschoal Leite Pais em 1638; e Domingos Cordeiro em 1639. Somente fugiriam à regra Garcia Velho, André Fernandes

meridionais do continente (Guairá, Patos, Itatim e Tape) no caminho para a bacia do Prata, se transformou no foco preferencial dos sertanistas que saíam em busca de braços indígenas, permanecendo nessa condição pelo menos até o ano de 1640. Graças à localização, na região, de diferentes missões administradas pelos jesuítas, em cujos interiores estavam concentradas numerosas reservas de Guarani, já disciplinados pela mediação e pela catequese promovidas pelos padres. Ruiz de Montoya estimou que cada uma das onze missões arrasadas pelos paulistas continha entre 3 e 5 mil indígenas, o que conduz ao número de 33 ou 55 mil indivíduos apresados¹⁸². Nesse período, foram lançadas aquelas expedições de largo porte que acabariam se cristalizando, positiva ou negativamente, no memorialismo nacional brasileiro, como as de Fernão Dias (1623) e Antônio Raposo Tavares (1628) ao Guairá e as de Fernão de Camargo (1635), Antônio Raposo Tavares (1636), Fernão Dias Pais e Francisco Bueno (1637) ao Tape¹⁸³. Apenas em 1615, foi identificado e repartido um total de 628 indígenas da “gente Carijó”, numa tentativa de organizá-los para o serviço nas minas de São Paulo, devendo-se todavia considerar que grande parte dos moradores paulistas não estava diretamente envolvida na mineração e, assim, não tiveram contabilizados para aquela finalidade os cativos que receberam para o trabalho agrícola¹⁸⁴.

Monteiro demonstrou haver uma correlação entre as expedições de apresamento e a expansão da produção triticultora do planalto, combatendo um certo lugar-comum (sobremaneira difundido por Afonso de Taunay) para o qual a principal finalidade das expedições sertanistas teria sido abastecer com mão de obra indígena os engenhos do litoral açucareiro, carentes de força de trabalho sobretudo após a ocupação de Pernambuco e a conquista de pontos estratégicos da costa africana pelos holandeses (1630-1654). Para Monteiro, cujas conclusões sustentaram-se em larga pesquisa documental, “a principal função das expedições residia na reprodução física da força de trabalho e não, conforme se coloca na

e Antônio de Alvarenga, os quais em 1612, 1613 e 1616, respectivamente, partiram rumo ao norte e ao noroeste da vila e depois retornaram levando consigo índios do gentio Kayapó e Goyaz, além de Sebastião Preto, que em 1623 dirigiu-se ao sertão oeste. Das viagens de Henrique da Cunha Lobo em 1624, de Francisco Velho em 1626, de Tomé Fernandes em 1639 e de Vicente Bicudo em 1640, não se sabe a direção que tomaram, nem quais seriam os grupos com os quais guerrearão. MONTEIRO, John Manuel. *São Paulo in the seventeenth century*. Op. cit., p. 416-419 (“table 26”).

¹⁸² RUIZ DE MONTOYA, Antônio. “Primeira Catequese dos Índios Selvagens”. Transcrito e publicado em: ABN, v. 6. Rio de Janeiro, 1878-1879, p. 236; MONTEIRO, John Manuel. “Escravidão Indígena e Despovoamento na América Portuguesa: São Paulo e Maranhão”. In: DIAS, Jill (Org.). *Brasil nas Vésperas do Mundo Moderno*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992, p. 142.

¹⁸³ MONTEIRO, John Manuel. *São Paulo in the seventeenth century*. Op. cit., p. 418-419.

¹⁸⁴ “MATRÍCULA da gente Carijó” (1615). RGSP, v. 7 (suplemento), p. 116-157; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 67-68 (tabela 1).

historiografia convencional, no abastecimento dos engenhos do litoral, embora alguns cativos tenham realmente sido entregues aos senhores de engenho”¹⁸⁵.

Luiz Felipe de Alencastro, a despeito de não refutar diretamente as conclusões de Monteiro, julga ser ainda pertinente a hipótese tradicional, pois para ele “existe uma relação de causalidade entre o desacerto conjuntural do fluxo negreiro e as bandeiras ao Guairá-Tapes”¹⁸⁶. Nas suas palavras: “Os índios do Sul não suprem a falta de africanos no Norte, mas ficam cativos em São Paulo e no Rio de Janeiro cultivando os alimentos que fazem as vezes dos produtos europeus, platenses e brasileiros nas praças de aquartelamento da América portuguesa”¹⁸⁷. Alencastro parece ignorar, todavia, o fato de que a dinâmica daquelas bandeiras excedia tanto cronológica quanto qualitativamente o referido “desacerto”, ainda que nele elas possam de fato ter exercido algum papel. Sua análise não apresenta qualquer evidência suficientemente direta que demonstre que a transferência de produtos agrícolas e/ou cativos ameríndios de São Paulo para a região açucareira foi minimamente regular (ao contrário, fia-se demasiado na inferência a partir de dados suplementares, como por exemplo o preço geral dos africanos e o uso corrente de índios para a construção e carregamento de cargas)¹⁸⁸.

Seja como for, a progressiva rarefação demográfica da população Guarani, que como decorrência dos assaltos beirou o completo desaparecimento, fez com que os moradores de São Paulo, até o final do século, passassem a direcionar as suas tropas para outras regiões, preferencialmente rumo ao norte e ao noroeste da vila, chegando aos territórios futuramente pertencentes às capitanias de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Em casos extremos, ainda sem levar em conta os episódios em que paulistas foram convocados para apaziguar grupos rebelados e/ou para atacar povoações de escravos fugidos, chegaram mesmo até os Andes, o Pará, a Bahia, o Ceará e o Rio Grande do Norte¹⁸⁹. Embora essas novas partidas tenham

¹⁸⁵ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 98. Ver, também: MONTEIRO, John Manuel. “Os Guarani e o Brasil Meridional”. Op. cit., p. 493-494. Seria de mesma opinião Juarez Ambires ao afirmar que: “O contato com o índio e a exploração de sua força de trabalho [...] projetarão o paulista no cenário da América Portuguesa”. AMBIREs, Juarez Donizete. “A administração dos índios em São Paulo em fins do século XVII”. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1 (“Colônia e Império”). São Paulo: Edunesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010, p. 74.

¹⁸⁶ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 194.

¹⁸⁷ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Videntes*. Op. cit., p. 198.

¹⁸⁸ Como o próprio Alencastro reconhece em nota, o documento que mobilizou na construção do seu argumento, o relatório de um conselheiro da WIC, na verdade “se refere aos índios aldeados em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte”. ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Videntes*. Op. cit., p. 433 (nota 44).

¹⁸⁹ Em 1656, o capitão Luís Paes de Barros chefou uma expedição a oeste que, passando pelo território mato-grossense, atingiu a área andina. Em 1671, as tropas de Sebastião Paes de Barros chegaram a Tocantins e Belém do Pará, escravizando índios de pelo menos 45 grupos diferentes. Em 1658 e 1677, respectivamente, foi a vez de Domingos Calheiros e Domingos F. de Azevedo chegarem à Bahia. Em 1687, a viagem liderada por Domingos Jorge Velho chegou ao Rio Grande do Norte, onde estavam os índios Janduí. E, no mesmo ano, o

geralmente apresentado escala menor que as do período anterior, elas se fizeram, a bem da verdade, muito mais numerosas. Pode-se admitir, pela listagem de Monteiro, que houve pelo menos 90 expedições entre 1641 e 1700, das quais a maior parte dirigiu-se aos territórios Guayaná, Guarulho ou de outros grupos falantes do Jê e outras línguas não tupi, como por exemplo os Bakairi, os “serranos”, Araró, Kataguá, Abeiguira, Tabajara, Maracá, Aruaki, Puri, Gualacho, Kaeté, Janduí, Pinhoca e Moxo¹⁹⁰.

Sintetizando num único parágrafo esses dois momentos descritos das expedições sertanistas (isto é, anteriores e posteriores a 1640), um viajante francês escreveu, em fins do século, que os paulistas:

[...] cruzam todo o Brasil, chegam até os rios, ou o da Prata, ou o das Amazonas, e retornam depois de quatro ou cinco meses, por vezes com mais de 300 índios que tocam como tropas de bois e que, à medida que lhes são sujeitos, são enviados ao

bando de Manuel Navarro esteve também no Ceará, além do Rio Grande do Norte. MONTEIRO, John Manuel. *São Paulo in the seventeenth century*. Op. cit., p. 420-424.

¹⁹⁰ Foram os casos das expedições cujos capitães eram: Jerônimo da Veiga em 1643; Jerônimo Bueno em 1644; João Mendes Geraldo em 1645; Pedro Aragonês em 1646; Antônio Domingues em 1648; Matias de Mendonça em 1650; Antônio Paes de Barros em 1651; Pedro Coutinho em 1654; Fernão Dias Paes e João Ribeiro em 1661; Manuel Rodrigues de Arzão em 1663; o padre Mateus de Siqueira em 1665; Jerônimo de Camargo em 1666; Lourenço Castanho Taques em 1668; Pedro Aragonês em 1670; Estevão Baião Parente em 1671; Inocêncio Preto em 1672; Antônio Bicudo Leme em 1673; Fernão Dias Paes em 1674-1681; Lourenço Castanho em 1676; Antônio Pedroso Leite em 1677; Salvador Jorge Velho e Mateus Furtado em 1679; Antônio Raposo e Francisco Dias Maynard em 1680; Antônio Dias em 1682; Salvador Moreira em 1690; Antônio da Veiga em 1692. Dos seguintes relacionados, não há menção direta a qual grupo cativaram, mas as regiões a que foram sugerem que pertenciam a algum dos grupos referidos acima: Sebastião Camacho em 1645; Custódio Bicudo em 1647; João de Anhaia, Antônio Raposo Tavares e Antônio de Azevedo em 1648 [sobre esta expedição, ver a “CARTA do Pe. Antônio Vieira ao Pe. Provincial do Brasil sobre a bandeira de Raposo Tavares” (s/d.). Transcrita e publicada em: CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958, p. 439-449]; Álvaro do Prado em 1655; Antônio de Mendonça em 1656; Paschoal da Cunha em 1659; Henrique da Cunha Lobo em 1662; Manuel da Costa e Mathias de Mendonça em 1663; Francisco Benavides em 1665; Manuel de Godoi em 1670; Luís Castanho de Almeida, Antônio Soares Paes e Manuel de Campos Bicudo em 1671; Manuel de Carvalho e Manuel Paes Linhares em 1672; Manuel de Campos Bicudo em 1675; Bartolomeu de Siqueira em 1676; Paulo de Almeida e Antônio Pedroso Leite em 1677; João de Arzão em 1679; Domingos Jorge Velho em 1680; Lucas Ortiz de Camargo e D. Rodrigo Castelo Branco em 1681; Brás Mendes Paes, Pascoal Moreira Cabral e André de Zuniga em 1682; João Lopes de Lima em 1683; André de Magalhães em 1684; Carlos da Silveira em 1685; Garcia Paes em 1686; Salvador de Mendonça em 1687; Matias Cardoso de Almeida em 1689; Luís Lopes de Carvalho em 1692; Antônio Rodrigues de Arzão em 1693; Gaspar de Godoi Colaço em 1698; e Francisco de Arruda em 1700. As exceções do período, isto é, aquelas que se dirigiram ainda ao sul do continente em busca de novos Guarani e/ou de outros grupos (como os Itatim, os Tape e os Charrua), foram: Jerônimo Paes de Barros em 1641; Antônio Nunes Pinto em 1647; Francisco de Paiva em 1649; Brás de Arzão em 1651; Clemente Álvares em 1653; Francisco da Cunha em 1667; Manuel Dias da Silva em 1673; Francisco Xavier em 1676; Jorge Macedo de Soares em 1679; e Salvador Jorge Velho em 1688. Finalmente, as viagens das quais não se tem informações nem sobre os territórios percorridos, nem de quais grupos indígenas foram cativados, seriam as de: Francisco Correia em 1641; Salvador de Mendonça em 1660; João Velho Barreto em 1669; Francisco Cardoso em 1674; João André em 1680; Miguel de Almeida em 1681; os filhos de Pascoal Delgado em 1688; Isidoro Pinto em 1691; e Vicente de Aguiar em 1696. Cf. MONTEIRO, John Manuel. *São Paulo in the seventeenth century*. Op. cit., p. 419-425.

campo para cultivar a terra, ou empregados na cata de ouro, que encontram em grande quantidade.¹⁹¹

Essa expansão dos locais de cativo, da lavoura comercial e o crescimento da população paulista (incluindo crescimento do número de índios escravizados) se expressam ao mesmo tempo na progressiva extensão da ocupação territorial pelos colonos com a fundação de novas vilas. Foi na primeira metade de século que se fundaram as vilas de Mogi (1611) e Santana de Parnaíba (1625), respectivamente a leste e a oeste de Piratininga na extensão do Tietê¹⁹². Nas décadas de 1650 e 1660, inaugurada uma nova etapa de expansão geográfica (sobretudo rumo ao interior do planalto via Tietê, mas também a nordeste, em direção ao vale do Paraíba), foi a vez de Taubaté (1650)¹⁹³, Jacareí (1653), Jundiaí (1655), Itu (1657), Guaratinguetá (1657) e Sorocaba (1661)¹⁹⁴.

¹⁹¹ “[...] ils traversent tout le Brésil; vont jusqu’aux rivières, ou de la Plate, ou des Amazones, & s’en reviennent au bout de quatre ou cinq mois, quelquefois avec plus de 300 esclaves, qu’ils touchent comme des troupeaux de boeufs, & lorsqu’ils les ont un peu assujettis, ils les envoient à la campagne cultiver la terre, ou les emploient à pescher de l’or, qu’ils trouvent en si grande quantité”. FROGER, François. *Relation d’un voyage fait en 1695, 1696 & 1697*. Amsterdam : chez les Héritiers, d’Antoine Schelte, 1699, p. 83.

¹⁹² Analisando a interação econômica, étnica e cultural das famílias habitantes de Santana de Parnaíba durante o século XVII, Alida Metcalf concluiu ser a vila uma espécie de “síntese” entre o reino e o sertão, isto é, “não era uma réplica completa de uma vila portuguesa; apenas reproduzia algumas de suas instituições. Tornou-se, assim, um mundo novo e diferente”. Nesse mundo estariam as origens da estratificação social na região: “O poder e a riqueza nessa região provieram do sertão, mas nem todos tiveram igual acesso a esses recursos. As famílias e classes sociais que controlavam o desenvolvimento e a exploração do sertão vieram a dominar a região econômica e politicamente”. METCALF, Alida. “Vila, reino e sertão no São Paulo colonial”. Op. cit., pp. 420; 433. Sobre as circunstâncias dessa formação: CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *História de Santana de Parnaíba*. São Paulo: Conselho Nacional de Cultura; Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1971, p. 11-43.

¹⁹³ Cf. ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da Pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1998.

¹⁹⁴ Cf. os mapas reproduzidos em: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 14-15; RIBEIRO, Fernando de Aguiar. *Vilas do Planalto Paulista: a criação de municípios na porção meridional da América Portuguesa*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015, p. 231. Sobre o movimento de expansão territorial paulista, Sérgio Buarque de Holanda argumentou ter se tratado de uma dispersão de caráter centrífugo partindo de um núcleo originário (a vila de Piratininga), fosse por motivos de perseguições judiciais, escassez de terras produtivas (e de indígenas escravizáveis) ou divisões internas na população do núcleo originário, à maneira de uma “safety valve” (válvula de segurança) onde a “fome de terras seguia-se sempre à fome de pão e a outras aperturas, que mal se conjurariam se parte do povo não estivesse constantemente apta a emigrar para onde lhe fosse dado recomeçar a vida”, no que o autor foi seguido por Daisy Abreu. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Movimentos da População em São Paulo no século XVIII [XVII]”. Op. cit., p. 55-111 (o trecho reproduzido é da página 105); HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Expansão Paulista*. Op. cit., p. 223-245. ABREU, Daisy Bizzocchi de Lacerda. *A Terra e a Lei: estudo de comportamentos sócio-econômicos em São Paulo nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: RK; Secretaria de Estado da Cultura, 1983, p. 25. Com Holanda também parecem concordar substancialmente John Monteiro e Pasquale Petrone, que não obstante conferiram maior centralidade ao fator da disponibilidade de reservas de mão de obra nas áreas ocupadas: “a direção e extensão da ocupação territorial achava-se articulada à necessidade contínua do trabalho indígena, refletindo, portanto, diferentes etapas nas estratégias de recrutamento de mão de obra”. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 100-113 (o trecho reproduzido é da página 106); PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. Op. cit., pp. 39-48; 341-342. Em trabalho recente, Fernando Ribeiro manifestou discordância com relação a Holanda ao declarar que as migrações populacionais e as fundações de novas vilas no planalto resultavam das disputas entre a nobreza da

A localização geográfica dos aldeamentos de índios do planalto, convertidos em verdadeiros repositórios de mão de obra para os colonos São Paulo, foi acompanhada e também seguida por esse movimento expansivo, a despeito das vãs pretensões dos jesuítas de manter uma margem relativa de afastamento dos núcleos em relação ao restante da sociedade colonial, como meio de viabilizar suas missões e preservá-los dos desmandos e dos excessos dos senhores. Ora, a maior parte dos aldeamentos fundados na primeira metade do século XVII, seguindo aqueles já existentes no século anterior, situavam-se nas proximidades da vila ou então dos rios Anhembi (ou Tietê) e Pinheiros: Barueri (1609), Carapicuíba (1615), Itaquaquecetuba (1624) e Embu (1624). Já no final do século, foram fundadas ou oficializadas novas povoações de índios aldeados a oeste da vila e/ou em direção ao Vale do Paraíba, respectivamente: Araçariguama (1697) e Escada (pós 1698). As exceções ao quadro seriam São José (1643), situado nas proximidades do rio Paraíba do Sul, e Itapequerica (c.1690), localizado em área sulina do planalto¹⁹⁵.

Haverá espaço para um tratamento mais detido das relações e horizontes intrínsecos aos aldeamentos, sobretudo dos religiosos. Ao que interessa aqui, por ora, cumpre recordar o papel estrutural colocado a eles durante a maior parte do século XVII, isto é, como fonte reserva

terra pelo controle de cargos na Câmara, criando novos espaços de atuação para novas elites locais, ao que se somariam as dinâmicas de mobilidade indígena num contexto de hibridismo cultural, fatores que todavia estiveram longe de ser ignorados por Holanda. RIBEIRO, Fernando de Aguiar. *Vilas do Planalto Paulista*. Op. cit., pp. 77-78; 293-295. Ribeiro aproxima-se, com isso, da formulação de Janice Theodoro e Rafael Ruiz, para os quais “os moradores de São Paulo desenvolveram um padrão de povoamento rural dispersivo, consoante com as tradições de mamelucos e indígenas”. SILVA, Janice Theodoro da; RUIZ, Rafael. “São Paulo, de vila a cidade: a fundação, o poder público e a vida política”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v.1 (“A Cidade Colonial”). São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 72. Somente Nestor Goulart Reis distancia-se radicalmente dos demais autores no entendimento que tem da dinâmica da formação territorial sulina, pois para ele a orientação fundamental do povoamento consistiu na expansão para os locais em que estavam situadas e onde eram encontradas as reservas auríferas de aluvião. Conclui este último autor que as jazidas de ouro se localizavam nas “mesmas regiões e, em alguns casos, nas mesmas propriedades indicadas por Monteiro [onde se instalaram as grandes fazendas comerciais do século XVII]”, sendo que o ouro ocupava também os “tempos de trabalho dos homens e, no das mulheres largos períodos de entressafras”. E, ainda: “Acreditamos que, nesses locais, como em todos os demais, a força de trabalho disponível, nos períodos possíveis, estaria sendo empregada parte na produção de trigo e parte na exploração de ouro de aluvião”, sendo as mesmas as famílias detentoras das plantações do planalto que se deslocavam periodicamente para terras de mineração em busca de novas oportunidades e ganhos. REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013, p. 74-78.

¹⁹⁵ Cf. a excelente reprodução da paisagem colonial paulista dos séculos XVI e XVII elaborada por Paulo Zanettini: “Prancha 5: Paisagem século XVI e XVII”. In: ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Na mesma obra: “[...] essa série de massacres [assassinatos e escravidão dos povos indígenas] obedece a uma lógica de dominação territorial que passa de um padrão radiocêntrico para outro polinucleado, abrindo-se caminho para novos estabelecimentos que reproduziriam a matriz. Assim, são criados os aldeamentos de Guarulhos, Carapicuíba, Barueri, Embu e Itapequerica, que agiram como pontas-de-lança para a cidade de São Paulo, e também como trampolim para uma série de novas vilas que viriam a surgir: Santana de Parnaíba, Cotia, Mogi das Cruzes, etc. Essas, por sua vez, fomentam o estabelecimento de novos aglomerados populacionais, eventualmente originados a partir de um novo aldeamento: Escada (Guararema), Araçariguama, etc.” (p. 54-55).

de força de trabalho ou, nas palavras de Pasquale Petrone, “um formidável mercado de mão de obra”¹⁹⁶. Fosse através de “contratos” e empréstimos temporários, espécies de “aluguéis” de braços nativos, ou então por meio de simples assaltos e furtos de índios, foi esse tipo de assentamento um dos destinos prediletos daqueles que saíam em busca de trabalhadores compulsórios para operarem suas roças, pois havendo neles um número suficiente de indígenas, podia-se evitar os percalços e os perigos de mover guerra contra aldeias indígenas autônomas, não convertidas e ainda não enfraquecidas pelo desentrosamento de seus laços sociais originários.

Que seja dito desde já, além disso, que em diversos momentos do presente trabalho utilizamos o termo “escravidão” para designar o tipo de relação estabelecida entre senhores e cativos em São Paulo seiscentista, a despeito das nuances que a legislação da época estabelecia na definição da condição colonial do índio. Ora, sabe-se que as leis de 1609 e 1680, por exemplo, declararam a liberdade irrestrita de todos os índios do Brasil. Porém, sabe-se igualmente que, uma vez anunciadas, ambas foram logo atenuadas e até mesmo revogadas graças às reações que geraram no lado dos colonos e aos acordos locais firmados em algumas partes. Uma vez superadas, deram lugar, respectivamente, às leis de 1611 e 1696 (esta, as chamadas “Administrações do Sul”)¹⁹⁷. Pela primeira, declarava-se a licitude do cativo dos nativos em casos de guerra justa (“guerra, rebelião e levantamento”) e resgate (“presos e cativos de outro para os comerem”), bem como a concentração de todos os demais em aldeamentos reais organizados por capitães (“pessoas seculares”, “de boa geração e abastados de bens”), onde o gentio seria instruído como “livre” em “tudo o que convém”, desde a catequese dada pelos religiosos da Companhia de Jesus até o cultivo da terra, podendo inclusive serem postos à venda “pelo preço” aos moradores que os desejassem como força de trabalho¹⁹⁸.

Pela última, por sua vez, formalizava-se o assim chamado regime de administração particular, fundamentado em práticas que já eram realizadas e, mais que isso, hegemônicas desde o século anterior. Ficava garantida aos moradores particulares a administração dos índios descidos do sertão, sendo que uma das condições para isso era que os índios fossem

¹⁹⁶ PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. Op. cit., p. 202.

¹⁹⁷ ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do Império português*. Op. cit., pp. 55-67; 100-101; 119-120; “ALVARÁ, gentios da terra são livres” (1609); “Carta de LEI, declara a liberdade dos gentios do Brasil, excetuando os tomados em guerra justa etc.” (1611). In: THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*. São Paulo: Edições Loyola, 1982, p. 229-233; “LEI sobre a liberdade do gentio do Maranhão” (1680). ABN, v. 66: “Livro Grosso do Maranhão”. Transcrição de Rodrigo Sérgio Meirelles Marchini. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 57-59; “CARTA Régia de 19 de fevereiro de 1696”. RIHGB, t. VII, n. 25. Rio de Janeiro, 1845, p. 398-403.

¹⁹⁸ “Carta de LEI, declara a liberdade dos gentios do Brasil, excetuando os tomados em guerra justa etc.” (1611). Op. cit., p. 229-233.

considerados “**livres [...] porque serão obrigados a ir trabalhar** e servir aos ditos administradores no que lhes for necessário” (grifo meu). Esse trabalho deveria dividir-se entre o serviço ao senhor e o serviço nas roças das aldeias, este voltado para o próprio sustento, além de ser pago “conforme o preço que se costumar na dita vila de São Paulo e suas anexas” (isto é, quando muito, com vestimenta da mais rude espécie)¹⁹⁹.

Tratava-se, em suma, a administração particular, de um regime no qual a “liberdade” legalmente declarada e reconhecida à população indígena do território luso-americano não contraditava com a obrigatoriedade dos serviços por estes prestados aos senhores, estando aos últimos reservada a licença de deliberar sobre o que poderia ou não ser considerado como “justo salário”. A indissociabilidade entre os termos liberdade e obrigação (podemos, inclusive, nos valer do oxímoro “trabalho livre compulsório”), bastante caro à realidade histórica específica de que tratamos, se apresenta nas várias expressões com que a sociedade colonial classificou e se referiu aos índios do planalto paulista, as quais foram objeto do cuidadoso e esclarecedor levantamento de Ernani Silva Bruno, baseado como o presente estudo nos inventários locais.

gentio da terra (de que o primeiro registro se encontra em documento de 1594); peças (1596); peças do gentio (1599); peças do gentio da terra (1600); peças de serviço (1603); gente de serviço (1605); gente forra (1606); peças forras (1607); negros da terra (1611); negros do gentio da terra (1612); forros (1613); serviços forros (1616); gente forra do gentio da terra (1623); serviço do gentio da terra (1623); gente de obrigação (1625); peças de serviço forras (1638); gentio forro (1641); gente da terra forra (1644); gente de serviço (1648); gentio (1648); pessoas forras (1649); peças forras serviçais (1650); gente da terra (1664); almas do gentio da terra forras (1664); gente do Brasil (1670); peças da terra (1681); peças de administração (1688); almas (1692); e peças de administrar (1710).²⁰⁰

Percebe-se que a aparição do qualificativo “forro” (assim como os termos “pessoa” e “gente”) ocorre muitas vezes em associação à coisificação dos indivíduos sob a qualidade de “peça”, tendo o lugar e o papel do ser social indígena indicado pelos complementos igualmente presentes e difundidos “de obrigação” e “de serviço”. Nessas condições, claro está que no

¹⁹⁹ “CARTA Régia de 19 de fevereiro de 1696”. Op. cit., p. 398-403.

²⁰⁰ BRUNO, Ernani Silva. “O que revelam os inventários sobre escravos e gente de serviço”. *Revista do Arquivo Municipal*, v. 188. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1976, p. 65.

interior dos sítios e fazendas dos potentados paulistas, isto é, longe do olhar das juntas administrativas e do julgamento moral dos religiosos (eles próprios detentores de mão de obra ameríndia, como veremos), nos espaços em que verdadeiramente foram construídos padrões de uso da força de trabalho americana e suas temporalidades, a prática do emprego do índio em São Paulo adquiriu não apenas feições, mas conteúdos efetivamente escravistas, conclusão patente no fato de que eram eles correntemente comprados, vendidos, trocados, alforriados, considerados fugitivos e/ou transmitidos por meio de herança e dote²⁰¹. Um sistema de trabalho que, pela sua peculiaridade explícita, adicionava novos elementos e dilemas ao já diversificado conjunto de formações e regimes de exploração da mão de obra indígena e africana nas colônias europeias da América colonial²⁰².

No capítulo seguinte, serão esmiuçadas as dimensões rítmica e periódica (em resumo, temporais) do trabalho indígena sob os regimes de administração particular e eclesiástica, destrinchando a complexidade da estrutura econômica do planalto e as características de cada uma das principais atividades produtivas nas quais foram as populações nativas empregadas.

²⁰¹ Chegaram às mesmas conclusões, por exemplo: MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Op. cit., p. 168-183; PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. Op. cit., p. 81-86; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 147-153.

²⁰² MONTEIRO, John Manuel. "Labor Systems". In: BULMER-THOMAS, Victor; COASTWORTH, John H.; CORTÉS CONDE, Roberto (Ed.). *The Cambridge Economic History of Latin America*, v. 1 ("The Colonial Era and the Short Nineteenth Century"). Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 185-233.

TABELA 1: Participação das atividades comerciáveis no conjunto de sítios e fazendas do planalto paulista (século XVII)

Década	Gênero agrícola	% de plantadores
1600-1610	Trigo	5,2 (1 de 19)
1611-1620	Trigo	10,0 (6 de 60)
1621-1630	Trigo	20,7 (11 de 53)
1631-1640	Trigo	38,3 (38 de 99)
1641-1650	Trigo	29,5 (34 de 115)
1651-1660	Trigo	37,6 (32 de 85)
1661-1670	Trigo	18,7 (6 de 32)
1671-1680	Trigo	4,7 (2 de 42)
1681-1690	Trigo	16,6 (5 de 38)
1691-1700	Trigo	4,0 (1 de 25)
1600-1610	Milho	21,0 (4 de 19)
1611-1620	Milho	60,0 (36 de 60)
1621-1630	Milho	33,9 (18 de 53)
1631-1640	Milho	19,1 (19 de 99)
1641-1650	Milho	18,2 (21 de 115)
1651-1660	Milho	11,7 (10 de 85)
1661-1670	Milho	3,1 (1 de 32)
1671-1680	Milho	2,3 (1 de 42)
1681-1690	Milho	2,6 (1 de 38)
1691-1700	Milho	0,0 (0 de 25)
1600-1610	Feijão	0,0 (0 de 19)
1611-1620	Feijão	31,6 (19 de 60)
1621-1630	Feijão	35,8 (19 de 53)
1631-1640	Feijão	20,2 (20 de 99)
1641-1650	Feijão	13,0 (15 de 115)
1651-1660	Feijão	8,2 (7 de 85)
1661-1670	Feijão	0,0 (0 de 32)
1671-1680	Feijão	2,3 (1 de 42)
1681-1690	Feijão	5,2 (2 de 38)
1691-1700	Feijão	0,0 (0 de 25)
1600-1610	Algodão	36,8 (7 de 19)
1611-1620	Algodão	38,3 (23 de 60)
1621-1630	Algodão	32,0 (17 de 53)
1631-1640	Algodão	29,2 (29 de 99)
1641-1650	Algodão	34,7 (40 de 115)
1651-1660	Algodão	18,8 (16 de 85)
1661-1670	Algodão	31,2 (10 de 32)
1671-1680	Algodão	19,0 (8 de 42)
1681-1690	Algodão	15,7 (6 de 38)
1691-1700	Algodão	16,0 (4 de 25)
1600-1610	Cana	15,7 (3 de 19)
1611-1620	Cana	11,6 (7 de 60)
1621-1630	Cana	7,5 (4 de 53)
1631-1640	Cana	5,0 (5 de 99)
1641-1650	Cana	6,9 (8 de 115)
1651-1660	Cana	4,7 (4 de 85)
1661-1670	Cana	9,3 (3 de 32)
1671-1680	Cana	9,5 (4 de 42)

1681-1690	Cana	5,2 (2 de 38)
1691-1700	Cana	0,0 (0 de 25)
1600-1610	Criação de animais	68,4 (13 de 19)
1611-1620	Criação de animais	91,6 (55 de 60)
1621-1630	Criação de animais	73,5 (39 de 53)
1631-1640	Criação de animais	68,6 (68 de 99)
1641-1650	Criação de animais	69,5 (80 de 115)
1651-1660	Criação de animais	56,4 (48 de 85)
1661-1670	Criação de animais	65,6 (21 de 32)
1671-1680	Criação de animais	66,6 (28 de 42)
1681-1690	Criação de animais	57,8 (22 de 38)
1691-1700	Criação de animais	56,0 (14 de 25)

FONTE: AESP, *Inventários e Testamentos*, 47 vols. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de Órfãos da Capital, 1920-1999.

TABELA 2: Volume médio das colheitas registradas nos inventários paulista (século XVII)

Década	Trigo (alqueire)	Milho (mão)	Feijão (alqueire)	Algodão (arroba)
1600-1610	4,0 (4 em 1 sítio)	155,0 (620 em 4 sítios)	-	3,6 (14,5 em 4 sítios)
1611-1620	9,0 (45 em 5 sítios)	291,0 (7275 em 25 sítios)	13,1 (171,5 em 13 sítios)	8,9 (125,5 em 14 sítios)
1621-1630	72,3 (217 em 3 sítios)	372,1 (5210 em 14 sítios)	13,3 (200 em 15 sítios)	4,2 (25,5 em 6 sítios)
1631-1640	83,95 (1679 em 20 sítios)	725,5 (11609 em 16 sítios)	50,6 (963 em 19 sítios)	7,0 (105 em 15 sítios)
1641-1650	110,0 (1651 em 15 sítios)	542,1 (8675 em 16 sítios)	38,0 (456 em 12 sítios)	10,5 (273 em 26 sítios)
1651-1660	162,5 (3251,5 em 20 sítios)	588,6 (4709 em 8 sítios)	208,3 (1250 em 6 sítios)	29,4 (323,5 em 11 sítios)
1661-1670	16,5 (33 em 2 sítios)	200,0 (200 em 1 sítio)	-	20,0 (160,5 em 8 sítios)
1671-1680	140,0 (280 em 2 sítio)	400,0 (400 em 1 sítio)	40,0 (40 em 1 sítio)	27,7 (222 em 8 sítios)
1681-1690	50,0 (50 em 1 sítio)	-	50,0 (50 em 1 sítio)	22,6 (113 em 5 sítios)
1691-1700	-	-	-	46,0 (184 em 4 sítios)
TOTAL	104,5 (7210,5 em 69 sítios)	455,2 (38698 em 85 sítios)	46,5 (3120,3 em 67 sítios)	15,3 (1546,5 em 101 sítios)

FONTE: AESP, *Inventários e Testamentos*, 47 vols. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de Órfãos da Capital, 1920-1999. Para a construção dessa tabela foram isolados sítios e fazendas produtores de trigo, milho, feijão e algodão (a mandioca e a cana de açúcar não foram consideradas porque foram raras as vezes em que suas quantidades foram mensuradas na documentação). Sendo incerta a medida “mão” que se aplicava ao milho, faz-se difícil a equivalência junto ao alqueire (volume) e à arroba (peso), tornando-se inviável a elaboração de um gráfico visual comparativo do volume das colheitas de cada gênero.

CAPÍTULO 2

A SITUAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO INDÍGENA NAS VARIADAS ESFERAS DE PRODUÇÃO: TEMPO, TRABALHO E A FORMAÇÃO DE UM SERVIÇO REGULAR

A incorporação das populações indígenas na sociedade colonial não pode ser resumida à redução das mesmas à condição de escravos rurais, é verdade. Porém, tampouco podem ser generalizados os casos numericamente restritos de “adaptação” de indivíduos que de pronto se adequaram ao modo de vida do europeu, suas hierarquias, expectativas de ganhos pessoais, “vantagens” e outras possibilidades de ascensão social. Aprofundaremos essa constatação no capítulo seguinte.

Por ora, no que se refere aos campos de Piratininga, o que se verifica no século XVII é uma sociedade cujas relações de trabalho se centravam, de fato, na relação dos proprietários com os seus escravos lavradores. Não obstante, para que a economia agrícola progredisse e se reproduzisse, fez-se antes necessário estruturar uma cadeia produtiva capaz de subsidiar a plantação e o processamento dos gêneros alimentícios (com matérias primas, ferramentas e equipamentos de trabalho rural, vestuário e moradia para a população, por exemplo), garantindo aos sitiantes os mais elementares meios de produção rural. O distanciamento físico de São Paulo com o Atlântico, assim como a necessidade premente de sustentar a gente concentrada no planalto, dificultou que os referidos elementos chegassem à região advindos do reino.

O envolvimento do trabalho indígena em cada função desse complexo produtivo foi, como se sabe, estruturante. Tanto é que um observador da época chegou a dizer que em casa onde inexistia índio escravizado em São Paulo, ausentava-se qualquer riqueza e os paulistas portavam-se como os próprios nativos, compartilhando os seus costumes e as suas “faltas” para com o trabalho e a religião²⁰³. Formavam os ameríndios a “mão de obra ao pé da obra”, na feliz expressão de Nelson Werneck Sodré, apropriada por Terezinha de Jesus Arruda e Elizabeth Madureira Siqueira²⁰⁴. Mais do que isso, é pelo reconhecimento das condições dessa

²⁰³ “Porque sem eles nem Vossa Majestade terá minas nem nenhum outro fruto daquelas terras por ser tal a propriedade daquela gente, que o que não tem gentio para o servir vive como gentio, sem casa mais que de palha, sem cama mais que uma rede, sem ofício nem fábrica mais que canoa, linhas, anzóis e flechas, armas com que vivem para se sustentarem e de tudo o mais são esquecidos, sem apetite de honras para a estimação nem aumento de casas para a conservação dos filhos, porque ainda para irem à desobriga da Igreja alegam que não têm vestido e os que mais tem antes de tratarem do que hão de vestir tratam do que hão de comer com descanso das suas pessoas e nisto ocupam a primeira gente”. CARVALHO, Bartolomeu Lopes de. “MANIFESTO a Sua Majestade” (s.d.). *Biblioteca da Ajuda*, 51-IX-33, fl. 372.

²⁰⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 44; ARRUDA, Terezinha de Jesus; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. “Mão de obra ao pé

participação compulsória que se pode elucidar o teor e a forma particular de estranhamento sofrida pelos grupos indígenas frente aos seus padrões tradicionais de organização e concepção dos tempos do trabalho produtivo.

No presente capítulo, examina-se o referido estranhamento tendo por base o olhar sobre as duas esferas fundamentais do trabalho ameríndio paulista nos anos mil e seiscentos: em primeiro lugar, toda a variada gama de serviços técnicos e manufatureiros, à época chamados de “ofícios”, que criaram o substrato técnico e material necessário para o desenvolvimento de uma agricultura comercial de média densidade. Em segundo, o trabalho agrícola propriamente dito, com suas características regionais e históricas peculiares. Em ambos os casos, o exame das dinâmicas temporais, dos ritmos e das durações inscritos em cada etapa e/ou tarefa realizada, faz-se em meio a descrições precisas e pormenorizadas sobre as duas esferas, como logo compreenderá o leitor, pois delas resultou parte decisiva das condições temporais de emprego da mão de obra indígena em São Paulo. Por fim, são observadas as especificidades do regime temporal de trabalho indígena no interior dos espaços religiosos fundados na região, com destaque ao Colégio e aos aldeamentos jesuítas.

Em suma, qual foi a estrutura produtiva instalada no planalto paulista durante o século XVII? Que atividades econômicas estavam nela incorporadas? Que tipos de serviços e tarefas foram reservados às populações indígenas? Qual a situação do índio no interior dessa estrutura? Quais os instrumentos e equipamentos de trabalho existentes, disponíveis e apropriados? Como operavam e qual a participação do braço indígena no seu funcionamento? Quais as durações, ritmos e regularidades (em suma, os “tempos”) de trabalho colocados por cada uma dessas técnicas?

da obra: a presença do índio no processo produtivo da colônia”. *Leopoldianvm: revista de estudos e comunicações*, v. 11, n. 31. Santos, 1984, p. 43-56.

2.1. Ofícios manuais e mecânicos: a produção manufatureira dos meios de produção agrícola.

Sabe-se que já na época da fundação do Colégio da Companhia de Jesus em São Paulo (1554), baluarte primeiro da ocupação do planalto, alguns dos padres que ali estavam eram instruídos nos ofícios de ferraria, carpintaria e alvenaria²⁰⁵, embora suas atividades não tenham alcançado grandes dimensões nem sofrido considerável expansão ao longo daquelas décadas. Para se chegar a essa conclusão basta considerar que, em 1575, a Câmara paulista lamentava o fato de não haver oficiais de carpintaria na vila, vendo-se levada a requisitar os esforços de alguns moradores, os quais não possuíam de fato qualquer conhecimento especializado do ofício, além de solicitar por vezes o empréstimo de móveis e outros objetos pessoais da população²⁰⁶.

A situação começaria a se modificar em torno de 1580, com a chegada a Piratininga do carpinteiro Bartolomeu Bueno, “sevilhano”, cabendo a ele elaborar o “Regimento dos Ofícios”, uma tentativa de profissionalizar e controlar, via regulamentação pela Câmara, o exercício dos ofícios manuais na vila e os seus preços, proibindo que qualquer atividade (como as de ferreiro, carpinteiro, sapateiro e alfaiate) fosse exercida indiscriminadamente²⁰⁷. Em 1616, já prestigiado, Bueno encontrava-se ocupando cargo de vereador na Câmara, o que lhe permitiu, por exemplo, beneficiar Amador Bueno, seu filho, com a permissão para levantar um moinho

²⁰⁵ Discorrer-se-á mais detidamente sobre o tema no terceiro item do capítulo. O material bibliográfico e documental disponível sobre os ofícios manuais em São Paulo é escasso, mas há estudos mais ou menos recentes nos quais foram reunidas algumas informações e evidências até então esparsas, chegando-se a resultados credores de atenção. AMARAL, Aracy Abreu. *A Hispanidade em São Paulo*. São Paulo: Nobel; Edusp, 1981; FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Os oficiais mecânicos (artesãos) de Salvador e São Paulo no período colonial”. *Revista Barroco*, n. 17. São Paulo, 2002; GUEDES, Roberto. “Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (sécs. XVII-XIX)”. *Topoi*, v. 7, n. 13. São Paulo, 2006; ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A memória das máquinas: um estudo de história da técnica em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

²⁰⁶ “SESSÃO de 16 de maio de 1675” e “SESSÃO de 14 de agosto de 1675”. ACSP, v. 1, pp. 72-73; 76-79, onde vemos os oficiais camarários requisitarem o empréstimo de uma caixa de madeira a Frutuoso da Costa e, depois, convocarem os irmãos Salvador e Gonçalo Pires para coordenarem as obras da Câmara e da cadeia da vila. Ainda em 1653, o ouvidor geral reafirmava a necessidade de se “fazer juizes dos ofícios e se pusessem taxas às obras dos ditos ofícios e guardassem seu regimento no pôr taxas fixas e nas coisas em que se põem”. Cf. “CORREIÇÃO que fez o doutor João Velho de Azevedo ouvidor geral desta Repartição do Sul na Câmara desta vila de São Paulo capitania de São Vicente” (1653). ACSP, v. 6, p. 33.

²⁰⁷ “TERMO que se apregoou que não usem os ferreiros, nem carpinteiros, nem sapateiros, nem alfaiates de seus ofícios sem terem regimento de seus ofícios” (1587). ACSP, v. 1 p. 321-7. Essa regulação, todavia, limitou-se à nomeação de juizes e à cobrança de taxas sobre os ditos ofícios. No trecho correspondente aos carpinteiros, os preços dos seus serviços (confecção de móveis, tábuas e prensas) foram fixados, estando os eventuais acréscimos sujeitos a penalidade de \$500 (quinhentos réis), cabendo \$250 ao denunciante e \$250 ao conselho da Câmara. O mesmo deveria valer para os demais ofícios. A pena para quem não cumprisse as disposições seria de 1\$000 (mil-réis), a ser igualmente repartido na metade entre o denunciante e o conselho. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “São Vicente, capitania donatarial (1532-1709)”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Edunesp, 2009, p. 30-32.

de trigo (cuja construção seria atividade reservada fundamentalmente a carpinteiros, embora os serviços de ferreiro também fossem importantes) em área próxima a um córrego localizado na região do Mandaqui²⁰⁸.

Transcorrida a primeira década do século XVII, mais especificamente durante o ano de 1612, o morador Martim Rodrigues, às vésperas da sua morte, imbuíu o genro flamengo Cornélio de Arzão da tarefa de ensinar o ofício de carpinteiro ao seu filho bastardo Pedro Rodrigues Tenório (nascido de uma índia) no prazo de quatro anos, “para que no cabo do dito tempo o dito moço possa ganhar a vida por seu ofício de maneira que possa trabalhar e ganhar sua vida sem empacho de nada”²⁰⁹. No mesmo ano, Arzão, que, como veremos, servia como fundidor de ferro, concluiu as obras da igreja Matriz da vila com a ajuda de quatro índios emprestados a ele pela Câmara, tendo ele próprio se oferecido ao serviço dois anos antes²¹⁰. O caso demonstra a proximidade e a convergência que havia entre os vários ofícios (entre carpintaria e alvenaria, especialmente), podendo dois ou mais deles serem desempenhados por um único oficial, ou artesão²¹¹. Ao falecer, em 1638, Arzão deixou em sua fazenda de M’Boy um fole de ferreiro, junto a um conjunto de variadas ferramentas de carpintaria: serras, martelos, compasso, enxós, trados, verrumas, escopros, cantil, garlopas, junteiras e cepilhos²¹².

É bem verdade que se, por um lado, o ofício de carpinteiro poderia representar uma possibilidade de sustento para homens livres e forros do começo do século XVII (especialmente os órfãos²¹³), como o herdeiro ilegítimo de Martim Rodrigues, após 1650 a carpintaria tornou-se um serviço reservado sobretudo a escravos indígenas. Assim, entre os 232 escravos indígenas de Paschoal Leite Paes (que também era senhor de 4 “negros da Guiné”) em 1664, havia Aleixo Tiro, um carpinteiro casado²¹⁴. Outrossim em 1683, dos 79 índios administrados de Maria de

²⁰⁸ “Traslado de LICENÇA de fazer moinho a Amador Bueno” (1616). CDT, v. 2, p. 43-44.

²⁰⁹ “Inventário de Martim Rodrigues” (1612). AESP, IT, v. 2, p. 37.

²¹⁰ “ASSENTO que fizeram os oficiais da Câmara com Cornélio de Arzão sobre o fazer da igreja em que se obrigou acabá-la” (1610). ACSP, v. 2, p. 272-3. Antes de Arzão, Bartolomeu Bueno já havia sido encarregado de averiguar as obras da Igreja. VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no Império dos Felipes*. São Paulo: Intermeios, 2014, p. 124.

²¹¹ Francisco de Andrade destacou o caso de Garcia Rodrigues “o velho”, carpinteiro e proprietário de uma oficina bem equipada e em cujo inventário constava que João Fernandes Saavedra lhe devia pela madeira de uma caixa. Já no testamento de Joana de Castilho, sogra de Rodrigues, consta que ele ainda ajudaria na construção de uma casa na vila. ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., p. 76; “Testamento de Joana de Castilho” (1631). AESP, IT, v. 8, p. 340; “Inventário de Garcia Rodrigues” (1632). AESP, IT, v. 8, p. 413.

²¹² “Inventário de Cornélio de Arzão” (1638). AESP, IT, v. 12, pp. 32-4; 37. Ver, também, as ferramentas de carpintaria presentes no espólio de Garcia Rodrigues em 1632: “Inventário de Garcia Rodrigues” (1632). AESP, IT, v. 8, p. 404-5; e Matheus Leme em 1633: “Inventário de Matheus Leme” (1633). AESP, IT, v. 9, pp. 115; 120-1, ambos carpinteiros. Entre os bens de Leme constava um exemplar do “Livro dos Segredos da Natureza” e um “Tratado do Prático de Aritmética” (p. 124), ilustrando o compreensível interesse “renascentista” de um moderno oficial prático pelas assim chamadas ciências naturais.

²¹³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “São Vicente, capitania donatarial (1532-1709)”. Op. cit., p. 71-74.

²¹⁴ “Inventário de Paschoal Leite Paes” (1664). AESP, IT, v. 27, p. 130.

Araújo (os quais conviviam com 8 “peças escravas”), havia 1 carpinteiro (Joani, casado e com uma filha) e 2 serralheiros (Lourenço, casado e com dois filhos, dentre os quais João, também carpinteiro)²¹⁵. Já no fim do século, a propriedade do padre Guilherme Pompeu de Almeida abrigava tanto africanos quanto “negros da terra” que eram ocupados com ofícios²¹⁶.

Não obstante, parece precipitada a conclusão de Francisco de Carvalho Dias de Andrade sobre ter havido uma “transição do trabalho livre para o trabalho forçado no exercício das atividades mecânicas”²¹⁷, pois desde cedo podiam ser encontrados casos de índios sendo requisitados para serviços mecânicos. Parece mais justa a hipótese, também esboçada pelo mesmo autor, de que as relações sociais de produção que historicamente resultaram da ocupação planaltina tenderam a uma complementaridade entre, de um lado, os oficiais especializados nos ofícios mecânicos, detentores das técnicas de meneio com a madeira, a alvenaria e principalmente com o ferro, e, de outro, os executores do trabalho bruto implicados em tais atividades, formados basicamente pela força de trabalho de escravos indígenas, organizados e instruídos pelos práticos oficiais para operarem como índios de ganho. Nas palavras de Aracy Amaral: “Que os artesãos de São Paulo eram indígenas no século XVII não resta nenhuma dúvida”²¹⁸. Em 1653, o ouvidor geral da Repartição do Sul requisitou que os índios das minas locais fossem buscados para trabalharem na reconstrução da casa da Câmara e da cadeia da vila²¹⁹.

Igualmente digno de nota é o fato de que homens como Bartolomeu Bueno e Cornélio de Arzão eram estrangeiros (isto é, nem portugueses nem americanos) que estiveram em São Paulo devido à confluência de um conjunto de fatores, dos quais a união das coroas ibéricas teve papel especial²²⁰, facilitando a circulação de homens e mercadorias entre os dois Impérios, trespassando o caminho que ligava o litoral atlântico às povoações espanholas das bacias do Paraguai e do Rio da Prata, sendo São Paulo o principal entreposto²²¹.

²¹⁵ “Inventário de Maria de Araújo” (1683). AESP, IT, v. 21, p. 397.

²¹⁶ “DOCUMENTAÇÃO sobre o capitão-mor Guilherme Pompeu de Almeida, morador que foi na vila de Parnaíba”. RIHGSP, v. 58, 1960, pp. 522; 543.

²¹⁷ ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., p. 78.

²¹⁸ AMARAL, Aracy Abreu. *A Hispanidade em São Paulo*. Op. cit., 1981, p. 12.

²¹⁹ “CORREIÇÃO que fez o doutor João Velho de Azevedo ouvidor geral desta Repartição do Sul na Câmara desta vila de São Paulo capitania de São Vicente”. Op. cit., p. 32.

²²⁰ VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no Império dos Felipes*. Op. cit., p. 110. Segundo Flexor, por volta de 1636 a grande quantidade de “forasteiros” na vila de São Paulo causava incômodo aos oficiais da Câmara, que os estimulava então ou a trabalhar, ou a “despejar” de lá em algum tempo. FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Os oficiais mecânicos (artesãos) de Salvador e São Paulo no período colonial”. Op. cit., p. 143.

²²¹ Além dos já referenciados livros de Amaral e Vilardaga, ver: CANABRAVA, Alice P. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984; e RUIZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2004.

Refeita a separação das coroas em 1640, o trânsito entre suas respectivas partes na América não permaneceria mais a mesma de outrora, por mais que alguns oficiais práticos estrangeiros já radicados no planalto paulista tenham ali permanecido com as suas famílias e, assim, garantido uma continuidade mínima das práticas de cujas técnicas eram portadores. Para o mesmo resultado concorreu também o aprendizado das mesmas técnicas pelos índios, fazendo com que, em alguns casos, o conhecimento técnico dos homens livres se tornasse prescindível. Isso explica, por sua vez, a maior ocorrência de índios especializados nos ofícios durante a segunda metade do XVII²²². Uma consulta do Conselho Ultramarino, dada em 1646, foi acompanhada por um parecer do governador geral Salvador Corrêa de Sá, que alertava, com considerável grau de exagero, que na vila de São Paulo “há mais de 40.000 índios, e o mais deles carpinteiros”²²³.

Com base nessas informações, chega-se a uma questão recorrente da tradição historiográfica brasileira, e que o caso de São Paulo é capaz oferecer elementos importantes de análise: refiro-me ao tema do “desprezo” pelas artes e ofícios manuais, tradicionalmente apontado como traço arcaizante da história nacional²²⁴. Se, por um lado, ocupar um cargo na Câmara era de fato razão de prestígio entre os homens da vila, e o usufruto desse prestígio exigia o abandono de ocupações manuais quando fosse o caso, nem por isso se pode concluir que pairava um desprezo absoluto e incontornável pelas artes manuais em São Paulo durante os dois primeiros séculos coloniais. Pois a frequente carência de oficiais técnicos tornava necessário certo grau de flexibilidade social, tornando possível a atração de profissionais para aquelas partes. Assim, fazia-se importante haver alguma reputação positiva para os trabalhadores manuais e por vezes, inclusive, uma possibilidade, ainda que limitada, de ascensão social. Ora, quando, em 1623, os oficiais da Câmara pediram ao capitão-mor que ali comparecesse e, conforme as leis do reino, não consentisse com o emprego de parentes de outros oficiais, cristãos novos ou trabalhadores mecânicos, o capitão-mor paradigmaticamente

²²² Esses índios eram empregados tanto no interior das unidades produtivas de cada sítio, a cujos proprietários pertenciam, quanto eram emprestados para servir temporariamente a outros moradores (índios de ganho). ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., p. 77.

²²³ “PARECER de Salvador Corrêa de Sá, em que sustenta a conveniência de tornar a Capitania do Rio de Janeiro independente do Governador Geral do Estado do Brasil” (1646). ABN, v. 39. Rio de Janeiro, 1917, p. 53.

²²⁴ São de conhecimento geral algumas passagens dessa ótica nas três obras consideradas principais do que há de interpretação ensaística clássica sobre o Brasil: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961, p. 319; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 31-40; PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, pp. 218-225; 276-7. Para uma revisão historiográfica do estatuto social do trabalho manual na América portuguesa, cf. FONSECA, Sônia Maria. *Formação para o trabalho manual no Brasil Colônia*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010, p. 20-45.

se escusara do esforço, alegando estar ocupado e mal disposto²²⁵, sem que a questão tenha sido retomada nas imediatas sessões posteriores.

Caso extremo, sem dúvidas, foi o de Antônio, um índio da fazenda de Francisco Jorge e escravo tecelão a quem, no ano de 1628, a Câmara tornou juiz de ofício “por não haver homem branco que o seja”²²⁶. Dez anos depois, o seleiro Antônio Alves Couceiro, com o objetivo de ocupar um cargo na Câmara, teve de abandonar suas atividades anteriores de seleiro, uma vez que “tinha bens bastantes para poder sustentar-se sem usar do dito ofício para gozar das honras, liberdades dos homens nobres”²²⁷. Os termos nos quais os exemplos mencionados foram registrados demonstram que não se trata de relativizar as hierarquias sociais próprias daquela sociedade²²⁸, mas sim demonstrar que elas foram condicionadas por algumas possibilidades concretas²²⁹, como por exemplo a disponibilidade ou não de homens livres (no caso, “brancos”) com conhecimento real das técnicas do ofício.

Somavam-se à carpintaria outros ofícios manuais como a sapataria, a ourivesaria, a alfaiataria e costura. Deles, no entanto, poucos registros chegaram até nós. Sabe-se somente, por exemplo, que no espólio de Maria Pedroso (1613) havia uma tenda de ourives²³⁰, e que os inventários de Raphael de Oliveira (1648)²³¹ e Maria Leme de Alvarenga (1654)²³² continham “tendas de sapateiro”. Sabemos também que Francisco da Gama, morto em 1600, era alfaiate²³³, e que dos cinco índios pertencentes a Izabel de Moraes (1654) uma era instruída na prática da costura²³⁴. Já entre os 225 escravos de Luzia Leme (1656), havia dois alfaiates, um serralheiro e um sapateiro²³⁵, da mesma forma que Mecia Rodrigues (1668) legou aos seus herdeiros um índio sapateiro²³⁶. Não podemos deixar de mencionar igualmente os “sombreireiros”

²²⁵ “SESSÃO de 31 de dezembro de 1623”. ACSP, v. 2, p. 495-6.

²²⁶ FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Os oficiais mecânicos (artesãos) de Salvador e São Paulo no período colonial”. Op. cit., p. 145; “TERMO de juramento dado a Antônio para ser juiz do ofício de tecelão” (1628). ACSP, v. 3, p. 322.

²²⁷ FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Os oficiais mecânicos (artesãos) de Salvador e São Paulo no período colonial”. Op. cit., p. 141; “TERMO de como Antônio Alves Couceiro desistia do ofício de seleiro” (1639). ACSP, v. 4, p. 446-447. Ver outros casos do mesmo teor em: “SESSÃO de 6 de dezembro de 1625”, “SESSÃO de 16 de outubro de 1627” e “SESSÃO de 8 de abril de 1628”. ACSP, v. 3, pp. 207; 283-284 e 305.

²²⁸ Um desenvolvimento cuidadoso dessa discussão, comparando os casos de São Paulo e Rio de Janeiro, pode ser lido em: GUEDES, Roberto. “Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (sécs. XVII-XIX)”. Op. cit.

²²⁹ Sérgio Buarque de Holanda já chamava atenção para isso. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 1. São Paulo, 1966, p. 64-65.

²³⁰ “Inventário de Maria Pedroso” (1613). AESP, IT, v. 5, p. 128.

²³¹ “Inventário de Raphael de Oliveira” (1648). AESP, IT, v. 3, p. 327.

²³² “Inventário de Maria Leme de Alvarenga” (1654). AESP, IT, v. 47, p. 221.

²³³ “Inventário de Francisco da Gama” (1600). AESP, IT, v. 1, p. 335.

²³⁴ “Inventário de Izabel de Moraes” (1654). AESP, IT, v. 47, p. 142.

²³⁵ “Inventário de Luzia Leme” (1656). AESP, IT, v. 15, p. 428.

²³⁶ “Inventário de Mecia Rodrigues” (1668); AESP, IT, v. 17, p. 134.

(fabricantes de sombreiros, isto é, chapéus) presentes nos espólios de Lourenço Castanho Taques (1671)²³⁷ e Maria de Araújo (1683)²³⁸.

Ligados à produção de objetos e utensílios de uso pessoal dos moradores, tais ofícios não possuíam ritmos próprios de fabricação, estando sujeitos às expectativas maleáveis dos proprietários da mão de obra e às oscilações na procura de seus produtos. Disso resultaria, certamente, ritmos de trabalho não ditados por qualquer regra ou circunstância, sendo difícil a sua precisão. Em Piratininga, como no litoral açucareiro, zonas mineradoras e no próprio continente europeu, a experiência sobre o tempo desses ofícios gravitava em torno do calendário litúrgico estabelecido pelas práticas festivas, procissões e atos públicos de sagração dos santos patronos de cada ofício: por exemplo o *Corpus Christi*; os dias de São Sebastião, São José (protetor dos carpinteiros, marceneiros e pedreiros), Santo Elói (dos latoeiros) e São Jorge (dos ferreiros e serralheiros); a “Festa Real” (ou “Corpo de Deus”), as procissões de Santa Isabel (“a rainha santa de Portugal”) e do anjo Custódio (ou “Anjo da Guarda do reino de Portugal”). De acordo com Flexor,

Cabia à Câmara o brilhantismo das Procissões Reais e a Igreja [sic] o cerimonial litúrgico. Os oficiais mecânicos eram obrigados a acompanhá-las, seguindo a bandeira do protetor de seu ofício e contribuindo para a ornamentação. Para tanto, escolhia-se ou elegia-se, com antecedência, um encarregado dos festejos – o cabo ou juiz – que devia comparecer ao Paço Municipal para assinar termo de responsabilidade²³⁹.

Não se reduzia a isso, todavia, a dinâmica temporal contida no trabalho com o ferro, cuja disponibilidade para a fabricação dos equipamentos de trabalho rural, de cavalaria, guerra, navegação, peças de utilidade doméstica etc., era exigência básica para a expansão da área colonial, marcada pela disseminação de sítios e fazendas rurais nas imediações de da vila.

*

A existência de jazidas de ferro no interior e próximo ao planalto paulista era suposta por muitos desde o século anterior, fosse com base em experiências concretas de

²³⁷ “Inventário de Lourenço Castanho Taques” (1671). AESP, IT, v. 18, p. 108.

²³⁸ “Inventário de Maria de Araújo” (1683). AESP, IT, v. 21, p. 397.

²³⁹ FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Os oficiais mecânicos (artesãos) de Salvador e São Paulo no período colonial”. Op. cit., p. 149-150.

contato e exploração desse metal no solo de Piratininga, fosse como parte do imaginário relacionado à esperança de se encontrar grandes riquezas minerais no interior do continente. Não obstante, é apenas na virada para o século XVII que encontramos esforços maiores para o desenvolvimento da sua extração e, sobretudo, para o processamento manufatureiro do metal²⁴⁰. Nesse contexto, o “Regimento” do ofício de ferreiro passou a ser complementado com um outro tipo de regulamentação, mais ligada à etapa extrativa. O documento que acabou ficando conhecido como “1º Regimento das Terras Minerais do Brasil”, que na realidade consistia num alvará régio expedido em 1603, demonstrava que as atenções de Filipe II privilegiavam antes a exploração de ouro e prata, sendo a mineração organizada fiscal e administrativamente junto à distribuição, posse e benefício das jazidas²⁴¹.

Foi Dom Francisco de Souza, governador das Minas e Capitanias do Sul desde 1606²⁴² e também governador geral do Brasil entre 1591 e 1602, quem organizou um conjunto de iniciativas com o intuito de localizar jazidas (especialmente de ouro e prata, mas também de ferro) e de transformá-las em material extraído e pronto para ser trabalhado. O projeto de D. Francisco, em linhas gerais, consistia em estabelecer nas capitanias do Sul uma complexa cadeia produtiva envolvendo, ao mesmo tempo, a extração mineral, a agricultura e a manufatura, à maneira do que vinha sendo realizando na América Hispânica, fundamentalmente

²⁴⁰ Um livro recente de Nestor Goulart Reis, “As Minas de Ouro e a formação das Capitanias do Sul”, trabalho de fôlego e alto refinamento metodológico, descortinou a importância e a amplitude das atividades mineradoras no processo de formação espacial e histórica não apenas da vila (futuramente cidade e metrópole) de São Paulo como de toda a área (considerada pelo autor como uma “macrorregião”) correspondente à assim então chamada Repartição do Sul (1574-1578; 1608), cujos “territórios de lavras” englobavam também partes dos atuais estados do Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Para Reis, tratou-se de um ciclo minerador específico e anterior àquele expresso nas regiões das Gerais, Goiás e Mato Grosso no século XVIII. Sua “paisagem cultural” e os “modos de vida” cotidiana nela praticados consistiam sobremaneira no emprego, ao invés de escravos africanos à maneira do ciclo mais tardio, de índios sob regime de “colaboração”, “simbiose” e “trocas”, onde o nativo, mais do que escravo, apareceria como uma espécie de “parceiro menor”. REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitanias do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013, pp. 25-40; 49-69. Apesar de se considerar aqui equivocada essa visão quase idílica dos regimes de trabalho indígena vigorados em São Paulo colonial (inclusive na mineração, como se verá no decorrer do presente tópico), o livro de Nestor Reis representa um enorme avanço na compreensão da atividade extrativa no sul da América Portuguesa, tendo seu autor localizado, partindo de estudos de cultura material e representações gráfico-espaciais, quase 170 pontos de extração aurífera. Sobre a participação fundante do elemento indígena no reconhecimento, desbravamento e formulação de técnicas de registro da espacialidade colonial em formação (uma verdadeira “cartografia indígena”), ver, ainda: KOK, Glória. *O Sertão Itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 27-40; e KOK, Glória. “Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa”. *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 2. São Paulo, 2009.

²⁴¹ “1º REGIMENTO das Terras Minerais do Brasil” (1603). Publicado em: FERREIRA, Francisco Ignácio (Org.). *Repertório Jurídico do Mineiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, p. 167-177.

²⁴² “DECRETO de nomeação de Francisco de Souza para o cargo de capitão geral e governador das minas do Brasil” (1606). Documento pertencente ao Arquivo Geral de Simancas, transcrito e publicado no Brasil por: STELLA, Roseli Santaella. *Sobre a Capitania de São Vicente: séc. XVI-XVII*. Edição fac-similada. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 1999, p. 147-152.

em torno da exploração das reservas de Potosí²⁴³. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, “o que no Brasil se queria encontrar era o Peru, não era o Brasil”²⁴⁴, tendo-se inclusive cogitado importar lhamas em São Paulo (“carneiros de carga daqueles que se costumam trazer e carregar a prata de Potosí”²⁴⁵). Para isso, parte considerável dos trabalhadores especializados que chegaram foram por ele trazidos do velho mundo com o intuito de melhor instruir e orientar aquela exploração. Entre eles, estavam os mineiros Gaspar Gomes Moalho, Miguel Pinheiro Zurara²⁴⁶, o alemão Jacques de Oalte e o castelhano Manoel João Morales “Branco”; os fundidores Domingos Rodrigues e o flamengo Cornélio de Arzão; e os engenheiros alemão Giraldo Betink e florentino Baccio de Filicaya²⁴⁷.

Porém, o não alcance do desenvolvimento esperado nessa procura e a pequena amplitude a que se chegou com a exploração do ferro, nas primeiras décadas do XVII²⁴⁸, foram decepcionantes o bastante para que novas atitudes fossem tomadas. Assim, no ano de 1618, foi

²⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000 p. 92-98; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 59-60; ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma Fábrica de Ferro: morro de Araçoiaba, séculos XVI-XVIII*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 92; OHATA, Milton. *Pacto colonial e conjuntura atlântica: São Paulo, século XVII*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003, p. 109; VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no Império dos Felipes*. Op. cit., p. 173-85. Apesar de pouco referenciado na bibliografia, o documento no qual tais pretensões de Francisco de Souza foram por ele expressas data de 1607 e se intitula “APONTAMENTOS de Francisco de Souza”, e é acompanhado da “CONSULTA da Junta da Fazenda e despacho régio sobre os apontamentos de Francisco de Souza” (onde vê-se que Souza recebeu da Coroa respostas favoráveis a quase todos os seus pedidos, envolvendo materiais europeus e técnicos alemães, bascos, peruanos e chilenos). Documentos pertencentes ao Arquivo Geral de Simancas, transcritos e publicados no Brasil por: STELLA, Roseli Santaella. *Sobre a Capitania de São Vicente*. Op. cit., p. 195-265.

²⁴⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. Op. cit., p. 119.

²⁴⁵ “Traslado de uma PROVISÃO do trigo e cevada” (1608). RGSP, v. 1, p. 202.

²⁴⁶ Miguel Pinheiro Zurara recebeu o título de “mineiro-mor” das minas de São Vicente e fora preso em Assunção por realizar comércio ilegal. Por volta de 1602, solicitou ao rei um aumento das suas mercês, obtendo parecer favorável do Conselho de Portugal. Cf. “PARECER do Conselho de Portugal e DESPACHO régio sobre a petição de Manoel Pinheiro Zurara, sobre as mercês recebidas no ofício de mineiro-mor das minas de São Vicente”. In: STELLA, Roseli Santaella. *Sobre a Capitania de São Vicente*. Op. cit., p. 105-110.

²⁴⁷ ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma fábrica de ferro*. Op. cit., p. 95-96; MORALES, Manuel Juan. “Informe sobre las cosas de Sam Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Majestad” (1636). Transcrito e publicado em: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 182-193. Segundo informação de Sérgio Buarque de Holanda, o engenheiro florentino Baccio de Filicaya, por volta de 1608, incentivara o grão-duque da Toscana Fernando I a realizar investimentos no Brasil junto à Coroa espanhola, particularmente pelo envio de colonos à capitania do Espírito Santo. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão-duque Fernando I (1587-1609)”. *Revista de História*, n. 142-143. São Paulo, 2000, p. 110-111. Em 1607, o flamengo Manoel Vandala solicitou permissão real para que residisse em São Paulo, ao que foi negado. Cf. “CARTA de Sua Majestade a Manoel Vandala” (1607). Transcrito e publicado em: RIHGSP, v. XLIV, segunda parte. São Paulo, 1949, pp. 326-328; 348.

²⁴⁸ Para duas análises bem documentadas da procura por metais em São Paulo, o enraizamento espacial dessas atividades e os interesses nela envolvidos e o significado das expectativas geradas em torno das possíveis minas, ver: VILARDAGA, José Carlos. “As controvertidas minas de São Paulo (1550-1650)”. *Varia História*, v. 29, n. 51. Belo Horizonte, 2013; REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul*. Op. cit.

promulgado o “2º Regimento das terras minerais do Brasil”, que reafirmava as disposições presentes no documento anterior e as retrabalhava, sobretudo adicionando ao ouro e à prata o interesse pelos “mais metais” existentes nas “Capitanias de São Paulo e São Vicente”, enaltecendo também a política de Francisco de Souza com o fito de aprofundá-la²⁴⁹. Em ambos os regimentos, e especialmente no último deles, pressupunha-se o favorecimento à necessária manutenção de roças e pastos nas proximidades das minas, “que servem e forem necessários para benefício delas”²⁵⁰, inclusive mantendo nesses espaços agrupamentos indígenas (ou, mais propriamente, aldeamentos) para que pudessem cuidar do gado e cultivar as parcelas, garantindo, assim, o sustento de toda a população envolvida naquela economia²⁵¹. Além disso, a prospecção dos metais seria obrigação imposta a todos, uma vez encontradas e distribuídas as terras férteis, estando definitivamente vetado o abrigo, nos aldeamentos, de homens “ociosos”.

Uma espécie de “economia útil” do bom trato à população indígena endossava o conjunto de disposições: além de serem “livres” para poder cultivar as próprias roças, deveriam eles obrigatoriamente receber salários (conforme estipulado na lei de 1611), além de serem desobrigados de trabalhar mais que o ordinário e necessário.

E como da conservação dos índios depende o benefício das ditas minas, pois sem eles se não lavram nem beneficiam, por lhes fazer favor e mercê: hei por bem que não possam ser presos em cadeias por dívidas cíveis nem para elas se possam fazer execução em seus vestidos e de sua mulher, cama e mais móveis de casa nem ferramenta e instrumentos com que beneficiam as ditas Minas, e fazem suas roças e lavouras²⁵².

Finalmente, levando em conta a necessidade de novos estímulos para a busca de metais e a diversidade étnica característica da população paulista, o “2º Regimento” permitia que o título de “descobridor” das minas e as vantagens dele decorrentes fossem transmitidos “não somente [a]os Portugueses que vivem nas ditas Capitanias, e Estados do Brasil e seus

²⁴⁹ “2º REGIMENTO das terras minerais do Brasil” (1618). Publicado em: FERREIRA, Francisco Ignácio (Org.). *Repertório Jurídico do Mineiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, p. 177-181.

²⁵⁰ “1º REGIMENTO das terras minerais do Brasil”. Op. cit., p. 175.

²⁵¹ “2º REGIMENTO das terras minerais do Brasil”. Op. cit., p. 180. Essa cláusula por certo respondia à chamada de atenção para o assunto contida em duas consultas, respectivamente, do Conselho da Índia e do Conselho de Portugal, em 1607, nas quais ficava sugerido ao rei que pedisse esclarecimentos de Dom Francisco de Souza sobre seus projetos. Cf. “CONSULTA do Conselho da Índia sobre a jurisdição de Francisco de Souza no Brasil” e “CONSULTA do Conselho de Portugal e despacho régio sobre a jurisdição de Francisco de Souza no Brasil”. In: STELLA, Roseli Santaella. *Sobre a Capitania de São Vicente*. Op. cit., pp. 161 e 191; RUIZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. Op. cit., p. 161-164.

²⁵² “2º REGIMENTO das terras minerais do Brasil”. Op. cit., p. 181.

filhos que lá nascerem, mas também todos os índios, estrangeiros que com licença minha vivem de presente nele, e os que com ela forem a viver pelo tempo em diante”²⁵³.

Ainda que não se tenha alcançado de fato a situação imaginada, dado que as expectativas pelo encontro de grandes jazidas de ouro e prata ficaram frustradas (dizia-se que para os paulistas eram as “melhores minas matar e capturar tapuias”²⁵⁴), o fato é que, no interior de todo esse processo, foi-se paulatinamente assentando no planalto uma estrutura produtiva relacionada ao trabalho e processamento do ferro nas diferentes instâncias, desde a extração e o transporte da matéria prima orientados por exploradores sob auspício régio, até a manufatura dos instrumentos de metal dentro e fora dos sítios rurais que logo os absorveriam como meios de produção para a sua atividade essencial, isto é, a agricultura.

As “tendas” de ferreiro (instalações onde o material era moldado por profissionais “práticos” na fabricação de ferramentas agrícolas e outros variados objetos), já presentes nos primeiros anos de colonização²⁵⁵, tiveram sua difusão favorecida, no século XVII, pela crescente possibilidade de se obter matéria prima local, livrando os moradores da dependência sofrida até então do material proveniente da Europa.

Houve também tentativas de fazer vingar empreendimentos manufatureiros de maiores proporções, sobretudo com a criação, na mesma conjuntura de abertura do século XVII (União Ibérica, governo e projeto econômico de Francisco de Souza, consolidação da ocupação colonial no planalto), das duas primeiras “fábricas” de ferro da capitania vicentina, aliás de toda a América Portuguesa. A primeira, em torno de 1597, possivelmente situada em Araçoiaba em reserva explorada por Afonso Sardinha²⁵⁶ com o consentimento de D. Francisco²⁵⁷, a qual teve

²⁵³ “2º REGIMENTO das terras minerais do Brasil”. Op. cit., p. 178.

²⁵⁴ “INFORMAÇÃO sobre as Minas do Brasil”. Reproduzido em: ABN, v. 52, p. 172

²⁵⁵ ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma Fábrica de Ferro*. Op. cit., p. 94.

²⁵⁶ Se, por um lado, apesar das poucas informações disponíveis sobre o assunto, permanece plausível que os dois Afonso Sardinha, pai e filho homônimos, estiveram envolvidos numa tentativa de exploração de ferro no morro de Araçoiaba, Mário Neme demonstrou que a atribuição a eles do descobrimento das ditas minas não passou de uma fantasia por parte do genealogista Pedro Taques, erro assumido e transmitido pela historiografia dos séculos seguintes. Neme forneceu indicações de que, antes dos Sardinha, Francisco de Souza ali esteve acompanhado de Sebastião de Freitas e Antônio Raposo, em ocasiões diferentes (1600 e 1601), e de que Manuel João Branco manifestou ao rei espanhol que fora ele mesmo o descobridor daquelas minas, em 1595. Cf. LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania*. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p. 32-33; NEME, Mário. *Notas de Revisão da História de São Paulo*. São Paulo: Anhambi, 1959, p. 334-340; MORALES, Manuel Juan. “INFORME sobre las cosas de San Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Majestad” (1636). Op. cit., p. 182-193.

²⁵⁷ Neme descartou qualquer possibilidade de ter existido realmente o engenho de ferro de Afonso Sardinha, alegando, por um lado, a inexistência de documentos que o atestem e, por outro, as contradições diversas encontradas na obra de Pedro Taques, o primeiro a afirmá-la. LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania*. Op. cit., p. 38; NEME, Mário. *Notas de Revisão da História de São Paulo*. Op. cit., p. 341-345. Neme ignorava, porém, que parte da documentação utilizada por Pedro Taques na elaboração de sua obra foi perdida em uma cheia do rio Tamanduateí, em 1929. Cf. RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”.

seu funcionamento interrompido em 1611 (curiosamente, também o ano da morte de D. Francisco). A segunda, propriedade de Diogo de Quadros²⁵⁸, posteriormente associado a Francisco Lopes Pinto e a D. Antônio de Souza²⁵⁹ (filho de D. Francisco, que depois será comprador das partes cabidas aos outros dois associados²⁶⁰): tratava-se da Fábrica de Ferro de Santo Amaro, construída nas margens de um afluente do rio Pinheiros e que começou a funcionar em 1607²⁶¹, concorrendo para isso a boa vontade de outros moradores (os quais lhe emprestaram índios para o transporte de cal, e provavelmente também quantias em dinheiro²⁶²) e o auxílio do poder real, que ordenou a transferência de todo o material necessário às atividades de fundição, partido do Rio de Janeiro e de São Vicente para a propriedade de Diogo de Quadros²⁶³.

As fábricas de ferro representavam uma ampliação considerável na escala produtiva das tendas de ferreiros, mas estas não deixaram de existir²⁶⁴. É possível que aos poucos tenha

Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História. Franca, 1966, p. 171. Além disso, como veremos em nota posterior, algumas descobertas e datações arqueológicas recentes parecem coadunar, de fato, com a hipótese da existência de uma fábrica de ferro na propriedade de Afonso Sardinha.

²⁵⁸ Diogo de Quadros embarcou ao Brasil em 1591 junto a Francisco Lopes Pinto, seu cunhado, e ocupou os cargos de capitão-mor de Sergipe (1595-1600), provedor da fazenda de Pernambuco (1601) e provedor das Minas de São Paulo (1599-1605). Cf. CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, p. 327-328; “Traslado de uma PETIÇÃO e despachos” (s/d). RGSP, v. 1, p. 252-276; “CONSULTA do Conselho de Portugal e despacho régio, sobre a petição de Diogo de Quadros para prorrogar a mercê do ofício de provedor das minas de São Vicente” (1602). In: STELLA, Roseli Santaella. *Sobre a Capitania de São Vicente*. Op. cit., p. 99-103.

²⁵⁹ Sérgio Buarque de Holanda demonstrou que a sociedade entre os três homens não deve ser atribuída ao início, ou à fundação, da fábrica. Para Holanda, ela seria posterior, de 1609, e na verdade uma tentativa de “obter maiores recursos e fazer silenciar os adversários recalcitrantes” que o acusavam de vender o ferro produzido pelo dobro do justo valor. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 162; HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A Fábrica de Ferro de Santo Amaro”. *Digesto Econômico*, n. 38. São Paulo, 1948, p. 78-81. Também publicado em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Escritos Coligidos*, livro 1 (1920-1949). Organização de Marcos Costa. São Paulo: Edunesp; Perseu Abramo, 2011, p. 407-412.

²⁶⁰ “Testamento de Francisco Lopes Pinto” (1623). AESP, IT, v. 7, p. 411.

²⁶¹ Consta no “Livro 1º do Governo do Brasil” (1607-1633), em registro provavelmente datado de 1607, que na Capitania de São Vicente havia “un ingenio en que se labra hierro y aunque disen que es mas blando que el de Biscaia, quisa sera por falta de temple, y porque la cantidad deste mineral en aquel parage es mucha, facilmente se podran fabricar mas ingenios que den bastante hierro para todos los navios que se labraren en esta y las demas capitancias” (“um engenho no qual se lavra ferro e embora digam que seja mais fraco que o de Biscaia, pode ser por falta de têmpera, e porque a quantidade desse mineral naquela paragem é muita, facilmente se poderão fabricar mais engenhos que deem bastante ferro para todos os navios que se construírem nessa e nas demais capitancias”). LIVRO 1º DO GOVERNO DO BRASIL (1607-1633). Op. cit., p. 60.

²⁶² No inventário de Antônio de Chaves, seu esposo Matheus Leme menciona dívidas que haveriam de ser pagas a ele sobre o “feitio do engenho de ferro”. “Inventário de Antônio de Chaves” (1610). AESP, IT, v. 1, p. 72.

²⁶³ Cf. a “PROVISÃO passada pelo capitão geral do Estado do Brasil Diogo Botelho a Diogo de Quadros” (1605). Transcrita e publicada em: CLETTTO, Marcelino Pereira. “A respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la” (1782). ABN, v. 21. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 207-208; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 163-164. Na verdade, Diogo de Quadros cumpriu apenas parte do acordo firmado com a Coroa, pelo qual se comprometia a erigir dois engenhos de ferro em troca das ferramentas recebidas, tendo sido finalizado, até onde se sabe, somente o de Santo Amaro. “SESSÃO de 15 de agosto de 1606”. ACSP, v. 2, p. 151.

²⁶⁴ Regina Mendonça apresenta alguns exemplos de tendas de ferreiro sendo alvidradas junto a trabalhadores indígenas em inventários da região de Taubaté durante as décadas finais do século XVII. MENDONÇA, Regina

se desenvolvido uma divisão de funções entre as fábricas e as tendas: as primeiras contando com o apoio real e fundindo o material extraído do solo e condensando-o em barras (cujo processo exigia elevadíssimas temperaturas)²⁶⁵, para a posterior moldagem e elaboração de utensílios manufaturados (cuja exigência térmica era menor) nas tendas de ferreiros mais ou menos autônomos em relação à metrópole. Essa realidade favorecia uma aproximação entre os momentos de obtenção e processamento das matérias primas, concentrando-os numa cadeia produtiva comum²⁶⁶.

A força de trabalho indígena constituiu a base de realização de todas as atividades minerais e metalúrgicas, ao longo de todo o período estudado, tanto num quanto noutro caso (isto é, no das fábricas de ferro e no das tendas de ferreiro), somando-se à sua participação constante na mineração, onde assumiam como papel “não apenas o de carregadores, mas também o de guias, provedores de alimentos, agentes de segurança, sem contar os de enfermeiros improvisados, remadores e caçadores”²⁶⁷. Isto já era patente quando, em 1609,

Kátia Rico Santos de. *Escravidão Indígena no Vale do Paraíba: exploração e conquista dos sertões da capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, século XVII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, p. 24.

²⁶⁵ A Casa de Fundição, situada no interior da vila de São Paulo desde o início do século XVII e da qual se tem poucas referências (dentre elas: “Inventário de Catharina de Pontes” (1621). AESP, IT, v. 5, p. 455; e “Inventário de Francisco Bueno” (1638). AESP, IT, v. 14, p. 16), diferenciava-se das fábricas por se localizar no núcleo urbano da vila, portanto longe das reservas minerais, mas delas se aproximava por tratar da transformação dos metais (especificamente ouro e prata) em barras, além de por ali ser gerenciada a tributação referente à exploração. Em 1606, tanto o Conselho da Índia quanto o Conselho de Portugal lamentaram que durante todo o tempo em que Diogo de Quadros esteve encarregado de descobrir minas de ouro na Capitania de São Vicente, não chegaram à Casa de Fundição mais que 500 cruzados, rendendo apenas 100 para o quinto real. Cf. “CONSULTA do Conselho da Índia sobre a petição de Diogo de Quadros, referente ao benefício das minas de ouro de São Vicente” (1606) e “Consulta do Conselho de Portugal e despacho régio sobre a consulta do Conselho da Índia, referente à petição de Diogo de Quadros para o benefício das minas de São Vicente” (1606). In: STELLA, Roseli Santaella. *Sobre a Capitania de São Vicente*. Op. cit., p. 117-134.

²⁶⁶ Esse aspecto toca na questão postulada por Frédéric Mauro num de seus trabalhos: “Pode-se falar de uma Indústria Brasileira na Época Colonial?”. *Estudos Económicos*. n. 13 (especial). São Paulo, 1983, p. 733-44. Com Mauro, devemos problematizar o tipo de estrutura material observado na região colonizada, de época anterior à generalização da indústria como forma hegemônica de organização produtiva. Deixemos as discussões a respeito dos qualificativos “brasileiro” e “colonial” para os autores que dela já trataram (por exemplo: MELLO E SOUZA, Laura. “O Nome do Brasil”. *Revista de História*, n. 145. São Paulo, 2001; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “Incômoda História. Colônia e Passado no Brasil”. *Terceira Margem*, v. 18. Rio de Janeiro, 2008). Mauro partiu da constatação de que, ao contrário da noção contemporânea, específica demais – que evoca “máquinas, usinas, as massas operárias, uma concentração dos capitais financeiros, e mesmo na prática o capitalismo, isto é, a separação do capital e do trabalho” –, entre os séculos XVI e XIX o termo “indústria” referia-se vagamente ao conjunto de profissões, artes e ofícios que os homens exerciam para sobreviver e reproduzir a ordem colonial, inclusive o comércio e a agricultura. Como as indústrias litorâneas examinadas pelo autor (a do açúcar, de navios, sal e pesca, além da extração mineral, todas consideradas por ele como “industriais”), à experiência histórica paulista do século XVII com o ferro apenas pode ser atribuído o qualificativo ‘industrial’ sob o duplo risco de destituí-lo de um verdadeiro significado e/ou igualá-la a uma lógica posterior, desconsiderando suas características peculiares, locais e temporâneas. Embora tal experiência possa ser devidamente situada no conjunto de relações coloniais e produtivas pertencentes a um processo histórico de longa duração e de espacialidade desigual e combinada: o de desenvolvimento das relações propriamente industriais de produção.

²⁶⁷ REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitânicas do Sul*. Op. cit., p. 58, nota 16.

Diogo de Quadros requereu à Câmara uma intervenção junto ao capitão dos índios²⁶⁸ (Antônio Rodriguez) para que este lhe disponibilizasse alguns índios aldeados, além dos oito Maromomi que já havia obtido “para fazer a quantidade de ferro que sua majestade encomenda e que há quatro meses que por falta de homens que o ajudassem nunca mais até hoje teve força nem gente para o poder erguer o dito engenho”. Em resposta, os oficiais da Câmara disseram que jamais lhe havia sido negado o serviço dos índios, a não ser quando os próprios se recusavam a servi-lo sem o recebimento prévio dos pagamentos cabíveis, e que o requerente poderia dispor da quantidade de índios que quisesse, desde que os pagasse conforme o “regimento”. Disseram-lhe ainda que, além disso, Afonso Sardinha havia construído engenho às próprias custas²⁶⁹. Contrariado, Diogo de Quadros “não quis assinar seu requerimento requerendo-lhe que o assinasse foi pela porta fora por lhe tocarem em cousas de desserviço de sua majestade como foi a ida do sertão em que lhe mataram muitos homens brancos e índios das aldeias dizendo que iam buscar mostras de metais e foram a dar guerra ao gentio”²⁷⁰.

²⁶⁸ O caso sugere que, ao contrário do que geralmente se acredita, o cargo de “capitão dos índios”, ou “capitão de aldeia”, não foi criado com a lei de 1611 “sobre a liberdade dos índios”, mas já existia anteriormente com atribuições equivalentes (a saber: organizar a distribuição dos índios dos aldeamentos reais entre os moradores e disponibilizá-los para obras públicas, quando necessário). No entanto, é possível que a lei de 1611 viesse apenas oficializar uma prática já antes corrente. O texto da lei encontra-se transcrito e publicado em: THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*. São Paulo: Edições Loyola, 1982, p. 229-233. Na lei de 1596, estavam previstos os cargos de “procurador dos índios” e “juiz dos índios”, correspondendo o primeiro à consulta da legislação indigenista existente, e o segundo às resoluções dos possíveis conflitos decorrentes de sua aplicação. O conteúdo dessa lei também consta publicada em THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*. Op. cit., p. 225-226.

²⁶⁹ “SESSÃO de 15 de fevereiro de 1609”. ACSP, v. 2, p. 236. Sendo essa a única fonte documental escrita existente para sustentar a hipótese de que Afonso Sardinha construiu um engenho em Araçoiaba na virada do século, mostra-se objeto de interpretações contraditórias. Eis o que diz o trecho mais polêmico: “e que os moradores os mais deles ajudarão com pesas a trazer a cal com que o dito engenho se fez de santos p[ar]a esta vila sem interesse [ne]hu[m] som[en]te por servirem a sua majestade como é notório e Afonso Sardinha fez o engenho a sua custa e sempre deu ajuda com sua pessoa e escravos”. Por um lado, se optarmos por entender que Afonso Sardinha seria um dentre os “moradores os mais deles” referidos, concluiríamos que o que ele construiu não seria um engenho próprio, mas o engenho de Diogo de Quadros. A aposta de Mário Neme, seguindo nesta linha, é a de que Sardinha teria trabalhado como oficial pedreiro (ou empreiteiro, feitor etc.) na construção do dito engenho (o que parece-me fantasioso supor de um proprietário de grande cabedal, como foram ambos os Sardinha). Cf. NEME, Mário. *Notas de Revisão da História de São Paulo*. Op. cit., p. 349. Tal interpretação esbarra na contradição entre o uso da expressão “a sua custa” (ou seja, de Afonso Sardinha e de ninguém mais) e a referência aos “moradores os mais deles”. Por outro lado, considerando a argumentação dos camaristas e do capitão dos índios contra Diogo de Quadros (ou seja, de que ele não tinha razões para esbravejar, pois já estaria recebendo todo o auxílio necessário à sua empreitada), uma segunda interpretação poderia compreender o trecho no seguinte sentido: como Afonso Sardinha havia construído anteriormente o seu engenho às suas próprias custas, Diogo de Quadros deveria sentir-se privilegiado pela ajuda que já estava recebendo do capitão dos índios e dos outros moradores. De qualquer maneira, as datações arqueológicas realizadas cerca de duas décadas atrás com o material encontrado junto às ruínas do “Sítio Afonso Sardinha” (localizado no interior da Floresta Nacional de Ipanema, em Iperó), no morro de Araçoiaba, atestam que de fato houve a extração do ferro naquela região já durante o século XVI, e que houve efetivamente uma fábrica de ferro em localidade próxima às jazidas, fosse ou não pertencente a Afonso Sardinha. Cf. ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma Fábrica de Ferro*. Op. cit., pp. 14; 144. Infelizmente, as ruínas da fábrica encontram-se hoje tomadas e coberta pelo matagal do morro, impossibilitando a boa visão por parte de especialistas e visitantes. Agradeço a Walter Caramico pelo apoio logístico na visita que fizemos às ruínas.

²⁷⁰ “SESSÃO de 15 de fevereiro de 1609”. ACSP, v. 2, p. 237.

O episódio é representativo do conflito social e político em torno do estatuto jurídico da população indígena aldeada, pois tratava-se de um caso manifesto no qual não se colocava efetivamente à prova a necessidade da força de trabalho indígena para mover uma dada esfera produtiva, mas a partir dela mais de uma possibilidade figurava. No caso, ou recorria-se aos aldeamentos reais com a condição de, sob a pressão administrativa, pagar estipêndio aos índios; ou então organizavam-se expedições diretas ao sertão com o objetivo de assim adquirir trabalhadores escravos.

À primeira opção recorreu Francisco de Souza quando mandou buscar índios na aldeia de Barueri para o trabalho nas minas, conforme informação dada pelo rei castelhano em 1616, e da mesma forma portou-se o próprio monarca, que não apresentou proposição diferente ao sugerir que esses mesmos índios fossem transferidos para a região de Cabo Frio, formando novas aldeias que impedissem o desembarque de estrangeiros inimigos na América²⁷¹. Anos depois, em 1636, Manuel João de Morales solicitou o consentimento real para instalar nas proximidades da fábrica de Araçoiaba nada menos do que “três ou quatro aldeias de índios livres [Tememinó], para que por meses acudam por trabalhar por jornal competente, que aqui é moderado”²⁷².

Já se disse que a fábrica de Santo Amaro desapareceu com a morte de Francisco Lopes Pinto, em 1629, mas, como bem notou Sérgio Buarque de Holanda²⁷³, este já a havia vendido antes mesmo de morrer e, inclusive, talvez fosse ela a fábrica de ferro cujas metades figuraram, no ano anterior, entre os bens inventariados de Luís Fernandes Folgado²⁷⁴ e do já mencionado fundidor flamengo Cornélio de Arzão²⁷⁵. Antes disso, em 1626, apareceram em registro da Câmara, enquanto proprietários do “engenho de ferro”, Lucas Fernandez Pinto e Cornélio de Arzão, aos quais se exigiu, sob pena de dois mil réis, o repasse imediato aos moradores locais das ferramentas produzidas, uma vez que os últimos haviam se queixado animosamente de que os instrumentos não chegavam para que os pudessem comprar²⁷⁶.

²⁷¹ LIVRO 2º DO GOVERNO DO BRASIL (1615-1634). Edição de João Paulo Salvado e Susana Münch Miranda. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 51-52.

²⁷² “tres o quatro aldeas de indios libres, para que por meses acudan por trabajar por jornal competente, que aqui es moderado”. MORALES, Manuel Juan. “INFORME sobre las cosas de Sam Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Majestad”. Op. cit., p. 183.

²⁷³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 167.

²⁷⁴ “Inventário de Luís Fernandes Folgado” (1628). AESP, IT, v. 7, p. 461.

²⁷⁵ “Inventário de Cornélio de Arzão, mandado fazer pela Inquisição” (1628). AESP, IT, v. 12, p. 97. No outro inventário do mesmo homem, feito quando de sua morte em 1638, constavam instrumentos de ferreiro, dentre eles, um fole. “Inventário de Cornélio de Arzão” (1638). AESP, IT, v. 12, p. 37.

²⁷⁶ “SESSÃO de 21 de março de 1626”. ACSP, v. 3, p. 221-222.

Se, por um lado, há poucas evidências sobre o provável fim da fábrica, por outro inexistia qualquer elemento que comprove uma possível continuidade²⁷⁷. O que de fato se constata é que as décadas que transcorreram da última evidência encontrada sobre uma fábrica de ferro (1628) até a fundação de um novo engenho siderúrgico no planalto (1684) corresponde ao período de maior crescimento da agricultura paulista seiscentista, como vimos. É improvável, todavia, que a matéria prima necessária para sustentar aquela ascendente produção agrícola fosse, quase toda ela, vinda de fora da capitania. Ou novas iniciativas ocorreram sem legar nenhum registro, ou então o uso de pequenos fornos artesanais tenha conseguido dar conta, ao lado das tendas, de sustentar os assentamentos rurais com as necessárias ferramentas.

Novamente sobre as tendas, o inventário de Valentim de Barros, datado de 1651, menciona dois trabalhadores indígenas (de um conjunto de 130 escravos) especializados na atividade da ferraria, sendo que um deles estava fugido, e que provavelmente eram empregados na “tenda” possuída pelo mesmo proprietário²⁷⁸. É interessante ressaltar que esse morador dispunha também de uma grande quantidade de instrumentos de trabalho agrícola (37 enxadas, 18 machados, 18 “foices de roçar” e 29 “foices de segar trigo”²⁷⁹), o que sugere, em primeiro lugar, que a sua fazenda em Itaquatiara (região não identificada, mas pertencente ao termo da vila de São Paulo) abrigava uma produção agrícola razoável. Em segundo lugar, que as ferramentas por ele empregadas foram produzidas dentro do próprio sítio, na sua própria tenda.

Todas as referências documentais que constam nos “Inventários e Testamentos” publicados do século XVII sobre “tendas de ferreiro” (20 referências em um total de 568 documentos distribuídos por todo o século), para não falar nos vários tipos de instrumentos de ferraria avulsos encontrados em diversos espólios²⁸⁰, situam-se no período iniciado na década de 1630, tornando-se mais frequentes a partir de 1670 e mantendo-se presentes pelo menos até o final do século²⁸¹. Com a tarefa de abastecer as propriedades agrícolas com ferramentas da

²⁷⁷ Embora a afirmação de Manuel João de Morales (“Branco”), de que em 1636 toda a produção de ferro na capitania se encontrava paralisada, sugira peremptoriamente a descontinuidade, o autor estava interessado em receber auxílio real para dar novo impulso à fundição, e assim possuía razões suficientes para exagerar a situação. MORALES, Manuel Juan. “INFORME sobre las cosas de Sam Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Majestad”. Op. cit., p. 183.

²⁷⁸ “Inventário de Valentim de Barros” (1651). AESP, IT, v. 15, pp. 202-203; 207-208.

²⁷⁹ “Inventário de Valentim de Barros” (1651). Op. cit., p. 203.

²⁸⁰ Os quais eram dos mais variados. O inventário de João Nogueira, possivelmente o mais completo nesse quesito, elenca detalhadamente os materiais e instrumentos pertencentes ao profissional da ferraria: malhos, martelos, tenazes, talhadeira, punção, ferrugento, limas, tarraxas, tornos, martelos de pena, bigorna, “tás”, foles, craveira, tornos, chaveta, “rompedeira”, canos, tufos, alças. “Inventário de João Nogueira” (1689). AESP, IT, v. 22, p. 313-314.

²⁸¹ “Inventário de João Tenório” (1634). AESP, IT, v. 9, p. 337; “Inventário de Fernão Dias Borges” (1643). AESP, IT, v. 14, p. 263; “Inventário de Valentim de Barros” (1651). AESP, IT, v. 15, p. 202-203; “Inventário de Diogo Coutinho de Mello” (1654). AESP, IT, v. 15, p. 371; “Inventário de Clemente Álvares” (1641). AESP, IT, v. 14, p. 100; “Inventário de Clemente Álvares o moço” (1655). AESP, IT, v. 43, p. 79; “Inventário de

terra e utensílios diversos, essas tendas localizavam-se fora da vila de Piratininga, particularmente na proximidade dos grandes sítios, em áreas como Santana de Parnaíba, Santo André da Borda do Campo, Araçariguama (próximo a Sorocaba), Juqueri e outras paragens não identificadas (como, por exemplo, Itaquatiara e Jassapetiva), e podiam ser encontrados em espólios de proprietários pertencentes a quaisquer faixas de cabedal.

No caso de grandes e alguns médios proprietários, é admissível que as tendas privilegiassem atender às necessidades internas das respectivas fazendas, dados os altos números de ferramentas por elas requeridas. Por exemplo, o espólio de Francisco Cubas Preto (datado de 1673), plantador de algodão e cana que possuía 182 trabalhadores indígenas – distribuídos entre a sua casa na vila paulista, o seu sítio no termo “Goaraí” e suas parcelas de terra de Juqueri (meia légua de testada e duas de profundidade) e do limite de Taubaté (500 braças de testada) –, lançava juntamente nada menos que 95 ferramentas (48 enxadas, 7 machados, 18 foices e 22 cunhas), além de uma “moenda armada em casa de palha”. Tudo isso junto a 134 animais de criação (74 porcos, 59 bovinos e 1 cavalo) e uma tenda de ferreiro com o seu torno²⁸². A quantidade de ferro necessária à manutenção produtiva de toda essa estrutura seria indubitavelmente muito grande.

Outros tinham poucos bens para legar além de suas tendas, a exemplo de João Nogueira, morador de Ayapi (termo pertencente à vila de Santana de Parnaíba), cujo inventário em 1689 não mencionava mais que 5 peças do gentio da terra, poucos objetos de uso pessoal, 3 enxadas, 1 machado, 2 foices, 1 cunha e a tenda²⁸³. Em casos como esse, é possível que os proprietários tivessem na ferraria uma forma de sustento pessoal e das suas casas, realizando (eles próprios ou, o que era mais frequente, os índios de que dispusessem para o “ganho”) encomendas e serviços a pedido de vizinhos e outros moradores.

Quando, em 1636, Morales escreveu ao rei sobre as fracassadas atividades de ferraria no planalto e os maus modos de proceder dos moradores paulistas com relação aos

Paschoal Leite Paes” (1664). AESP, IT, v. 27, p. 127; “Inventário de Maria de Oliveira” (1665). AESP, IT, v. 17, p. 11; “Inventário de Maria de Lara” (1670) e de seu marido “Lourenço Castanho Taques” (1671). AESP, IT, v. 18, pp. 93 e 171; “Inventário de Francisco Cubas Preto” (1673). AESP, IT, v. 18, p. 328; “Inventário de Domingos de Góes Pereira” (1677). AESP, IT, v. 19, p. 193; “Inventário de Matheus de Siqueira” (1680). AESP, IT, v. 19, p. 478; “Inventário de Manuel da Fonseca Osório” (1681). AESP, IT, v. 21, p. 86; “Inventário de Maria de Araújo” (1683). AESP, IT, v. 21, p. 390; “Inventário de Mariana Maciel” (1685). AESP, IT, v. 19, p. 193; “Inventário de Agostinha Rodrigues” (1684). AESP, IT, v. 21, p. 513; “Inventário de João Nogueira” (1689). AESP, IT, v. 22, p. 313-314; “Inventário de Salvador Moreira” (1679). AESP, IT, v. 24, p. 82; e “Inventário de Pedro Vaz de Barros” (1679). AESP, IT, v. 24, p. 34. Há notícias de que era a forja de Clemente Álvares localizada em Vuturuna e que, após a sua morte, continuou sendo utilizada pelo capitão Guilherme Pompeu de Almeida. Ver: CALDEIRA, Jorge. *O Banqueiro do Sertão*, v. 2. São Paulo: Mameluco, 2006, pp. 387-400 e 79-107.

²⁸² “Inventário de Francisco Cubas Preto” (1673). AESP, IT, v. 18, p. 320-334.

²⁸³ “Inventário de João Nogueira” (1689). AESP, IT, v. 22, p. 313-315.

índios, negou haver qualquer impedimento estrutural e/ou geográfico ao desenvolvimento de uma economia mercantilizada de mineração que fosse voltada à exportação direta de metais ao reino, fundamentada na força de trabalho de índios livres aldeados e com o auxílio da mão de obra dos escravos africanos. Pelo contrário, surpreende o fato de que, interessado nos investimentos régios, ele exaltara o próprio fator geográfico da Serra do Mar (“caminhos mui frágios”, segundo a descrição de Antônio Raposo Silveira²⁸⁴; “inacessíveis”, de acordo com a observação de um viajante francês em 1700²⁸⁵) como elemento vantajoso à implementação de uma Potosí nas capitanias do Sul luso americano, dada a suposta facilidade de acesso ao Oceano Atlântico oferecido por aqueles caminhos:

É tão fácil construir navios que sendo eu homem pobre, sem ter índio nenhum fiz dois navios para ir a Angola colocar negros para esta capitania, e para aumentar os quintos de ouro de V. Majestade. Pois se as minas de ferro trabalhassem com o ferro que estivessem à mão, que facilidade teria V. Majestade de construir navios sem custo algum de madeira, nem ferro? E sem custo, nem trabalho de transportá-lo, porque a madeira está no mesmo porto, onde os navios são construídos, e as minas assim de ferro como de ouro se distanciam do porto da vila de Santos apenas 16 léguas, e o caminho é tão simples, que até uma légua do rio se pode abrir caminho que lhes corram bem, e em tão curto espaço como fica de serra se pode abrir para cavalgadas caminho mais prudente, que os que foram abertos até agora: e do rio há quatro léguas ao porto, onde podem ir barcos grandes, grandes canoas, e com incrível segurança, porque sempre está em suma tranquilidade sem perigo de ser infestada de vento algum, e em todo o porto se pode navegar por quatro braços²⁸⁶

²⁸⁴ “CARTA do cavaleiro fidalgo da Casa Real, Antônio Raposo Silveira, morador da vila de São Paulo, ao rei D. Afonso VI”. AHU, cx. 1, doc. 21 (12/1656), fl. 1.

²⁸⁵ COREAL, François. *Voyages de François Coreal aux Indes Occidentales contenant ce qu’il a vû de plus remarquable pendant son séjour depuis 1666, jusqu’en 1697*. Amsterdam: Chez Frederic Bernard, 1722, p. 248.

²⁸⁶ “Es tan facil el hazer navíos que yo siendo hombre pobre, sin tener Indio ninguno hize dos navios para ir a Angola por negros para esta Capitania, y para aumentar a V. Majestad los quintos del oro. Pues si las minas de yerro se trabajassem con que el yerro estuviesse a mano, que facilidad tendria V. Majestad de hazer navios sin costa alguna de mader, ni yerro? y sen costa, ni trabajo de acarrearlo, porque la madera esta en el mismo puerto, donde los navios se hazen, y las minas assi del Yerro como del oro distan del puerto de la villa de Santos solo 16 leguas, y el caminho es tan llano, que hasta una legua del rio se puede abrir camino que le corran corretas, y en un tan corto espacio como queda de sierra se puede abrir camino para cavalgadas más prudente, que el que han abierto hasta ahora: y desde el rio hay quatro leguas al puerto, donde pueden ir barcos grandes, grandes canoas, y con increfibe seguridad, porque siempre está en bonança suma sin peligro de ser infestado de viento alguno, y en todo el puerto se puede navegar por quatro braços”. MORALES, Manuel Juan. “INFORME sobre las cosas de Sam Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Majestade”. Op. cit., p. 185.

Com as capitanias do Norte ocupadas pelos holandeses, argumentava Morales, cumpria à monarquia ibérica mobilizar o máximo possível de forças para proteger as capitanias meridionais, freando as investidas do estrangeiro na costa americana. E a melhor maneira de fazê-lo seria ocupando não somente o litoral vicentino, como também o seu interior, controlando a rebeldia paulista e suas ações contrárias à religião, à liberdade dos índios e aos cofres reais. “Riqueza segura”, seria, dada a improbabilidade de ser alcançada por eventuais invasores vindos do litoral, bem como pelo grande desconhecimento que os inimigos tinham sobre aquelas terras²⁸⁷.

O mesmo argumento voltou a aparecer na representação que os moradores enviaram ao rei após a destituição dos jesuítas, em termos muito semelhantes aos da carta de Morales, sendo possível que esta tenha exercido algum tipo de influência sobre o documento posterior. Neste, pedia-se o envio de oficiais instruídos nas tarefas de ensaio e fundição, com os quais “há de achar neste Estado outro Peru”, pois do interior “as madeiras se fazem e descem com os índios e gentio: o ferro, como fica dito, é d'abundância”, enquanto nos “portos, onde as ditas naus e galeões se façam, abundam de mantimentos e madeiras incorruptíveis; [existem] baías capazes para poderem sair com todas as marés”²⁸⁸.

Independente da repercussão dessas correspondências, o fim da União Ibérica em 1640 e a retomada do Nordeste em 1654 devem ter privado a proposta de Morales de sua razão original, pois a atenção da Coroa portuguesa pôde então voltar-se outra vez para os engenhos açucareiros da costa. Para as décadas decorridas entre 1650 e 1680, especialmente a de 1670, quando os preços do açúcar declinaram no mercado de Lisboa²⁸⁹, inexistem referências a qualquer outra tentativa de implementação de fábricas de ferro em São Paulo. Mas os esforços pela extração mineral continuaram a ser realizados, pois Pedro de Souza Pereira, procurador da Fazenda Real do Rio de Janeiro e administrador das minas em 1653, organizou naquele ano uma expedição em busca de prata no território que hoje corresponde ao estado do Paraná²⁹⁰. Além disso, um regimento de 1669 deu novas orientações ao ouvidor-geral da Repartição do Sul para a prospecção e exploração de metais preciosos²⁹¹.

²⁸⁷ MORALES, Manuel Juan. “Informe sobre las cosas de Sam Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Majestad”. Op. cit., p. 183.

²⁸⁸ “MEMORIAL dos paulistas à Coroa” (s/d.). Transcrito e Publicado em RIHGB, v. 12. Rio de Janeiro, 1849, p. 21-23. Ver, também: “CARTA ao conde pela de Sua Senhoria recebida” (1638). ACSP, v. 4, p. 381-383.

²⁸⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 163.

²⁹⁰ “Outra CARTA que se mandou a Sua Majestade” (1653). RGSP, v. 2, p. 377-379.

²⁹¹ “REGIMENTO de que há de usar o licenciado João de Abreu e Silva no cargo de ouvidor-geral da capitania do Rio de Janeiro de que Vossa Alteza lhe tem feito mercê, como nele se declara” (1669). In: CÓDICE COSTA MATOSO: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas da América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários

A construção de um novo engenho de ferro, em 1684, fez-se no morro de Araçoiaba, o mesmo local onde estaria situada a suposta fábrica de Afonso Sardinha no início daquele século e onde também Antônio de Oliveira possuía uma data de terras em 1632²⁹². Desta vez, as jazidas (descobertas em 1682²⁹³) seriam exploradas por Luís Lopes de Carvalho²⁹⁴. Era ele portador de uma licença concedida pelo rei português, pela qual se lhe permitia o emprego dos índios necessários, tendo antes enviado o frei Pedro de Souza à região com o objetivo de estudar a existência de prata, ainda que sem o sucesso desejado²⁹⁵. A produção férrea prosseguiu mas, em 1692, Carvalho noticiou à Coroa a falência temporária da iniciativa, para a qual havia hipotecado todos os seus bens em Portugal (1:256\$500 réis)²⁹⁶. Os seus recursos estariam, logo, esgotados²⁹⁷. No mesmo documento, Luís Lopes lançou ainda a possibilidade de ser restabelecida a fábrica, apontando os elementos necessários para isso (mão de obra especializada, conhecimentos técnicos específicos, mais capitais investidos e, finalmente, mais força de trabalho bruta). Também declarou os prováveis lucros que o monarca poderia com aquilo auferir. O interesse do rei foi, de fato, despertado²⁹⁸, pois Carvalho recebera logo em seguida uma carta de quatro léguas de sesmaria em Araçoiaba²⁹⁹. Não se sabe ao certo, porém, se houve ou não continuidade efetiva da produção.

papéis, v. 1. Coordenação de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p. 825-831.

²⁹² “Inventário de Antônio de Oliveira” (1632). AESP, IT, v. 8, p. 316.

²⁹³ “CONSULTA do Conselho Ultramarino, acerca das informações que remetera Luiz Lopes de Carvalho sobre as minas da Repartição do Sul” (1682). Reproduzido em: ABN, v. XXXIX, p. 158. Ver, também, as várias cartas enviadas a Luiz Lopes de Carvalho pelo Governador Geral Antônio Luís de Souza (o ‘Marquês das Minas’), transcritas e publicadas em: DH, v. XI, pp. 90; 98; 107; 115; 130.

²⁹⁴ Luiz Lopes de Carvalho era capitão-mor governador da Capitania de Itanhaém desde 1677. CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Op. cit., p. 111; AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980, p. 118.

²⁹⁵ AN, códice 952, v.4, fl. 56. Reproduzido em: RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”. Op. cit., p. 214 (Documento I). O interesse régio no negócio extrativo continuava a residir basicamente na exploração da prata, e somente secundariamente na do ferro, o que culminou numa mudança de postura por parte do Conselho Ultramarino entre o início das pesquisas de frei Pedro de Souza (quando a possibilidade de extração de prata parecia promissora) e um segundo momento, no qual os custos se mostraram demasiadamente exacerbados para um rendimento limitado, o que levou o Conselho não apenas a sugerir ao rei que mandasse o religioso voltar à Europa, como também fazer com que os índios que até então serviam a Carvalho fossem restituídos às suas aldeias. Cf. “Sobre se haver por boa despesa que fez o Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro com o Padre Frei Pedro de Souza, que foi averiguar as minas de Dom Francisco de Souza” (12 de junho de 1682) e “Sobre o que escreve Luiz Lopes de Carvalho acerca do que resultou das experiências, que fez o Padre Frei Pedro de Souza nas minas de prata que tinha descoberto” (24 de novembro de 1685). DI, v. 53, pp. 34-35; 36-37.

²⁹⁶ AN, códice 952, v. 6, fls. 143-145. Reproduzido em: RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”. Op. cit., p. 214-217 (Documento II).

²⁹⁷ AN, códice 952, v. 6, fls. 141-142. Reproduzido em: RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”. Op. cit., p. 217-220 (Documento III).

²⁹⁸ AN, códice 952, v. 4, fl. 137. Reproduzido em: RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”. Op. cit., p. 220-227 (Documento V).

²⁹⁹ *Sesmarias*, v. 2, p. 18-21.

Atribuindo a si próprio o título de descobridor das minas de ferro nas serras de *Birasuiava* (Araçoiaba), Carvalho afirmou a sua miséria em nome dos serviços prestados ao rei, seu interlocutor, por quem teria sofrido graves riscos de morte, além de ter gasto toda sua fazenda. Apesar do lamentável insucesso da prospecção de jazidas de prata e esmeraldas, haveria, segundo ele, sinais claros de sua existência, junto a reservas de ferro de qualidade e abundância ímpares. O seu intento era, pois, dar novo fôlego à exploração. A serra, cuja circunferência calculara em sete léguas, cobria-se de densas matas, nas quais suas principais madeiras, situadas a trinta léguas do oceano, serviriam apenas para se fazer carvão³⁰⁰, sendo demasiado custosa uma exportação direta delas para o reino.

Ao contrário, chamou atenção para o rendimento da atividade extrativa: de cada dois quintais de pedra fundida retirava-se um de ferro. Essa quantidade, segundo ele alcançada nos cinco breves dias de funcionamento da fábrica anterior, ruída pela adversidade de uma cheia, não pudera ser recuperada pela indisponibilidade de cabedal suficiente para erguer maiores fortalezas. Submetia, pois, à vontade real, o restabelecimento do engenho de ferro, mas dotando-o agora de ao menos cinco forjas. Com elas, se poderia alcançar facilmente o rendimento de 5 quintais de ferro ao dia, conseqüentemente 100 quintais ao mês (contabilizando-se apenas vinte dias mensais, excluídos os domingos e dias santos) e, portanto, 1200 quintais ao ano. Estes, se vendidos cada qual a 4\$000 réis, somariam um total de 12 mil cruzados. Desse valor extrair-se-ia o cabedal exigido pelo emprego dos trabalhadores indígenas capazes de mover a produção de ferro (esperava, assim, aval e permissão para empregar nada menos que 100 casais e fundar um aldeamento nas imediações das minas e da fábrica³⁰¹), bem como dos mestres especializados na fundição, a serem buscados no continente europeu (preferencialmente nas regiões de Figueiró, Biscaia, Alemanha e Suécia). Para esses últimos, estipulava a cada um o pagamento de 40 cruzados, ao passo que o conjunto de índios aldeados receberia uma só quantia de 4 mil cruzados (algo em torno de 20 cruzados cada)³⁰². De bom

³⁰⁰ AN, códice 952, v. 6, fls. 141-142. Reproduzido em: RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”. Op. cit., p. 217-218 (Documento III).

³⁰¹ Nestor Reis parece ignorar o sentido de “redução” que tiveram os aldeamentos de índios construídos nas imediações de áreas de mineração e outras atividades com metais, entendendo-os como simples “alojamentos” para trabalhadores indígenas “que nem sempre eram escravos”, e parece supor uma parceria mais ou menos simétrica entre administradores e administrados. Ignora, pois o regime de administração como uma forma de ordenamento legal que subscrevia, na prática, uma escravidão de fato, conforme a conclusão de autores como Alcântara Machado, John Monteiro e Pasquale Petrone, por exemplo (cf. nota 201); REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitâneas do Sul*. Op. cit., p. 63-64.

³⁰² AN, códice 952, v. 6, fls. 141-142. Reproduzido em: RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”. Op. cit., p. 218-219.

proveito seria, também, que chegassem do reino os foles indispensáveis para a fábrica e, junto deles, as informações técnicas necessárias para a elaboração de “fornos como em Figueiró”³⁰³.

A planta abaixo é resultado de investigações e análises arqueológicas sobre as já referidas ruínas de uma fábrica de ferro encontradas no município de Iperó (SP), que com maior probabilidade referenciam o engenho de ferro pertencente a Afonso Sardinha no início do século (dado que a sua datação antecede em décadas a experiência de Luís Lopes), embora não se exclua a hipótese de que as construções de Carvalho tenham reaproveitado o que restara da obra de Sardinha e, nesse caso, seriam ambas uma mesma fábrica, as duas contempladas igualmente pelo achado arqueológico. Foram ali encontrados vestígios de fornos de fundição de tipo “baixo”, com foles e malhos movidos por roda hidráulica vertical, de características muito próximas às dos fornos bascos da mesma época³⁰⁴. Nas proximidades da edificação principal, foram encontrados ainda outros fornos de tipo baixo, “provavelmente insuflados a fole de mão”³⁰⁵, tal como eram as “forjas” de ferreiro mais independentes que se espalharam pelo planalto paulista durante o século XVII, evidenciando-se mais uma vez a hipótese já anteriormente colocada de que houve uma complementariedade entre os dois tipos de instalação, isto é, entre as “tendas” de ferreiro e as fábricas de ferro.

IMAGEM 1 – Planta da fábrica de ferro do “Sítio Afonso Sardinha” (Iperó-SP). Adaptado por Gustavo Velloso, com base em visita própria às ruínas e, sobretudo, na reconstituição feita por Agnaldo Zequini, reproduzido em: ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma Fábrica de Ferro*. Op. cit., p. 184.

Levando em conta a execução do plano de reestruturação do engenho de ferro e o sustento seu e de sua família, Carvalho manifestou a intenção de receber do monarca um

³⁰³ AN, códice 952, v. 6, fl. 141v. Reproduzido em: RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”. Op. cit., p. 219.

³⁰⁴ Para uma discussão detalhada e uma descrição esmiuçada das investigações arqueológicas de Margarida Divina Andreatta no chamado Sítio Afonso Sardinha, tal como das estruturas materiais por ela encontradas, ver: ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma fábrica de ferro*. Op. cit., p. 127-194.

³⁰⁵ ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma Fábrica de Ferro*. Op. cit., p. 193.

financiamento de 600 mil réis anuais e mais 10 mil réis de soldo. Como garantia, ofereceu em troca uma nova hipoteca de todas as posses suas que haviam ficado em Portugal³⁰⁶.

No discurso de Luís Lopes, há uma associação direta entre, de um lado, os fatores responsáveis pelo malogro da primeira tentativa e, de outro, os itens imprescindíveis para o sucesso da experiência futura. Em outras palavras, estabelece-se uma relação de causalidade entre a disponibilidade de capitais, mão de obra e infraestrutura (compreendendo nisso ao mesmo tempo o arsenal tecnológico e os conhecimentos técnicos apropriados) e o bom sucesso da atividade produtiva. A distância geográfica, econômica e política do planalto em relação à metrópole não impediu Carvalho de planejar que o trabalho com o ferro, enquanto matéria prima para a produção agrícola, fosse realizado no próprio território colonial, mantendo como finalidade explícita (ao menos no nível do discurso, voltado para convencer o rei) o abastecimento dos cofres régios, dos quais, aliás, dependia a execução do seu projeto.

Ademais, a sua manifestação se sustenta em torno de duas noções fundamentais: tempo e rendimento. Luís Lopes atribuiu a cada um desses fatores, num só movimento, a responsabilidade pelo fracasso inicial e os entendeu como condições básicas para o êxito futuro. O explorador concebeu, pois, uma grande fórmula de rendimentos que serviria como prova da viabilidade e, mais do que isso, da lucratividade na qual resultaria o reinício da extração e do processamento do metal em São Paulo. A “renda” estaria desprovida de sentido caso não fosse apresentada em função direta do “tempo” necessário para se alcançá-la, e nos seguintes termos expressou Carvalho: “me obrigo a que **todos os dias se tirem cinco quintais de ferro**, e trabalhando-se só vinte dias em **cada mês se farão cem quintais** que multiplicados importam **em cada ano mil e duzentos quintais**”³⁰⁷ (grifos meus).

A obtenção dessas quantias e o sempre desejado aumento delas, não dependendo unicamente de conhecimento técnico especializado, no entendimento de Carvalho, encontrava-se sobremaneira dependente de uma quantidade razoável de trabalho físico para a construção, manutenção e desempenho da fábrica. Para isso, o elevado número de cem casais indígenas pretendidos demonstra a dimensão da empresa e sugere de imediato o volume de excedentes que a mesma deveria ser capaz de gerar. Essa mão de obra seria ocupada em todos os momentos da cadeia produtiva, desde o levantamento das construções até o acionamento dos foles manuais, quando fosse o caso, passando pelo transporte da matéria prima e dos produtos férreos

³⁰⁶ AN, Cód. 952, v.6, fl. 141-142. Reproduzido em: RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”. Op. cit., p. 219-220.

³⁰⁷ AN, código 952, v.6, fl. 141v. Reproduzido em: RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”. Op. cit., p. 218.

obtidos, sem contar os serviços domésticos, de criação de animais e com as plantações de gêneros de subsistência destinados ao sustento de todos os agentes envolvidos³⁰⁸.

A centralidade da relação entre tempo e rendimento tal como exposta nos argumentos de Luís Lopes ganha maior significado ao consideramos a disciplina temporal estrita que os trabalhos de fundição e moldagem do ferro requerem em sociedades cujo condicionamento das forças produtivas não prevê (da forma como está hoje previsto nos espaços privilegiados da produção industrial capitalista) a automatização dessas tarefas. Durante o intervalo transcorrido entre o derretimento do metal e sua solidificação, que não é de duração extensa (sobretudo quando os fornos não atingem a temperatura mínima para a redução completa do ferro ao estado líquido), deve-se socá-lo (ou malhá-lo) contínua e repetidamente com o objetivo de separar o ferro da matéria em que se encontra presa (suportes líticos, por exemplo), além de extrair as impurezas, transformá-lo em massa homogênea e, finalmente, reduzi-lo às formas desejadas. Para que o trabalho renda os frutos esperados, portanto, o ritmo e a força por ele empregados devem ser intensos. Da mesma forma, o acionamento dos foles manuais teria de ser constante, a fim de manter as chamas do forno acesas, elevadas e as temperaturas convenientemente altas.

Em São Paulo, durante o século XVII, foi sob essas condições utilizada uma parte dos indígenas, de todas as etnias, retirados pelos moradores dos sertões e/ou das reduções e aldeamentos coloniais. Em carta do mesmo ano de 1692, o monarca luso informou ao governador do Rio de Janeiro que o antecessor deste havia-lhe escrito, a respeito das intenções de Luís Lopes de Carvalho, que “não eram muito capazes os índios” para a conservação da dita fábrica³⁰⁹. Longe de reafirmar a incapacidade imanente para o trabalho sistemático pelos ameríndios que esse juízo supõe, compreende-se as dificuldades encontradas por determinados agentes da colonização na incorporação das populações indígenas na lógica temporal do trabalho estranhado que, como vimos no primeiro capítulo, distanciava dos ritmos e necessidades de vida a que, anteriormente à colonização sistemática, estariam os diferentes

³⁰⁸ O já mencionado testamento de Luiz Fernandes Folgado (1628), proprietário de terras na paragem “O Engenho de Ferro”, menciona entre seus bens uma “roça que está junto à casa que se entende mantimento velho”, além de 8 enxadas, 4 machados, 3 foices, 8 cabeças de gado e um cavalo. No mesmo documento, encontra-se a seguinte relação aos instrumentos de ferraria concedidos pelo monarca (talvez fossem os mesmos antes doados a Diogo de Quadros, em 1605) e à responsabilidade assumida pelo morador frente ao tesouro régio: “Com declaração que sendo caso que o malho e safra e bogua se achar ser de Sua Majestade sempre estarão no dito engenho como até agora estiveram pagando os quintos a Sua Majestade como até agora se fez com a mais ferramenta necessária para o dito engenho mover”. Cf. “Inventário de Luís Fernandes Folgado” (1628). AESP, IT, v. 7, p. 460-461.

³⁰⁹ AN, códice 952, v.4, fl. 137. Reproduzido em: RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”. Op. cit., p. 220-227.

grupos habituados³¹⁰. A julgar pelos vinte dias mensais de trabalho indígena prometidos por Carvalho ao rei, apesar de esse tempo parecer pequeno ao observador atual (e ao colono seiscentista já assim lhe parecia, conforme se depreende do emprego do adjunto “só”), para as populações indígenas habituadas ao trabalho produtivo circunstancial e não programado, a constância e os ritmos imaginados por Carvalho e praticados por inumeráveis outros exploradores, rompiam fundamentalmente com as práticas e expectativas nativas ameríndias sobre o tema. Além disso, tratando-se de proposta dirigida a um monarca cristão, claro está que a referência aos vinte dias de trabalho consiste em sutil recurso para sugerir o respeito no que tange ao resguardo dos domingos e dias santos. Não havendo nada que assegure, todavia, que esse costume foi seguido e respeitado, ao que parece a prática social mais frequente no planalto era, ao contrário, a ocupação extensiva do tempo indígena com trabalho produtivo e estranhado, evitando-se ao máximo quaisquer interrupções de teor moral ou ritual.

Pelos escritos de Manuel Juan de Morales (1636) e Luís Lopes de Carvalho (1692), vemos que apesar de o papel desempenhado por São Paulo no conjunto do Império português (ou ibérico, no caso de Morales) ter sido marcado pelo distanciamento relativo frente à metrópole, o que dificultava a efetivação de um empreendimento mercantil e manufatureiro altamente dependente de valores antecipados pelo reino, as possibilidades nessa via não estavam completamente vetadas, ao menos durante o século XVII, fosse aos olhos dos exploradores coloniais, fosse na compreensão das próprias monarquias. Já as plantações agrícolas, sustentadas pelo uso da força de trabalho ameríndia, não deixando de apresentar caracteres mercantis, não exigiam a mesma disponibilidade de capitais metropolitanos, os quais estavam naquele momento direcionados mormente para os engenhos açucareiros das capitâneas litorâneas setentrionais da América portuguesa.

*

Dimensão análoga à das fábricas de ferro, embora com repercussão espacial e econômica menor, tiveram algumas olarias construídas no interior de grandes propriedades rurais da região paulista. Em 1598, os oficiais da Câmara de São Paulo atestaram a recepção de uma carta do morador da vila Domingos Agostim, o qual solicitara que lhe fossem doadas as

³¹⁰ O malogro da experiência das fábricas de ferro em São Paulo colonial não pode, todavia, ser creditada a essa dificuldade de transformação dos ritmos indígenas, pois a mesma teve de ser enfrentada também pelos plantadores que empregaram índios em seus sítios e fazendas. Sobre estes, no entanto, não se pode afirmar que fracassaram em seus intentos.

terras que havia quatro anos ocupava, chamada “Nhumiri Campinho tapera”³¹¹, para que ali pudesse construir uma fábrica de telhas³¹². O terreno, que media 50 braças craveiras “em redondo” e se localizava em área próxima à “parte dos Pinheiros”³¹³, foi antes propriedade de seu sogro Antônio Fernandes e em seguida abandonada. Os oficiais julgaram seu pedido procedente e concederam-lhe 100 braças craveiras na referida região.

Dada a localização aproximada, é possível que a olaria construída por Agostim seja a mesma constante no inventário de Luzia Leme (esposa de Pedro Vaz de Barros, falecida por volta de 1656), classificada como “uma olaria de fazer telha já desmantelada” e que foi encontrada no sítio onde vivia com o marido na banda “dos Pinheiros”³¹⁴. O desmantelamento destacado pelo escrivão pode ser indício da antiguidade daquela construção, o que, junto à informação de se tratar de uma olaria cuja finalidade específica era a fabricação de telhas, pode aproximá-la da referência anterior. Mas isso não significa que a dita olaria tenha deixado de operar, pois, no momento da partilha, apenas a uma das terças partes do espólio foram doadas nada menos que 1.500 telhas. Embora o sítio estivesse lançado junto à herança de Fernão Paes de Barros, filho do casal, são desconhecidas outras referências documentais à olaria de Leme e Vaz de Barros.

Recentemente, um grupo de arqueólogos coordenados por Paulo Eduardo Zanettini e Rafael de Abreu e Souza localizaram vestígios de uma antiga olaria no atual bairro de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo³¹⁵. O resultado das datações demonstrou que se tratava de uma construção anterior ao século XVIII³¹⁶, e da qual foram resgatadas mais de 50 mil peças³¹⁷. No “Relatório Final” da escavação, onde há não apenas a apresentação dos dados

³¹¹ “Tapera” era um termo de língua geral que designava terrenos ou construções de antiga ocupação que depois ficaram abandonados. “Nhumiri” é sinônimo de “campinho” ou “rocinha”. NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. São Paulo: Global, 2013, pp. 589; 600.

³¹² “Traslado de outra CARTA de Domingos Agostim”. CDT, v. 1, p. 86-7.

³¹³ Há lacunas no trecho documental em que se especifica a localização precisa das terras concedidas: “Damos ao suplicante digo damos a Domingos Agostim cem braças craveiras partindo na forma seguinte / começando [lacuna] ribeiro onde eles se juntam e da [lacuna] ao alto do campo e tanto que se acabarem as ditas cem braças do mesmo alto cortará [sic] direito / [lacuna] que está da parte dos Pinheiros”. “Traslado de outra CARTA de Domingos Agostim”. Op. cit., p. 87.

³¹⁴ “Inventário de Luzia Leme” (1656). AESP, IT, v. 15, p. 421.

³¹⁵ Antes disso, já havia sido localizado um outro sítio de olaria seiscentista nas imediações das atuais cidades de Salto e Itu, também situadas no Estado de São Paulo. Sobre ele, ver: ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005, p. 311-324.

³¹⁶ ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu. *Sítio Arqueológico Pinheiros 2: Relatório Final*. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2012, p. 212-6.

³¹⁷ A divulgação dos resultados da pesquisa, sob contrato do “Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo”, resultou na exposição “Mãos no Barro da Cidade: uma olaria no coração de Pinheiros”, de caráter didático, informativo e interativo, exibida em vários pontos da cidade, no ano de 2014. Agradeço a Eduardo Polidori pelos esclarecimentos concernentes à exposição.

técnicos arqueológicos, mas também informações de caráter histórico e historiográfico, inexistem menções à doação de Domingos Agostim e ao espólio de Luzia Leme e seu marido.

As conclusões dos arqueólogos apontam que, à semelhança da já conhecida Olaria de Itu (cuja datação apontou também para o século XVII), houve ali centro de produção cerâmica de vasilhas (e não propriamente de telhas) “composto por 8 estruturas de queima, um forno confeccionado com “lajotas” cerâmicas, uma unidade doméstica e lixeiras associadas ao lote, além de outros contextos associados ao descarte de peças fortuitas”³¹⁸, o que excluiria a hipótese de se tratar da olaria mencionada nos inventários supracitados. Porém, o interior do forno de uma das estruturas encontradas teria apresentado sim alguns vestígios de cerâmica e, em seu lugar, blocos alaranjados de argila queimada e “vários fragmentos de telha capa-canal”, também localizados em certas áreas de descarte (“lixeiras”)³¹⁹. Apesar da situação geográfica favorável do complexo hidrográfico do rio Pinheiros, a extrema raridade das olarias seiscentistas dissuade-nos de imaginar a possibilidade de haver duas ou três unidades diferentes dessas instalações concentradas na mesma região.

Há ainda outras três menções a olarias existentes em propriedades paulistas no século XVII: a “olaria com seu forno de coser telha” de Antônia de Oliveira (falecida em 1632), localizada na vila Santana de Parnaíba³²⁰; a “olaria com casa e forno” de Diogo Coutinho de Mello (falecido em 1654), encontrada no sítio do defunto que ficava na paragem Ajapi, no termo da mesma vila³²¹; e a olaria de Francisco de Siqueira, nas bandas do rio Tamanduateí, em frente aos currais do mosteiro beneditino³²². Embora as duas primeiras estivessem submetidas à jurisdição da mesma câmara, não deviam consistir na mesma olaria, pois não há dados de qualquer ligação familiar e/ou comercial entre Antônia, Diogo e seus respectivos herdeiros.

Todos esses proprietários possuíam grandes quantidades de trabalhadores escravos. Antônia de Oliveira era proprietária de 124 indígenas³²³; Diogo Coutinho de Mello dispunha

³¹⁸ ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu. *Sítio Arqueológico Pinheiros 2*. Op. cit., p. 3.

³¹⁹ ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu. *Sítio Arqueológico Pinheiros 2*. Op. cit., p. 139-40. Fui informado por Marcel Lopes, a quem agradeço a explicação, que a quantidade de fragmentos de telhas encontrados nas escavações é muito pequena, o que deve excluir a possibilidade de se tratar da mesma olaria de Agostim e/ou da do casal Leme e Vaz de Barros.

³²⁰ “Inventário de Antônia de Oliveira” (1632). AESP, IT, v. 8, p. 315.

³²¹ “Inventário de Diogo Coutinho de Mello” (1654). AESP, IT, v. 15, p. 373.

³²² “Traslado da carta de DATA da Câmara desta cidade de São Paulo em que nos dão dois sítios da banda do rio para dois currais, um defronte deste mosteiro e outro defronte da olaria de Francisco de Siqueira” (1666). *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*. Transcrição de Martinho Johnson. São Paulo: O Mosteiro, 1977, p. 13.

³²³ “Inventário de Antônia de Oliveira” (1632). Op. cit., p. 317-9.

dos serviços de 102 indígenas e um africano³²⁴; o casal Leme - Vaz de Barros, por sua vez, detinha 223 índios e 2 africanos³²⁵.

No exame das peças de cerâmica encontradas em Pinheiros, poucas apresentavam técnicas e características propriamente indígenas, mas os seus intérpretes julgaram que isso não exclui o fato da utilização intensiva da força de trabalho americana nas tarefas implícitas no funcionamento da olaria, significando isso apenas que os originais traços indígenas sofreram mudanças (inclusive incorporando elementos de influência africana)³²⁶. Seja como for, a quantidade de objetos envolvidos por si mesmo já sugere uma produção de caráter mercantil e de escala relativamente elevada, regular e estandardizada, voltada ao suprimento de uma demanda exterior. As técnicas produtivas mais complexas eram empregadas por “especialistas” e operadas através da roda ou moldagem, “que permitem a produção em larga escala em um curto período de tempo”³²⁷.

É certo que a dinâmica do esforço manual exigido pela modelagem cerâmica através da roda não poderia ter imposto o mesmo ritmo, nem deve ter ocupado os mesmos intervalos que a fundição do ferro (basta considerar o tempo de assentamento e secagem bem mais extenso, no caso da cerâmica), operando em maior conformidade com a necessidade e a vontade própria do artesão. O estranhamento do trabalho nesse campo, comparativamente, portanto, implicaria ritmos mais brandos de serviço. Todavia, caso as conclusões dos arqueólogos da olaria de Pinheiros estejam corretas, pode-se entender que a especialização de alguns indivíduos indígenas no trabalho oleiro (acompanhada pelas demandas de uma sociedade colonial e escravista em progressivo crescimento, bem como possibilitada pela técnica de moldagem do barro em movimento pela roda) contribuiu à sua maneira para incorporar em tais trabalhadores a prática de um trabalho repetido e padronizado, próxima nesse quesito, guardadas as devidas proporções, ao que se observa nos serviços siderúrgico, agrícola e de tecelagem.

A tecelagem completa o conjunto dos ofícios técnicos e manuais praticados em São Paulo no século XVII, sendo atividade básica e necessária para a vestimenta da população local, entre homens livres e escravos, além de produzir o artigo que foi então a principal moeda

³²⁴ “Inventário de Diogo Coutinho de Mello” (1654). Op. cit., pp. 373; 381-2.

³²⁵ “Inventário de Luzia Leme” (1656). Op. cit., pp. 422; 427-9.

³²⁶ ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu. *Sítio Arqueológico Pinheiros 2*. Op. cit., pp. 269-314; 333. Sobre a convivência e a mistura de características artísticas indígenas, europeias e africanas nos artefatos arqueológicos da época colonial no planalto paulista, ver as conclusões de Walter Fagundes Morales com base em pesquisas arqueológicas realizadas na Serra do Japi (região de Jundiá). MORALES, Walter Fagundes. *Índios e Africanos na Jundiá Colonial*. Jundiá: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, 2002, pp. 36-39; 65-69.

³²⁷ ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu. *Sítio Arqueológico Pinheiros 2*. Op. cit., p. 255-6.

corrente entre a gente do planalto: os panos de algodão. Todavia, tratando-se de uma atividade intimamente associada à economia agrícola do algodão, sendo dela inseparável, opta-se por tratá-la como parte das atividades de processamento dos gêneros agrícolas, adiando nossas considerações sobre o tema para o tópico seguinte.

2.2. Ritmos da produção agrícola e do processamento das colheitas.

Se, como vimos, a dinâmica do trabalho com metais, dentre outros fatores pela própria constituição física da matéria, implicava na adoção de um esforço ritmado, quando e onde o trabalho manual dos índios foi exigido, cumpre enfatizar, por outro lado, que foi com o emprego dos instrumentos de ferro na agricultura (que em São Paulo seiscentista figurou como agricultura comercial de média densidade) que ocorreu de maneira mais profunda e sistemática o processo de estranhamento dos tempos do trabalho indígena, por mais que a cultura e o universo técnico agrícolas discrepassem do caso dos ofícios manuais e mecânicos.

Nessa esfera, convém destacar que o arado, artefato de matriz europeia chegado ao planalto na virada para o século XVII, sofrera o mesmo destino que vimos ter sido dado ao relógio, isto é, a inadaptabilidade às condições locais e o provável desaparecimento da região. Foi no inventário dos bens de Clemente Álvares (pai do morador homônimo já citado) e sua mulher Maria Gonçalves, documento datado de 1599, que primeiramente se registrou um “carro velho e um ferro de arado avaliados em mil e seiscentos réis – 1\$600”³²⁸. Outro registro, um tanto mais tardio, é o do “ferro de arado” (avaliado em \$080, isto é, oitenta réis) pertencente ao espólio de Manuel de Lara, em 1637³²⁹. A considerável depreciação do valor atribuído ao objeto entre um e outro caso, que está longe de ser compensada pela inexistência de um “carro velho” no último deles, já é em si indicativo da baixa repercussão sofrida pelo arado no planalto. A menção ao carro e a existência de bois nas duas propriedades levam a crer que se tratava de arados presos a carretas quadrangulares e que tiravam daqueles animais a sua força de tração, hipótese na qual apostou Sérgio Buarque de Holanda, mas que a Carlos Borges Schmidt não parecia imputável de total certeza, mantendo este autor a possibilidade de o carro não ter nenhuma relação com o arado e de terem ambos sido arados de tipo leve, talvez movidos pela força humana³³⁰. Nesse caso, a disponibilidade de indígenas nos sítios (10 com Clemente Álvares e 14 com Manuel de Lara) tornava-os capazes de exercer essa tarefa.

Seja como for, à diferença do exemplo do relógio, não parece ser caso de os arados não terem repercutido em São Paulo graças a uma incongruência entre a lógica de seu uso e as condições peculiares das experiências locais com os tempos do trabalho. Ao contrário, é

³²⁸ “Inventário de Maria Gonçalves” (1599). AESP, IT, v. 1, p. 190.

³²⁹ “Inventário de Manuel de Lara” (1637). AESP, IT, v. 10, pp. 464; 467.

³³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 205-206; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Expansão Paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 200-202; SCHMIDT, Carlos Borges. “Apontamentos sobre o arado VIII: arado, trigo e cana”. *Diário de São Paulo*, 4ª seção – “Letras, Ciências e Artes”, 23/10/1960.

ilustrativo o fato de ainda haver quem se empenhasse em utilizá-lo quatro décadas depois do primeiro esforço. Holanda encontrou a explicação numa das cartas escritas pelo Morgado de Mateus em meados do século seguinte. O solo de regiões tropicais e/ou subtropicais, quando sulcado em profundidade como se costumava praticar no continente europeu, desgastava-se com rapidez, convindo antes o emprego nessas áreas de arados menores e de alcance apenas superficial: “Os arados coloniais de São Paulo também pertenciam ao tipo menos indicado para a lavoura em terras tropicais e subtropicais, ainda mal libertas de seu revestimento florestal”³³¹.

Todavia, já em 1647, numa representação feita ao rei Dom João V, os oficiais da Câmara paulista manifestaram constatação semelhante. Argumentando em defesa dos moradores na disputa com os jesuítas (então expulsos da vila) pela administração dos índios, diziam que o trabalho dos nativos era importante num contexto de repetidas transferências dos assentamentos agrícolas, “por serem as terras muito fragosas e muito fracas que entrevidas em poucos anos não dão fruto algum e assim é impossível lavrarem-se com arados com o arvoredo posto que pelo sertão de novo se mostra [...] ser terra mais sadia e de melhores climas”³³². Impunha-se, portanto, um tipo de exploração intensiva e, por assim dizer, imediatista das áreas agrícolas (em progressiva expansão) para o qual os arados, instrumentos próprios de culturas extensivas e tendentes à maior longevidade, não se adequavam plenamente. A base instrumental da agricultura comercial paulista – bem como a dinâmica de expansão ocupacional engendrada por ela – seguiria sendo, pois, o machado para a derrubada das matas, a enxada para a semeadura dos gêneros e a foice para a colheita dos produtos. Não demoraria muito para que as características técnicas fundamentais dessa economia fossem associadas à natureza da sua população trabalhadora, composta majoritariamente por “índios [...] [que] cultivam a terra, usando de enxadas, por não poderem admitir arados”³³³.

³³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 206. A mencionada carta do Morgado, datada de 1766, encontra-se transcrita e publicada em: DI, v. 23, p. 1-10.

³³² “REPRESENTAÇÃO (dos oficiais) da Câmara de São Vicente, a (D. João V), respondendo à carta em que lhes perdoa todas as culpas cometidas, com condição de receberem de novo os padres da Companhia (de Jesus), que tinham expulso”. AHU, Catálogo 2, cx. 1, doc. 14-III. Referindo-se ao aldeamento de Carapicuíba, Manuel da Fonseca ainda contrapunha no século XVIII o uso de arados à transitoriedade das povoações no mundo tropical: “Alguns anos se conservou no mesmo lugar esta povoação, mas como as terras da nossa América decaem muito, tanto que lhes faltam as madeiras, e os seus lavradores se não aplicam aos arados, e mais instrumentos, com que na Europa se fazem eternas as fazendas; foi necessário mudá-las para terras virgens, e cobertas de matos, onde houvesse comodidade, para que os índios, que já eram muitos, pudessem ter abundância de mantimentos com que se sustentassem”. FONSECA, Manuel da. *Vida do Padre Belchior de Pontes* (1752). Lisboa: Oficina de Francisco da Silva, 1752, p. 120-121.

³³³ “CARTA SÚPLICE ao soberano pontífice pela revogação do Breve de 1640, que excomungava os paulistas que tivessem índios cativos em suas casas” (1645). Transcrito e publicado em: LEITE, Serafim. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 265.

As ferramentas de metal e a policultura paulista

Os instrumentos de metal que os adventícios carregaram para a América encontraram logo grande aceitação entre os nativos, servindo de estímulo à prática do escambo³³⁴ e causando surpresa em alguns observadores dos primeiros séculos coloniais. Fernão Cardim, no final do século XVI, por exemplo, espantou-se com o fato de que os índios em geral “estimam muito o ferro pela facilidade que sentem em fazer suas coisas com ele, e esta é a razão porque folgam com a comunicação dos brancos”³³⁵. Já Gândavo declarou em 1576 que “esses índios cobiçam muito algumas coisas que vão deste reino”, entre as quais suas ferramentas³³⁶. Antes dele, Jean de Léry havia já mencionado a repercussão que os anzóis de ferro tiveram entre os Tupinambá do Rio de Janeiro, dadas as facilidades que ofereciam à atividade pesqueira³³⁷. E, recuando ainda mais no tempo, o relato de Caminha de 1500 comparou os instrumentos de carpintaria europeus com os seus correlatos líticos dos índios:

Muitos deles [os índios] vinham ali estar com os carpinteiros. E creio que o faziam mais por verem a ferramenta de ferro com que a faziam, do que por verem a Cruz, porque eles não têm coisa que de ferro seja, e cortam suas madeiras e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas e por tal maneira que andam fortes³³⁸

Inaugurado o século XVII, essa boa recepção das ferramentas agrícolas de ferro continuava a ser registrada, agora pela Câmara da vila de São Paulo, que esperava impedir os demais moradores de partirem ao sertão carregando suas tendas e forjas de ferreiro para com os

³³⁴ MAESTRI, Mário. *Senhores do Litoral: conquista portuguesa e agonia Tupinambá no litoral brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRS, 1994, p. 83-88 (Capítulo 12: “Machado de ferro, machado de pedra”); CALDEIRA, Jorge. *O Banqueiro do Sertão*, v. 2. São Paulo: Mameluco, 2006, p. 98-99.

³³⁵ CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Introduções de Rodolfo Garcia e João Capistrano de Abreu. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 94-5.

³³⁶ GÂDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil* (a. 1573) & *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576). Brasília: Edições do Senado Federal, 2008, p. 70.

³³⁷ LÉRY, Jean. *Viagem à Terra do Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 165. Sobre os anzóis, ver também: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 72-3.

³³⁸ CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta para El-Rei*. Transcrição de José Augusto Vaz Valente. São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série História, v.3, 1975, p. 167.

seus produtos realizar o “resgate” dos índios pertencentes à etnia Karijó, procedimento que os oficiais consideravam não corresponder ao “bem comum”³³⁹.

Aquilo que os europeus classificaram de maneira genérica como “facilidades”, correspondia concretamente à possibilidade que os nativos vislumbraram de com aqueles objetos obter o que lhes fosse necessário ocupando intervalos temporais menores com trabalho. Conforme argumentado no capítulo anterior, isso correspondia ao horizonte geral de expectativas dos grupos indígenas de falas tupi, guarani e possivelmente também os Jê, no momento da conquista, conforme as características estruturais da reprodução material e simbólica daqueles grupos³⁴⁰. Nestor Goulart Reis percebeu com alguma clareza essa relação, no que tange ao engajamento do ameríndio nas diferentes tarefas coloniais mineradoras, embora o autor considere que a obtenção dos objetos de metal fosse para os americanos uma finalidade intrínseca, para a qual serviria a redução dos tempos de trabalho, e não o contrário:

é importante registrar que, de acordo com diretrizes estabelecidas em cartas régias, esse trabalho [na mineração] era remunerado, segundo a tradição, com pagamentos em objetos de ferro, como machados, facas, cunhas e anzóis. Com esse recurso, os indígenas reduziam seus tempos de trabalho na abertura de áreas de plantio, na pesca e na caça. A diferença em termos de esforço era suficiente para levá-los a utilizar uma boa parte de seu tempo prestando serviço aos colonizadores, para obter tais objetos³⁴¹.

Uma comparação dos instrumentos indígenas anteriores à conquista (fossem líticos ou de madeira) e os coloniais de manejo da terra (fundamentalmente metálicos) contribui para ilustrar a situação. As ferramentas que até então utilizavam os ameríndios para a derrubada das matas e preparo do solo (basicamente o machado de pedra e o “pau de cavar”, respectivamente)

³³⁹ “SESSÕES de 14 de setembro de 1583; 16 de agosto de 1586; 11 de fevereiro de 1607; 1 de dezembro de 1607 e 31 de outubro de 1610”. ACSP, v. 1, pp. 221 e 302; v. 2, pp. 188-189; 198-199; 278. Sobre a noção de “bem comum” em territórios marginais do Império Português, ver: ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do Império português: discussões sobre o “bem comum” nas disputas de moradores e jesuítas pela administração dos índios*. Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, p. 68-101.

³⁴⁰ O padre jesuíta Pedro Correia descreveu as dificuldades que essa correspondência gerava para o trabalho missionário em 1553: “E o índio que em outros tempos não era ninguém e que sempre morria de fome, por não possuir uma cunha para fazer roça, agora têm quantas ferramentas e roças que quiserem, comem e bebem de contínuo e andam sempre a beber vinho pelas aldeias”. “CARTA de Pedro Correia a Simão Rodrigues” (1553). Transcrita e publicada em: LEITE, Serafim (Org.). *Monumenta Brasiliae*, v. 1. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956, p. 445.

³⁴¹ REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitâneas do Sul*. Op. cit., p. 40.

não apresentavam o mesmo grau de resistência, dureza e possibilidade de afiação que os instrumentos férreos³⁴². Adequados às necessidades experimentadas pelos grupos ameríndios até o momento da conquista, não puderam sobreviver às estruturas temporais do trabalho resultantes do processo colonizador (a não ser entre aqueles grupos que escaparam e/ou se mantiveram alheios ao contato com os territórios conquistados), compostas de demandas mercantis e relações de poder historicamente novas.

Doutra sorte, as enxadas elaboradas a partir de chapas de ferro, moldadas em curva afunilada com extensão pontiaguda (Cf. Imagens 2 e 3, abaixo), possibilitavam a penetração no solo (fosse com o objetivo de cavar para a sementeira, fosse com a intenção de simplesmente amaciar a terra) a partir de um único golpe, algo provavelmente difícil de se realizar com o também afiado, mas claramente mais leve e maleável, “pau de cavar” nativo³⁴³. O mesmo pode-se afirmar sobre os machados³⁴⁴ que, elaborados de ferro (Cf. Imagens 4 e 5, abaixo)³⁴⁵, podiam ser aplicados com maior força e assim reduzir drasticamente a quantidade de golpes e o tempo

³⁴² Apesar da distinção, cumpre não ignorar o fato de que os instrumentos de metal do século XVII, embora rudes e provavelmente pesados, não deviam apresentar qualidade excepcional, a julgar pelas várias referências a instrumentos quebrados nos inventários *post-mortem* da época. Tampouco deveriam ser dos mais frágeis, obviamente, uma vez utilizados na abertura de campos de uma vegetação consideravelmente densa (refiro-me especificamente aos trechos florestais do planalto paulista).

³⁴³ Desconheço qualquer reprodução, reconstituição ou preservação de um “pau de cavar”, também conhecido no período como “vara de cavar”, “aguilhão”, “aguilhada”. Conheço apenas menções como a de Nóbrega (conforme trecho reproduzido no capítulo anterior, cf. página 36), que nos permitem saber da utilidade desses instrumentos pontiagudos de madeira para cavar ou escavar a terra. Ver, igualmente: LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Op. cit., p. 165 (“As mulheres plantam duas espécies de milho, branco e vermelho, fincando no chão um bastão pontudo e enterrando o grão no buraco”); e CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Op. cit., p. 94-95 (“assim mesmo cavavam a terra com uns paus agudos”).

³⁴⁴ “Instrumento de cortar, e fender paus”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino*, v. 5. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 234.

³⁴⁵ As enxadas cujas imagens são aqui reproduzidas foram encontradas no Museu de Artes e Ofícios (BH) e no Museu Paulista (SP), mas não possuem datação. Ainda que possam datar do século XIX, servem-nos de parâmetro de comparação, dada a inexistência de qualquer indício de padrões diferenciados para as ferramentas agrícolas dos séculos XVII, XVIII e XIX. Por outro lado, boa parte das suas características correspondem de fato aos qualificativos registrados nos inventários de bens do século XVII em São Paulo, como “de cavar” (genérico), “olho redondo” ou “goiva”. A descrição de uma enxada feita por um jesuíta português do século XVIII parecem também corresponder com as imagens que temos: “Instrumento de agricultor. É um ferro da largura de um palmo, e do mesmo comprimento, alguma coisa encurvado. Tem um anel, ou olho no pé, por onde se mete um pau, a que chamam cabo de enxada. Tem o ferro largo, e alguma coisa encurva, serve de cavar, escavar, e fazer regos”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino*, v. 3. Op. cit., p. 164.

necessário para a derrubada das árvores, em comparação aos machados ancestrais feitos de pedra³⁴⁶, quaisquer que fossem os seus tipos e características³⁴⁷.

IMAGEM 2 (acima, à esquerda) - Diferentes tipos de machados utilizados por povos falantes de variantes do tupi-guarani no sul da América. Retirada de: PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Edunb, 1992, p. 79.

IMAGEM 3 (acima, à direita) - Machados tupi-guarani (s/d). MAE 03-145 e MAE 030-266. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (São Paulo-SP). Fotografias concedidas ao autor pelo Serviço Técnico de Gerenciamento da Documentação.

IMAGEM 4 (à esquerda) - Foice, machado e enxada (s/d). MP1-16-02-000-03553. Museu Paulista da Universidade de São Paulo (São Paulo-SP). Fotografia de Hélio Nobre e José Rosael.

IMAGEM 5 (acima, à esquerda) - Enxada. Desenho de Raquel Elisa Cartoce, feito com base na observação de peça exposta no Museu de Artes e Ofícios (BH-MG). S/d, 14cm x 19cm e cabo de 1,42 cm. MAO2387.

Ao longo de todo o século XVII, de acordo com o que se observa nos levantamentos de bens feitos dos moradores de São Paulo, não houve qualquer padrão na proporção entre as

³⁴⁶ Avaliação próxima a essa fez o frei Vicente do Salvador: “Anteriormente, roçavam os matos com cunhas de pedra, e gastavam muitos dias em cortar uma árvore, pescavam com uns espinhos, faziam o cabelo e as unhas com pedras agudas, e quando se queriam enfeitar faziam um alguidar de água espelho, e que desta maneira viviam mui trabalhados, porém agora fazem suas lavouras e todas mais coisas com muito conforto”. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1931, p. 56. Uma genealogia do uso e difusão das ferramentas agrícolas de pedra ou metal, tanto em terras americanas como noutros continentes, pode ser lida em: SCHMIDT, Carlos Borges. “Alfaia Agrícola Tradicional”. In: *Técnicas Agrícolas Primitivas e Tradicionais*. Brasil: Conselho Federal de Cultura; Departamento de Assuntos Culturais, 1976, p. 81-117.

³⁴⁷ No exame dos inventários de bens paulistas do século XVII, pude constatar a existência de ao menos 10 qualificativos diferentes atribuídos aos machados, que fixavam como critérios a utilidade, a matéria, a origem e/ou a característica material do objeto: “de roçar”, “de peralto”, “de olho redondo”, “franceses”, “de pé curto”, “de fálquear” (limpar, retirar o excesso ou alisar), “de cortar”, “calcado”, “de lavar” e “de cabo alto”.

quantidades de escravos e instrumentos agrícolas nos sítios e fazendas, pois em vários casos apresentaram os moradores quantidades razoáveis de ferramentas de lida e, ao mesmo tempo, declararam possuir poucos ou nenhum escravo. Foi o caso, por exemplo, do proprietário algodoeiro Francisco Gomes Botelho, que em 1616 teve sua fazenda avaliada e nela se encontrou 20 ferramentas (9 enxadas, 2 machados “de olho redondo”, 1 foice, 5 foices “de roçar” e 3 cunhas “de cortar”) e nenhum escravo³⁴⁸. E também de Antônio Bicudo de Brito, cujo inventário data de 1687, e em cujo sítio foram registradas 84 ferramentas (28 enxadas, 14 machados, 18 “foices de roçar” e 24 “foices de segar trigo”) e somente 3 escravos *tapanhunos* (corruptela da palavra tupi “tapy’yîuna” ou “tapy’yînhuna”, designativa de “homem negro”, que na língua geral passou a referir-se aos escravos de origem africana³⁴⁹). Nesse último caso, todavia, como em vários outros referentes às duas últimas décadas do século, os trabalhadores indígenas empregados na lavoura estavam lá³⁵⁰, mas não foram arrolados pois a controvérsia em torno da condição jurídica dos mesmos se encontrava, naquele momento, em situação particularmente crítica, especialmente após a promulgação da lei de 1680³⁵¹.

Outros moradores, pelo contrário, a despeito de não possuírem muitas ferramentas arroladas³⁵², tiveram seus trabalhadores escravos cuidadosamente listados, em quantidades que algumas vezes ultrapassaram o valor de uma ou duas centenas. Assim, os bens de Luzia Leme, avaliados em 1656, incluíam 225 escravos (dos quais apenas 2 classificados como *tapanhunos*, enquanto todos os demais eram parte do “gentio da terra”) e 3 machados³⁵³. Da mesma forma, o espólio de Sebastião Paes de Barros, em 1674, trazia 171 escravos (dos quais apenas um foi

³⁴⁸ “Inventário de Francisco Gomes Botelho” (1616). AESP, IT, v. 4, p. 353.

³⁴⁹ NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013, p. 600.

³⁵⁰ “Inventário de Antônio Bicudo de Brito” (1687). AESP, IT, v. 26, pp. 194; 207-209.

³⁵¹ A lei de 1680 foi elaborada com grande participação do padre Antônio Vieira e recolocava elementos de uma provisão de 1605 e da lei de 1609 “sobre à liberdade dos gentios”. Excluindo qualquer possibilidade de cativeiro lícito (como em casos de guerra justa, resgate e impedimento da pregação evangélica), e apesar de ter sido promulgada no Maranhão, sua notícia despertou insatisfações em várias partes da América portuguesa, inclusive em São Paulo. O conteúdo da lei foi publicado em: ABN, v. 66: “Livro Grosso do Maranhão”. Transcrição de Rodrigo Sérgio Meirelles Marchini. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 57-59. Já no ano da lei de 1609, a viúva de Belchior Carneiro pediu esclarecimentos sobre o conteúdo daquela lei para saber se poderia “deitar as ditas peças forras no inventário e dar partilhas delas a seus filhos”. “Inventário de Belchior Carneiro” (1609). AESP, IT, v. 2, p. 162-165.

³⁵² Isso poderia muitas vezes estar relacionado aos conflitos decorrentes da partilha e/ou aos supostos prejuízos que sofreriam os herdeiros caso as ferramentas fossem repartidas ou taxadas pelos oficiais da Câmara. Por exemplo, no inventário de Gaspar de Godoy Moreira (1694), dono de uma produção de algodão em suas terras no bairro de Cotia (as quais mediam 600 braças de testada e 750 de profundidade), consta que a “ferramenta não se lançou para serviço de casa e apaziguamento da viúva e herdeiros”. “Inventário de Gaspar de Godoy Moreira” (1694). AESP, IT, v. 23, p. 320.

³⁵³ “Inventário de Luzia Leme” (1656). AESP, IT, v. 15, p. 425-429.

classificado como *tapanhuno* e o restante como “gentio da terra”), “fora famílias”, e nenhum instrumento de cultivo agrícola³⁵⁴.

Confrontando as quantidades totais de ferramentas agrícolas e escravos chega-se à função geral de aproximadamente 0,7 ou 0,8 ferramentas por escravos nas propriedades paulistas do século XVII³⁵⁵, donde se conclui o alto percentual de trabalhadores (entre 70% e 80%) ocupados, como já seria de se esperar, nas tarefas agrícolas. Os demais eram empregados em atividades pastoris, domésticas, comerciais e manufatureiras: eram pastores, cozinheiras, tecelãs, “moças da casa”, lavadeiras, ferreiros, carpinteiros, alfaiates, serradores, sapateiros, sombreireiros, carregadores etc. O trabalho agrícola, anteriormente vedado aos homens sob a lógica tradicional das sociedades indígenas, era-lhes agora obrigatório, marcando uma inversão radical no ordenamento social do seu trabalho, embora as mulheres tenham continuado a formar parte considerável dessa mão de obra, conforme se pode observar no levantamento que Monteiro fizera da presença dos sexos na composição dos plantéis paulistas daquele tempo³⁵⁶.

Todavia, os números apresentados sobre a relação entre ferramentas e escravos não são completamente fiéis à complexidade da realidade histórica em pauta, pois escondem dois aspectos fundamentais da estrutura material de São Paulo seiscentista: o condicionamento sazonal a que invariavelmente estava sujeita a produção de gêneros alimentícios e a finalidade específica que cada ferramenta adquiria no processo produtivo, este segmentado pelas épocas/etapas do ciclo agrícola. Sendo assim, os escravos de uma propriedade podiam ser mobilizados massivamente em determinadas épocas do ano (fundamentalmente nos meses de semeadura e colheita) e ocupados em tarefas de outra natureza nos meses restantes, a não ser nos casos pouco raros em que um mesmo sítio abrigasse a produção simultânea de dois ou mais gêneros agrícolas de calendários opostos, possibilitando assim a ocupação permanente dos indígenas no campo. Embora pouco referido na documentação, também o trabalho das índias empregadas como “moças da casa” consistia, claro está, numa forma de serviço permanente³⁵⁷.

Ora, cada tipo de ferramenta corresponde a uma etapa específica no processo produtivo: os machados na abertura dos campos a serem cultivados; as enxadas no amaciamento

³⁵⁴ “Inventário de Sebastião Paes de Barros” (1674). AESP, IT, v. 18, p. 440-445.

³⁵⁵ A média simples dos valores encontrados em todas as 568 propriedades pesquisada (as quais totalizam 10.536 ferramentas e 14.599 escravos) é de 0,7 ferramentas por escravo. Todavia, contando apenas os 410 documentos nos quais foram registrados tanto ferramentas quanto escravos (ou seja, excluindo os documentos nos quais a quantidade de qualquer desses “bens” é nula), a média desloca-se para 0,8 (os números totais são de 10.361 ferramentas e 12.340 escravos).

³⁵⁶ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., pp. 83-84; 119.

³⁵⁷ Cf. o “Inventário de Antônio de Souza Couto” (1652), onde se particulariza uma relação das “moças da casa” em uma seção especial do documento. AESP, IT, v. 44, p. 249; FONSECA, Manuel da. *Vida do Padre Belchior de Pontes*. Op. cit., p. 14.

da terra e abertura de valas e covas para a sementeira; as foices na capinação, na eliminação das plantas daninhas e principalmente na colheita. Outros instrumentos, por vezes portadores de funções análogas às dos três anteriores, também eram mais ou menos frequentes, a exemplo dos podões³⁵⁸ (com finalidade equivalente à das foices), sachos³⁵⁹ (parecidos com as enxadas mas, em consonância com a nomeação atual, aplicada mais à jardinagem que à agricultura), cunhas³⁶⁰ (espécies de machados) e ancinhos³⁶¹ (utilizados para se mexer a terra ou juntar e recolher palha).

Dadas as condições físico-climáticas do planalto paulista, é compreensível que a colheita da maior parte dos produtos agrícolas estivesse concentrada nos meses relativamente secos de outono e inverno, reservando para a sementeira e o crescimento das plantas as épocas de maior frequência de precipitações (chuvas). Com isso, estão de acordo os resultados do levantamento das épocas de plantação e colheita dos principais gêneros cultivados em São Paulo seiscentista, cujas informações aparecem sintetizadas no calendário agrícola a seguir:

Calendário Agrícola: planalto paulista (séculos XVII)												
Gênero/mês	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Cana de açúcar												
Feijão (das águas)												
Feijão (da seca)												
Milho												
Algodão												
Trigo												
Mandioca												
Plantação	<p>Calendário construído a partir das datações dos inventários post-mortem seiscentistas de São Paulo, confrontando os meses em que os levantamentos de bens foram realizados e a situação, por vezes mencionada, na qual foram encontrados os gêneros produzidos (se apenas semeados, plantados ou já colhidos). As informações obtidas foram cotejadas com dados de épocas mais recentes da região paulista, cujos padrões, a despeito das diferenças tecnológicas e climáticas dos dois últimos séculos, se mantêm próximos aos do século XVII. A esse respeito, ver: ARAÚJO, Alceu Maynard. <i>Ciclo Agrícola</i>. Separata da Revista do Arquivo Municipal, CLIX, São Paulo, 1957. Trata-se, evidentemente, de um quadro apenas aproximado das épocas mais propícias, assim como devia ser o entendimento sazonal dos paulistas durante a época estudada, determinado antes pelos costumes da terra e pela apreciação direta das condições climáticas do que pelo rigor e/ou por uma precisão temporal estrita e detalhada.</p>											
Colheita												

³⁵⁸ “Ferro arqueado do meio por diante, como gume pela parte de dentro, e esse muito delgado, e agudo”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*, v. 6. Op. cit., p. 561.

³⁵⁹ “Instrumento de Agricultor. É um ferro de três dedos de largura, encavado em um cabo comprido, corta por dentro, e muito rente as ervas nocivas aos pães”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*, v. 7. Op. cit., p. 420.

³⁶⁰ “Pedaco de ferro, ou de pau, quadrado, que acaba em ângulo, muito agudo, e serve para fender lenha”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*, v. 2. Op. cit., p. 637.

³⁶¹ “Instrumento, que tem dentes de pau, ou de ferro, serve de ajuntar palha, feno etc.”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*, v. 1. Op. cit., p. 365; “Foi botado dois ancinhos de esgravatar terra”. “Inventário de Clemente Álvares” (1641). AESP, IT, v. 14, p. 108.

No conjunto dos principais gêneros plantados, a produção do trigo se apresenta como uma exceção, pois, ao contrário dos demais, consiste essencialmente em uma cultura de inverno (ou de primavera, em determinados casos) e que, portanto, sendo o excesso de chuvas para ela prejudicial, plantava-se sobretudo entre os meses de fevereiro e maio, e colhia-se apenas ao término dos meses mais frios. Caso semelhante seria o das espécies de feijão consideradas à época como “da seca”, que germinavam em tempos de estiagem, embora elas, conforme se verá, não tenham constituído produto da mesma monta que o trigo, restringindo-se antes à produção de sementes para os plantios que cresceriam durante as épocas de chuvas.

Nessas condições, isto é, dada a diferença entre as épocas propícias à germinação do trigo (meses frios e secos, destacadamente em julho e agosto) e à dos outros produtos (meses quentes e chuvosos, sobretudo de novembro a março), a produção triticultora pode ter sido a maior responsável pela ocupação complementar dos indígenas submetidos ao trabalho compulsório durante as épocas de eventual “ociosidade” na lavoura dos demais gêneros, assegurando, dessa forma, a estabilidade possível ao regime de trabalho compulsório no interior da Capitania de São Vicente. O inverso também seria verdadeiro, especialmente a partir do momento em que a produção comercial do trigo tomara conta do “sentido” dos esforços econômicos dos mais poderosos senhores locais, transformando a produção alimentícia em atividade suplementar àquela, ainda que invariavelmente indispensável. Em suma, não é coincidência, em primeiro lugar, o fato de que as décadas de maior concentração de escravos indígenas nas grandes propriedades paulistas (décadas de 1630 a 1660) correspondam ao período de maior recorrência de propriedades triticultoras no planalto. Em segundo lugar, foi a plantação de trigo que então ocupou os sítios e fazendas de maiores dimensões, pertencentes aos proprietários de maiores cabedais, sendo nítido que o volume médio do cereal, registrado nos espólios, também apresentaram nesse tempo os seus mais altos índices (Cf. novamente a Tabela 2, ao fim do capítulo anterior).

Quem visitasse a área de “serra acima” da Capitania de São Vicente ao iniciar de um ano gregoriano, durante o século XVII, encontraria parte dos trabalhadores indígenas locais dedicados ao cuidado das lavouras de algodão, feijão, milho e mandioca, eliminando os elementos daninhos que tivessem eventualmente surgido nas plantações, bem como os excessos de matos e capins que atrapalhassem o crescimento apropriado das plantas. Tendo sido o solo já minimamente preparado nos meses anteriores, em alguns meses começariam as colheitas desses produtos. O visitante acompanharia, também, o período final da colheita nas fazendas produtoras de trigo, sendo nelas mobilizada uma numerosa força de trabalho, igualmente indígena. Por fim, com alguma atenção se poderia encontrar também pequenas parcelas de

terras nos sítios locais em que se plantava cana de açúcar, embora de quantidade e qualidade insuficientes para se tornar açúcar comercializável (considerando os terrenos acidentados característicos do relevo paulista), mas certamente útil para a fabricação de aguardente³⁶².

Os meses de setembro e março balizavam o período anual em que as enxadas de metal eram empregadas em quase toda parte. Inicialmente, para o amaciamento da terra. Depois, na abertura de covas para os plantios de cana, feijão, algodão, milho e mandioca, com maiores ou menores variações sazonais. Isso é válido inclusive para as grandes propriedades produtoras de gêneros comerciais (sobretudo trigo e algodão), pois foram poucas as instalações desse tipo cuja documentação não oferece qualquer indício de roças subsidiárias voltadas à produção alimentícia. Pelo contrário, o mais comum era que a produção de caráter mercantil, durante as suas respectivas épocas de maior desenvolvimento, se fizesse acompanhar por plantações suplementares de outros gêneros no interior dos próprios sítios e fazendas “especializados” na produção comercial, tratando-se em geral de plantações rudimentares em pequenas parcelas “concedidas” aos índios para que nelas eles laborassem para obter o seu próprio sustento e o dos seus administradores³⁶³.

³⁶² Francisco de Andrade concluiu que os canaviais existentes ao redor da vila de Piratininga estavam relacionados antes ao comércio de aguardente que à produção de açúcar propriamente dita. Aponta como consequência, o que parece inteiramente plausível, a presença constante de alambiques nos inventários. O mesmo autor defendeu ainda que por essa época teria se configurado um “modo paulista de fabricar açúcar”, fundamentado na utilização da “moenda de entrosas movido a força humana ou animal”, tema ao qual voltaremos adiante. ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A memória das máquinas*. Op. cit., p. 294-296.

³⁶³ Tema consagrado na historiografia modernista, a questão da “brecha camponesa” e do “protocampesinato” nas Américas foi amplamente desenvolvido por Ciro Flamarion Cardoso a partir de hipóteses lançadas por Tadeusz Lepkowski, Sidney Mintz e outros autores. Tratava-se de apontar as características permanentes de campesinato implícitas em certas práticas permitidas aos escravos por seus senhores, como quando lhes fossem concedidas parcelas de terras para que nelas plantassem o necessário para o seu próprio sustento (podendo inclusive comercializar os produtos e assim arrecadar montantes para alforria), ou quando lhes fossem liberados os domingos e dias santos para que realizassem suas próprias festas e rituais. Casos dessa natureza foram encontrados em diversas partes, o que contribuiu para que se chegasse à conclusão de que tais práticas constituíam fator estrutural no sistema escravista, pois aliviavam o quanto era possível as tensões resultantes da relação senhor-escravo e assim garantiam o mínimo de estabilidade necessário à reprodução do sistema. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004; CARDOSO, Ciro Flamarion, *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 133-154. A crítica de Jacob Gorender a Ciro Cardoso volta-se contra a suposição de que a economia própria dos escravos tinha dimensão estrutural, e Gorender posicionou-se afirmando que ela fora restrita e instável. GORENDER, Jacob. “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial” e “Brecha camponesa, mercado interno e agricultura de subsistência”. In: *A Escravidão Reabilitada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991, pp. 70-86; 207-51. No caso de São Paulo seiscentista, alguns exemplos de fato abrem margem para essa compreensão, embora não sejam claros o suficiente. Por exemplo, no inventário de Ângela de Campos e Medina (1641): AESP, IT, v. 13, p. 104-5, deixaram de ser avaliadas 800 mãos de milho, 20 alqueires de feijões e um “pedaço” de mandioca “por ser necessário para o sustento da casa órfãos e o gentio”; e no de Henrique da Cunha Machado (1680): AESP, IT, v. 21, p. 26, foram registrados cerca de 400 mãos de milho e 40 alqueires de feijão que “ficam para o sustento do gentio”. Observa-se, nos dois casos, a concessão de parcelas à mão de obra estando condicionada à ausência de seus proprietários após a morte, não indicando todavia regularidade nem lugar permanente nas relações produtivas do planalto. O fato é que esse tema foi um dos objetos da controvérsia entre jesuítas e colonos no que diz respeito ao trabalho compulsório indígena, especialmente após a promulgação da lei de 1680 sobre a liberdade dos gentios, e foi uma das cláusulas do

Numerosas em vários espólios, podendo ser encontradas em conjuntos superiores a cinquenta ou setenta unidades³⁶⁴, as enxadas (“de cavar”, “de olho redondo”³⁶⁵) por vezes estavam quantitativamente relacionadas, ao mesmo tempo, à dimensão das terras que eram por elas trabalhadas e ao número de escravos que as utilizavam. Por exemplo, na década de 1660, Maria Bicudo era proprietária de 80 escravos e de dois sítios, os quais mediam 150 braças x 750 braças e 250 braças x 1 légua, respectivamente; constava ainda no seu inventário 32 enxadas³⁶⁶. Por sua vez, Paschoal Leite Paes era dono de 236 escravos, um sítio de 1 légua x 1 légua e mais 1000 braças em “Cayocautinga”; possuía 50 enxadas³⁶⁷. Já na década de 1680, declarou-se que Maria de Borba e Anna da Silva tinham, respectivamente, 23 e 24 escravos; a primeira com um sítio de 150 braças x 0,5 légua e a segunda com um de 300 braças x 700 braças; de cada uma delas, porém, foram encontradas apenas 6 enxadas³⁶⁸.

Embora seja impossível, na maior parte dos casos estudados, precisar a extensão das parcelas desses sítios que eram reservados para a produção de cada gênero, pela inexistência de informações aprofundadas sobre isso nos documentos, pode-se concluir, também a despeito das grandes variações que são verificadas entre grandes e pequenas propriedades, que a cada índio deveria corresponder alguns milhares de metros quadrados para serem trabalhados. Considerando, além do mais, que nem todos deveriam ser empregados em uma única atividade, e que os meses mais propícios à sementeira não passavam de seis, pode-se imaginar, ainda que de maneira genérica, a violência e o grau da pressão recaída sobre os trabalhadores nativos, do caráter repetido do esforço de batida com a enxada sobre o solo, da extensão das durações diárias de serviço no período e da intensidade dos ritmos de trabalho cobrados pelos

“ajustamento” do qual resultou a Carta Régia de 19 de fevereiro de 1696, onde se encontra que “no temporal serão igualmente livres que os das ditas aldeias, porque serão obrigados a ir trabalhar e servir a os ditos administradores no que lhes for necessário, dividindo-se este trabalho a semanas, de maneira que uma servirão e trabalharão no que lhes ordenarem os ditos administradores, e outra ficarão na dita aldeia para trabalharem e servirem nela no que também lhes for necessário para a cultura de suas terras, e aproveitamento de suas famílias”. RIHGB, t. VII, n. 25, p. 398-403. O “ajustamento” se expressou a partir das “DÚVIDAS que se oferecem pelos moradores da vila de São Paulo a Sua Majestade, e ao Senhor Governador Geral do Estado, sobre o modo de guardar o ajustamento da administração na matéria pertencente ao uso do gentio da terra, cuja resolução se espera”. Reproduzido em LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Op. cit., p. 328-330.

³⁶⁴ Cf.: “Inventário de Pedro Dias” (1633). AESP, IT, v. 9, p. 58-59; “Inventário de Maria Ribeiro” (1638). AESP, IT, v. 11, p. 373; “Inventário de Ana de Alvarenga” (1648). AESP, IT, v. 36, p. 35; “Inventário de Diogo Coutinho de Mello” (1654). AESP, IT, v. 15, p. 371; e “Inventário de Paschoal Leite Paes” (1664). AESP, IT, v. 27, p. 126.

³⁶⁵ Nomes com os quais as enxadas foram categorizadas nos inventários. “De cavar” é uma especificação de sua utilidade, não constituindo um tipo ou modelo particular, já que evidentemente todas elas eram “de cavar”. “De olho redondo” seria uma caracterização do furo no qual o cabo se prendia.

³⁶⁶ “Inventário de Maria Bicudo” (1660). AESP, IT, v. 16, p. 80-4.

³⁶⁷ “Inventário de Paschoal Leite Paes” (1664). AESP, IT, v. 27, p. 126-7.

³⁶⁸ “Inventário de Maria de Borba” (1681). AESP, IT, v. 20, p. 372-4; e “Inventário de Anna da Silva” (1687). AESP, IT, v. 22, p. 177-9.

proprietários. Na tentativa de superar a imprecisão dessa conclusão abstrata, analisemos concretamente as dinâmicas temporais recorrentes na produção particular de cada gênero agrícola existente em São Paulo durante o século XVII. Para isso, opta-se aqui por distingui-los em três conjuntos fundamentais: de um lado, aqueles voltados ao suprimento das necessidades alimentares da população local (os assim chamados “pães da terra”); de outro, aqueles cujas produções alcançaram alguma dimensão comercial, embora também cumprissem a tarefa de abastecer a população local com produtos suplementares, como a aguardente (no caso da cana) e a vestimenta (os chamados “panos de vestir”, no caso do algodão). Finalmente, temos o trigo, que figurou à época como gênero agrícola quase exclusivamente comercial, sendo, com raras exceções, excluído de uma participação de relevância na dieta local.

Mandioca, feijões e milhos: os “pães da terra”

Conforme já explicitado anteriormente, a construção de uma estrutura colonial no interior da capitania vicentina, região geográfica e economicamente distante do contato atlântico com a metrópole (embora jamais tenha sido inteiramente apartada do mesmo), demandava uma produção subsidiária tanto suficiente para alimentar a população livre em relativa expansão demográfica quanto capaz de empregar continuamente o crescente fluxo de índios cativos para lá carregados com o fito de trabalharem nas propriedades produtoras de mercancias. Para tal, surgiram desde cedo, no interior dos assentamentos, parcelas de tamanhos variados onde eram produzidos os três gêneros agrícolas que compuseram a base principal da dieta de São Paulo seiscentista, tendo o terceiro deles alcançado largo predomínio: a mandioca, o feijão e o milho.

A plantação da mandioca, que na verdade se resumia ao fincar superficialmente as ramas da planta em montículos de terra amaciados com o auxílio das enxadas, seguindo técnicas indígenas anteriores à conquista do continente americano, donde é originária³⁶⁹, era atividade que ocupava os ameríndios durante os quatro ou cinco últimos meses do ano, embora pudesse ser plantada em outras épocas também, como nos meses de janeiro e fevereiro³⁷⁰. Antes de um

³⁶⁹ SCHMIDT, Carlos Borges. *Técnicas Agrícolas Primitivas e Tradicionais*. Op. cit., p. 133-138; SCHMIDT, Carlos Borges. *A Mandioca: contribuição para o conhecimento de sua origem*. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola, 1953; VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*, v. 1. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 148.

³⁷⁰ Ora, o plantio da mandioca apresenta razoável flexibilidade no que tange às épocas em que pode ser realizado. Embora referindo-se à Bahia, Gabriel Soares de Souza expressou que “Planta-se a mandioca em todo o ano não sendo no inverno”. SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Comentários de Francisco Adolfo de Varnhagen. São Paulo: Editora Nacional, 1987, p. 173. Conforme a informação de Maynard Araújo (ARAÚJO, Alceu Maynard. *Ciclo Agrícola*. Op. cit., p. 32), o ideal é que a mandioca tomada

ano e meio após plantadas, as raízes encontravam-se já grandes e prontas para a colheita e preparo do alimento. Nesse tempo, os campos deveriam ser limpos e carpidos com os ancinhos³⁷¹, sob o risco de se perder a lavoura para algumas nocivas ervas espontâneas³⁷².

Depois de colhida, chegava a hora de se realizar os processos, respectivamente, de extração da substância venenosa nela contida e de esmagamento para a produção de farinha, um dos alimentos básicos das populações livres e escravas de toda a América portuguesa. Para isso, contava-se com duas engenhocas presentes nos sítios seiscentistas: as “prensas de fuso” e as “rodas de ralar mandioca”³⁷³.

As prensas estavam presentes em propriedades de diferentes dimensões³⁷⁴, desde aquelas que contavam com um número pequeno ou com nenhuma mão de obra (como a de Cristóvão Pereira, dono de 3 índios em 1622) até as que concentravam mais de uma centena de indígenas em seu interior (como o sítio de D. Maria, proprietária de 154 índios e 3 africanos, em 1642)³⁷⁵. As rodas de ralar, todavia, não aparecem mais que 7 vezes nos inventários preservado de todo o período³⁷⁶.

por capim-gordura seja colhida ano e meio após a plantação. Na verdade, dado que as propriedades das suas raízes se conservam durante muito tempo, percebe-se pela leitura dos inventários coloniais de São Paulo que a idade das roças poderia alcançar até mesmo três anos. Tal era a idade, por exemplo, das roças “de mantimento” arrolada no inventário de bens de Fernão Dias (avô do conhecido sertanista), em 1605. “Inventário de Fernão Dias” (1605). AESP, IT, v. 1, p. 402. Aliás, é por conhecermos essa particularidade natural da mandioca que sabemos que as várias parcelas de terra que na documentação consultada se diz ter ano e meio, dois ou três anos, eram plantações de mandioca, embora tal informação não esteja explícita nas fontes. O tempo de germinação do algodão também podia ultrapassar o tempo de um ano, mas é evidente que este último produto jamais poderia ser classificado como “mantimento”.

³⁷¹ Os “ancinhos” foram poucas vezes assim registrados nos inventários estudados (apenas em 6 dos 568). Uma das referências confirma a sua finalidade para o amaciamento da terra na feitura de pequenos montes de terra, provavelmente para o enterro da mandioca: “de esgravatar terra”. “Inventário de Clemente Álvares” (1641). AESP, IT, v. 14, p. 108. Não significa isso que não fosse aquele um instrumento disseminado por toda a capitania ao longo do século XVII, pois é possível que na maior parte dos casos ele recebesse outras denominações, pertencendo sobretudo ao gênero das “foices de roçar” ou dos “podões”.

³⁷² SCHMIDT, Carlos Borges. *Técnicas Agrícolas Primitivas e Tradicionais*. Op. cit., p. 138.

³⁷³ Ambas constituem formas de incorporação e adaptação de técnicas europeias no continente americano, e os seus antecedentes remontam inclusive às antiguidades clássica e egípcia. A esse respeito, consultar: ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., p. 151-173. Ainda no século XX, e provavelmente também assim o seja nos dias de hoje, tais equipamentos podiam ser encontrados em alguns locais do litoral paulista, junto a pequenos produtores de mandioca. Cf. SCHMIDT, Carlos Borges. *Lavoura Caiçara*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1958, p. 42-48.

³⁷⁴ Foram encontradas, ao todo, 122 prensas distribuídas por todo o século, sendo que apenas quatro moradores, dentre os quais Lourenço Castanho Taques, possuía mais que uma (a bem da verdade, duas) prensas entre os bens arrolados. “Inventário Lourenço Castanho Taques” (1671). AESP, IT, v. 18, p. 171. Embora 80% delas concernam ao período que vai de 1601 a 1650, as prensas de mandioca continuaram a ser vistas na região ainda durante a década de 1690.

³⁷⁵ “Inventário de Cristóvão Pereira” (1622). AESP, IT, v. 5, p. 493; “Inventário de Dona Maria” (1642). AESP, IT, v. 28, p. 204-209.

³⁷⁶ Cf. “Inventários de Diogo Martins Machuca” (1613). AESP, IT, v. 3, p. 455; “Izabel da Cunha” (1616). AESP, IT, v. 4, p. 319; “Joana Nunes” (1633). AESP, IT, v. 32, p. 23; “Antônio da Silva” (1635). AESP, IT, v. 10, p. 16; “Francisco Rodrigues Sapateiro” (1652). AESP, IT, v. 42, p. 42; e do casal “Maria de Lara (1670) e Lourenço Castanho Taques (1671)”. AESP, IT, v. 18, pp. 94 e 171. O descompasso entre as quantidades de prensas e rodas de ralar foi explicado por Francisco de Andrade com base no fato de que as rodas estavam

Diferentes das prensas “de alavanca” usadas nas capitâneas açucareiras da mesma época, as “prensas de fuso” mais comuns nas partes sulinas do continente americano consistiam em equipamentos pesados e de grandes proporções, feitos com madeira forte, que exigiam um grande esforço e dispêndio de força física para operar. Tratava-se de duas vigas verticais que ligavam uma base sustentada pouco acima do nível do chão a uma viga horizontal na qual o fuso (ou parafuso) se encaixava, sustentando uma espécie de mó (um “peso”) que, lançada em direção à base, comprimia e esmagava a mandioca colocada entre ambas. O trabalho do indígena consistia em fazer o peso girar, possibilitando ao fuso decair com força sobre a base (Cf. Imagem 6, abaixo). Se tivessem, então, como em alguns casos, dois ou três fusos suspensos na mesma viga horizontal superior, as prensas permitiam o esmagamento simultâneo do produto por dois ou três pesos (e, conseqüentemente, a operação da máquina por dois ou três trabalhadores, ao mesmo tempo). Gaspar Fernandes, em 1600, por exemplo, possuía uma prensa desse tipo (isto é, “de dois fusos”), embora a mesma já se encontrasse “velha e quebrada”³⁷⁷.

IMAGEM 6 - Prensa de fuso, século XVII. Desenho de Raquel Elisa Cartoce, feito com base na ilustração reproduzida em: DE CAUSS, Salomon. *La raison des forces mouvantes avec diverses machines tant utiles que plaisantes* (1624). Paris: Chez Charles Sevestre, 1624, fl. 8v.

As rodas de ralar, geralmente acompanhadas pelas prensas nos espólios, não eram em nada semelhantes às engenhocas de mesmo nome então utilizadas para cordoaria na Europa. Tampouco equivaliam às rodas de ralar movidas por força hidráulica, encontradas com maior

associadas à produção de grandes volumes de “farinha de guerra” destinados ao litoral para abastecer as embarcações marítimas que dali partissem, ao passo que a maior parte da produção de mandioca apenas por meio da prensa estava voltada à produção de farinha “puba” ou “fresca” consumida pela população branca da própria região e, em especial, pelos membros da elite local. ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., p. 121-124.

³⁷⁷ “Inventário de Gaspar Fernandes” (1600). AESP, IT, v. 1, p. 385.

frequência no litoral açucareiro³⁷⁸. No planalto paulista, utilizado especialmente na feitura de farinha, o equipamento dispensava o sistema de correias e funcionava simplesmente pelo acionamento de manivelas que faziam girar as rodas raladoras (Cf. Imagem 7, abaixo). Também aí o trabalho humano era indispensável, embora o menor tamanho das rodas (em comparação, sobretudo, ao das prensas) e a força centrífuga por elas obtida contribuíssem para diminuir relativamente a intensidade do serviço.

IMAGEM 7 - Roda de ralar mandioca, século XVIII. Desenho de Raquel Elisa Cartoce, feito com base na observação da peça pertencente ao Museu Anhanguera (Santana de Parnaíba-SP).

Tendo a cultura e os equipamentos da mandioca uma presença razoável no planalto, não se sustenta, pois, a hipótese de Sérgio Buarque de Holanda segundo a qual em São Paulo, ao contrário da região amazônica, a presença da mandioca no cardápio local teria sido desde o começo pouco significativa, e que a predominância do milho teria existido a despeito dela, acordando melhor com condições climáticas, do solo, com imposições da mobilidade territorial e devido a algumas crendices locais³⁷⁹.

³⁷⁸ Cf. ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., p. 165-169. Na mesma época, nas capitanias do norte, Johann Nieuhof dera uma descrição mais detalhada do processo de fabricação da farinha de mandioca: “A farinha prepara-se da seguinte maneira: depois de colhida, a raiz é descascada e lavada em água limpa. Aplica-se então a extremidade da mesma contra uma grande roda de quatro ou cinco pés de diâmetro, coberta por uma chapa de cobre ou de ferro repleta de furos com bordos cortantes, qual ralo para noz-moscada. O movimento contínuo da roda rala a mandioca em pequenas partículas que vão caindo em uma gamela”. NIEUHOF, Johann. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* (1640/1649). São Paulo: Martins, 1942, p. 284-285.

³⁷⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 185-188.

Sobre o feijão, deve-se atentar para as épocas distintas de plantio dos dois conjuntos conhecidos que opõem as espécies do grão. De um lado, o tipo conhecido como “feijão das águas” (que inclui os grãos que conhecemos como “branco”, “pardo”, “preto” e “miúdo”), crescente em épocas de maior pluviosidade, especialmente entre setembro e novembro. De outro, o “feijão da seca” (utilizado como semente para o plantio do outro tipo), que melhor germina em tempos com menor índice de chuvas, especialmente entre maio e julho. Colhe-se ambos por volta de 90 dias após a plantação³⁸⁰.

Durante o século XVII, em São Paulo, o primeiro tipo prevaleceu. Frequentes foram as menções nos inventários a feijões brancos, pretos, pardos, miúdos e sortidos. Medidos em alqueires (grandeza de volume para secos), a sua frequência nas fazendas paulistas geralmente acompanhou de perto a do milho, elevando-se até por volta de 1630 e depois progressivamente escasseando até o fim do século. Tratava-se, principalmente, de uma economia voltada para o consumo local, embora não houvesse grandes barreiras para um eventual comércio do gênero com outras partes do Brasil³⁸¹.

Como em geral acontecia com quase todos os produtos agrícolas da região, roças de feijão fizeram-se presentes em sítios de variadas dimensões e diferentes níveis de riqueza dos seus proprietários. Em muitos casos, os inventários registram quantidade superior a 50 alqueires de feijão colhidos (isso corresponde a algo em torno de 650 litros). Caso extremo foi o da fazenda de Antônio Nunes, na Paraíba, onde se registrou 1.000 alqueires de feijão (13.000 litros), em 1656. Nunes possuía apenas 19 trabalhadores indígenas para lidar com todas as tarefas desse cultivo, além das suas plantações de milho, trigo, criação de gado e os serviços domésticos que estavam igualmente ali supostos³⁸². Se tomarmos como apropriada a relação oferecida por Antônio Cândido, segundo a qual 1 alqueire de chão produz 60 alqueires de medida do feijão³⁸³, resulta que a plantação daquele proprietário ultrapassava a extensão de 16 alqueires (ou 80.000 braças quadradas) de terra.

O mais comum, todavia, era que as colheitas tivessem volume entre 10 e 50 alqueires, com quantidades de escravos as mais variantes possível. Alguns, como Clemente Aleixo em 1641, possuíam número menor que 10 trabalhadores para uma produção com mais

³⁸⁰ Cf. ARAÚJO, Alceu Maynard. *Ciclo Agrícola*. Op. cit., p. 31-2.

³⁸¹ Pelo contrário, como vimos, de feijões também deviam conformar (junto ao milho e ao trigo, principalmente) os “mantimentos” requeridos pelo Governo Geral aos moradores do planalto, por exemplo, em ocasiões de carestia como quando da guerra contra os holandeses. Uma dessas requisições pode ser lida na “Traslado da CARTA que se escreveu às três vilas de São Vicente, Santos e São Paulo, a cada Câmara delas em particular sobre mandarem mantimentos para esta praça” (1648). BN, *Cartas da Bahia*, 07-01-029, doc.1, fls. 1-2.

³⁸² “Inventário de Antônio Nunes” (1656). AESP, IT, v. 38, p. 26.

³⁸³ CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 5. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979, p. 122.

de 30 alqueires³⁸⁴. Outros, como Ângela de Campos e Medina, também em 1641, possuíam plantéis de ao menos uma centena de índios para roças com cerca de 20 alqueires de feijão³⁸⁵. Ao que tudo indica, as plantações de feijão, ao contrário das de trigo e cana, como veremos, não exigiam grande mobilização de mão de obra nas épocas de semeadura e colheita, o que possibilitava que senhores de baixo cabedal obtivessem colheitas de consideráveis quantias do produto, alcançando com elas um ganho adicional. E, para os grandes, essa facilidade contribuía para liberar a força de trabalho disponível para o trato de outros gêneros, mais trabalhosos, desejados ou rentáveis.

Sobre o segundo tipo de feijão, o “da seca”, há apenas uma referência esparsa e isolada da sua existência nos inventários seiscentistas. Embora não haja outras evidências de que os plantadores seiscentistas de São Paulo empregassem regularmente qualquer técnica de fertilização do solo que não fosse a prática de “derrubada e queima”, de tradição tupinambá, um espólio de 1623 menciona uma espécie de feijão “de guarumees dos que adubam o milho”³⁸⁶. Trata-se de uma técnica de aproveitamento do espaço vazio entre as plantas de milho na terra, que além de render frutos suplementares ao plantador, contribui para a “fixação de nitrogênio no solo, que é o elemento que em maior quantidade extrai o milho para seu crescimento”³⁸⁷.

Portanto, temos com a cultura do feijão elementos de uma economia agrícola relativamente rudimentar, não obstante tenha tido a sua importância assegurada pelas necessidades alimentícias dos moradores do planalto e de outras partes da colônia, bem como da população escrava³⁸⁸. Embora não fosse suficiente para ocupar e alimentar o grosso da população indígena presente nas fazendas, contribuiu para o fornecimento das bases materiais de culturas mais complexas, como a do trigo e a do algodão. Não obstante, mesmo na esfera da subsistência, a ocorrência do feijão não obteve jamais a primazia. Esta posição estava

³⁸⁴ “Inventário de Clemente Aleixo” (1641). AESP, IT, v. 27, p. 128-131.

³⁸⁵ “Inventário de Ângela de Campos e Medina” (1641). AESP, IT, v. 13, p. 104-107.

³⁸⁶ “Inventário de Pedro Nunes” (1623). AESP, IT, v. 6, p. 70.

³⁸⁷ “[...] fijación de nitrógeno en el suelo, que es el elemento que en mayor cantidad extrae el maíz para su crecimiento”. WARMAN, Arturo. *La historia de un bastardo: maíz y capitalismo*. México: FCE; UNAM, 1988, p. 31. Não foi possível descobrir se “guarumees” se refere ao arbusto assim nomeado em terras peruanas, ou a uma das duas localidades que carregam este nome: a “Serra de Guarumê” no Ceará, mencionada por Antonil em 1711; e a Guarume Island, no Panamá. Segundo Andrée Mansuy: “O topônimo *Guarumê* não consta de nenhum documento arquivístico; talvez se trate da Serra de *Guammame* mencionada por AIRES DE CASAL (II, pp. 222-223), ou das serras de *Guamanré*, mencionadas no Rotheyro do Rio Grande até o Maranhão de ALFONSO GONÇALVES DE VIANNA E SEBASTIÃO MARTINS”. SILVA, Andrée Mansuy Diniz. “Introdução”. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 215.

³⁸⁸ O jesuíta Mamiani, comentando a alimentação dada aos índios administrados do Colégio de São Paulo em 1700, afirmou ser ela “somente de feijão e farinha de trigo torrado”. MAMIANI, Luigi Vincenzo. *Memorial sobre o governo temporal do Colégio de São Paulo*. Op. cit., p. 134.

assegurada, por razões que convém discutir a seguir, com pontualíssimas exceções durante todo o século XVII, ao milho.

Muito já se escreveu sobre a presença hegemônica do milho em São Paulo colonial, fosse nos sítios e fazendas onde se instalavam os moradores, fosse nas expedições dos sertanistas em busca de cativos, negócios mercantis e metais preciosos. Para alguns, trata-se principalmente de explicar a preponderância do milho por meio da essência andeja do tipo paulista³⁸⁹. Para outros, cumpre analisar o papel destacado que as plantações de milho cumpriram na economia das instalações rurais fixas do próprio planalto³⁹⁰, cujo desenvolvimento, aliás fundamentado na exploração da força de trabalho indígena, explica o progresso das entradas no sertão, e não o contrário³⁹¹.

Seja como for, nenhuma das duas perspectivas ignora as vantagens agrícolas que decorreram do cultivo desse gênero americano para os paulistas do século XVII. Por suas propriedades naturais, o milho é o produto que, de todos os que temos visto, menor quantidade e complexidade de trabalho exige dos seus produtores diretos, prescindindo de qualquer instrumento ou técnica de produção mais rebuscada que a abertura de buracos para semeadura, processo que em algumas culturas pode até mesmo ser realizado diretamente com as mãos. Além disso, demanda um tempo de germinação bastante curto (por volta de três meses), o que possibilita e favorece a realização de duas e até três colheitas anuais, inviabilizadas apenas durante os meses de inverno e de menor pluviosidade. Apesar do espaço que se deve guardar entre as ramas no solo, para que não se prejudique o crescimento da planta, o volume de grãos colhidos em relação ao tamanho da parcela trabalhada é considerável, oferecendo ao alimento produtividade privilegiada³⁹².

Infelizmente, não há indícios documentais suficientes que permitam identificar qual ou quais das centenas de espécies de milho que os europeus conheceram em território americano foi a que se disseminou no Planalto Paulista durante o século XVII.

³⁸⁹ Inicialmente formulada por Sérgio Buarque de Holanda, esta visão foi depois assumida por outros historiadores de relevo e ainda hoje continua sendo reproduzida por estudiosos cujas pesquisas, não obstante, oferecem elementos suficientes para superá-la. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 181-189; MELLO E SOUZA, Laura. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: NOVAIS, Fernando; MELLO E SOUZA, Laura (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*, v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; BASSO, Rafaela. *A Cultura Alimentar Paulista: uma civilização do milho? (1650-1750)*. São Paulo: Alameda, 2014.

³⁹⁰ ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., p. 140.

³⁹¹ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit.

³⁹² SCHMIDT, Carlos Borges. *O Milho e o Monjolo: aspectos da civilização do milho. Técnicas, utensílios e maquinaria tradicionais*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1967, p. 28-9; WARMAN, Arturo. *La historia de un bastardo*. Op. cit., p. 24-49.

A despeito de a estimativa que fizemos do percentual de propriedades ocupadas com cada gênero sugerir que o milho, durante quase todo o século (com exceção da década de 1610), teria sido recorrente em no máximo 20% das propriedades³⁹³, o valor real deve ter sido bem maior, uma vez que numerosas vezes se evitou inventariar o milho colhido, pois assim os autos do processo de partilha não prejudicariam o seu consumo pelos órfãos e gentios do falecido. Ou seja, embora em diversos casos não se tenha feito qualquer menção ao milho nos espólios, é provável que ele de fato existisse, na falta de valor que justificasse uma avaliação mais frequente e sistemática pelos oficiais levantadores. Por outro lado, o quase desaparecimento de registros do milho na documentação das últimas décadas do século XVII relaciona-se, já o dissemos, à tendência de diminuição na quantidade de informações e detalhamentos na documentação desse período.

Também aqui as diferenças de riqueza entre os moradores exprimiam-se nas diferentes quantidades de milho encontradas em suas fazendas. De um médio sitiante como Manoel Rodriguez Góis (1615), em cujo espólio registrou-se apenas 1 mão de milho³⁹⁴, até o extremo do grande proprietário Pedro Dias (1633), dono de 5.400 mãos de milho “para a gente comer”³⁹⁵, a distância era abissal. O mais frequente, não obstante, era que a colheita registrada gravitasse entre 100 e 500 mãos de milho. O estabelecimento da “mão” como unidade de medida é representativo da falta de necessidade por contagens precisas, estas mais apropriadas aos gêneros de maior razão comercial.

A relação entre a produção de milho e o lote de escravos é, em termos, contraditória. Se, por um lado, a semeadura e a colheita desse produto não exigiam muitos braços nem um quantum elevado de tempo de trabalho, por outro lado a concentração de grandes quantidades de cativos no eito requeria uma produção apreciável para sustentar aquela gente. Ora, essa situação de desequilíbrio entre a baixa quantidade de braços requeridos para a produção e o grande volume de produtos necessário para o sustento dos braços disponíveis, resultaria no crescimento de uma massa ociosa de trabalhadores, caso o cultivo do milho não estivesse atrelado à produção de um outro gênero que, pelo contrário, ocupava parcelas maiores da força de trabalho, durante épocas e intervalos temporais mais extensos: o trigo.

A já mencionada propriedade de Pedro Dias exemplifica bem a relação de complementaridade entre as culturas de milho e trigo. Seu inventário, datado de 1633, registrou

³⁹³ Apenas 112 inventários possuem menção a plantações de milho, sendo que destes 27 não apresentam quantidades, apenas referências vagas como “um pedaço” ou “um pouco” de milho.

³⁹⁴ “Inventário de Manoel Rodriguez Góis” (1615). AESP, IT, v. 30, p. 153.

³⁹⁵ “Inventário de Pedro Dias” (1633). AESP, IT, v. 9, p. 61.

uma colheita de 5.400 mãos de milho e 350 alqueires de trigo “por malhar”. Além disso, o morador tinha algo em torno de 90 índios sob o seu controle no sítio de Tamboré onde morava. Possuía também algumas dívidas em Santos, que possivelmente decorriam de negócios feitos com o seu trigo no litoral. Claramente o milho disponível destinava-se ao sustento da população do sítio, conforme se observa na informação de que “se tirou para a gente comer”³⁹⁶. Essa produção, podendo ser realizada por um pequeno número de trabalhadores, liberaria então a maior parte dos ameríndios e, vale insistir, dos seus tempos de trabalho, para a cultura fundamental do trigo³⁹⁷.

As técnicas de moagem e preparo da farinha de milho quase não deixaram rastros na documentação do século XVII. Embora a historiografia tenda a generalizar certas características e práticas próprias do século XVIII para anos anteriores (a exemplo da proeminência do monjolo e do uso dos moinhos para a trituração do milho)³⁹⁸, cumpre evitar insistir nesse infrutífero caminho. Pois até mesmo o pilão indígena não fora instrumento dos mais disseminados nos inventários seiscentistas (nem mesmo sob a denominação arcaica “almofariz”³⁹⁹), ou porque não tivessem valor monetário, ou porque fosse o milho consumido pelos paulistas sobretudo ainda em grãos, não havendo, pois, aplicação frequente de outras técnicas de beneficiamento. Exceção pode ter havido com a elaboração da aguardente de milho, sobre cujo consumo a Câmara se esforçou por controlar em pelo menos duas ocasiões⁴⁰⁰. Evidentemente, temia-se a rebeldia e a desordem que poderiam resultar do consumo exagerado da cachaça pelos escravos indígenas.

Resumidamente, a produção agrícola do milho cumpria um duplo papel no conjunto das relações sociais de produção paulistas. Em primeiro lugar, enquanto gênero fundamental de subsistência, orientado à sobrevivência física da população do planalto, fundamentalmente dos índios que compunham a mão de obra das empresas rurais. Em segundo lugar, como produção que, por um lado, podia ocupar os trabalhadores nas épocas de germinação de outras culturas, quando estas não demandassem grandes mobilizações de trabalho, além de liberar tempos e trabalhadores para as mesmas, quando fosse assim conveniente. Nessas condições, embora os

³⁹⁶ “Inventário de Pedro Dias” (1633). AESP, IT, v. 9, p. 61-65.

³⁹⁷ ANDRADE, Francisco de Carvalho Assis. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., p. 143; BASSO, Rafaela. *A Cultura Alimentar Paulista*. Op. cit., p. 79.

³⁹⁸ Referência fundamental, Alcântara Machado, no seu idílico quadro sobre a vida dos paulistas seiscentistas, equivocou-se ao afirmar que já durante o século XVII estava “Pertinho [da casa da gente de serviço, no interior dos sítios rurais], o monjolo para pilar o milho”. MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 61.

³⁹⁹ Ainda que apareça, por exemplo, em: “Inventário de Francisco Velho” (1619). AESP, IT, v. 25, p. 14; “Inventário de Antônio Ribeiro de Moraes e Catarina Ribeiro” (1688). AESP, IT, v. 22, p. 379.

⁴⁰⁰ “Capítulos de CORREIÇÃO que fez o doutor Tomé de Almeida e Oliveira ouvidor geral desta vila de São Paulo na Câmara dela” (1687) e “SESSÃO de 21 de abril de 1688”. ACSP, v. 7, pp. 343 e 358.

serviços na plantação do milho não exigissem ritmos necessariamente fatigantes e prescritos, fica patente que o trabalho de sua produção, uma vez erigido o complexo econômico de uma agricultura comercial de média densidade, durante as primeiras décadas do XVII, havia se tornado progressiva e estruturalmente regular⁴⁰¹.

O complexo produtivo dos “panos de vestir” e a cultura regional canavieira

As necessidades da população paulista não se limitavam ao suprimento básico da alimentação com milho, feijão e mandioca, mas abrangiam igualmente produtos de segunda necessidade, desde os variados tipos de frutas encontrados nos pomares e quintais dos moradores, até o açúcar e a aguardente processados a partir da cana colhida nos sítios e fazendas rurais da região. Cumpre não excluir desse conjunto um outro ramo econômico que, apesar de não se referir às necessidades biológicas de senhores e escravos, correspondia a uma necessidade simbólica e moral da terra: a produção de vestimentas⁴⁰².

A lavoura algodoeira, que chegou a competir com a do trigo em valor comercial, inclusive durante a época de maior prosperidade deste, foi a primeira atividade responsável pela edificação de um complexo econômico organizando de maneira estreita os laços entre o trabalho das roças (plantação, cultivo e colheita do algodão), aquele realizado nos espaços de processamento do produto agrícola (limpeza e descaroçamento) e os serviços de fiação e tecelagem realizados no âmbito doméstico, geralmente por mulheres, fazedoras por excelência dos panos de algodão para vestir a população local e/ou para se vender no mercado colonial⁴⁰³.

Plantado preferencialmente nos três ou quatro últimos meses do ano, e colhidos a partir do terceiro mês do segundo ano seguinte⁴⁰⁴, o algodão exigia como trato apenas a

⁴⁰¹ A regularidade desses trabalhos, bem como da presença do milho em toda a capitania vicentina, era conhecida pelas autoridades coloniais, e estas, nos momentos de maior necessidade, requisitaram o escoamento de parte dessa produção para zonas de conflito bélico e carestia alimentar da América portuguesa. Somando-se a outra solicitação já mencionada anteriormente, como vimos, o milho e a carne foram os produtos requisitados aos moradores pela Câmara em 1680 para o socorro da Colônia de Sacramento. “SESSÃO de 20 de setembro de 1680”. ACSP, v. 7, p. 68.

⁴⁰² Sobre a relação entre o problema ao mesmo tempo prático e moral da vestimenta dos índios, a tecelagem e a estruturação dos colégios jesuítas com base no autofinanciamento das missões, durante o século XVI, ver: ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 17-21.

⁴⁰³ As possibilidades mercantis que a crescente economia algodoeira apresentava para os principais da vila de Piratininga no início do século levou os oficiais camaristas a proporem ao monarca ibérico, em 1606: “fazer aqui grande reino a Sua Majestade, há grande meio e trato para Angola, Peru e outras partes, podem-se fazer muitos navios, que só o bem se pode trazer de lá, pois há muito algodão, muitas madeiras e outros achegos”. “CARTA ao donatário” (1606). ACSP, v. 2, p. 499.

⁴⁰⁴ Dadas as características peculiares do algodão, sua colheita geralmente se dava após passados dois anos do plantio, sendo que a partir do terceiro ano a terra plantada já apresentava fortes sinais de esgotamento, exigindo

prevenção contra os ratos e algumas capinas, sobretudo nas fases iniciais e finais da germinação. O método de preparação do solo também aqui não era senão o da derrubada e queima, seguida da corriqueira abertura de covas com enxada. Tanto as “limpas” quanto as colheitas do algodão se realizavam com instrumentos agrícolas bastante peculiares, embora largamente presentes nos inventários de bens do período: “foicinhas de segar (ou podar, “decotar”) algodão”, apenas raramente aparecendo com tais nomenclaturas, sendo mais comuns os termos genéricos “podão” e “foice de roçar”⁴⁰⁵. Assim como as “foicinhas de segar trigo”, apresentavam dimensão pequena, curva e fina, próprias ao delicado abatimento de ervas e grãos.

As quantidades das colheitas que constam nos espólios poderiam atingir o elevado montante de 100 arrobas (1468,8 Kg), qual foi o caso de Pedro Dias Leite em 1658, proprietário de 150 índios administrados e uma “escrava de Angola” no seu sítio nas bandas de Tamboré Mirim⁴⁰⁶, termo da vila paulista. Em “Goaibimatinga”, outra paragem submetida à mesma vila, no ano de 1619, Isabel Sobrinha morreu deixando 38 índios, 26 arráteis de algodão fiados e 10 arrobas de algodão colhido, o que totalizava cerca de 266 Kg⁴⁰⁷. Se for correta a estimativa de Schmidt sobre cada colhedor ser capaz de colher entre 1 e 2 arrobas diárias, e que a colheita se repetisse a cada 8 dias e não poder ser realizada em dias de chuva, manhãs ou fins de tarde (já que nesses períodos o ar apresenta umidade elevada e o algodão estraga facilmente se guardado úmido)⁴⁰⁸, chegamos a que, dado o número de trabalhadores encontrados nos plantéis de Pedro Dias Leite e Izabel Sobrinha, a colheita ocuparia poucos escravos e duraria não mais que um ou, no máximo, dois meses.

A técnica da tecelagem⁴⁰⁹, com teares e cardas de tipos mais rústicos possíveis, eram presentes no planalto de São Paulo já durante o século anterior, embora apenas ocasionalmente. Isso levou a Câmara paulista a regular o comércio e o ofício de tecelão através do controle da venda do produto dessas atividades. Em 1585, decretou-se que “nenhuma pessoa

cerca de dez anos de descanso para que recuperasse a fertilidade inicial. SCHMIDT, Carlos Borges. *Técnicas Rurais Primitivas e Tradicionais*. Op. cit., p. 142.

⁴⁰⁵ Curiosamente, as únicas quatro referências à nomenclatura específica concentram-se exclusivamente nos anos 1650-1654. “Inventário de Domingos Nunes Bicudo” (1650). AESP, IT, v. 41, p. 195; “Inventário de Francisco Rodrigues Sapateiro” (1652). AESP, IT, v. 42, p. 41; “Inventário de Miguel Fernandes” (1653). AESP, IT, v. 46, p. 190; e “Inventário de Antão Rodrigues Lopes” (1654). AESP, IT, v. 46, p. 56.

⁴⁰⁶ “Inventário de Pedro Dias Leite” (1658). AESP, IT, v. 16, pp. 8; 26-27.

⁴⁰⁷ “Inventário de Izabel Sobrinha” (1619). AESP, IT, v. 5, pp. 283; 288-289.

⁴⁰⁸ SCHMIDT, Carlos Borges. *Técnicas Rurais Primitivas e Tradicionais*. Op. cit., p. 150.

⁴⁰⁹ Sobre a atividade tecelã, apoio-me basicamente nos breves (porém definitivos) capítulos de Holanda: “Técnicas Adventícias” e “Redes e Redeiras” (In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., pp. 211-232; 233-244) e nos dois trabalhos acadêmicos de Igor Lima, que procurou expandir as informações oferecidas por Holanda: LIMA, Igor Renato Machado de. *O Fio e a Trama: trabalho e negócios femininos na vila de São Paulo (1554-1640)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006; LIMA, Igor Renato Machado de. *“Habitus” no Sertão: gênero, economia e cultura indumentária na vila de São Paulo (1554-c.1650)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

venda pano de algodão para fora da vila sem primeiro o trazer à Câmara para se fazer diligência se no povo é mister”⁴¹⁰.

A bibliografia sobre São Paulo colonial parece não ter atentado até o momento para duas curiosas menções existentes nos inventários do século XVII sobre os “descaroçadores” (ou “escaroçadores”) de algodão. Na primeira, em espólio de Francisco de Mendonça (1630) o “descaroçador” foi avaliado próximo a uma caixa de teares e um tacho. No segundo, em passagem do inventário de Henrique da Cunha Machado (1680), o “escaroçador” foi lançado em meio a uma lista de objetos de cobre⁴¹¹. Aos dois foram atribuídos valores semelhantes (160 e 120 réis, respectivamente) e ambos os proprietários possuíam plantações ou colheitas de algodão em suas terras. Embora se desconheça outros detalhes sobre tais aparelhos, há grande chance de que tenham pertencido ao tipo de “antigo descaroçador” (também conhecido como “bolandeira”) sobre o qual comentou Alice Canabrava, cuja descrição (reproduzida abaixo, seguida por uma ilustração do aparelho e pela explicação minuciosa de Sérgio Buarque de Holanda) fornece pistas vantajosas sobre o trabalho que exigiam da força humana neles empregada:

Até então [fins do XVIII e século XIX] utilizava-se no Brasil o antigo descaroçador, semelhante à *churka* indiana, de tradição colonial⁴¹². Compunha-se de dois cilindros de madeira com diâmetro de 2 ½ cm aproximadamente, dispostos horizontalmente, presos a uma estrutura de madeira. Moviam-se em sentido contrário, acionados por duas manivelas, uma de cada lado do aparelho. Exigia o trabalho de duas pessoas que manipulavam por dia cerca de uma arroba de algodão [a mesma proporção que, como vimos, poderia ser a da colheita algodoeira em São Paulo seiscentista] em caroço para obter quatro quilos de pluma.⁴¹³

⁴¹⁰ “SESSÃO de 14 de abril de 1585”. ACSP, v. 1, p. 264.

⁴¹¹ “Inventário de Francisco de Mendonça” (1630). AESP, IT, v. 32, p. 43; “Inventário de Henrique da Cunha Machado” (1680). AESP, IT, v. 21, p. 22.

⁴¹² Sérgio Buarque de Holanda levantou a hipótese de a *churka* indiana ter chegado ao Brasil através da Península Ibérica, onde as técnicas orientais algodoeiras haviam se difundido por intermédio dos árabes. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 223.

⁴¹³ CANABRAVA, Alice. *História Econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec-ABPHE/UNESP, 2005, p. 138. Descrição semelhante do referido “descaroçador de rolo” nos dá Carlos Schmidt. SCHMIDT, Carlos Borges. *Técnicas Rurais Primitivas e Tradicionais*. Op. cit., p. 169. A proporção entre o algodão em caroço e o “limpo” que sugeriu Sérgio Buarque de Holanda é a de quatro para um (“duas arrobas de algodão com sementes davam, de ordinário, meia do produto limpo sem considerar o tempo e trabalho consumidos no descaroçamento”; “trabalho que, ao cabo de um dia, deixava inteiramente exausto qualquer indivíduo”). HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., pp. 212; 248.

IMAGEM 8 - Descaroçador de algodão. Desenho de Raquel Elisa Cartoce, feito com base em fotografia do exemplar pertencente ao acervo do Museu do Seridó (Caicó-RN). Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/museu/exposicoes/exposicoes.html>. Acesso: 16/02/2015.

Sentados os dois operários frente à frente, com os cilindros de permeio, um deles fazia girar sua manivela com uma das mãos, e com a outra “dava de comer” à máquina, isto é, tocava-a com a ponta do capulho de algodão, entre os dois cilindros em movimento, de modo a que passasse, largando as sementes. O segundo, movia também sua manivela com uma das mãos de modo a que o cilindro correspondente girasse em sentido contrário ao anterior, e com a outra mão recebia e puxava o algodão já livre das sementes.⁴¹⁴

Aparelhos como esse poderiam ser encontrados por toda a parte do território brasileiro, mesmo depois do aparecimento de versões mais modernas do mesmo, a partir de fins do século XVIII⁴¹⁵. Onde e quando, no entanto, tais máquinas não existissem, como parece ter sido a tendência geral em São Paulo durante o século XVII, o mais provável é que o trabalho de separação do algodão dos seus caroços fosse realizado penosa e demoradamente⁴¹⁶ com as mãos, por indígenas.

⁴¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 223.

⁴¹⁵ Saint-Hilaire, Spix e Martius também encontraram o rústico descaroçador, no início do século XIX, em pequenas áreas algodoeiras da província de Minas Gerais. Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, pp. 118-119; 228; 282-283; SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich Philippe von. *Viagem pelo Brasil* (1817-1820), v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 149: “Para descaroçar, usam de máquina muito singela de dois cilindros, rolando um de encontro ao outro, e empacota-se a rama em sacos de couro cru de boi, por meio de uma prensa muito simples”.

⁴¹⁶ De acordo com Holanda, “uma pessoa, fazendo todo o trabalho à mão, dificilmente conseguia descaroçar, num dia, mais de uma libra”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 224.

A carda paulista resumia-se a “um cordão estirado em pequeno arco de madeira, que a operária tange sobre os capulhos desfeitos, e em quantidade que corresponda a uma batedura”⁴¹⁷. Lourenço Castanho Taques legou, em 1671, nada menos que 38 pares de cardas⁴¹⁸.

Sabe-se de ao menos 35 inventários paulistas que legaram teares no século XVII, a maior parte dos quais datados entre os anos 1640 e 1670⁴¹⁹. Neste ponto, é preciso diferenciar, de um lado, o “tear de tecer redes” (instrumento vertical, quase inteiramente assimilado do costume guarani pelos colonizadores) e, de outro, o “tear de tecer pano” (horizontal e trazido ao Novo Mundo pelos agentes ibéricos). Ambos funcionavam manualmente e estavam presentes no planalto durante a época analisada, como acertadamente supôs Sérgio Buarque de Holanda⁴²⁰, embora o último deles tenha sido muito mais comum e difundido, a julgar pela maior frequência com que aparece nos inventários. Um exemplo do primeiro tipo é dado pelo espólio de Beatriz Moreira em 1648, moradora de um sítio na paragem de “Macuribi”, onde possuía junto a um “tear de tecer rede”, dentre outras coisas, um algodoal, 56 ferramentas agrícolas (enxadas, foices, machados e cunhas) e cerca de 50 índios, a maior parte dos quais era constituída por mulheres⁴²¹.

Seu funcionamento supunha o trabalho de uma única fiandeira. Por mais que advindos da tradição guarani, depois de absorvidos os teares pelo mundo colonial a sua labuta se tornava monótona e fatigante: “nenhuma tecedeira, por ativa que fosse, gastava menos de três ou quatro semanas de trabalho incessante, e muito mais, em regra, se a rede tivesse abrolhos e varandas”. A maior vantagem dessa realidade estava com quem fosse proprietário das

⁴¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 232.

⁴¹⁸ “Inventário de Lourenço Castanho Taques” (1671). AESP, IT, v. 18, p. 94. A partir do exemplo de Castanho Taques, proprietário de um grande número de animais lanígeros, Holanda contrapôs a tecelagem feita com lã (cujos produtos se destinariam fundamentalmente a pessoas abastadas “ou remediadas”) à tecelagem feita com algodão propriamente dito (orientado para vestir escravos e índios de serviço, considerados pelos moradores gente de baixo escalão). HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 229. Igor Lima avançou nessa discussão ao explorar os circuitos de troca e o comércio responsáveis pelo escoamento dessa produção para fora dos limites urbanos da vila. LIMA, Igor Renato Machado de. *O Fio e a Trama*. Op. cit., p. 111-120; LIMA, Igor Renato Machado de. “*Habitus*” no Sertão. Op. cit., p. 260-267.

⁴¹⁹ Distribuídos ao longo das décadas da seguinte forma: 1601-1610: 1; 1611-1620: 2; 1621-1630: 3; 1631-1640: 4; 1641-1650: 10; 1651-1660: 8; 1661-1670: 2; 1671-1680: 3; 1681-1690: 1; 1691-1700: 1. Apesar de as mudanças na frequência dos teares acompanharem o aumento do número de propriedades produtoras de algodão, é preciso relativizar a relação de causalidade proposta por Holanda de que a proliferação dos teares, possibilitando maior produção em menos tempo e com menos trabalhadores, teria estimulado a agricultura algodoeira. Ora, dado o grande contingente de trabalhadores índios concentrados nos sítios do planalto, especialmente nas décadas de maior atividade sertanista, não se pode dizer que houvesse uma carência de trabalhadores que tornasse necessário o desenvolvimento de uma nova técnica. As grandes quantidades de índios disponíveis, caso empregadas simultaneamente, poderia facilmente superar as dificuldades técnicas do descaroçamento manual.

⁴²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 246; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Expansão Paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 219.

⁴²¹ “Inventário de Beatriz Moreira” (1648). AESP, IT, v. 37, pp. 12-14; 24.

máquinas e das índias tecelãs, pois, exigindo grande “lavor e mimo” na confecção, as redes adquiriam preços relativamente altos. Nisto deve ter cumprido papel importante uma peça de proveniência europeia que foi também adaptada e incorporada no planalto pelo equipamento nativo: a “tempereira” ou “espichadeira”, cuja finalidade era a de manter uma largura regular e constante no produto tecido. Introduzindo na técnica ameríndia um elemento de constância e regularidade, impunha-se uma nova orientação aos ritmos de trabalho nos quais se ocupavam os índios (e, sobretudo, as índias) tecelões. De resto, após ter preparado o “liço” e o “urdume” do tear, “todo o seu trabalho consiste em lançar os fios da trama entre as duas carreiras verticais, alternando sucessivamente as posições desta, e comprimindo-as de cada vez para que o teçume fique bem travado”⁴²².

Dos teares horizontais, basicamente não há descrição que se refere diretamente à região, além das vagas e lacunares menções dos inventários (“teares de 2 pentes”, “com 3 pentes” ou simplesmente “tear”). Os “pentes” eram a parte por onde passavam os fios a serem depois entrelaçados nas tramas, e quanto maior o número de pentes do tear, maior a sua capacidade produtiva, sendo este um elemento de grande importância para os seus possuidores, considerando-se a ênfase que os inventários deram ao número de pentes das suas equipagens. Sendo de origem europeia, esses teares eram decerto portadores de pedais, como os teares portugueses do mesmo período, o que adicionava novos movimentos corporais aos esforços manuais já exigidos pelos teares de rede, e assim aprofundava o sentido monótono, repetitivo e regular do esforço de confecção dos panos de algodão.

Os teares não estavam concentrados somente na vila de São Paulo. Poderiam, também, ser vistos nos bairros rurais e vilas adjacentes a Piratininga (como Barueri, Mogi, Santana de Parnaíba, Juqueri, Cotia e outros⁴²³). Nesses espaços, processava-se a matéria prima colhida nas terras do próprio sítio em que se encontravam e/ou volumes de algodão trazidos de outras propriedades em troca de uma porcentagem do produto. Em geral, as duas práticas eram realizadas paralelamente. Esse certamente foi o caso de Bartolomeu de Quadros, em cujo inventário (datado de 1649) foram arrolados 5 teares bem equipados, um sítio com suas roças em Cotia e 39 índios de serviço, dos quais 17 ficaram para a viúva (a maior parte formada por

⁴²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., pp. 248; 258.

⁴²³ Cf., por exemplo, “Inventários de Antônio Furtado de Vasconcelos” (1628). AESP, IT, v. 7, pp. 5; 16; “Inventário de Clemente Álvares” (1641). AESP, IT, v. 14, p. 102; “Inventário de Isabel Fernandes” (1641). AESP, IT, v. 28, pp. 151; 158; “Inventário de Isabel de Barcelos” (1648). AESP, IT, v. 36, pp. 219; 228; “Inventário de Francisco de Mendonça” (1649). AESP, IT, v. 32, p. 40; “Inventário de Antônio Bicudo” (1650). AESP, IT, v. 15, pp. 25; 37; “Inventário de Ana da Costa” (1653). AESP, IT, v. 40, pp. 35; 40; “Inventário de Maria Bicudo” (1660). AESP, IT, v. 16, pp. 63; 80; e “Inventário de Manuel de Góes Raposo” (1671). AESP, IT, v. 18, pp. 183; 188.

mulheres), junto com os teares e o sítio. É provável que parte das dívidas não recebidas pelo defunto até a sua morte estavam relacionadas à prestação de serviços de tecelagem⁴²⁴.

Igor Lima demonstrou que processos de transmissão de bens como o de Quadros foram responsáveis, pelo menos até meados do século XVII, pela formação de uma rede de trabalho doméstico feminino encabeçada por senhoras viúvas de grandes proprietários que, pela posse de mão de obra indígena, constituíam novas relações econômicas e de poder e por elas obtinham considerável prestígio na sociedade colonial paulista. Controlando índios e índias empregados em todas as etapas do processo de produção dos seus próprios “panos de vestir” (preparação da terra, plantação, cultivo, colheita, descaroçamento, cardação, fiação, tecelagem e, até mesmo, a costura), algumas senhoras foram inseridas simultaneamente nos circuitos comerciais e de troca de itens indumentários (ordinários e/ou de luxo), no interior do próprio planalto e também na costa atlântica⁴²⁵.

É ilustrativo da configuração econômica e regional da América portuguesa seiscentista que a conexão dos moradores de São Paulo com essas redes de comércio intercontinentais, embora pontual e de dimensão restrita, tenha ocorrido através do comércio de tecidos, e não pelo de açúcar, produto agrícola mais valorizado no continente europeu, apesar de este ter sido também produzido no interior da capitania paulista, naqueles tempos.

A existência de uma produção razoável de cana de açúcar no planalto paulista durante o século XVII é fato pouco reconhecido pela historiografia. Em geral, aceita-se que após o fracasso da experiência açucareira do litoral vicentino em fins do século XVI, os canaviais voltariam a aparecer na capitania somente em meados do XVIII e sobretudo no XIX⁴²⁶. A realidade, porém, é que durante o século XVII a cana era mais um dos produtos de cultivo que ocupavam a força de trabalho indígena disposta pelos moradores da região. Embora as características dessa produção, seu volume e finalidade fossem discrepantes do que se observa nas capitanias do norte e/ou no Caribe da mesma época, a restrita produção de cana em São Paulo durante os anos mil e seiscentos não pode ser simplesmente ignorada.

Somando o total de inventários que fazem referência à cana cortada ou às roças dela, encontra-se para todo o século ao menos quarenta fazendas que em alguma medida se dedicavam a essa cultura. Se, todavia, considerarmos também aquelas propriedades nas quais

⁴²⁴ “Inventário de Bartolomeu de Quadros” (1649). AESP, IT, v. 39, pp. 51; 55-56; 61.

⁴²⁵ LIMA, Igor Renato Machado de. “*Habitus*” no *Sertão*. Op. cit., p. 298-302; e LIMA, Igor Renato Machado de. *O Fio e a Trama*. Op. cit., p. 138.

⁴²⁶ Essa é a tônica presente, por exemplo, na conhecida obra de PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio*. São Paulo: Difel, 1968.

foram encontrados “alambiques”, “moendas de moer cana” e “foices de cortar cana”⁴²⁷, mesmo que inexistassem nessas fazendas, a quantidade se amplia para setenta e um.

Como bem sugeriu Francisco Andrade, a alta frequência de alambiques (em 40 dos 71 inventários, segundo o meu próprio levantamento) indica uma orientação do cultivo açucareiro para a produção de aguardente destinada ao consumo interno, mais do que para a feitura de açúcar propriamente dito⁴²⁸. Para isso, teria contribuído a situação acidentada dos terrenos em consideráveis extensões dos bairros rurais do planalto que, quando ocupados para a plantação de cana, produziam açúcar de menor qualidade. A cachaça exigia, em contrapartida, menor grau de refinamento. Em 1671, os levantadores do espólio de Domingos Jorge Velho (não confundi-lo com o sertanista homônimo, carrasco de Palmares) fixaram o rendimento da aguardente como medida para o lançamento de um canavial do seu sítio em “Aiapi”, termo da vila Santana de Parnaíba: “um canavial que pode dar duas pipas de aguardente pouco mais ou menos”⁴²⁹.

Não obstante, se lembrarmos das considerações de Antonil sobre a produção açucareira, percebe-se que o fabrico de aguardente não exclui por necessário o de açúcar, já que são frutos de etapas diferentes de um mesmo processo produtivo⁴³⁰. Isso confere sentido a algumas referências ao açúcar e a “fôrmas de fazer açúcar”, ainda que bastante raras em nossa documentação⁴³¹. Embora escasso em comparação à aguardente, e marginal em relação aos demais produtos alimentícios, o açúcar provavelmente cumpria a função de artigo de luxo para a elite local (a única referência aos tipos de açúcar pronto “branco” e “mascavado” advém do inventário de um membro da família dos Fernandes⁴³², associada econômica e genealogicamente aos mais abastados núcleos de parentesco do planalto⁴³³). A baixa qualidade

⁴²⁷ Nas palavras de Vilhena, em fins do século XVIII na Bahia, tal instrumento consistia em “uma foice de mão que pouco difere de um podão”. VILHENA, Luiz dos Santos. *Cartas de Vilhena: notícias soteropolitanas e brasílicas*, v. 1. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1922, p. 179.

⁴²⁸ ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., p. 292; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial”. *Anais do Museu Paulista*, v. 21. São Paulo, 1967, p. 115-116; MARANHO, Milena Fernandes. *O Moinho e o Engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial Português 1580-1720*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 154-55.

⁴²⁹ “Inventário de Domingos Jorge Velho” (1671). AESP, IT, v. 18, p. 45.

⁴³⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Op. cit., p. 167.

⁴³¹ “Inventário de Agostinha Rodrigues” (1633). AESP, IT, v. 9, p. 94.

⁴³² “Inventário de Isabel Fernandes” (1641). AESP, IT, v. 28, p. 158. Sobre a trajetória da família Fernandes, consultar: GODOY, Silvana Alves de. “Elites na São Paulo seiscentista: o caso da família Fernandes”. In: FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos (Org.). *A Companhia de Jesus e os Índios*. Curitiba: Prismas, 2016, p. 203-213.

⁴³³ MARANHO, Milena Fernandes. *A Opulência Relativizada: níveis de vida em São Paulo do século XVII (1648-1682)*. Bauru: EDUSC, 2010, p. 336-345.

pode ter impedido que a atividade ganhasse maior vulto mercantil, estando muito longe de reunir condições para fazer frente ao açúcar carioca no comércio colonial e/ou ao baiano e o pernambucano no comércio marítimo.

De qualquer maneira, são desconhecidos maiores detalhes sobre o volume dessa produção. Afora o canavial de Jorge Velho que constava poder render duas pipas de aguardente, a única referência disponível é a das 4 arrobas de açúcar (aproximadamente 58,7 kg) inventariadas junto aos bens de um pequeno sitiante de Piratininga no ano de 1627⁴³⁴.

Em termos de extensão territorial das roças, há menção ao razoável quantum de 3 quartéis de cana (três quartos de alqueire, ou seja, aprox. 3.750 braças quadradas), legados em 1673 por um grande proprietário de terras e escravos em Guaraí, termo da vila paulista⁴³⁵. Tais valores sugerem que a dimensão da produção canavieira do planalto não era insignificante durante o século XVII, o que deve, no mínimo, justificar a efetiva existência de moendas na região. Mais uma vez, as variações de dimensão da atividade em cada sítio correspondiam às diferenças de riqueza e poder havidas entre cada morador: o pequeno sitiante de 1627, mencionado acima, possuía apenas 5 escravos indígenas, ao passo que o dito grande proprietário falecido em 1673 deixou aos seus herdeiros mais de 180 índios. Os canaviais paulistas destacaram-se, pois, menos pelo alcance comercial dos seus produtos do que pela ocupação de uma parte maior ou menor dos tempos e da mão de obra indígena disponível em seus tratos.

Ora, partindo da estimativa de Alice Canabrava, segundo a qual “a quantidade diária de cana cortada por um escravo rende um pão de açúcar, o que quer dizer, 150 feixes de cana, de 12 canas cada um, produz três arrobas e meia de açúcar (52,5 kg)”⁴³⁶, conclui-se que na propriedade do pequeno sitiante acima lembrado as suas 4 arrobas de açúcar poderiam ter sido obtidas a partir da cana cortada por um único escravo durante pouco mais de um dia apenas, ainda que para que isso aquele escravo devesse fatigar-se penosamente durante o tempo do corte. Em contrapartida, os dados tomados como base pela mesma autora estipulam que 100 tarefas de cana com 30 braças em quadra cada uma ocupariam 50 escravos⁴³⁷. Sendo assim, o grande proprietário dos 180 índios teria pouco mais que a terça parte dos seus trabalhadores (62,5) ocupados com o corte das suas 3.750 braças quadradas de cana.

⁴³⁴ “Inventário de Manuel Vandala” (1627). AESP, IT, v. 7, p. 52.

⁴³⁵ “Inventário de Francisco Cubas Preto” (1673). AESP, IT, v. 18, p. 321.

⁴³⁶ CANABRAVA, Alice P. “João Antônio Andreoni e sua obra”. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil* (texto da edição de 1711). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 66.

⁴³⁷ CANABRAVA, Alice P. “João Antônio Andreoni e sua obra”. Op. cit., p. 60.

É de amplo conhecimento o tipo de trabalho exigido em cada parte do processo de produção do açúcar, desde a preparação do solo até o transporte dos produtos para o comércio, passando pela capinação, corte, moagem, purgação etc.⁴³⁸ Em São Paulo, os menores recursos mercantis liberados ao açúcar (para empréstimos, investimentos e financiamentos, por exemplo) condenaram o processo produtivo a um relativo grau de simplicidade. Seja como for, algumas de suas tarefas eram orgânicas e invariáveis, exigindo a mobilização de importantes contingentes de trabalhadores, sendo as principais delas o corte e a moagem.

Muito já se discutiu sobre a importância dessa mobilização nos plantéis escravistas de diversas partes da América⁴³⁹. Durante o curto período em que a cana se encontra madura (passado ano e meio de plantada, em geral após os três ou quatro primeiros meses do ano), antes da secagem do seu caldo interior, a colheita devia ser operada de acordo com uma disciplina temporal estrita, empregando nela o máximo de trabalhadores disponíveis nas propriedades, devidamente munidos com as suas “foices de cortar cana”, que pela finalidade deviam ser antes semelhantes a facões do que às arredondadas e mais delicadas foices de trigo. Fosse para produzir 4 arrobas de açúcar com 5 índios em 1627, fosse para retirar 3 quartéis de alqueire de cana com parte dos 180 índios em 1671, as condições do serviço requerido pesavam intensamente nesse tempo sobre os corpos ameríndios. Referindo-se ao açúcar pernambucano, Evaldo Cabral de Mello afirmou ter se constituído ali, entre os séculos XVI e XVIII, “no âmbito do tempo cíclico da economia rural, o primeiro tempo artificial”⁴⁴⁰.

É possível verificar nos inventários seiscentistas pelo menos 31 referências a “moendas” e “trapiches”, embora não seja possível assegurar que todas elas se referissem a equipamentos de processar cana, pois o mesmo título (“moenda”) também poderia ser empregado em referência aos moinhos de trigo do planalto, conforme depreendemos da expressão encontrada no inventário de Isabel Fernandes (1641): “moenda velha de trigo”⁴⁴¹.

⁴³⁸ Entre as fontes mais precisas sobre o tema, a mais próxima do período aqui analisado, embora descreva as relações de produção de um engenho jesuíta na Bahia, é a já citada obra: ANTONIL. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Op. cit. Ver também, algumas exposições detalhadas sobre a produção açucareira na Bahia e no Caribe entre os séculos XVI-XIX: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. Op. cit.; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988; MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: the place of sugar in Modern History*. New York: Penguin, 1985; FRAGINALS, Manuel Moreno. *O Engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*, 3 vols. São Paulo: Edunesp; Hucitec, 1989.

⁴³⁹ Alguns exemplos: WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 33;212; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. Op. cit., pp. 104; 128-9; MINTZ, Sidney. *Sweetness and power: the place of sugar in Modern History*. Op. cit., p. xviii; MORENO FRAGINALS, Manuel. *O Engenho: complexo sócio econômico açucareiro cubano*, v. 1. Op. cit., p. 239-249. TOMICH, Dale W. *Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 171-177.

⁴⁴⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. “Açúcar”. In: *A Construção do Brasil 1500-1825*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 23.

⁴⁴¹ “Inventário de Isabel Fernandes” (1641). AESP, IT, v. 28, p. 159.

Onde constam maiores especificações sobre essas máquinas e suas características, não obstante, têm-se pistas proveitosas sobre de qual equipamento exatamente se tratava: “trapiche de três paus”, “trapiche de três palicos”, “moenda com seis cavilhas”, “trapiche de três paus com chapa por baixo de ferro”, “moenda de três paus”⁴⁴².

Ao que parece, o argumento de Antônio Barros de Castro segundo o qual o termo “trapiche” referia-se na época colonial à moenda de duas rodas movida por força animal⁴⁴³ é inapropriado para o caso das máquinas encontradas no planalto de São Paulo durante o XVII. O mais crível é que se tratasse, sem exceção, da moenda caracterizada pelo uso das entrosas e por possuir três (e não dois) eixos, dispostos não horizontal, mas verticalmente (Cf. Imagem 9, abaixo)⁴⁴⁴.

IMAGEM 9 - Moenda de entrosas, de três paus. Desenho de Raquel Elisa Cartoce, feito com base na ilustração reproduzida em: CASTRO, Antônio Barros de. “1610: mudanças técnicas e conflitos sociais”. Op. cit., p. 695.

⁴⁴² “Inventários de João do Prado” (1615). AESP, IT, v. 5, p. 80; “Inventário de Pedro Nunes” (1623). AESP, IT, v. 6, p. 63; “Inventário de Clemente Álvares” (1641). AESP, IT, v. 14, p. 103; “Inventário de Estevão Forquim” (1660). AESP, IT, v. 16, p. 214; “Inventário de Henrique da Cunha Machado” (1680). AESP, IT, v. 21, p. 20. Algumas pretensões de se construir “engenhos de fazer açúcar”, tanto no planalto como no litoral, podem ser lidas em: “Traslado de uma CARTA de dada de terras de sesmaria de Francisco de Pina” (1612); “Registro de uma CARTA de dada de terras a Manuel João Branco” (1614); “Registro da CARTA de dada de terras de sesmaria de João de Sousa e Gaspar Picão” (1640); “Registro da CARTA de dada de terras de sesmaria ao capitão Sebastião Fernandes morador na vila de São Paulo” (1642). *Sesmarias*, v. 1, pp. 200-2; 212-4; 408-11; 471-3.

⁴⁴³ CASTRO, Antônio Barros de. “1610: mudanças técnicas e conflitos sociais”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, n. 10, v. 3. Rio de Janeiro, 1980. Neste artigo, há uma instigante interpretação dos conflitos sociais relacionados à mudança nos engenhos açucareiros das capitanias do norte, no início do século XVII.

⁴⁴⁴ À mesma conclusão chegou ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., p. 293. Em texto apresentado em um Congresso realizado na cidade de Goiânia, equivoquei-me inteiramente ao supor que seriam moinhos e moendas dois equipamentos que não apresentavam qualquer diferença essencial, iludido pela nomenclatura semelhante dada à época tanto aos moinhos de trigo quanto às moendas de cana. VELLOSO, Gustavo. “Indígenas, paulistas e o tempo do trabalho colonial: uma perspectiva de interpretação das relações de trabalho (São Paulo, século XVII)”. *Anais do II Congresso Internacional de História: Entre Europa, África e América - o Império português no Atlântico Sul*, 2014, Goiânia. Entre Europa, África e América - o Império português no Atlântico Sul. Goiânia: PUC-GO, 2014, p. 120.

Movida por força humana ou animal⁴⁴⁵, desde cedo esteve presente essa espécie de moenda em alguns sítios e fazendas do planalto (não obstante a sua relativa improdutividade para a produção de açúcar⁴⁴⁶, o que endossa ainda mais a conclusão referente à proeminência local da aguardente), exigindo não apenas o monótono trabalho de fazê-la girar, mas também o gesto contínuo de posicionar a cana entre as entrosas e retirá-la do outro lado, processo feito e logo repetido no sentido inverso. Para isso, requeria-se que trabalhassem simultaneamente, ao menos dois, escravos⁴⁴⁷.

A aguardente resultante desse processamento local da cana destinava-se tanto a homens livres quanto à força de trabalho indígena. Para os índios, todavia, a cachaça funcionava não somente como elemento suplementar da sua pouco variada alimentação, mas também como “combustível” liberador da energia necessária aos extenuantes trabalhos agrícolas a que estavam sujeitos, sendo aproveitado o significado que as bebidas alcóolicas tiveram no universo simbólico das populações nativas da época colonial⁴⁴⁸. Dessa forma, com as especificidades e limites dessa economia, a “doçura” e o “poder” do açúcar, para utilizar as categorias que intitularam o conhecido trabalho de Sidney Mintz⁴⁴⁹, uma mercadoria-chave para o processo de expansão da economia mundial, estabeleceram-se também, à sua maneira, no longínquo interior da capitania de São Vicente, contribuindo para o condicionamento das populações indígenas no interior da sociedade colonial, por meio de uma temporalidade marcada pela monotonia, repetição, bem como pela violência e pelo estranhamento do trabalho compulsório.

Trigais e moinhos: cultura hegemônica e aprisionamento da força de trabalho

Pode-se afirmar que a cultura do trigo foi hegemônica em São Paulo durante uma grande parcela do século XVII, mais especificamente, entre as décadas de 1630 e 1660. Durante esse intervalo, foi sobretudo à economia triticultora que se dedicaram os proprietários de

⁴⁴⁵ Henrique da Cunha Machado, em 1680, teria deixado aos seus herdeiros um “cavalo de moenda. “Inventário de Henrique da Cunha Machado” (1680). AESP, IT, v. 21, p. 25.

⁴⁴⁶ Segundo Alice Canabrava: “De fato, como aparelhamento para extrair o suco da cana, a moenda de três tambores se mostrava insatisfatória. A extração alcançava apenas cerca de 50% do caldo, e nos cálculos mais favoráveis 56%, com várias moagens. Havia, portanto, enorme desperdício da matéria prima e desgaste desigual dos compressores, espremendo-se a cana apenas na secção inferior dos tambores”. CANABRAVA, Alice P. “João Antônio Andreoni e sua obra”. Op. cit., p. 31-32.

⁴⁴⁷ Maiores detalhes sobre a história da técnica e da tecnologia dos engenhos, bem como sobre as relações sociais de produção envolvidas no emprego das moendas açucareiras durante a época colonial, podem ser lidos em: GAMA, Ruy. *Engenho e Tecnologia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

⁴⁴⁸ Sobre o assunto, ver: FERNANDES, João Azevedo. *Selvagens Bebedeiras*. Álcool, Embriaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial (XVI-XVII). São Paulo: Alameda, 2011.

⁴⁴⁹ MINTZ, Sidney. *Sweetness and Power*. Op. cit.

maiores capitais e cabedais da região, e que nela empregaram parte fundamental da força de trabalho adquirida nas principais expedições bélicas ao sertão, gravadas na memória histórica paulista sob a alcunha de “bandeiras”. Para essa produção fundamental, confluíram de diferentes maneiras todas as demais atividades agrícolas e manufatureiras, as quais se tornaram por isso suas auxiliares: fosse pela fabricação dos meios de produção necessários à plantação do trigo, fosse para a reprodução demográfica da força de trabalho que a sustinha. No restrito, embora importante, contato comercial então estabelecido entre o interior da capitania vicentina e as demais regiões da América portuguesa, o trigo ocupou papel protagonista. Em síntese, a dinâmica social paulista naquela fase gravitou em torno da situação e das vicissitudes essenciais da economia do trigo, embora jamais tenha se reduzido unicamente a ela. Sua crise, por isso, na segunda metade do século XVII, não poderia ter senão efeitos devastadores.

A constatação de que as condições de solo e clima do planalto paulista eram favoráveis à produção de cereal levou, em meio às políticas de Dom Francisco para o incentivo da economia mineradora nas capitanias do Sul, à expedição de uma provisão para que fossem providenciadas de duas a três mil fanegas de trigo (isto é, de 200 a 300 mil kg) e quinhentas de cevada (5 mil kg). Se o plano inicial era que essa produção servisse “para o sustento da gente que acudirem ao benefício e exploração das ditas minas como para o bem comum de todos os que vivem ali”, o que efetivamente vingou foi a produção comercial para outras partes do continente, prática aliás prevista no mesmo documento: “e se alguma pessoa ou pessoas dessas províncias quizerem de sua vontade levar o dito trigo e cevada e carneiros ao porto de Santos ou do dito Rio de Janeiro o poderão fazer”⁴⁵⁰. As décadas seguintes ao ano dessa provisão, contrariando a desconfiança daqueles moradores que de início recusaram-se a receber os gêneros europeus “por lhe não ficar em obrigação nem sujeição, que cada um plantava o que lhe parece”⁴⁵¹, testemunharam a formação e o enraizamento de novos interesses na classe senhorial paulista, relacionados em especial ao comércio do gênero agrícola agora lançado a uma espécie de prevalência e autonomia em relação às próprias atividades minerais que originalmente deveria subsidiar. A não ser em casos excepcionais⁴⁵², o trigo não foi objeto da alimentação da população paulista no período analisado, menos ainda da população escravizada.

⁴⁵⁰ “Traslado de uma PROVISÃO do trigo e cevada” (1608). RGSP, v. 1, p. 202-203; Ver, também: “APONTAMENTOS de Francisco de Souza”. In: STELLA, Roseli Santaella (Org.). *Sobre a Capitania de São Vicente*. Op. cit., p. 213.

⁴⁵¹ “SESSÃO de 20 de maio de 1610”. ACSP, v. 2, p. 267-268.

⁴⁵² Em 1654, estranhando-se a ausência do trigo pertencente à propriedade de Valentim de Barros, descobriu-se logo que “naquele tempo houvera grandes fomes e o gentio se sustentou com o dito trigo”. Cf. “Inventário de Valentim de Barros” (1651). AESP, IT, v. 15, p. 226.

De 1620 a 1640, a paisagem rural dos campos de Piratininga sofreu considerável transformação, passando a variedade de cores vegetais a conviver com o monótono amarelo das grandes searas de trigo. “Os maiores trigais localizavam-se nos bairros rurais que foram se formando na margem direita do Tietê, ‘a banda dalém’, e, principalmente, na parte jusante da confluência com o Pinheiros, já no rumo dos sertões de Barueri e Parnaíba”⁴⁵³.

Não se deve, todavia, exagerar a importância quantitativa da produção cerealífera no quadro geral da América portuguesa, a ponto de considerar São Paulo seiscentista como o “celeiro do Brasil”, numa expressão tardia de frei Gaspar da Madre de Deus, apropriada por John Manuel Monteiro em título de um dos capítulos da sua principal obra⁴⁵⁴. Pois os montantes do produto encontrados na documentação (raramente maior que 300 alqueires, o que equivale a 3.900 litros para secos), embora fossem altos o bastante para serem levados ao escoamento mercantil, estavam longe de atingir a quantidade necessária para abastecer durante um ano inteiro o grosso da população (ainda que fosse apenas a população branca) do então assim nomeado Estado do Brasil⁴⁵⁵.

Tome-se como exemplo o caso de um proprietário que pode ser considerado médio⁴⁵⁶ para o período (menos em termos quantitativos que qualitativos) e se verá tal conclusão reforçada. Antônio de Souza Couto, morador no termo de Santana de Parnaíba até o seu falecimento, no ano de 1652, possuía uma variada gama de tecidos e, no testamento que narrou ao escrivão pouco antes de morrer, afirmou que algumas pessoas possuíam dívidas com ele, uma delas “de fazenda que lhe vendi de pano” e outra “de fazenda que lhe vendi estando na vila de São Paulo com loja”⁴⁵⁷. Era, pois, comerciante. Além disso, o seu sítio possuía 200 braças de testada (isto é, de frente) e meia légua de sertão (o que equivalia a cerca de 1.500 braças de fundo), embora a localização exata (sabe-se apenas que se tratava de terras submetidas à jurisdição da Câmara parnaibana⁴⁵⁸) não tenha sido mencionada. Esse valor se aproxima da

⁴⁵³ ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. “A presença dos moinhos hidráulicos no Brasil”. *Anais do Museu Paulista*, v. 23, n. 1. São Paulo, 2015, p. 156.

⁴⁵⁴ “CARTA inédita do frei Gaspar da Madre de Deus ao governador Lorena” (1792). BNL-Pombalina, 643, fls. 340-7v. Apud. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 99-128 (a expressão aparece na página 99).

⁴⁵⁵ Estima-se que, no século XVII, a população total do Estado do Brasil (contabilizando Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro) tenha crescido de um número inferior a 100 mil para cerca de 200 mil indivíduos. CARRARA, Ângelo Alves. “A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica”. *Revista Tempo*, v. 20. Juiz de Fora, 2014, p. 1-21.

⁴⁵⁶ Dos 568 inventários e testamentos com os quais lida a presente investigação, 83 apresentam alguma quantidade de trigo no espólio. Conforme visto em gráfico do primeiro capítulo, a maior parte desses sítios funcionou entre as décadas de 1630 e 1660.

⁴⁵⁷ “Inventário e testamento de Antônio de Souza Couto” (1652). AESP, IT, v. 44, p. 236.

⁴⁵⁸ A área pertencente ao termo de Santana de Parnaíba, já o dissemos, foi amplamente ocupada por sítios e fazendas de trigo nas décadas de meados do século XVII. Áreas pertencentes aos termos das vilas de São Paulo

média do total de sítios tricultores cujas dimensões são reconhecidas⁴⁵⁹. A composição da fazenda incluía 19 enxadas, 9 machados, 14 foices “de roçar”, 20 foices “de segar trigo”, uma casa de taipa, um “moinho com a casa coberta de telha com dois *siconis*⁴⁶⁰ e duas picadeiras”, além de instrumentos de carpintaria, ferraria, vestimentas, objetos de uso doméstico etc.⁴⁶¹ Além de comerciante, portanto, era também senhor de terras, plantações e equipamentos agrícolas.

Sua fazenda incluía, ademais, trinta e três indivíduos nomeados como “gente forra” (sendo a essa altura desnecessário esclarecer que se tratava de trabalhadores indígenas reduzidos e administrados por moradores particulares), dos quais oito eram mulheres ocupadas nas tarefas da casa e cinco homens que haviam fugidos. Somava-se ao conjunto uma moça *tapanhuna*, da Guiné⁴⁶², sendo admissível que o seu emprego fosse no cultivo do trigo, uma

e Mogi também tiveram seus plantadores de trigo, mas em menor quantidade e com menores riquezas e volumes de produção.

⁴⁵⁹ Dos tipos de informação que os inventários podiam oferecer sobre tais assentamentos, o mais raro deles foi a extensão das terras. Das propriedades produtoras de trigo, além da de Couto, apenas outros 7 documentos mensuram as terras da fazenda claramente: “Inventário de Antônio Furtado de Vasconcelos” (1628). AESP, IT, v. 7, p. 18 (300 braças); “Inventário de Maria Lucas” (1632). AESP, IT, v. 2, p. 308 (250 braças x 1 légua, na paragem de “Emboassava”); “Inventário de Anna de Proença” (1644). AESP, IT, v. 26, p. 69 (200 braças x 0,5 légua, em Juqueri); “Inventário de Domingos Nunes Bicudo (1650). AESP, IT, v. 41, p. 197 (750 braças x 1 légua na Parnaíba); “Inventário de Paschoal Delgado” (1653). AESP, IT, v. 40, p. 146 (0,5 léguas em quadra); “Inventário de João de Oliveira” (1653). AESP, IT, v. 45, p. 320 (100 braças x 0,5 légua em Pirapora); “Inventário de Paschoa Leite” (1667). AESP, IT, v. 17, p. 168 (800 braças x 200 braças em “Caputera”). Embora tais medidas não permitam estabelecer um padrão específico – pelo contrário, demonstram a diversidade de dimensões que os sítios possuidores de trigais conheceram na época –, a média exata de todos (557 braças x 1571 braças) difere relativamente pouco do tamanho da propriedade de Antônio Couto.

⁴⁶⁰ Em versão original do presente item, apresentado em simpósio de Goiás (VELLOSO, Gustavo. “Indígenas, paulistas e o tempo do trabalho colonial”. Op. cit., p. 114), equivoquei-me ao supor que “siconi” se tratasse de um erro ou lapso do escrivão sobre a palavra “ciclone”, presumidamente referente às rodas do moinho de trigo. Algum tempo depois, fui informado por Francisco de Andrade que o termo “ciconi” se assemelha a uma palavra de origem grega que quer dizer “figueira”, provavelmente um indício da madeira então utilizada na carpintaria para a construção das rodas dos moinhos. Cf. ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. “A presença dos moinhos hidráulicos no Brasil”. Op. cit., p. 170.

⁴⁶¹ “Inventário e testamento de Antônio de Souza Couto” (1652). Op. cit., p. 243-247.

⁴⁶² “Inventário e testamento de Antônio de Souza Couto” (1652). Op. cit., p. 249. A mão de obra africana foi claramente minoritária em comparação com os indígenas encontrados às centenas nas grandes fazendas tricultoras. Todavia, a relativa capitalização que o comércio do trigo adquiriu em meados do século XVII bastou para que alguns proprietários encontrassem os meios para adquirir trabalhadores negros e empregá-los nas suas plantações, ainda que em pequenas quantidades. Por exemplo, Dona Maria e Izabel de Freitas, chefes de sítios tricultores em 1642 e 1655, respectivamente, legaram aos herdeiros cada qual três africanos: “Inventário de Dona Maria” (1642). AESP, IT, v. 28, p. 196; “Inventário de Izabel de Freitas” (1655). AESP, IT, v. 47, p. 106-107. Não obstante, John Manuel Monteiro localizou alguns proprietários (Paulo Proença de Abreu, Domingos da Rocha do Canto e Pedro Fernandes Aragonês) que, numa tentativa de aproximar o modelo produtivo de suas fazendas à estrutura de *plantation* das capitânicas nortistas, teriam iniciado o processo de substituição do índio pelo africano na lavoura, processo que todavia não chegou a ser concretizado. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 118-119. Foi somente durante as duas últimas décadas do século que se iniciou um processo sistemático e progressivo de incorporação do africano na sociedade colonial paulista, sendo que a maior quantidade de negros escravizados de que se tem notícia em propriedades seiscentistas é a do espólio de Francisco Dias Velho, possuidor, em 1689, de 25 negros *tapanhunos* ao lado de 97 negros da terra. “Inventário de Francisco Dias Velho” (1689). AESP, IT, v. 22, p. 248-251. Em trabalho anterior, não publicado, confrontei dados referentes aos percentuais relativos de índios e africanos escravizados

vez que arrolada logo após uma casa “cheia de trigo em palha” em que havia cerca de 200 alqueires (por volta de 2.600 litros) do cereal⁴⁶³. Tal quantia pareceria ínfima frente à estimativa otimista de colher-se 120 mil alqueires anuais em todo o planalto, esta afirmada pelo negociante e triticulor Manuel Juan de Morales ao rei, em 1636⁴⁶⁴, e outra de 175 mil alqueires anuais, segundo cálculo de Monteiro baseado nos dízimos de 1666⁴⁶⁵. Por outro lado, as significativas quantidades de machados, enxadas e foices levantados no espólio de Couto se aproximam da quantidade registrada de trabalhadores⁴⁶⁶, levando ao entendimento de que o grosso deles devia ser, de fato, empregado na abertura dos campos, no plantio e na colheita do cereal.

No conjunto, o volume de trigo colhido em cada sítio foi de, em média, aproximadamente 104,5 alqueires (total de 7210,5 alqueires distribuídos por 69 sítios, segundo amostra utilizada). Nesse valor, entretanto, encontram-se subsumidos alguns casos excepcionais, embora ilustrativos da discrepância entre as riquezas dos plantadores do período. Belchior Carneiro, em 1609, colheu nada mais que 4 alqueires do cereal, enquanto na propriedade de Luzia Leme, cujo espólio data de 1656, teve naquele ano colheita de 1100 alqueires⁴⁶⁷. Esse último exemplo será retomado adiante.

Os volumes de trigo em palha colhidos não são em si suficientes para que se saiba a extensão das terras empregadas em geral nas plantações. Ainda que aceitemos a informação do padre visitador jesuíta Jácome Monteiro, para quem cada alqueire de terra plantado em São

nas fazendas de São Paulo entre 1680 e 1750, esforço que resultou na elaboração de um gráfico que situa a década de 1710 como a ponto de suplantação numérica do índio pelo africano, cujos dados seguem: de 1680 a 1690, 73% de índios e 27% de negros; de 1691 a 1700, 82% de índios e 18% de negros; de 1701 a 1710, 64% de índios e 36% de negros; de 1711 a 1720, 52% de índios e 48% de negros; de 1721 a 1730, 16% de índios e 84% de negros; de 1731 a 1740, 11% de índios e 89% de negros; de 1741 a 1750, 21% de índios e 79% de negros. Na região de Taubaté, os percentuais e o movimento transitório é ainda mais forte, pois de acordo com o levantamento de Maurício Martins Alves, os 97,91% de trabalhadores indígenas presentes nos plantéis da região durante a década de 1680 (contra 0,92% de africanos) se transformaram nos anos de 1720 em 41,53% (contra 45,85% de negros). ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da Pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1998. p. 62.

⁴⁶³ “Inventário e testamento de Antônio de Souza Couto” (1652). Op. cit., p. 246.

⁴⁶⁴ MORALES, Manuel Juan. “Informe sobre las cosas de Sam Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Majestad” (1636). Op. cit., p. 185.

⁴⁶⁵ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 116-7; Ver, também: “Traslado do REQUERIMENTO que fizeram os dizimeiros assim deste ano como do ano passado e do procurador da Coroa o capitão Francisco Nunes de Siqueira” (1666). ACSF, v. 6 (bis), p. 485-8.

⁴⁶⁶ Por imprecisão documental, em muitos inventários do mesmo período não foram registradas quaisquer ferramentas de manejo agrícola, como vimos. Porém, a regra geral é que o fossem, podendo sua quantidade passar de uma centena, suplantando inclusive o número de escravos possuídos. Tal foi o caso do sitiante Pedro Dias que, ao falecer em 1633, deixou junto ao seu sítio de Itamboré 91 trabalhadores indígenas e 143 ferramentas agrícolas (70 enxadas, 1 machado de peralto, 9 machados de “olho redondo”, 25 foices “de roçar” e 38 foices “de segar trigo”). “Inventário de Pedro Dias” (1633). AESP, IT, v. 9, p. 58-63.

⁴⁶⁷ “Inventário de Belchior Carneiro” (1609). AESP, IT, v. 2, p. 122; “Inventário e testamento de Luzia Leme” (1656). AESP, IT, v. 15, p. 425-7.

Paulo rendia cerca de cem alqueires de grãos em 1610⁴⁶⁸, nos é desconhecida a proporção entre os volumes de palha e de grãos de uma plantação de trigo no período. Por meio de uma aproximação grosseira, projetando ao passado algumas medidas atuais (essencialmente, a altura de uma planta de trigo sendo em torno de 90 cm e o espaçamento entre as plantas correspondendo a algo entre 15 e 20 cm), chega-se a que, pelo exemplo da fazenda de Antônio Couto, apenas uma ínfima parte das terras disponíveis eram, de fato, plantadas (no caso, menos de 30 braças em quadra, o que corresponderia a cerca de 0,3% da fazenda). Ao que tudo indica, a subutilização do recurso territorial foi compartilhada pela maior parte das instalações coloniais de São Paulo no século XVII, especialmente se considerarmos que os 200 alqueires de trigo registrados no espólio de Couto eram quantidade relativamente grande, disposta e/ou superada por apenas 12 dos 83 inventários possuidores de alguma quantidade de trigo em grão ou em palha.

Seja como for, nota-se que parte considerável das fazendas reuniam, numa mesma unidade espacial produtiva, diferentes etapas do processo de produção agrícola e processamento do trigo, desde a plantação (semeadura, cultivo e colheita) até o armazenamento e processamento (debulha e moagem) do produto, sendo cabível destacar a existência de “casas de trigo” (armazenagem) e “casas de moinho” (moagem) em certos documentos⁴⁶⁹. Essa configuração espacial, reveladora de uma complexidade econômica ímpar se comparada com as necessidades e com a estrutura técnica dos demais gêneros de produção agrícola (com exceção, talvez, da cana de açúcar), revela o aprofundamento das contradições entre a experiência colonial e os tradicionais padrões de assentamento indígena com que os europeus se depararam no sul do continente americano durante o século anterior, fundados, como vimos, na dispersão espacial e contingente dos espaços e tempos produtivos. Essa ruptura seria representativa de uma outra, qual seja, a dos ritmos, dinâmicas e durações do trabalho experimentados pelas populações nativas agora submetidas ao cativo e à escravidão.

Essencialmente uma cultura de inverno (podendo em alguns casos ser realizada também em primavera), encontrava-se o trigo colhido (em palha ou já debulhado em grãos)

⁴⁶⁸ MONTEIRO, Jácome. “Relação da Província do Brasil” (1610). Publicado em: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 396. John Manuel Monteiro julgou exagerada essa estimativa, pois “unidades de pequena produção podiam ter até quinze alqueires de área cultivada, ao passo que uma fazenda grande raramente produzia mais de mil alqueires anuais”. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 117. O mesmo autor lamentou a fragilidade dos dados sobre o tamanho das parcelas cultivadas em São Paulo, o que tornaria inviável uma aplicação da técnica de análise empírica da produtividade na triticultura como aquela pensada por: OVERTON, M. “Estimating crop yields from probate inventories”. *Journal of Economic History*, v. 39, n. 2. Cambridge, 1979.

⁴⁶⁹ “Inventário de Manuel Fernandes de Sardinha” (1633). AESP, IT, v. 8, p. 448; “Inventário de Antônio de Souza Couto” (1652). AESP, IT, v. 44, p. 247; “Inventário de Izabel de Freitas” (1655). AESP, IT, v. 47, p. 113.

com maior frequência durante a primeira metade do ano, ao passo que, conforme se iam aproximando os meses finais, tornava-se ele mais raro, dando lugar às evidências de campos já semeados e de searas em planta. Ao passo que a semeadura ocorria preferencialmente entre fevereiro e maio, a colheita devia acontecer em algum momento entre setembro e janeiro do ano seguinte⁴⁷⁰. Em dezembro de 1638, imediatamente após o término do período de colheita daquele ano, o procurador de um inventário lamentou que o “pouco de trigo que cá se plantou o ano foi trabalhoso e de perdição”⁴⁷¹. Alguns anos depois, mais especificamente no mês de maio de 1644, o filho de Manuel João Branco, Francisco João Leme, queixou-se da excessiva demora que o processo inventariação dos bens do seu pai levava, pois já “se ia passando tempo de sementeiras de trigo”⁴⁷².

Dentre as fases do processo triticultor, a colheita e a moagem se destacam pela quantidade de força de trabalho que a primeira exige e pelos regimes temporais implícitos na operação de ambas, cada qual à sua maneira. Sabe-se que as propriedades fisiológicas do trigo possibilitam uma preservação mais duradoura (à diferença do milho e da cana de açúcar, mais suscetíveis à secagem e ao apodrecimento). Isso, à primeira vista, possibilitaria que um pequeno número de trabalhadores realizasse a colheita sem qualquer senso de urgência. Todavia, o que se verifica no caso de São Paulo seiscentista é o contrário, isto é, grandes quantidades de trabalhadores indígenas levados a cumprir as tarefas deles exigidas durante intervalos temporais menores quanto fosse possível. Talvez esse paradoxo se explique pelo costume regional de explorar exaustivamente o solo até quando o mesmo se esgotasse, processo seguido pela prática do “pousio” (ou seja, o repouso dos terrenos já gastos). Antes da exaustão, todavia, pode ter interessado aos proprietários que as colheitas terminassem com celeridade, pois assim o escoamento comercial do produto era antecipado, bem como a semeadura do ano seguinte. É o que se depreende dos casos em que houve presença simultânea do trigo em suas diferentes fases num único sítio, junto a uma grande quantidade de mão de obra, conforme se pode ler, por exemplo, no já referido inventário de Dona Maria, de 1642, onde foram registrados 11 alqueires de trigo (decerto “em palha”), 35 alqueires malhados e ainda 2 cestas (obviamente, de trigo “em grãos”). Junto ao gênero, havia 154 “almas do gentio forro” e 3 *tapanhunos*⁴⁷³.

⁴⁷⁰ Nem todos os inventários especificaram em qual etapa do processo produtivo se encontrava o trigo no momento do registro (isto é, se apenas semeados, em seara, “em palha”, “em grão” ou já malhados). Apenas 36 o fizeram, de cujos exames resultaram as considerações e conclusões aqui expostas.

⁴⁷¹ “Inventário de Antônio Furtado de Vasconcelos” (1628). AESP, IT, v. 7, p. 24.

⁴⁷² “Inventário de Manuel João Branco” (1643). AESP, IT, v. 13, p. 324.

⁴⁷³ “Inventário de Dona Maria” (1642). AESP, IT, v. 28, p. 196-208.

A relação entre produção triticultora e disponibilidade de força de trabalho mais ou menos numerosa é contínua. Diogo Coutinho de Mello, proprietário de 400 alqueires de trigo e 46 de sementeira em 1654, detinha 102 escravos indígenas e um “negro de Guiné”⁴⁷⁴. Hilário Alves, no mesmo ano, havia tido registrado em seu espólio 200 alqueires e 108 “peças forras”⁴⁷⁵. E, em 1656, Luzia Leme possuía, junto aos seus já citados 1100 alqueires de trigo, nada menos que 223 trabalhadores indígenas⁴⁷⁶.

À medida que parte dos inventários não expressava a dimensão real das suas colheitas, torna-se inviável localizar a uma proporção única e geral entre os tamanhos das colheitas e as quantidades de trabalhadores dispostos. Pois no momento da elaboração documental, parte ou toda ela poderia já ter sido consumida, cambiada, vendida ou dada como pagamentos e dotes. Poderiam, ademais, ter sido subtraídas para as despesas do processo sem terem, por esse motivo, recebido preço. A partir dos exemplos de Diogo Coutinho de Mello e Luzia Leme, contudo, percebe-se como capacidade média aproximada a de cinco alqueires por escravo. Estimativa demasiado frágil, a julgar pelo exemplo discrepante da fazenda de Maria da Silva, que em 1655 era dona de 600 alqueires de trigo em grão e 44 escravos, resultando daí uma razão de 13 alqueires por escravo⁴⁷⁷.

Em todo caso, a concentração forçada dos indígenas para a realização do colhimento sob as condições temporais previstas implicava a adoção de ritmos ágeis de trabalho, minimamente prescritos, repetidos, fatigantes. Cada índio deveria então exercer a tarefa monótona de aplicar a “foice de segar trigo” sobre os ramos já desenvolvidos. Essa ferramenta teve presença constante nos inventários *post-mortem* do século XVII, inclusive entre aqueles que por motivos próprios sequer mencionaram de outra forma o cereal⁴⁷⁸.

As exigências temporais das atividades relacionadas à produção do trigo tornam-se ainda mais evidentes quando voltamos sobre um outro objeto pertencente a essa produção, um equipamento de maior complexidade e ancestralidade técnica, do qual dispuseram alguns moradores de São Paulo, entre os quais figurava Antônio de Souza Couto: o moinho de trigo. Os moinhos de trigo, equipamento de grandes proporções cujas origens e técnicas remontam à

⁴⁷⁴ “Inventário e testamento de Diogo Coutinho de Mello” (1654). AESP, IT, v. 15, p. 370-2.

⁴⁷⁵ “Inventário de Hilária Alves” (1654). AESP, IT, v. 47, p. 87-90.

⁴⁷⁶ “Inventário e testamento de Luzia Leme” (1656). AESP, IT, v. 15, p. 425-7.

⁴⁷⁷ “Inventário e testamento de Maria da Silva” (1655). AESP, IT, v. 47, p. 199-200.

⁴⁷⁸ Na descrição do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, nos arredores do Chuí em 1820: “A colheita do trigo é feita por meio de foicinhas do feitio de uma semi-elipse alongada o oblíqua. O ceifador usa uma luva de palha na mão esquerda e com essa mão segura um punhado de colmos”. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1820-1821). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 96. Apesar de tardia, a descrição corresponde ao qualificativo “foicinha” presente nos inventários seiscentistas.

Antiguidade mediterrânica (transmitidas aos ibéricos por intermédio muçulmano)⁴⁷⁹, apenas tiveram aparição efetiva no planalto paulista durante as primeiras décadas do século XVII⁴⁸⁰. Até então, nas palavras de Fernão Cardim, sabia-se apenas das boas condições climáticas que a região oferecia para aquele cultivo:

No Rio de Janeiro e no Campo de Piratininga se dá bem o trigo, mas não usam por não terem atafonas nem moinhos, e também têm o trabalho em o colher, porque pelas muitas águas, não vem tudo junto, e multiplica tanto que um grão deita setenta, e oitenta espigas, e umas maduras vão nascendo outras e multiplica quase *in infinitum*⁴⁸¹.

Inicialmente, eram os moinhos equipamentos instalados nos limites urbanos da vila, isto é, no seu “rossio”⁴⁸². Posteriormente, sem que possamos definir um momento preciso, com a expansão da ocupação do planalto, o progressivo desenvolvimento dos bairros rurais e a fundação de novas vilas (como Santana de Parnaíba e Mogi), passou-se a construir moinhos no interior das próprias propriedades agrícolas particulares, pelo menos naquelas maiores e cujos proprietários puderam arcar com os altos custos de construção e manutenção da máquina⁴⁸³. Além de moerem o trigo plantado nos sítios em que estivessem, os moinhos prestavam também serviços de moagem aos donos de terras vizinhas, em troca de pagamento⁴⁸⁴.

⁴⁷⁹ ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. “A presença dos moinhos hidráulicos no Brasil”. Op. cit., p. 161-170.

⁴⁸⁰ Nessa época, foram dadas, pela câmara a alguns moradores de grandes cabedais – como João Fernandes Saavedra (1614); Amador Bueno, Cornélio de Arzão e Manoel João Branco (1616) –, concessões de permissão para a construção de moinhos de trigo, tanto na vila quanto em partes dos seus arredores. Os termos de concessões e algumas de suas repercussões podem ser lidos em: “SESSÃO de 12 de fevereiro de 1614”; “SESSÃO de 8 de dezembro de 1614”; “Traslado da provisão digo LICENÇA de fazer moinho Cornélio de Arzão” (1616); “Traslado de CARTA DE DATA de Manoel João da LICENÇA de fazer uns moinhos” (1616); “Traslado da LICENÇA de fazer moinhos a Amador Bueno”. ACSP, v. 2, pp. 363, 369 e 374-378. As licenças também constam reproduzidas em: CDT, v. 2, p. 41-48.

⁴⁸¹ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. Op. cit., p. 59.

⁴⁸² “Era [o rossio] originalmente a área destinada ao uso comum, e só podia ser doada para moradia ou aforada, pois era parte integrante dos bens do Concelho”. GLEZER, Raquel. *Chão de Terra* e outros ensaios sobre São Paulo. São Paulo: Alameda, 2007, p. 102.

⁴⁸³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 178; ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., p. 90-91.

⁴⁸⁴ Quando se tratasse de moinhos urbanos, o valor do pagamento (em gênero plantado) pelo serviço de moagem recebia o nome de “maquia” e era estabelecido por decisão da própria Câmara. Em 1619, o valor da maquia era de 1 alqueire a cada 8 de trigo moído, ainda que certos proprietários andassem cobrando abusivamente, antes disso, outras quantias. “SESSÃO de 2 de fevereiro de 1614”; “SESSÃO de 26 de dezembro de 1615”; “SESSÃO de 9 de fevereiro de 1619”. ACSP, v.2, pp. 360-361, 369 e 404. Porém, no processo movido pelo donatário Conde de Monsanto contra Pedro Varejão em 1628, mencionou-se um lucro de 8 alqueires por 80 moídos (isto é, uma razão de 1 para 10). “SENTENÇA sobre um moinho instalado no termo da vila de S. Paulo por Pedro Gonçalves Varejão sem licença do Conde de Monsanto” (1628). Publicado em: CORTESÃO, Jaime (Org.). *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*, v. 2 (1609-1658). Rio de Janeiro: Real Gabinete Português

Conforme previsto no foral de Martim Afonso de Sousa, de 1535, o direito sobre as terras da capitania vicentina e, conseqüentemente, sobre a instalação de moinhos nela, pertencia ao donatário. Caberia a ele permitir ou não que os moradores construíssem seus moinhos e realizassem a atividade de moagem, desde que lhe pagassem os devidos tributos⁴⁸⁵. Houve, por vezes, contradição entre esse direito e a prática efetiva dos moradores, sobretudo se os mesmos moessem farinha de trigo sem antes receberem a devida permissão do donatário, sendo legalmente repreendidos e processados judicialmente por essa ação. Foi o que aconteceu em 1628 com Pedro Varejão e sua mulher, processados pelo Conde de Monsanto (D. Álvaro Pires de Castro e Sousa), donatário da capitania, cujo desfecho foi favorável a Monsanto, tendo sido o casal levado à perda do moinho e, além disso, ao pagamento de 80 alqueires de farinha de trigo (20 por cada ano de funcionamento do moinho) somados às custas do processo⁴⁸⁶.

Não seria necessário aprovar a exagerada afirmação de Marx, para quem “Toda a história do desenvolvimento da maquinaria pode ser seguida através da história dos moinhos de trigo”⁴⁸⁷, para reconhecer a importância concreta desse equipamento onde quer que ele já tenha se encontrado. Para nós, cumpre enfatizar o seu papel na formação de uma regularidade cadenciada, imposta ao trabalho indígena em São Paulo colonial, papel aliás repercutido na própria configuração geográfica do planalto, conforme se nota em detalhe do mapa desenhado por Alessandro Massaii, engenheiro a serviço do rei castelhano em 1616, onde está representado um “moinho de Manoel João” nas margens de um dos córregos formadores do rio Anhangabaú:

IMAGEM 10 – Detalhes do mapa da vila São Paulo de Piratininga, por Alessandro Massaii (1616). Retirado de: REIS, Nestor Goulart. São Paulo: vila, cidade, metrópole. São Paulo: Bank Boston, 2004, p. 34-35.

de Leitura, 1961, p. 25-26. Pouco tempo antes de 1638, dos 225 alqueires entregues por Pedro Alves Moreira a Manoel João Branco para a moagem, este reteve consigo, do total recebido, 30 alqueires (ou seja, retirou 1 de cada 7,5 alqueires). “Inventário de Pedro Alves Moreira” (1638). AESP, IT, v. 11, p. 328.

⁴⁸⁵ O foral está transcrito e publicado em: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de S. Vicente*. São Paulo: Melhoramentos, s. d., p. 159. Ver, também: “SESSÃO de 22 de fevereiro de 1637”. ACSP, v. 4, p. 336.

⁴⁸⁶ “SENTENÇA sobre um moinho instalado no termo da vila de S. Paulo por Pedro Gonçalves Varejão sem licença do Conde de Monsanto” (1628). Op. cit., p. 25-26.

⁴⁸⁷ MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*, v. 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 262, nota 43. Exagerada, sim, mas não despropositada.

Registradas em pelo menos 13 inventários⁴⁸⁸, as referências aos moinhos se concentraram primordialmente nas décadas de 1640 e 1650, época de maior desenvolvimento da triticultura no planalto⁴⁸⁹. A maior parte delas não oferece qualquer detalhamento relevante sobre suas características. Outras, como aquelas encontradas nos inventários de Antônio Furtado de Vasconcelos⁴⁹⁰ e Cornélio de Arzão⁴⁹¹, o primeiro elaborado na circunstância do seu falecimento e o segundo a pedido do Tribunal do Santo Ofício, levam-nos a concluir que aqueles eram moinhos movidos por força hidráulica, de um tipo também chamado “de rodízio”, “isto é, que tem sua roda deitada na posição horizontal”⁴⁹².

Como prova, veja-se as ruínas de um moinho recentemente descobertas no Sítio do Morro, situado em área pertencente a Santana de Parnaíba, que as primeiras análises arquitetônicas e arqueológicas concluíram se tratar efetivamente de um moinho de trigo do século XVII⁴⁹³. Mais particularmente, seria aquele pertencente a Antônio Furtado de Vasconcelos, adquirido em 1658 por Paulo Proença de Abreu das mãos de Baltazar Fernandes, que era irmão da ex-mulher de Vasconcelos, Benta Dias, a qual depois da morte do marido teria se casado com Abreu. Os inventários de Benta Dias e Paulo Proença de Abreu⁴⁹⁴, bem como a escritura de venda desse moinho em 1658⁴⁹⁵ e um auto de demarcação do rossio da vila da Parnaíba (este datado de 1681) são claros na alusão ao “moinho que foi do Capitão Paulo

⁴⁸⁸ São eles: “Antônio Furtado de Vasconcelos” (1628). AESP, IT, v. 7, p. 18 (moinho “de água”); “Inventário de Cornélio de Arzão” (1628). AESP, IT, v. 12, p. 90 (“moente e corrente”); “Inventário de Francisco Bueno” (1628). AESP, IT, v. 14, p. 11 (“com suas pedras e duas picadeiras”); “Inventário de Isabel Fernandes” (1641). AESP, IT, v. 28, p. 159; “Inventário de Manuel João Branco” (1643). AESP, IT, v. 13, p. 307; “Inventário de Izabel de Proença” (1648). AESP, IT, v. 37, p. 99 (“duas pedras de moinho a saber macho e fêmea”); “Inventário de Antônio de Souza Couto” (1652). AESP, IT, v. 44, p. 247; “Inventário de Ana da Costa” (1653). AESP, IT, v. 40, p. 40; “Inventário de Maria Leme de Alvarenga” (1654). AESP, IT, v. 47, p. 222; “Inventário de João Godoi Moreira” (1665). AESP, IT, v. 43, p. 213 (“moinho com sua fábrica”); “Inventário de Domingos Jorge Velho” (1671). AESP, IT, v. 18, p. 41; “Inventário de Marcelino de Camargo” (1684). AESP, IT, v. 21, p. 490; e “Inventário de Fernando de Camargo” (1690). AESP, IT, v. 22, p. 493. Não foram somados a essa lista os equipamentos apenas nomeados vagamente como “moendas”, a não ser quando os respectivos inventários apresentassem alguma quantidade de trigo mas não de cana de açúcar.

⁴⁸⁹ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 117.

⁴⁹⁰ “Inventário de Antônio Furtado de Vasconcelos” (1628). AESP, IT, v.7, p. 18.

⁴⁹¹ “Inventário de Cornélio de Arzão” (1628). AESP, IT, v. 12, p. 90.

⁴⁹² ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., p. 100.

⁴⁹³ Durante a escrita dessa dissertação, não localizei notícia de que uma investida arqueológica mais detida tenha sido realizada na ruína, mas soube que deveria ocorrer brevemente por ação conjunta do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da prefeitura de Santana do Parnaíba. A esse respeito, ver: ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. “As Ruínas do Sítio do Morro: um importante moinho de trigo da era das bandeiras”. *Arqueologia Paulista*, ano 14, 2014; *Arquitextos* (online), 2014. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.167/5182>. Agradeço a Francisco Andrade pelo apoio teórico e logístico quando de nossa visita ao moinho.

⁴⁹⁴ Inventário de Benta Dias (1658), não publicado. AESP, Juízo Ordinário e dos Órfãos, Santana do Parnaíba, C00478A; Inventário de Paulo Proença de Abreu (1676), não publicado. AESP, Juízo Ordinário e dos Órfãos, Santana do Parnaíba, C00609.

⁴⁹⁵ AESP, Notas de Tabelaio, Santana do Parnaíba, C06076-28 (1658).

Proença de Abreu”⁴⁹⁶. De acordo com Andrade, as referências topográficas e fluviais presentes na documentação coincidem com a localização das ruínas do Morro⁴⁹⁷.

O moinho foi instalado na parte mediana de um íngreme terreno (daí o nome que o lugar recebera: “Sítio do Morro”), e isso possibilitava a captação da água corrente que por ali passava, desviada da nascente que corria para o braço de um afluente do rio Anhembi. Movido pela irrupção da água nas pás de uma roda horizontal (ou “rodízio”, à época provavelmente confeccionado de madeira) deitada rente ao chão, um sistema de eixo vertical conduzia esse movimento à rotação de uma das duas pedras moedoras circulares e sulcadas (ou “repicadas”), dispostas uma sobre a outra numa altura superior, sendo a fricção dessas pedras (as “mós”) responsável por moer os grãos lançados entre elas⁴⁹⁸.

A despeito do uso essencial da força hidráulica, o trabalho humano estava ali previsto na fase de alimentação da moega (isto é, a abertura na qual se jogava o trigo a ser farinhado), e em seguida na recolha, armazenamento e transporte do produto⁴⁹⁹. Para essas tarefas, Vasconcelos possuía 20 índios, por volta de 1628. No testamento de sua esposa falecida trinta anos depois, a mesma declarava ter ainda “alguns gentios”⁵⁰⁰.

⁴⁹⁶ “AUTO DE MEDIÇÃO do rossio desta vila” (1681). Documento transcrito e publicado em CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *História de Santana de Parnaíba*. São Paulo: Conselho Nacional de Cultura; Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1971, p. 337-339.

⁴⁹⁷ ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. “As Ruínas do Sítio do Morro”. Op. cit.

⁴⁹⁸ Para um cuidadoso exame material das mós dos moinhos coloniais de trigo encontradas em São Paulo, os diferentes estilos de talhe e a sua evolução, ver: ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. “A presença dos moinhos hidráulicos no Brasil”. Op. cit., p. 171-188.

⁴⁹⁹ A função de carregadores indígenas já estava prevista numa ordem real, transmitida aos moradores pela Câmara em 1592, para que se levasse farinhas do planalto para o litoral em guerra “e os contrários cada dia batendo a porta”. “AUTO que se mandaram fazer os oficiais da Câmara, juizes e vereadores a requerimento do procurador do conselho e mais povo” (1592). ACSP, v. 1, p. 442-443. Montoya destacou que “sobre os ombros [das gentes indígenas] punham-lhe cargas enormes, continuamente fazendo-as levar a outras povoações as coisas em que negociavam, cansando-a com o carregamento de suas coisas e de suas fazendas”. RUIZ DE MONTOKYA, Antônio. “Primeva Catequese dos Índios Selvagens”. Transcrito e publicado em: ABN, v. 6. Rio de Janeiro, 1878-1879, p. 91-366 (a citação encontra-se na p. 236). Em fins do século XVII, Antônio Vieira denunciou a má situação dos índios empregados naquele transporte (“não só vão carregados como homens, mas sobrecarregados como azêmolos, quase todos nus ou cingidos com um trapo e com uma espiga de milho por ração de cada dia”), e o viajante francês Ambroise Jauffret, em 1704, lembrava que a produção agrícola de São Paulo havia muito tempo era carregada “às costas de seus escravos” até a vila de Santos. VIEIRA, Antônio. “Voto do padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de S. Paulo acerca da administração dos índios” (1694). In: VIEIRA, Antônio. *Escritos Históricos e Políticos* (Organizado por Alcir Pécora). São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 434; JAUFFRET, Ambroise. “Mémoire inédit d’Ambroise Jauffret sur le Brésil à l’époque de la découverte des mines d’or” [1704]. Transcrição, tradução e apresentação de Andrée Mansuy. In: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*. Coimbra, 1965, p. 407-444 (a citação encontra-se na p. 439). Ver, também: MAMIANI, Luigi Vincenzo. *Memorial sobre o governo temporal do Colégio de São Paulo*. Op. cit., p. 133.

⁵⁰⁰ “Inventário de Benta Dias” (1658), não publicado. AESP, Juízo Ordinário e dos Órfãos, Santana do Parnaíba, C00478A (a numeração das folhas foi perdida com a deterioração dos papéis). O inventário de Benta Dias também menciona um canavial no sítio, o que reforça a conclusão de que a cultura canavieira no planalto dava-se em terrenos mais íngremes, ruins para produzir um açúcar de boa qualidade mas suficientes para a produção de aguardente. Do segundo marido de Benta Dias (proprietário seguinte do moinho), morto em 1676, não se encontrou quaisquer outras informações.

Do moinho do Sítio do Morro restam hoje apenas as ruínas das paredes da fortificação (Cf. Imagens 11 e 12, abaixo), com uma abertura baixa que provavelmente foi a porta de entrada da “casa de moinho”. A mó (isto é, a pedra moedora, de formato circular) não se encontra mais no local.

IMAGEM 11 (acima, à esquerda) - “Ruínas do moinho do Sítio do Morro, com vigas de sustentação” - Santana de Parnaíba (SP), 2015. Fotografia de Gustavo Velloso.

IMAGEM 12 (à direita) – “Reconstituição hipotética do moinho parnaibano”. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. Retirado de: ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. “As Ruínas do Sítio do Morro”. Op. cit.

O tempo ao qual a força de trabalho indígena empregada nos moinhos deveria se adequar, via de regra, estava condicionado, de um lado, pelas exigências técnicas do moinho e, de outro, pela lógica social que a elas conferia espaço e importância no interior da sociedade colonial paulista. Ora, se o caráter estranhado do trabalho indígena foi característica fundante do processo produtivo em São Paulo seiscentista, conforme temos visto, esse fator se apresenta de maneira particularmente ressaltada nas fases de colheita e moagem do trigo, onde o sentido do labor realizado pelas populações ameríndias apartaram-se de maneira essencial das necessidades individuais e coletivas daquela própria gente, antes obedecendo aos ditames dos senhores de terras e escravos, às vicissitudes do mercado colonial de gêneros agrícolas e, no limite, às cobranças metropolitanas de impostos⁵⁰¹. Ao contrário do milho, do feijão e da

⁵⁰¹ “E não só a produção, mas o ritmo dela teve também de ajustar-se ao sistema; é em última instância o mercado europeu, a flutuação da procura europeia dos produtos ultramarinos (Kolonialwaren) que define a maior ou menor extensão da produção colonial. E claro que ao lado dessa produção essencial para o mercado europeu, organizava-se nas colônias todo um setor, dependente do primeiro, da produção que visava a suprir a subsistência interna, daquilo que não podia ser provido pela metrópole. Mas, ainda aqui, são os mecanismos do sistema colonial que definem o conjunto e imprimem o ritmo em que se movimenta a

mandioca, a cultura triticultora sequer possibilitava aos trabalhadores indígenas deter um controle limitado de parcelas (ou “pedaços”) dessa produção para consumo próprio, confluindo para isso os altos valores comerciais do produto e o desenraizamento do mesmo em relação à culinária nativa. Sendo assim, faz-se verdadeira a compreensão de Sérgio Buarque de Holanda, quando diz que “a aceleração impressa pelas novas técnicas só afeta em maior grau, e por longo tempo, os produtos originariamente adventícios a que já estivera associada nas terras de procedência, ou aqueles que tinham similares no Velho Mundo, como o algodão”⁵⁰².

Para examinar as condições temporais do trabalho indígena no que se refere especificamente à moagem do trigo, pode-se, com efeito, resgatar algumas informações presentes no já aludido processo de Monsanto contra Pedro Varejão. No documento, avaliou-se o rendimento do moinho como de “8 alqueires de maquias por dia natural, por moer nele de passante 80 alqueires”⁵⁰³. Sabendo que a unidade “dia natural” se refere ao intervalo de 24 horas, temos por velocidade a média aproximada de 3,3 alqueires por hora⁵⁰⁴. Situados necessariamente em áreas de captação de força hidráulica, o funcionamento dos moinhos não poderia ser senão permanente. É verdade que o documento nada diz sobre o tempo diário no qual os trabalhadores da propriedade operavam nele, mas se considerarmos os altos volumes de gênero que determinados espólios do período apresentam, não seria irreal a possibilidade de que em alguns casos sequer houvesse interrupção noturna, sendo a mão de obra levada a trabalhar, durante as épocas de maior atividade dos moinhos (entre as colheitas), durante todas as 24 horas de um dia. Doutro modo, a escolha do “dia natural” como unidade de referência temporal de produtividade estaria desprovida de sentido.

Conforme expressei-me já em outro texto: “Uma jornada de trabalho de 24 horas implicaria numa necessária concentração de quantidades consideráveis de trabalhadores, fosse no caso de revezá-los para mantê-los vivos, fosse no de substituí-los quando sucumbissem a tamanho esforço físico”⁵⁰⁵. A rigurosidade do trabalho de moagem do trigo se expressava no

produção”. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 96.

⁵⁰² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Expansão Paulista*. Op. cit., p. 214.

⁵⁰³ “SENTENÇA sobre um moinho instalado no termo da vila de S. Paulo por Pedro Gonçalves Varejão sem licença do Conde de Monsanto”. Op. cit., p. 26.

⁵⁰⁴ Francisco de Carvalho Dias de Andrade calculou, com base em informações extraídas do dicionário de Raphael Bluteau (1612-1628) e do Livro 18 das Ordenações Filipinas (1603), que a velocidade de um moinho seria de 56 alqueires por dia (isto é, 2,3 alqueires por hora, ou 32 Kg/hora). ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. *A Memória das Máquinas*. Op. cit., 2010, p. 107. Andrade, porém, considerou como valor da maquia a relação de 1 alqueire a cada 7 postos no moinho. A diferença entre o cálculo de Andrade e o nosso se justifica pelo fato de que, ao contrário do autor, utiliza-se aqui a razão verificada na sentença contra Varejão, isto é, de 1 alqueire para 10 postos (8 de maquia para 80 diários).

⁵⁰⁵ VELLOSO, Gustavo. “Os Sentidos do Concreto: discussão conceitual e exercício de leitura documental”. Op. cit., p. 137.

caráter cadenciado dos serviços de introdução dos grãos entre as mós e posterior recolha do produto para encestá-lo e escoá-lo para o comércio, tudo sob a regularidade e o ritmo constante do acionamento ininterrupto da máquina pela incidência das águas fluviais, conforme visto. Tais tarefas, como em geral realizadas por ameríndios devidamente convertidos em força de trabalho bruta e inseridos naquela produção, somavam-se às da plantação, colheita e debulha manual no que tange ao desenraizamento produtivo da população indígena, incorrendo nisso igualmente o fato de ser o trigo uma das poucas culturas estrangeiras disseminadas na região.

Enquanto cultura de inverno que, como vimos, permitia o emprego da força de trabalho liberada temporariamente da produção de todos os demais gêneros plantados na capitania (e vice-versa), uma vez passadas as épocas anuais de colheita dos mesmos, a produção do trigo em São Paulo serviu para endossar os mecanismos de controle, submissão e aprisionamento da população indígena escravizada. Enquanto cultura de produção hegemônica na região, cujas demandas mercantis levavam à mobilização de grandes forças materiais e humanas e à rapidez no escoamento da mercadoria, ampliou o afastamento dos trabalhadores indígenas com relação à determinação das suas próprias práticas laborais. Enquanto setor econômico de relativa complexidade técnica, cujo funcionamento exigia cuidado constante e o exercício repetido de tarefas ritmadas, atuou no sentido da definição do caráter estranhado do trabalho indígena sob o mando dos paulistas durante a época colonial.

Em suma, o conjunto das características encontradas nas grandes plantações de trigo do Planalto (concentração demográfica da mão de obra cativa, divisão social e espacial do trabalho no interior das unidades produtivas, exercício constante de um ritmo de trabalho do qual os produtores agrícolas diretos estavam alienados) ao mesmo tempo resume e evidencia o complexo processo de dominação das sociedades indígenas. Portanto, a despeito das continuidades formais que a sociedade colonial paulista manteve com relação a elementos da cultura e dos costumes indígenas (suas técnicas de confecção, seus alimentos, vestuário, armas etc.), exemplarmente demonstradas por Sérgio Buarque de Holanda em seus trabalhos⁵⁰⁶, verifica-se que, no conjunto, o real conteúdo e a lógica geral de apropriação daqueles mesmos

⁵⁰⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit., p. 155: “O recurso a numerosas técnicas primitivas, em parte ainda persistentes, de aproveitamento do solo americano, resultou, sem dúvida, dos contatos mais ou menos íntimos que manteve o colonizador europeu com os antigos naturais da terra nos tempos que se seguiram à conquista. Em todo o continente foram assíduos esses contatos, e não deixaram de exercer sua ação transformadora, mesmo onde o branco se mostrou, aparentemente, mais recalcitrante”; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Expansão Paulista*. Op. cit., p. 200: “Já que falta aqui estímulo para uma disciplina rigorosa no exercício da lavoura, bastam tais fatores [presença de terra farta e força de trabalho] para forçar naturalmente a radical simplificação dos métodos agrícolas vindos do além-mar. O assenhoreamento das técnicas indígenas é fruto, no adversário, dessa possibilidade, quase se pode dizer dessa necessidade, de simplificação, mais do que uma aquiescência passiva a padrões divergentes da tradição europeia”.

elementos foram inteiramente inéditos. A ruptura nos tempos e ritmos de trabalho dos índios contribuiu fundamentalmente para a desestabilização dos contextos tradicionais e dos modos de organização da vida dos ameríndios do planalto paulista, transformando em trabalho estranhado a relação integral que os ameríndios antes tiveram com a terra, com o trabalho e com os seus produtos.

2.3. “Ora et labora”.

O processo de transformação das populações indígenas americanas por meio da religião no decorrer da época colonial tem sido observado sob uma ótica preferencialmente ideal, ofuscando-se o fato de que os espaços religiosos da América portuguesa situavam-se no interior de formações sociais de cujos condicionamentos elas não poderiam escapar. Dessa relativa omissão resultaram, em alguns casos, lacunas analíticas; em outros, equívocos de interpretação documental⁵⁰⁷. Sem negar as mediações possíveis que decerto havia entre certos elementos da cultura e do pensamento nativos e o universo cristão evangelizador⁵⁰⁸, pretende-se no presente tópico apresentar os elementos básicos que fizeram do Colégio jesuíta, dos aldeamentos, das fazendas pertencentes a religiosos e dos mosteiros e conventos, partes integrantes da paisagem social e econômica de São Paulo, onde a subsunção forçada das populações indígenas, provavelmente em maior medida que no próprio plano simbólico, ocorreria no âmbito daquilo que, naturalmente, configurava o epicentro da reprodução das sociedades coloniais em geral: o trabalho e suas temporalidades. Traduzindo essa ideia em outros termos, com base no lema beneditino, Sérgio Buarque de Holanda resumiu: “o ‘ora’ não é separável do ‘labora’”⁵⁰⁹.

Não será necessário reafirmar aqui os ritmos de labor próprios de cada atividade econômica praticada pelos padres (as quais não diferiam em substância daquilo que os demais

⁵⁰⁷ Refiro-me, respectivamente, aos seguintes livros: POMPA, Cristina. *Religião como tradução*: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: Edusc; ANPOCS, 2003; e VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios*: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Se, por um lado, Cristina Pompa oferece-nos um trabalho conceitual (por mais sustentado em material histórico que seja) demonstrando que a religião funcionou, de fato, como elemento “tradutor” de culturas essencialmente distintas na época dos primeiros encontros entre europeus e indígenas – processo que não se resumiria à imposição cultural de um vencedor sobre um vencido, conforme pretendem visões maniqueístas do assunto –, o seu trabalho carece de uma contextualização mais precisa sobre o ambiente concreto sobre o qual as linguagens e os ritos atuaram (o que não se limita ao assim chamado nível “econômico” apenas, mas sim à lógica total do processo histórico). No caso da obra de Vainfas, ao tomar o imaginário religioso e o assim chamado “mito da Terra sem Mal” isoladamente, a partir dos registros de processos inquisitoriais promovidos na colônia, desconsiderou a ligação entre tais fenômenos e as lógicas de reprodução social existentes entre os próprios grupos indígenas e, assim, concluiu com certo grau de romantismo que se tratava de uma “recusa da situação colonial”, cujo conteúdo seria já naquele momento (isto é, o século XVI) “anticristão e antiescravista”, o que não nos parece razoável, mas anacrônico, sendo apenas a partir de meados do século XVII que se encontram elementos passíveis de serem lidos dessa forma (embora igualmente sem a clareza pretendida pelo autor), conforme pudemos observar de passagem no primeiro capítulo e que será melhor desenvolvido no capítulo seguinte.

⁵⁰⁸ Furto-me, todavia, de embarcar sobre esse campo, que seria digressão demasiado ampla para o tema desse estudo. Limito-me apenas a remeter à credibilidade de Sérgio Buarque de Holanda, a cujos escritos não se pode atribuir sem injustiça a acusação de anacronismo: “Não seria naturalmente com discursos suasórios e palavras maviosas que era possível desprender esses índios de sua agreste sultura e de costumes ancestrais que tanto destoavam das virtudes cristãs”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio”. IN: *Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. Op. cit., p. XX.

⁵⁰⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio”. Op. cit., p. XVIII.

moradores também realizavam) e/ou a lógica temporal suposta em cada instrumento técnico utilizado à época, aspectos já discutidos anteriormente. Bastará, de um lado, esboçar um quadro do conjunto das unidades produtivas controladas pelas instituições religiosas durante o século XVII em São Paulo e, de outro, examinar o que se sabe sobre o modo de funcionamento interno daquelas unidades. Espera-se, com isso, demonstrar, de um lado, que as bases de organização material não tiveram ali características muito distantes do que se poderia observar à sua volta, nos sítios e fazendas pertencentes aos colonos particulares. De outro lado, que elementos materiais específicos e as manifestações de consciência próprias dos espaços religiosos contribuíram para que o controle sobre o tempo social da população indígena ocorresse com um grau de sistematicidade maior e que foi, naquele momento, inigualável. Sob essa dupla condição, “a vida dos ‘selvagens americanos’ seria absorvida pela temporalidade cristã, dividida entre o passado, o presente e o futuro”⁵¹⁰.

Os espaços do planalto paulista nos quais os padres da Companhia de Jesus se instalaram e de alguma forma se envolveram em atividades produtivas com o emprego do braço indígena, fosse na condição de proprietários ou apenas como administradores, podem ser classificados em três tipos. Em primeiro lugar, temos o próprio Colégio de Santo Inácio (Colégio de São Paulo ou de Piratininga)⁵¹¹, com suas terras adjacentes e oficinas associadas. Segundo, fazendas erigidas a partir de extensões territoriais conseguidas pela Companhia por meio de doações, herança ou compra: foram tais os casos de Carapicuíba (1615⁵¹²), Itapecerica

⁵¹⁰ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 31.

⁵¹¹ Fundado no dia 25 de janeiro de 1554 com celebração de missa, embora essa data continue sendo objeto de controvérsias historiográficas e memorialísticas. Ver a revisão documental, que visa esclarecer o assunto, feita por Cesar Augusto dos Santos: SANTOS, Cesar Augusto dos. *O Colégio de Piratininga: a influência da espiritualidade inaciana na fundação da cidade de São Paulo*. São Paulo: Loyola, 2007, p. 133-163. E, ainda: KEHL, Luiz Augusto. “Simbolismo e doutrina na fundação de São Paulo”. In: BUENO, Eduardo (Org.). *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 85-91.

⁵¹² Tratava-se de uma propriedade com índios reduzidos que Afonso Sardinha e sua esposa Maria Gonçalves doaram ao Colégio de São Paulo em 1615, já conhecida como “aldeia” antes mesmo dessa doação. Cf. “Registro de uma CARTA de dada de Roque Barreto nos campos do forte” (1609). RGSP, v.1, p. 167. A carta de doação da referida propriedade encontra-se transcrita e publicada em: DI, v. 44, p. 360-368. Ver, também: HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Capelas Antigas de São Paulo”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 5. Rio de Janeiro, 1941, p. 100-113. Também publicado em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Escritos Coligidos*, livro 1 (1920-1949). Organização de Marcos Costa. São Paulo: Edunesp; Perseu Abramo, 2011, p. 198-214.

(c.1690⁵¹³), Embu (1624⁵¹⁴), Itaquaquecetuba (a.1622⁵¹⁵), São José (1643⁵¹⁶) e Araçariguama (1697⁵¹⁷), todas elas submetidas à jurisdição do referido Colégio⁵¹⁸. Por fim, os aldeamentos régios que permaneceram sob administração jesuíta por cláusula da lei de 30 de julho de 1609, até pelo menos a primeira expulsão dos padres, em 1640: eram eles São Miguel (1580⁵¹⁹),

⁵¹³ “Itapecerica” é termo de origem tupi que significa “monte granítico, de encostas lisas e escorregadias”, caracterizando a toponímia da área sobre a qual a fazenda foi construída. Próxima de Embu e Carapicuíba, o mais provável é que tenha sido organizada a partir da transferência de índios de Carapicuíba (com o fito de evitar alvoroços decorrentes de grandes concentrações de indivíduos num mesmo sítio) por volta de 1689, em parcela hipoteticamente ocupada por um outro núcleo jesuíta anterior (um “satélite” de Embu, arriscaria Petrone) um século antes, já desaparecido na segunda metade do XVII. PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. Op. cit., p. 120-121; CORRÊA, Dora Shellard. *O Aldeamento de Itapecerica de fins do século XVII a 1828*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999, p. 38-46.

⁵¹⁴ Também designada pelos termos “Bohy” e “M’Boy”, depois transformados em Embu. Formou-se a partir de uma doação feita por Fernão Dias e Catarina Camacho, em 1624, aos jesuítas. Acredita-se que estava situada em área ocupada somente depois da transferência da população da aldeia quinhentista Maniçoba. A doação foi retificada em 1655, em testamento ditado por Catarina, no qual transferia aquela posse, da Companhia para o reitor do Colégio, o que se confirmou ainda em 1668, após os carmelitas terem alegado certos direitos sobre aquela doação. A documentação correspondente a esse processo encontra-se transcrita e publicada em: DI, v. 44, p. 368-372; HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Capelas Antigas de São Paulo”. Op. cit., p. 113-115.

⁵¹⁵ Geralmente associada às aldeias jesuítas do século XVI, sabe-se apenas que a aldeia de Itaquaquecetuba já existia em 1622, quando a Câmara decide que parte de sua população seria transferida para São Miguel, o que se concretizou no ano seguinte. MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, v. 1. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, p. 38-39; e v. 2, pp. 237; 356-357 (onde há transcrita uma “certidão” tardia sobre a referida transferência de índios entre aldeias); PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. Op. cit., p. 120-122.

⁵¹⁶ De situação análoga à de Itaquaquecetuba e Itapecerica, São José apenas presumivelmente pode considerado anterior ao início do século XVII, por associação às atividades de José de Anchieta e pela hipótese (em si mesma coerente) que destaca o aproveitamento de antigos espaços de ocupação nativa. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 367; PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. Op. cit., p. 122-123. De acordo com Petrone, a data de 1643 para a fundação foi sugerida apenas por Eugênio Egas, que todavia não citou as suas fontes.

⁵¹⁷ Originada como fazenda pertencente ao padre Guilherme Pompeu de Almeida, doada por este ao Colégio da Companhia em 1697. A doação foi confirmada após a sua morte, em 1713. Ver o “Testamento do Capitão Guilherme Pompeu de Almeida” (1691) – AESP, Juízo dos Resíduos, *contas de testamento*, C00242a; e o seu “copiador”, publicado em: RIHGSP, v. 58. Ver, também: CAHN, Herbert. *Padre Guilherme Pompeu de Almeida e suas atividades comerciais (1686-1713)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1967. Atualmente, a obra mais completa e sustentada pelo mais farto material documental sobre a vida e os negócios do Padre Guilherme Pompeu de Almeida, embora portadora de uma abordagem liberal e romântica (nesse sentido, anacrônica) e que ainda por cima carece de rigor analítico, é: CALDEIRA, Jorge. *O Banqueiro do Sertão*, 2 vols. São Paulo: Mameluco, 2006, sobretudo o volume 2 (“Padre Guilherme Pompeu de Almeida”). Caldeira, entretanto, não é o único a continuar pensando, à maneira positivista, a história de São Paulo a partir das ações de homens “ilustres”. Ainda proliferam análises exaltadoras do “empreendedorismo” liberal do último século retroprojetado ao passado colonial, dentre as quais: PETRATTI-TEIXEIRA, Palmira. “Empreendedores na Cidade de São Paulo: dos primórdios aos grandes empresários”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1. A Cidade Colonial. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 271-331.

⁵¹⁸ Essa relação entre Colégio e aldeamentos pode ser percebida, por exemplo, em duas listas de religiosos que trabalhavam no Colégio de São Paulo, em 1616 e 1617, respectivamente. Nelas, vemos por exemplo o padre Sebastião Gomes classificado como, além de confessor e língua, aquele que “visita as aldeias”. A mesma função (“visita as aldeias dos índios”) foi desempenhada pelo padre João Martins, no ano seguinte. Cf. ARSI, *Bras.*, 5 (1), fls. 116, 118, 122v.

⁵¹⁹ Fundado sobre área antes concernente à aldeia Ururá, dos Tupiniquim liderados por Piquerobi, teriam os índios reduzidos supostamente solicitado e recebido em 1580 do capitão-mor da capitania vicentina, Jerônimo Leitão, uma sesmaria, por “a maior parte deles serem cristãos e terem suas igrejas estarem sempre prestes a defender a terra e a sustentá-la”. Em 1690, essa aldeia recebeu Gaspar Colaço como capitão. Cf. “Traslado de CARTA de sesmaria das terras dos índios” (1580); e “Traslado de uma PROVISÃO de Gaspar Colaço para ser capitão

Pinheiros (1580⁵²⁰), Guarulhos (1595⁵²¹), Escada (pós 1698⁵²²) e Barueri (1609⁵²³). Enquanto Escada era sujeita à Câmara de Mogi, as demais sujeitavam-se à Câmara paulista⁵²⁴. A respeito dos dois últimos tipos de ocupação (isto é, fazendas jesuítas e aldeamentos reais), deve-se ressaltar que os casos listados constituem apenas aqueles que chegaram a alcançar alguma estabilidade e dimensão, legando-nos alguma evidência deles, mas que na verdade foram parte de uma miríade de assentamentos pequenos e instáveis, constantemente refundados e transferidos de localidades como precaução contra fatores como ataques indígenas, infertilidade do solo, proliferação de doenças e outras adversidades comuns à situação fronteiriça. Grande parte deles desapareceu sem ter sido preservado qualquer registro.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o conjunto das esferas produtivas do planalto paulista, que vimos sob a ótica das propriedades particulares e das iniciativas de exploração

dos índios de São Miguel” (1590). RGSP, v. 1, pp. 21; 354-356. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Capelas Antigas de São Paulo”. Op. cit., p. 105-109. Durante a preparação do presente trabalho, uma equipe de pesquisadores coordenada por Cláudia Regina Plens realizou um mapeamento histórico e arqueológico da ocupação do território do atual município de Guarulhos, cujos resultados atestam que a parte setentrional do mesmo pertencia às antigas terras de Ururá, sendo área de considerável atividade mineradora operada, já nos séculos XVI e XVII, por indígenas falantes do Jê, escravizados. O livro que deverá expor os resultados dessas investigações não foi, até o momento, publicado.

⁵²⁰ A partir da mesma doação de terras referente a São Miguel em 1580. Uma carta de Anchieta (transcrita em: ANCHIETA, José de. *Informação do Brasil e de suas capitanias* (1584). São Paulo: Obelisco, 1964) informa que, inicialmente, existiam nos campos piratininganos 12 aldeias, mas que naquele momento haviam todas se reunido em apenas duas, provavelmente Pinheiros e São Miguel, no entender de Serafim Leite. LEITE, Serafim. “Os Jesuítas na vila de São Paulo”. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 2, v. 21. São Paulo, 1936, p. 43.

⁵²¹ Essa seria, para Serafim Leite, a data da “inauguração oficial” do aldeamento de Guarulhos, quando da visita do provincial Pero Rodrigues. Todavia, como ocorre com basicamente todos os demais casos, é possível que sua existência remonte, de um lado, aos primeiros núcleos jesuítas do planalto (a partir da década de 1550) e/ou mesmo, de outro, a assentamentos nativos anteriores. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*, v. 6. Op. cit., p. 240-242; PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. Op. cit., p. 119.

⁵²² Oficialmente fundada após o “Regimento das Aldeias de Artur de Sá” (1698), estaria associada à fazenda do capitão-mor de Mogi das Cruzes, Gaspar Cardoso, que teria então algo em torno de 800 índios. Cf. ROWER, Basílio. *Páginas de História Franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1957, p. 645 (apud. PETRONE, *Aldeamentos Paulistas*, p. 122, nota 97).

⁵²³ Seguramente estabilizada no início do século XVII, à época do governo de Francisco de Souza, não há clareza sobre uma suposta e possível relação com ocupações quinhentistas (todas as hipóteses já colocadas nesse sentido não são mais que deduções. Por exemplo, é o caso do que se lê em: SILVA, Elias. *Barueri: história revista e documentada 1560-1994*. São Paulo: Agência Barueri de Documentação, 1995, p. 7). A primeira referência documental explícita que se conhece sobre esse aldeamento é de 1612: “SESSÃO de 28 de abril de 1612”. ACSP, v. 2, p. 312; PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. Op. cit., p. 117-119. Katiane Soares Verazani advoga (mais apoiada em bibliografia que em fontes primárias) pela tese de que Barueri foi fundada pelos jesuítas em 1560 e incorporado pela já referida sesmária de 1580, que não obstante mencionava apenas Pinheiros e São Miguel. VERAZANI, Katiane Soares. *Assenhorear-se de terras indígenas: Barueri – sécs. XVI-XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, p. 74-77. Em meados do século XVII, o controle sobre o aldeamento de Barueri seria ainda objeto de litígio entre as câmaras de São Paulo e Parnaíba, terminando a favor da segunda. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Expansão Paulista*. Op. cit., p. 227.

⁵²⁴ LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*. Edição fac-similar. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2008, p. 36; PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 159-165; ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do Império português*. Op. cit., p. 30 (nota 65).

privada conduzidas sob auspícios régios, fizeram-se também presentes no interior do Colégio e das fazendas dos jesuítas de São Paulo. Dada a estratégia de autofinanciamento desde cedo adotada pela ordem⁵²⁵, os padres puderam manter uma economia própria e uma produção com relativo grau de autonomia frente à dos moradores, embora com estes competissem pelos mercados coloniais de gêneros agrícolas, pela tutela e o domínio da mão de obra indígena e dos aldeamentos reais que agrupavam parte dela, além de apresentarem estruturas produtivas semelhantes e por isso mesmo comparáveis aos demais sítios coloniais. Os mesmos gêneros plantados pelos moradores eram cultivados pelos padres: milho, trigo, feijão, algodão, açúcar, mandioca, sem contar a criação de gado. O mesmo arsenal técnico rural disposto pelos primeiros foram também empregados pelos segundos em suas propriedades: moinhos, moendas, teares, prensas, além das ferramentas básicas: enxadas, machados e foices. Fundamentalmente, por fim, o emprego da força de trabalho no conjunto de tarefas envolvendo produção, processamento e transporte se reproduziu igualmente nos dois casos. Em ambos, a população indígena foi retirada dos sertões do continente e desenraizada dos seus agrupamentos e das lógicas de organização social e de trabalho que lhe eram caras.

Nesse sentido, sendo ao mesmo tempo um “espaço diferencial” e um “prolongamento da divisão social do trabalho que ali reina ao conjunto da sociedade”, acordando com a maneira pela qual os espaços religiosos aparecem na documentação e na memória histórica jesuíta⁵²⁶, a missão dos inacianos em São Paulo (incluindo aí suas fazendas, os aldeamentos e o Colégio) costumou reproduzir as relações sociais de produção existentes também no entorno colonial, embora por vezes com escala e características diferenciadas. O escoamento da produção agrícola das terras jesuíticas, sobretudo para o litoral atlântico, foi facilitado pelo controle da passagem sobre o porto de Cubatão, ao pé da Serra do Mar, onde os padres da Companhia expandiram a sua “fazenda geral” por meio de doações e/ou compra direta de terras na área⁵²⁷. Tratava-se de uma importante parcela da renda destinada ao sustento local

⁵²⁵ ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé*. Op. cit., pp. 17-21 (“Apresentação”) e 45-188 (“O debate sobre a escravidão entre os missionários jesuítas no Brasil”).

⁵²⁶ ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé*. Op. cit., p. 470-471.

⁵²⁷ Esse controle acabaria por se transformar efetivamente em monopólio oficial apenas entre 1713 e 1714, por provisão real de D. João V. Cf. “PROVISÃO (Cópia da) pela qual ordena ao Provedor da Fazenda (Real) da Capitania do Rio de Janeiro, o informe da razão que houve para se arrendar, aos Padres da Companhia (de Jesus), a passagem do Cubatão, que ordenara se incorporasse na Coroa, como soube por informação do governador e capitão-general de São Paulo e Minas (D. Brás Baltazar da Silveira)”. AHU, cx. 2, doc. 112 (19/05/1714). Ver, também: PERALTA, Inez Garbuio. *O Caminho do Mar: subsídios para a história de Cubatão*. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, 1973, pp. 1-12; 53-55; e TORRES, Francisco Rodrigues. *A Fazenda Geral dos Jesuítas e o monopólio da passagem do Cubatão 1553-1748*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p. 42-78.

da Companhia, que se somava aos rendimentos produtivos e comerciais, à insuficiente esmola real e à nem sempre abundante caridade dos outros moradores⁵²⁸.

Outras ordens religiosas que estiveram no planalto de Piratininga durante o século XVII – carmelitas, beneditinos e franciscanos – ao que tudo indica também tiveram suas unidades produtivas funcionando com base na força de trabalho indígena, embora suas posses jamais tenham alcançado importância e dimensão comparável ao patrimônio jesuíta. Conhecidas tradicionalmente por apoiarem os moradores nas suas controvérsias contra a Companhia de Jesus⁵²⁹, chegaram a ocupar o lugar desta na administração espiritual dos aldeamentos do padroado real nos dois últimos anos do século, e não há indício de que tenham imposto qualquer obstáculo ou dificuldade para a exploração das terras e dos braços ameríndios pelos colonos. Aos beneditinos, chegados a São Paulo em 1598 (seu mosteiro foi construído por religiosos vindos junto com D. Francisco de Souza, tendo-se elevado à categoria de abadia em 1635⁵³⁰), foi entregue o aldeamento de Pinheiros exatamente cem anos depois⁵³¹. Na mesma ocasião, os carmelitas receberam Barueri. E os franciscanos ficaram com São Miguel e Escada (além de Peruíbe, no litoral)⁵³².

Sabe-se de ao menos três parcelas de terra que os beneditinos, conhecidos pelo seu tradicional uso estritamente controlado do “tempo”⁵³³, possuíram naquele século: São

⁵²⁸ A julgar pela leitura do livro de contas do Colégio de São Paulo que fez Luigi Vicenzo Mamiani em sua visita de 1700, o porto de Cubatão rendia, por essa época, algo em torno de 40\$000 anuais, aos quais se somariam 2 mil cruzados obtidos com as oficinas (ferraria, caldeiraria, tecelagem e curtume). Cf. MAMIANI, Luigi Vicenzo. *Memorial sobre o governo temporal do Colégio de São Paulo oferecido ao Padre Provincial Francisco de Matos para se propor e examinar na consulta da Província e para se apresentar ao N.R.P. Geral* (1701). ARSI, Fondo Gesuitico, Colleg., 1588, busta 203/12, fl. 38. Também publicado em: *História Unisinos*, v. 19, n. 2. São Leopoldo, 2015, p. 134.

⁵²⁹ Sobre a contenda, ver: “DISPUTA entre os P. Jesuítas e outras ordens religiosas” (1651). ARSI, F.G. 1588, busta 203/12/4. Anos depois da expulsão dos jesuítas, os religiosos carmelitas moveram esforços com o objetivo de se esquivarem da excomunhão deles arrancada junto à Santa Sé pelos primeiros, através de uma carta passada pelo vice coletor apostólico. Cf. “EMBARGO com que vêm os religiosos do convento de N. S. do Carmo da vila de S. P. a fim de não serem declarados por incursos na excomunhão e mais penas *et ultra* eles impostas pela carta do ilustríssimo senhor Vice coletor apostólico passada a instância dos reverendos padres da Companhia” (1648). ARSI, F.G. 1588, busta 203/12/3, 17 ff. (Transcrição de Carlos Zeron, cópia).

⁵³⁰ Ver a documentação referente à fundação do mosteiro e instalação dos beneditinos em São Paulo publicadas em: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. Op. cit., p. 3-4.

⁵³¹ CARVALHO, Cristina Toledo de. “A presença dos monges beneditinos na São Paulo Colonial (1598-1792)”. *REVELETEO*, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.teologia-assuncao.br/re-eletronica/numeros/n2>.

⁵³² AMARAL, Aracy. *A Hispanidade em São Paulo*. Op. cit., p. 106 (nota 16).

⁵³³ Josep Fontana afirmou terem sido “los monges quienes comenzaron a preocuparse por la determinación más precisa de las horas del día, cuyo empleo estaba estrechamente fijado en la regla de san Benito, lo que condujo en la dirección que había de llevar a la construcción de los primeros relojes mecánicos, en el siglo XIII” (“os monges que começaram a se preocupar com a determinação mais precisa das horas do dia, cujo emprego estava estreitamente fixado na regra de São Bento, o que conduziu na direção que haveria de levar à construção dos primeiros relógios mecânicos, no século XIII”). FONTANA, Josep. *Historia: análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona: Crítica/Grijalbo, 1982, p. 30. Já Michel Foucault, numa das aulas de um curso proferido no Collège de France em 1973-1974, analisou os mecanismos de controle elaborados por algumas ordens religiosas sobre seus membros através das reformas ocorridas durante os séculos XI e XII. Esses mecanismos teriam funcionado como “ilhas” disciplinares em um ambiente ainda medieval hegemonizado pelo que o autor

Bernardo, Jurubatuba e São Caetano, ou Tijuçu, sendo a última um sítio formado a partir de terras doadas aos monges por Miguel Aires Maldonado, Duarte Machado e Fernão Dias Paes em 1597, 1631 e 1671, respectivamente⁵³⁴, sem contar uma fazenda em “Parati, no distrito de Mog [sic] das Cruzes, com 500 braças ou 1.111m, 1 de testada e 1 légua ou 5,5 quilômetros de sertão, comprada em 1654 a Aelexio [sic] Rodrigues por 180\$”; e uma “fazenda de criar, de uma légua ou 5,5 quilômetros de extensão no bairro de Sarapuí, havida por sesmaria em 1694”⁵³⁵. Também tiveram mosteiros em Parnaíba (1643), Jundiá (1668) e Sorocaba (1660)⁵³⁶. Consta que, na década de 1660, o mosteiro beneditino da vila paulista possuía dois currais que somavam, ao todo, 200 cabeças de gado⁵³⁷.

chamou de “dispositivos de soberania”, e antes que estes últimos fossem suplantados pela “disciplina” definidora do caráter essencial das sociedades no século XVIII, teríamos historicamente outras iniciativas contribuindo ao processo, desde o final da Idade Média, como a colonização pedagógica da juventude, as missões jesuíticas do Paraguai, o exército e o surgimento das cidades operárias. FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 91. A noção “tempo do trabalho” foi mencionada por este autor como fator objetivo dos dispositivos disciplinares em geral, mas não foi particularmente aprofundada em seus escritos.

⁵³⁴ Cf. “Traslado da escritura de DOAÇÃO de dois sítios, e terras anexas ao Tijucucu” (1631); “TÍTULO das terras que possui São Bento na Borda do Campo, hoje fazenda de São Bernardo e outras anexas à mesma doação que fez Miguel Aires Maldonado e sua mulher” (1637); e “Traslado da POSSE, que tomou o reverendo frade Paulo do Espírito Santo como procurador do seu mosteiro de São Bento desta cidade da doação, que fez ao dito mosteiro Miguel Aires Maldonado” (1638). In: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. Op. cit., p. 91-111. Os termos do contrato pelo qual Fernão Dias Paes se comprometia à construção e reforma da igreja dos beneditinos, em troca de poder ser nela sepultado após a sua morte, podem ser lidos em: “Traslado da ESCRITURA do Capitão Fernão Dias Paes de fazer a Igreja com obrigação de sepultura na capela mor” (1650), “Traslado da CARTA de arrematação do sítio chamado Tojucucu que foi do Capitão Manoel Temudo, que arrematou o Capitão Fernão Dias Paes” (1671) e “Traslado da PETIÇÃO e carta de DATA no Rio Tamanduaté que são as terras do Tojucussu que comprou em praça o capitão Fernão Dias Paes” (1668). In: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. Op. cit., p. 72-85; MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, t. 2. Op. cit., p. 129-131. A documentação referente à doação de Maldonado também se encontra reproduzida em: TAUNAY, Affonso de E. *História Antiga da Abadia de São Paulo*. São Paulo: Typografia Ideal, 1927, p. 24-30 e seguintes.

⁵³⁵ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, t. 2. Op. cit., p. 132-133. Ver, também, toda a documentação referente à posse da fazenda de Mogi no: *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. Op. cit., pp. 111-118 e 128-143.

⁵³⁶ Ao mosteiro de São Bento de São Paulo foram concedidas duas sesmarias em 1598, mas apenas em 1600, sobre a ermida, o mosteiro foi edificado, após o recebimento de uma data de terras na vila, certificada apenas em 1630. Cf. “Traslado de uma CARTA de chãos dos padres bentos”. CDT, v. 1, p. 137-138 (também transcrita em: RGSP, v. 1, p. 78-29; MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, t. 2. Op. cit., p. 128-129; e *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. Op. cit., p. 3-11, onde se encontra também a “certidão” da doação referida). Ainda no que tange ao patrimônio dos beneditinos, receberam brejos nas margens do Anhangabaú, uma capela na Parnaíba por testamento de André Fernandes em 1643, uma sesmaria dada em 1660 em Sorocaba e outra em 1668 para a construção de outro mosteiro em Jundiá, além de outras doações de chãos na vila. *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. Op. cit., p. 17-21; MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, t. 2. Op. cit., pp. 127-128; 133; AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. Op. cit., p. 11.

⁵³⁷ “Traslado da carta de DATA da Câmara desta cidade de São Paulo em que nos dão dois sítios da banda do rio para dois currais, um defronte deste mosteiro e outro defronte da olaria de Francisco de Siqueira” (1666). *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo*. Op. cit., p. 13.

Já os carmelitas, chegados a São Paulo em 1594, ano da fundação do seu convento paulista, também se estabeleceram em Mogi (1629) e Itu (1719)⁵³⁸. Os franciscanos, por sua vez, cujo convento em São Paulo foi fundado em 1639, somente muito mais tarde se instalariam em outras áreas do planalto, mais especificamente em Taubaté (1692) e em Itu (1704)⁵³⁹.

Nenhuma dessas instalações era desprovida de terras adjacentes “para seus mantimentos”. John Manuel Monteiro informa de passagem, embora sem referenciar a sua fonte, que “carmelitas de São Paulo, Parnaíba e Mogi das Cruzes também receberam autorizações para moer trigo no século XVII”⁵⁴⁰. A crer no autor, torna-se verossímil, conforme as poucas evidências disponíveis, a reclamação que faziam os padres jesuítas do colégio de Piratininga, em 1682:

Também dizem [os paulistas] que religiosos de outra ordem, que não a Companhia, que também os tem como servos e que os compram e vendem. E que os prelados dessa religião e os párocos o veem e toleram tacitamente e que nada obsta para serem ouvidos em confissão e absolvidos⁵⁴¹.

À mesma conclusão soma-se o fato de que os carmelitas, em pelo menos duas ocasiões, recorreram a sertanistas paulistas para adquirir braços indígenas para o seu convento, sob a justificativa de que “o remédio dele [isto é, do convento] depende do serviço dos índios”. Na primeira delas, em 1648, o reverendo padre-prior Frei Ângelo dos Mártires propôs aos seus pares que enviassem alguns de seus servos junto a um “homem branco, pagando-se-lhes todos

⁵³⁸ As terras para a fundação do convento de São Paulo em 1594 foram doadas por Braz Cubas, e nos arredores da vila havia “a fazenda de *Biacica*, da outra banda do rio *Tietê*, de 1 légua em quadra, doada em testamento por Lopo Dias, em 1621, e mais meia légua ou 2,7 quilômetros de testada, e 1 légua ou 5,5 quilômetros de sertão, havida por sesmaria concedida no mesmo ano pelo capitão-mor Manuel Rodrigues de Moraes”. A fundação do convento de Mogi ocorreu no ano seguinte ao recebimento, pelos carmelitas, de uma sesmaria de “2 léguas ou 11,1 quilômetros de terras em quadra no extremo da cidade de Jacaré”. MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, t. 1. Op. cit., p. 200-201; AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. Op. cit., p. 341-342.

⁵³⁹ Embora autorizada em 1624, por alvará régio, a construção do convento foi iniciada apenas em 1639, tendo sido interrompida em 1640, graças às escaramuças que levaram à expulsão dos jesuítas do planalto. MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, t. 2. Op. cit., p. 203-204; ROWER, Basílio. *A Ordem Franciscana no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1947, p. 115-116; ROWER, Basílio. *Páginas de História Franciscana no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1957, pp. 74-86; 327-340; 406-412; AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. Op. cit., p. 153-154; MENDONÇA, Regina Kátia Rico Santos de. *Escravidão Indígena no Vale do Paraíba*. Op. cit., pp. 67-81; 90.

⁵⁴⁰ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 248 (nota 60).

⁵⁴¹ “Causas que foram trazidas pelo Padre Provincial do Brasil, e pelos Consultores da sua Província, e por outros Padres abaixo assinados do Colégio de Santo Ignácio de Piratininga na vila de São Paulo, enviadas pelos nossos, e separando-se” (1682). ARSI, FG, *Colleg.* 1536/4, fl. 1-2.

os gastos e aviamento necessários”, o que claramente fizeram por intermédio de 9 ou 10 “moços” enviados junto ao capitão Luiz da Costa e mais “5 ou 6 em companhia de Mathias Martins por ser nosso devoto e deste modo, se granjeará bens para o convento e se evitarem algumas fugidas”⁵⁴². Na segunda ocasião, dessa vez em 1662, os religiosos do Carmo enviaram ao sertão, junto com José Ortiz de Camargo, quatro indivíduos de uma de suas fazendas (nomeada “São Pedro”) e mais quatro da fazenda de Biacica. A justificativa, mais uma vez, era que “pudessem trazer alguma gente, pois sem ela se acabariam totalmente, não só as fazendas, mas o convento”. Ortiz de Camargo e seus companheiros solicitaram ainda que pelo menos um sacerdote daquela ordem os acompanhasse na viagem, no que foram logo correspondidos, comprometendo-se a fornecer em troca a metade das primeiras 100 “peças” que cativassem⁵⁴³.

Retornando ao caso dos jesuítas, pode-se dizer que estes antecederam os colonos no que diz respeito à prática e difusão dos ofícios manuais (incluindo a instrução dos índios neles⁵⁴⁴), com suas dinâmicas e ritmos de trabalho variados. Serafim Leite levantou exaustivamente as assim chamadas “artes e ofícios” praticadas por padres da Companhia na América portuguesa, desde a sua chegada, em 1549, até a sua segunda expulsão, cerca de dois séculos depois (1759). O autor distinguiu tais atividades em seis categorias: “artes e ofícios de construção” (arquitetos, mestres de obras, pedreiros, carpinteiros, construtores navais, ferreiros, oleiros etc.), “belas-artes” (escultores, pintores, músicos, oleiros e barristas etc.), “manufaturas” (alfaiates, sapateiros, curtidores, tecelões etc.), “ofícios de administração” (administradores de engenhos e fazendas, pastores, agricultores etc.), “serviços de saúde” (enfermeiros, cirurgiões, boticários e farmacêuticos) e “outros ofícios” (mestres de meninos, bibliotecários, barbeiros, servidores domésticos, tipógrafos, pilotos etc.)⁵⁴⁵. A atividade desses religiosos especificamente no planalto paulista – incluindo os espaços das igrejas, do Colégio, dos aldeamentos e das fazendas jesuítas – envolveu uma parte considerável desses ofícios, desde a fundação do Colégio em 1554.

Todavia, com base no levantamento de Leite, pode-se notar que houve uma mudança na orientação organizacional das propriedades jesuítas a partir da primeira década do

⁵⁴² Transcrito e publicado em: MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, t. 1. Op. cit., p. 341-342.

⁵⁴³ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, t. 1. Op. cit., p. 342.

⁵⁴⁴ A instrução e o emprego da população indígena nos ofícios de capelas e de outras instalações religiosas do período deixaram rastros artísticos inscritos nas próprias edificações, algumas delas preservadas ainda nos dias atuais. A esse respeito, ver: KOK, Glória. “Índios ‘de ofício’ e ‘encapelados’ da capitania de São Vicente no século XVII”. In: FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos (Org.). *A Companhia de Jesus e os Índios*. Curitiba: Prismas, 2016, p. 215-231.

⁵⁴⁵ LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*. Op. cit., p. 37-108.

século XVII, quando as práticas econômicas deixaram de se resumir ao aprendizado, exercício e difusão dos ofícios manuais compreendidos como básicos para a sobrevivência das instalações europeias no continente americano⁵⁴⁶, e passaram a constituir verdadeiras unidades produtivas orientadas para uma agricultura capaz de gerar excedentes e assim introduzir os padres nos movimentos e circuitos comerciais que conectavam o planalto com o litoral e com outras partes do continente.

Evidência dessa mudança é a maior frequência com que, a partir de 1600, surgem referências a padres “hortelãos”, “agricultores” e “procuradores” ou “administradores de fazenda”, empregados em propriedades pertencentes à Companhia de Jesus na região. Foram os casos dos padres Mathias Medeiros, coadjutor da casa de Santo Inácio de Piratininga em 1614 e 1616⁵⁴⁷; Antônio Gonçalves, procurador do Colégio por volta de 1640⁵⁴⁸; Manuel de Leão, sapateiro de formação que, não obstante, administrou os bens do Colégio de São Paulo e outras fazendas jesuítas do planalto durante grande parte da segunda metade daquele século (tomava conta da “casa” em 1663, foi administrador das fazendas do Colégio entre 1667 e 1679, dirigia outras fazendas da Companhia em São Paulo entre c.1683 e c.1694 – uma das quais ele próprio transferiu para outra área junto com alguns índios aldeados em 1680, nomeada como “aldeia” ou “residência da Paraíba do Sul” em 1692 e “Residência de São José” em 1696, que dois séculos depois originaria a cidade de São José dos Campos)⁵⁴⁹; e Aleixo Pacheco, que esteve à frente da fazenda de São Paulo em 1673⁵⁵⁰.

⁵⁴⁶ Cf. LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*. Op. cit., pp. 49, 71, 73, 75, 83, 92, 95, 99, 101, 115, 120, 134, 135, 142, 176, 182, 186, 199, 201, 217, 218-9, 221, 222, 225, 231, 233, 246-9, 255, 260, 266, 267, 268 e 270. Há de se notar que, entre os primeiros religiosos do planalto, Gregório Serrão exerceu a função de cirurgião-barbeiro, Mateus Nogueira a de ferreiro, Diogo Jacome de alparcateiro, Leonardo Nunes de músico, Afonso Brás de carpinteiro e José de Anchieta as de alparcateiro, enfermeiro e cirurgião (pp. 120, 135, 199, 222, 225 e 260). Em Mateus Nogueira, Manuel da Nóbrega enxergara o protótipo de um dos personagens do seu “Diálogo da Conversão do Gentio” (1556-7), que carregava o mesmo nome do irmão “ferreiro de Jesus Cristo, o qual posto que com palavra não prega, fá-lo com obras e com marteladas”. NÓBREGA, Manuel da. *Diálogo da Conversão do Gentio* (1556-7). In: DOURADO, Mecenas. *Diálogo da Conversão do Gentio*. Ensaio crítico e transcrição integral. São Paulo: Ediouro, s/d, p. 101-118. Na “Crônica da Companhia de Jesus” (1663), Simão de Vasconcelos enfatizou sobremaneira a pobreza dos padres recém instalados em Piratininga (de suas casas e terras, bem como das esmolas que recebiam) para com isso justificar que tenham recorrido ao aprendizado dos ofícios como meio fundamental de auto sustentação. Cf. VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*, v. 1. Op. cit., p. 210-211; e v. 2, p. 115-116.

⁵⁴⁷ ARSI, *Bras.*, 5(1), fls.111v e 116; LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*. Op. cit., p. 217.

⁵⁴⁸ ARSI, *Bras.*, 5(1), fls. 173v e 189.

⁵⁴⁹ Cf. as listagens de religiosos presentes em: ARSI, *Bras.*, 5(2), fls. 15v, 32, 35v, 38v, 48v, 66v e 110v; LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*. Op. cit., p. 291; LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Op. cit., p. 367-369. Um relato mais tardio sobre a fundação da aldeia ou residência de São José encontra-se em: FONSECA, Manuel da. *Vida do Padre Belchior de Pontes* (1752). Lisboa: Oficina de Francisco da Silva, 1752, p. 145-152.

⁵⁵⁰ ARSI, *Bras.*, 5(2), fl. 66; LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*. Op. cit., p. 231.

Eram estes religiosos especializados na organização material e do cotidiano, em geral, e, em particular, do funcionamento interno das atividades produtivas do Colégio e dos aldeamentos. Entre as suas atribuições havia as tarefas de dividir e coordenar a força de trabalho nas atividades agrícolas, nas oficinas e nos serviços da casa, atribuindo a cada qual obrigações determinadas; delimitar os espaços em que se plantaria cada gênero; estabelecer os dias e horários de trabalho, reza, alimentação e descanso, bem como ditar os ritmos de cada serviço; supervisionar e castigar os ameríndios reduzidos, quando julgassem ser assim conveniente; planejar as despesas e os rendimentos das propriedades. A descrição dada por Luigi Vincenzo Mamiani do cotidiano do Colégio de São Paulo, em 1700, resume algumas das referidas prerrogativas da função de procurador de fazenda, ou, nas palavras empregadas pelo jesuíta italiano, o “Padre, ou Irmão, que corre com as Fazendas”:

O modo, com que se pratica este serviço, é o seguinte. O Padre ou Irmão, que corre com as Fazendas, ajunta pela manhã todos os dias, exceto os sábados, domingos, e dias santos, os Índios capazes de trabalho, e os oficiais vão trabalhar nas suas oficinas, e os outros vão para o mato, ou para a roça, ou para outro serviço do Colégio em que se ocupam os oficiais todo o dia, e os outros até uma hora, ou duas depois do meio dia, e muitas vezes todo o dia, e as Índias têm a sua tarefa de algodão para fiar e dar todos os dias; e os que faltam a esse serviço, ou se castigam, ou se repreendem, e finalmente não estão na liberdade deles o faltar a este serviço quotidiano⁵⁵¹.

Se nas propriedades particulares do planalto essas responsabilidades raramente apareciam como especialização exclusiva de um único sujeito (poderíamos dizer “profissional”), sendo geralmente realizadas pelo próprio senhor e proprietário, por algum de seus filhos ou então por outros dependentes, em geral livres (para o recorte estudado, são desconhecidos casos de escravos indígenas designados como feitores ou capatazes das fazendas), no caso da Companhia de Jesus tratava-se quase efetivamente de uma profissão, assim como a de “língua” (isto é, agente capacitado para compreender e traduzir as falas nativas ou a língua geral para mediar a comunicação entre os índios, mestiços e os falantes do português e outras línguas europeias), “capelão” ou “cura”. Seria lícito dizer, então, que, além de uma sistematicidade particular, as relações sociais de produção das propriedades jesuítas da época

⁵⁵¹ MAMIANI, Luigi Vincenzo. *Memorial sobre o governo temporal do Colégio de São Paulo*. Op. cit., p. 132.

se revestiram de um certo nível de formalidade, preservado a despeito do intervalo no qual os inacianos estiveram expulsos da capitania e destituídos dos seus bens (1640-1653).

Para além do cargo de administrador de fazenda, a nova orientação agrícola dos assentamentos jesuítas pode ser deduzida a partir das evidências, embora parcas, dispostas sobre o conjunto das atividades econômicas daqueles religiosos e a estrutura das unidades produtivas da Companhia em São Paulo. Um dia antes da expulsão, o padre reitor Nicolau Botelho escreveu uma procuração ao vigário Manuel Nunes solicitando que fizesse conta de todos os bens dispostos pelo Colégio na região, a fim de que fossem quitadas todas as dívidas e que a propriedade fosse por ele preservada em seu conjunto durante a ausência dos ordenados. O reitor transferia, assim, para Nunes o “poder de administrar e reparar assim currais como fazendas, moinhos, vinhas e mais bens do Colégio”⁵⁵². Manuel Nunes também havia sido reitor do Colégio paulista, mas obtivera licença em 1631 para abandonar a ordem e associar-se ao clero secular da vila, tornando-se vigário da Matriz de São Paulo⁵⁵³. Isso, evidentemente, permitiu-lhe continuar instalado ali após o “bota-fora”, além de manter uma relação de proximidade com os jesuítas até a sua morte, em 1644. Em testamento de 1641, declarou que, ao morrer, todos os seus bens (incluindo o “gentio da terra” e uma família de “negros da Guiné” de que dispunha) deveriam ser mandados para os religiosos do Colégio da Bahia, pois em São Paulo era “este povo tão contumaz e com tão pouco respeito a seus ministros”⁵⁵⁴.

Em ambos os documentos (a procuração e o testamento), bem como noutros que acompanham o segundo (um codicilo, um novo testamento e um inventário, todos de 1644), percebe-se com relativa nitidez os variados tipos de ocupação produtiva e o complexo de transações comerciais nos quais estavam envolvidos os religiosos de São Paulo (e de maneira especial os membros da Companhia de Jesus) já na primeira metade do século XVII: menções como as de moinhos, fazendas, currais, uma “fábrica”, moeda corrente, barris de azeite, açúcar fino, sal etc., demonstram um padrão de riqueza um tanto insólito para o período. O emprego usual do termo “fazenda”, para designar uma extensão de terra organizada como unidade produtiva rural, sugere terem sido aquelas propriedades de dimensão superior à da maior parte dos assentamentos particulares, nomeados corriqueiramente como “sítios” nos inventários seiscentistas. Em particular, encontram-se grandes operações de compra, venda, empréstimo,

⁵⁵² “Traslado de uma PROCURAÇÃO dos padres da Companhia de Jesus feita ao reverendo padre vigário Manuel de Nunes”. ACSP, v. 5, p. 42-43.

⁵⁵³ CAMARGO, Paulo Florêncio. *A igreja na história de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Cúria Metropolitana, 1953, p.74; POLASTRE, Claudia Aparecida. *A música na cidade de São Paulo, 1765-1822*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, p. 30.

⁵⁵⁴ “Testamento de Manuel Nunes” (1641). AESP, IT, v. 28, p. 50-51.

crédito e endividamento das quais Nunes foi participante, e que ligavam comercialmente não apenas o vigário com a Companhia em São Paulo e na Bahia, mas também de ambos com religiosos carmelitas e beneditinos, padres de outras igrejas (como as de M'boy, Parnaíba, São Sebastião, Cananéia e Iguape, sem contar uma quantia de dinheiro prometida como “restituição” aos padres do Paraguai de S. Francisco Xavier, expulsos havia algum tempo de suas missões pelos paulistas) e, também, moradores de Santana de Parnaíba, Santos, Rio de Janeiro, Bahia e Ilhéus, além de proprietários e oficiais da própria vila em troca de serviços manuais prestados⁵⁵⁵.

Exemplo mais evidente é o do padre Guilherme Pompeu de Almeida, membro de uma das principais famílias da nobreza paulista, detentor de um dos maiores cabedais de fins do século XVII e começo do seguinte. Filho do capitão e negociante cujo nome herdara, que financiou empreendimentos de prospecção e fundição minerais e administrou os bens de seus familiares até as últimas décadas daquele século, o herdeiro recebeu instrução dos jesuítas em Salvador e retornou como padre secular para a vila de Santana de Parnaíba, de onde havia partido, em 1679. Após receber um dote que incluía um curral em Itu, uma casa com senzala e um escravo africano, passou a dedicar-se também ao comércio (de armamentos, tecidos, ferramentas de metal etc.) e à realização de empréstimos para familiares e vizinhos, inclusive financiando expedições sertanejas. Assumiu, em 1687, a administração da extração de ferro da Serra de Voturuna e da capela ali existente, antes controlada pelo pai, que morreu quatro anos depois. Em dez anos, tornou-se proprietário da extensa fazenda de Araçariguama, onde vivia (a qual daria origem ao homônimo aldeamento de índios, depois de sua morte), dois currais em Itu (e não mais apenas um), 11 escravos *tapanhunhos* acompanhados de suas famílias, mais de uma centena de escravos indígenas, prataria, gado e outras coisas, todas doadas ao Colégio da Companhia⁵⁵⁶. Próximo à virada do século, iniciou-se na exploração de ouro, cumprindo também a função de cobrador de impostos e taxas para o tesouro régio⁵⁵⁷.

O “borrador” ou “copiador” de Guilherme Pompeu (isto é, o livro de contas no qual o religioso anotava todas as suas transações), que abrange a última década do século XVII e a

⁵⁵⁵ “Testamentos e inventário de Manuel Nunes” (1641-1644). AESP, IT, v. 28, p. 49-103. Em uma “Crônica” tardia, escrita por um missionário franciscano sobre a atuação de sua ordem no Brasil, Manuel Nunes aparece como pároco destacado entre os moradores paulistas, pelo préstimo que teria dado aos frades durante uma das transferências de estabelecimento destes. JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*, parte segunda. Reprodução fac-similar das edições de 1859, 1861, 1862. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980, p. 520-521.

⁵⁵⁶ “Bens agravados pertencentes ao Colégio de São Paulo”. DI, v. 44, p. 348-349.

⁵⁵⁷ CAHN, Herbert. *O Padre Guilherme Pompeu de Almeida e suas atividades comerciais (1686-1713)*. Op. cit., pp. 16-20; CALDEIRA, Jorge. *O Banqueiro do Sertão*, v. 2. Op. cit., pp. 107-129; 157-169; 303-314; 387-400; 425-461 e 501-511.

primeira do XVIII, fornece evidências não apenas de empréstimos a juros (contraídos com ele por moradores, oficiais, confrarias, irmandades, o clero secular, religiosos de outras ordens e a própria Companhia de Jesus), como também de compra, fabricação, concerto ou venda de ouro, armas, animais, escravos e produtos agrícolas (como algodão, trigo, feijão e açúcar), produtos de abastecimento (farinhas, panos, carne, sal, couro, aguardente, ferro, queijo, marmelada, vinho, tabaco) e equipamentos de trabalho (como um descaroçador, serras, podões, foices e enxadas). Os seus negócios percorreram Santana de Parnaíba, São Paulo, Curitiba, Iguape, Santos, Minas Gerais e Rio de Janeiro, Bahia, Lisboa e Porto⁵⁵⁸.

Em última instância, os dois casos (de Manuel Nunes e Guilherme Pompeu de Almeida) demonstram que a distinção entre propriedades particulares e eclesiásticas no território paulista do século XVII é insegura, dado que, inseridas em um substrato comum de relações sociais, compartilhavam características (fazendo com que as propriedades da Igreja fossem administradas pelos padres à maneira das particulares pelos moradores) e frequentemente transitavam de uma a outra condição por meio dos mecanismos de doação e herança. Não seria, portanto, gratuita a propensão de Mamiani, em 1700-1701, a justificar, de um lado, a manutenção pelos religiosos do Colégio de São Paulo de uma certa atividade agrícola e manufatureira de finalidade mercantil e, de outro, o engajamento dos mesmos clérigos na atividade de extração aurífera como forma de, por meio da acumulação de bens para a importação de escravos africanos e/ou pela venda dos gêneros produzidos pelos padres no planalto, garantir a continuidade, embora sob novas bases, da “boa economia” agrícola, manufatureira e comercial que havia tempos sustentava a referida instituição:

O certo é que não desacredita a Companhia, nem é notada de ambição em vender os açúcares, a courama, as madeiras e outros frutos do Brasil em Portugal, por lá valerem mais estes gêneros; nem foi notado de ambição algum dia o Reitor de S. Paulo por mandar vender o seu pano de algodão no Rio de Janeiro e na Bahia, por valerem mais nestes lugares. Logo, nem poderá ser notado de ambição se mandar vender os próprios frutos às minas por ouro, que agora é moeda corrente em todas as vilas de S. Paulo.

⁵⁵⁸ “DOCUMENTAÇÃO sobre o capitão-mor Guilherme Pompeu de Almeida, morador que foi na vila de Parnaíba”. RIHGSP, v. 58, 1960, p. 491-579. Apesar de o título referenciar o “capitão-mor” Guilherme Pompeu, fica evidente que se trata, na verdade, do filho deste, o “padre” Guilherme Pompeu, dado que o primeiro morreu em 1691, ao passo que a maior parte dos registros presentes no “copiador” é posterior a essa data. A análise mais exaustiva do referido documento, com maior objetividade e cientificidade que a de Caldeira, é a que realizou, em 1967: CAHN, Herbert. *O Padre Guilherme Pompeu de Almeida e suas atividades comerciais (1686-1713)*. Op. cit., pp. 16-20; 33-34; 39-46.

[...] e os frutos têm maior preço pela falta deles, pois se forem em outros lugares, não mandariam tanta cópia destes gêneros, custando mais, nem é boa economia vender barato e comprar caro⁵⁵⁹.

Seja como for, as operações comerciais coordenadas pelos religiosos não estavam descoladas do trabalho operado no interior das unidades produtivas pertencentes, por exemplo, ao Colégio de São Paulo, mas antes se apresentavam como extensão e decorrência dele. Antes de serem vendidos, os gêneros agrícolas eram plantados nas terras administradas pelos padres e processados nos moinhos sob sua posse; o algodão colhido nos aldeamentos (como, por exemplo, no de Embu⁵⁶⁰) era fiado e depois tecido em teares manejados no interior das casas e oficinas associadas à capela. Quando não utilizados no consumo interno dos religiosos, dos seus catecúmenos e dos índios administrados, os produtos dessa economia – uma economia na qual agricultura e ofícios técnicos estavam integrados, à mesma maneira do que vimos entre os moradores particulares do planalto – eram encaixotados e transportados para o comércio⁵⁶¹. Tudo, evidentemente, era realizado com o recurso da mão de obra da população indígena reduzida e aldeada naquelas terras. Lembre-se que, em 1615, com o terreno doado por Afonso Sardinha aos jesuítas, iam juntamente “peças [de] escravos de Guiné, e da terra, casas e gado, e da mais fazenda bem feitoria”⁵⁶².

A riqueza da Companhia e o emprego pelos religiosos da força de trabalho escrava, aliás, constituíram elementos essenciais da argumentação dos moradores na disputa contra os

⁵⁵⁹ MAMIANI, Luigi Vicenzo. *Memorial sobre o governo temporal do Colégio de São Paulo*. Op. cit., p. 137.

⁵⁶⁰ Ainda em meados do século XVIII a atividade algodoeira realizada no aldeamento de Embu podia ser vista nos bens apreendidos quando da segunda expulsão dos jesuítas. Cf. “Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequência da expulsão dos Jesuítas do Brasil” (1762): “o maior rendimento que ela tem é o muito algodão que plantam e depois de o fiarem as Índias o teciam e dele faziam várias peças de pano todos que os ditos Padres Superiores da mesma Aldeia vendiam para suprir as despesas dela. Porém hoje o seu rendimento é muito diminuto pela liberdade em que os índios se acham depois da expulsão dos ditos Padres de sorte que em dois anos deram os depositários da mesma Aldeia de rendimento (não entrando os alugueis das casas) a quantia de trinta e sete mil e trezentos reis de que se mostra haver suficiente rendimento para esta Aldeia satisfazer os vinte mil reis que esta doadora deixou todos os anos para o ornato da Capela do Santo Cristo do Colégio e para se fazer a festa de N. Senhora do Rosário na mesma Aldeia. No tempo destes Padres e por ordem dos Provinciais passou a obrigação que tinha esta Aldeia de dar os ditos vinte mil reis para o mesmo Colégio o qual supria todos os anos com o dito legado por se obrigar a Aldeia a dar a cada ano os índios necessários para as conduções de Cubatão em tempo de Fragata”. Transcrito e publicado em: DI, v. 44, p. 371.

⁵⁶¹ Nas palavras de Serafim Leite: “Como o algodão era nativo do Brasil, por toda a parte se multiplicaram os teares, e consta que o pano tecido em S. Paulo, na Aldeia de Embu (Mboi) se exportava para o Rio de Janeiro e Baía a fim de ajudar a manutenção da gente e do culto da Aldeia. Neste ofício, a intervenção dos Irmãos ou Padres Procuradores era de simples superintendência, sem atividade profissional, supérflua, dada a aptidão do pessoal, quer doméstico, quer assalariado, em particular o feminino”. LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*. Op. cit., p. 73.

⁵⁶² “DÍVIDAS que o Colégio de São Paulo deve a esta fazenda”. DI, v. 44, p. 361.

padres, pois os colonos encontraram razões suficientes para alegar que os religiosos pretendiam se servir do trabalho indígena e vendê-lo com exclusividade, privando a eles, seculares, da mesma regalia⁵⁶³. Entre as “causas que os moradores de São Paulo apontam da expulsão dos padres da Companhia de Jesus” (1649), dizia-se “que [os jesuítas] se servem dos Índios melhor que os moradores em suas searas, engenhos, moinhos, e até os carregam nas costas”, além do “que se aproveitam das terras e datas dos Índios trocando-as e vendendo-as”⁵⁶⁴.

O destaque dado aos moinhos do Colégio de São Paulo no momento da primeira expulsão dos padres, bem como ao seu lugar numa estrutura produtiva composta de variadas esferas de atividades econômicas, mantinha-se ainda no final do século XVII, conforme se pode notar no conteúdo de um processo movido em 1699 pelo padre reitor Aleixo Moreira contra Antônio Rodrigues de Arzão, acusado de invadir as terras do aldeamento de Itapecerica para roçar. Com o intuito de atestar o pertencimento daquelas terras aos jesuítas, várias testemunhas alegaram, entre outras coisas, que naquela área os missionários “sempre tiveram plantas, moinho e moenda e toda a mais casta de lavouras”, “moinho, e toda a casta de lavouras”, “sítio, moinho, vinha e mais lavouras”, “toda a casta de lavouras e moinho”, “fazenda com vinhas, arvoredos, moinho e mais lavouras”, “casas e moinho e um oratório donde os padres diziam missa lavrando toda a casta de lavouras”, “fazenda e moinho e toda a casta de lavoura”⁵⁶⁵.

Uma vez retornados ao planalto, em 1653, os jesuítas puderam reconstruir as suas fazendas e resgatar parte dos seus bens, que haviam sido abandonados e espoliados pelos colonos durante a sua ausência⁵⁶⁶. No entanto, apesar dos acordos que levaram à aceitação dos

⁵⁶³ Ver, por exemplo, as respectivas réplicas dos padres visitadores Pedro de Moura e Francisco Carneiro sobre essa tópica do argumento, no ano de 1640: “VISITA de Pedro de Moura” (1640). ARSI, Bras., 3(1), fl. 212v; CARNEIRO, Francisco. “Resposta a uns capítulos, ou libelo infamatório”. Transcrito e publicado por: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 578-579 [referência do manuscrito original: ARSI, *Gesù, Colleg.*, 1569, fls. 149-170]. No fim do século, a mesma suspeita se mantinha particularmente forte na vila de Itu, por isso conhecida como “Rochela de São Paulo”, conforme o relato de: RODRIGUES, Antônio. “CARTA da missão que no ano de [16]99 fizeram dois religiosos da Companhia de Jesus na vila de S. Paulo e mais vilas adjacentes para o Padre Francisco de Mattos da Companhia de Jesus Provincial da Província do Brasil” (1700). ARSI, Bras., 10(1), fl. 1-1v.

⁵⁶⁴ “CAUSAS que os moradores de São Paulo apontam da expulsão dos padres da Companhia de Jesus” (1649). Apud MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 146. O documento original está localizado em: BN, II, 35.21.53, doc. 2.

⁵⁶⁵ “PROCESSO envolvendo os padres do Colégio de São Paulo, representado pelo reitor Aleixo Moreira, contra Antônio Rodrigues de Arzão que invadiu as terras de Itapecerica e começou a lavar nela” (1699). Secretaria do Patrimônio da União, Setor Incorporações, fls. 2-9v (cópia). O documento foi localizado e transcrito por Angélica Brito Silva, a quem agradeço a cópia fornecida.

⁵⁶⁶ Indício dessa situação encontra-se na ata de uma sessão da Câmara de 1650, na qual foi solicitado ao procurador dos índios da aldeia de Carapicuíba que reunisse os índios dela para consertar os muros do Colégio dos jesuítas, que se encontrava então destruído, pois alguns indígenas da vila estariam ali entrando com frequência para fazer “coisas pouco decentes”. O procurador reagiu dizendo que haviam outros procuradores a quem o pedido poderia ser feito, que não era essa uma atribuição sua, que faria somente o que os demais moradores também fizessem, que os próprios índios de Carapicuíba não estavam dispostos a realizá-lo e, enfim, “que a dita igreja e colégio era deste povo”. “NOTIFICAÇÃO a Domingos da Rocha” (1650). ACSP, v. 5, p. 434-435.

padres de volta a São Paulo, os conflitos em torno do problema da mão de obra indígena continuavam muito longe de cessar. Já em 1661, o reitor do Colégio de Piratininga, padre Manoel Pedroso, solicitou ao governador geral que fossem punidos os moradores circunvizinhos de uma propriedade onde os jesuítas possuíam lavouras trabalhadas por índios (“como costumam os mais vizinhos desta vila”), onde tratavam diretamente com estes e os alugavam como carregadores para o comércio com o litoral, sendo que muitos desses índios acabavam permanecendo em Santos e não retornavam mais à fazenda dos padres⁵⁶⁷.

Pode-se dizer que os conflitos entre os padres e os colonos do planalto paulista ao longo do século XVII se explicam não somente pela indisposição dos últimos a aceitar a interferência jesuíta nas relações sociais do interior de suas plantações, entre si e seus escravos, mas também pela insatisfação dos moradores ao enxergarem nos padres poderosos competidores na produção e no comércio de gêneros agrícolas. A querela, para além de uma disputa moral e/ou teológica sobre a “liberdade” indígena, possuía igualmente outra faceta, a de uma competição entre proprietários pelo controle e pela posse de índios administrados, terras e mercados coloniais.

Tanto foi assim que, em 1648, após receberem de D. João IV um alvará passado no ano anterior que perdoava os paulistas das suas culpas, desde que restituíssem os padres da Companhia, os oficiais da Câmara responderam com uma representação na qual se queixavam de que “os ditos Religiosos dão muita causa, além do que não pagam dízimos [tendo] mais fazenda que todos moradores”⁵⁶⁸. Na mesma perspectiva (isto é, ainda denunciando a riqueza das propriedades jesuítas em São Paulo), embora já numa etapa posterior do confronto, os agentes da mesma Câmara argumentaram, em 1676, que a Companhia de Jesus possuía em São Paulo algo em torno de 700 índios – no Colégio e nas fazendas –, sendo que como sacerdotes os padres eram apenas três e que, envolvidos nos seus próprios negócios, descuidavam dos

⁵⁶⁷ “Registo de uma PETIÇÃO que o padre reitor da Companhia de Jesus fez ao governador geral Salvador Corrêa de Sá; e de uma provisão que o dito governador lhe passou ao padre Manuel Pedroso” (1661). RGSP, v. 3, p. 39-40. Publicado também por MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. Op. cit., p. 343.

⁵⁶⁸ “DECRETO de (D. João IV), ordenando ao Conselho Ultramarino que nas ordens que passar sobre os moradores das capitâneas de São Paulo, São Vicente e outras, se declare que o perdão que o Rei lhes concede só terá efeito depois de restituídos os padres da Companhia (de Jesus), a tudo o que possuíam antes da sua expulsão, pois aquele perdão só é dado com este fim” (1647); e “REPRESENTAÇÃO (dos oficiais) da Câmara de São Paulo a D. João IV” (1648). AHU, Catálogo 2, cx. 1, doc. 14, I e II. O privilégio de não pagamento de dízimos pelos jesuítas não somente aumentaria os motivos de oposição entre estes e os moradores, como também entre os padres da Companhia e os religiosos pertencentes a outras ordens, sobretudo beneditinos e carmelitas. Cf. “FUNDAMENTOS que tem o Colégio para não pagar os dízimos que os contratadores sem fundamento pretendem” (s/d). ARSI, F.G. 1588, busta 203/12/7.

deveres religiosos que deveriam manter nas aldeias do padroado real⁵⁶⁹. Anos depois, no “Regimento que o general Artur de Sá e Meneses no ano de 1698 deixou ao Capitão mor Isidoro Tinoco de Sá para governo dos índios das Aldeias de São Paulo”, ressentia-se ainda de “que estão morrendo os índios nas aldeias sem confissão, e seus filhos se criam sem doutrina, e é lástima, que estando em terra de católicos, onde há tantos religiosos, tal suceda”⁵⁷⁰. Ao contrário de 1640, no entanto, não convinha mais aos colonos expulsarem outra vez os jesuítas⁵⁷¹, pois, àquela altura, estavam claros os resultados do avanço desenfreado dos colonos sobre as terras, os braços e o tempo de trabalho dos índios (proliferação de doenças, mortalidade exponencial, revoltas, fugas). Para Antônio Rodrigues, seria essa uma matéria de que:

⁵⁶⁹ “CARTA da conta que deram os oficiais da Câmara de S. Paulo, em 18 de Julho de 1676, sobre o estado em que se achavam as aldeias do padroado” (1676). In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. “NOTÍCIA Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo”. RIHGB, v. 12. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1849, p. 35. Do lado contrário da disputa, treze anos depois, o padre Diego Machado informava, da Bahia, a um superior sobre a situação das missões nas partes sulinas da América portuguesa (Rio de Janeiro, São Paulo e Santos). Especificamente sobre São Paulo, dizia que “andan estos Religiosos de lugar en lugar con gran zelo exercitando los ministerios de la Compañia y como para tan gran messe eran pocos dos Missionarios, desse en visita dos Sacerdotes tan bien peritos en la lengua, que fuessen ayudar a los otros, para que por diversas partes acudiesen al bien espiritual destes pobres Índios” e que “Esto es en suma lo que hazen los Religiosos en aquellas partes del Sul” (“andam estes religiosos de lugar em lugar com grande zelo exercendo os ministérios da Companhia e como para tão grande messe eram poucos dois missionários, desse em visita dois sacerdotes tão bem peritos na língua, que fossem ajudar os outros, para que por diversas partes acudissem ao bem espiritual desses pobres índios”). ARSI, *Bras.*, 3 (2), fls. 270 + 270v-271. E o jesuíta Antônio Rodrigues narrou, no início de 1700, vários casos expressivos de uma situação de abandono espiritual na qual se encontraria São Paulo no ano anterior, quando de sua visita à região (desde doentes desamparados até manifestações diabólicas), dentre os quais um índio que não se confessava havia 10 anos por falta de confessor que compreendesse sua língua, de outro que o mesmo não fazia havia três anos, e outros tantos que jamais se haviam confessado. RODRIGUES, Antônio. “CARTA da missão que no ano de [16]99 fizeram dois religiosos da Companhia de Jesus na vila de S. Paulo e mais vilas adjacentes para o Padre Francisco de Mattos da Companhia de Jesus Provincial da Província do Brasil”. Op. cit., fls. 2v-3.

⁵⁷⁰ “REGIMENTO que o general Artur de Sá e Meneses no ano de 1698 deixou ao Capitão mor Isidoro Tinoco de Sá para governo dos índios das Aldeias de São Paulo, de que o fez procurador geral”. *Revista do Arquivo Municipal*, v. 10. São Paulo, 1935, p. 75-80.

⁵⁷¹ É o que fica sugerido na carta escrita pelos funcionários da Câmara paulista ao Padre Geral da Companhia, quando em 1685 souberam da possibilidade de os padres abandonarem a região paulista: “Todas as razões, que a Vossa Reverendíssima se representaram para tirar os Padres de nossa terra, duram há mais de cem anos, e em todos eles os toleraram os Padres antigos e santos, como foi o venerável Padre José de Anchieta, que fundou esta vila, e o Padre João de Almeida e outros varões apostólicos desta Santa Religião, que habitaram este Colégio com muita glória de Deus e fruto das almas. Esta Vila é um povo mui dilatado com outras muitas circunvizinhas, onde há muita falta de pregadores e mestres, que ensinem o caminho do céu, e só de Índios passam de mais de sessenta mil almas, em que os Reverendos Padres podem empregar seu santo zelo com amiudadas missões, por estar esta sorte de gente muito falta de doutrina [...] Em Câmara, S. Paulo 17 de Março de 1685”. ARSI, *Bras.*, 3 (2); 189-90 [transcrito e publicado em: RGSP, v. 3, p. 459-461; e LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Op. cit., v. 6, p. 316-317]. A suposta quantidade de índios declarada, isto é, “sessenta mil almas”, surpreende e não parece fiel à realidade do período, tendo o planalto já sofrido um declínio populacional considerável com as espoliações das terras indígenas durante as décadas de 1640 e 1650, assim como durante a década de 1660, com a onda de fugas e rebeliões que indígenas assombraram os moradores do planalto paulista. Apreciando criticamente essas quantias, Carlos Zeron conclui: “a grande maioria dos índios está nas casas e propriedades dos moradores, não aparecendo nem nas estatísticas dos aldeamentos jesuítas, nem na dos aldeamentos reais, nem mesmo nas relações de batizados do bispado do Rio de Janeiro ou na lista do bispo do Pará”. ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. “Antônio Vieira e os ‘escravos de condição’: os aldeamentos jesuíticos no contexto das sociedades coloniais”. In: FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos (Org.). *A Companhia de Jesus e os Índios*. Curitiba: Prismas, 2016, p. 246-249.

em outro tempo ciavam tanto os moradores de S. Paulo, que nem consentiam que os padres da Companhia doutrinassem os seus índios e agora não só o estimam, mas o pedem e desejam. Com que se rompeu nesta missão um laço, e se desatou um nó tão cego, que até aqui trouxe a estes moradores todos nesta matéria cegos⁵⁷².

Se, para Rodrigues, a cegueira era atributo dos moradores paulistas e dela os teriam curado os jesuítas, no entendimento de um outro padre da Companhia que visitara São Paulo no mesmo contexto e condição – a mando do Provincial Francisco de Mattos –, Luigi Vincenzo Mamiani (que também não eximia os mesmos moradores de sua culpa), eram os jesuítas daquela região que teriam então os seus olhos vendados para a injustiça na qual incorriam fazendo uso da força de trabalho indígena. No “Memorial sobre o governo temporal do Colégio de São Paulo oferecido ao Padre Provincial Francisco de Matos para se propor e examinar na consulta da Província e para se apresentar ao N.R.P. Geral” (1701), a situação da mão de obra ameríndia no interior daquele estabelecimento fora objeto de observação e julgamento.

Trata-se de um caso raro de evidência documental que nos permite enxergar não apenas fragmentos dispersos das atividades econômicas dos padres (como as que temos trabalhado até aqui, por exemplo, sobre os seus bens e posses, suas transações comerciais etc.), mas que apresenta de forma ampla a dinâmica social resultante da experiência jesuítica no planalto de Piratininga, desde a sua chegada até 1700, data aproximada da sua visita e da escrita do “Memorial”. A situação que vai nele problematizada, ela própria crítica e transitória, como veremos, se localiza exatamente no limite entre o que teriam sido as experiências materiais dos religiosos no século XVII, que pareciam chegar a um fim, e o aparecimento de um novo horizonte de possibilidades que se apresentavam para os mesmos jesuítas de “serra acima”.

Mamiani pretendia atuar na contramão das ordens expedidas por provinciais e visitantes que o antecederam (“que servem mais de remédio especulativo, do que prático”), e optou por conduzir a sua análise voltando-se para o “meneio deste Colégio no temporal”, o que para ele correspondia ao exame de todas as fontes de renda dispostas pelos jesuítas naquelas partes. O que encontrou nesse exercício foi nada mais que uma reprodução concentrada (tanto no Colégio propriamente, quanto nos aldeamentos sob a sua administração) dos ramos de

⁵⁷² RODRIGUES, Antônio. “Carta da missão que no ano de [16]99 fizeram dois religiosos da Companhia de Jesus na vila de S. Paulo e mais vilas adjacentes para o Padre Francisco de Mattos da Companhia de Jesus Provincial da Província do Brasil”. Op. cit., fl. 2v.

atividade econômica praticados de forma dispersa fora dele, embora quase exatamente à maneira como eram realizados nas casas, sítios e fazendas dos demais colonos, a saber:

A renda pois dele consiste em lavouras e frutos da terra, em panos de algodão, e em rendimentos que se tiram de umas oficinas de ferreiros, caldeireiros, tecelões e curtidores; o mais granjeado com suor e trabalho dos Índios da nossa administração, assistentes em cinco aldeias, a saber de Carapicuíba, e agora Itapeceira, M'boy, Capela, Sítio e Paraíba. Os índios lavram a terra, roçam, plantam, limpam e colhem os frutos para o Colégio. Os índios servem de oficiais na ferraria, caldeiraria, teares e curtume, exceto uns cinco ou seis oficiais escravos legítimos. As índias fiam ordinariamente algodão, fora os que servem de cozinheiros, curraleiros, carapinas, pedreiros, etc.⁵⁷³

As próprias condições desse serviço, que no seu entendimento seriam de grave injustiça e, conseqüentemente, matéria de pecado mortal, levavam tanto índios administrados quanto escravos “legítimos” (africanos e/ou indígenas conquistados por meio de “resgate” e “guerra justa”) a serem empregados da mesma forma, nas mesmas tarefas, reunidos sob o mesmo espaço, servindo durante as mesmas horas diárias, tendo os mesmos tempos de descanso e trabalho, recebendo os mesmos castigos, a mesma vestimenta e os mesmos víveres. Os alimentos que os mantinham vivos provinham daquilo que eles podiam plantar de maneira relativamente autônoma, mas somente aos sábados e dias santos⁵⁷⁴.

O “tempo” se expressava, no discurso de Mamiani (semelhantemente ao que vimos em tópico anterior ter ocorrido nos escritos de Manoel João Branco e Luís Lopes de Carvalho, exploradores de ferro do planalto sob os auspícios de Filipe III e Pedro II, respectivamente), tanto como categoria analítica quanto como critério de observação e medida do rendimento das unidades produtivas. Ora, na sua compreensão, a condição de administrados somente obrigaria os índios ao sustento de seu pároco administrador e, talvez, de um único companheiro dele, para o que seriam suficientes apenas “poucos dias”, não correspondendo ao serviço permanente e “cotidiano, de todos os dias” a que se encontravam os indígenas sujeitos. No lugar dessa injustiça, concluía, com base em textos dos teólogos Solórzano e Avendaño, que o trabalho poderia ser organizado “*per menses, vel hebdomadas*” (“por meses, ou semanas”), possibilitando que os índios, no tempo que lhes sobrasse, ficassem livres “para fazer o que

⁵⁷³ MAMIANI, Luigi Vincenzo. *Memorial sobre o governo temporal do Colégio de São Paulo*. Op. cit., p. 132.

⁵⁷⁴ MAMIANI, Luigi Vincenzo. *Memorial sobre o governo temporal do Colégio de São Paulo*. Op. cit., p. 132.

quiserem” e, dessa forma, não poderiam ser obrigados a qualquer outro serviço (exceto nos casos de obras públicas), tampouco para o sustento de todos os nove ou dez jesuítas instalados no Colégio⁵⁷⁵.

Além disso, o jesuíta italiano recorreu ao livro de contas do Colégio para, através do balanço de seus gastos e rendas, mensurar a participação do uso da força de trabalho indígena nos valores movimentados, bem como calcular as possibilidades de os seus respectivos serviços serem pagos com “justo estipêndio”. Constatou que o Colégio havia alcançado, naquele ano, a renda total de 1.511\$000, e que a despesa geral havia somado 1.315\$260 (sem contar, nisso, a “farinha, legumes, etc. que se comeram no Colégio”). Subtraindo as partes da renda decorrentes de outras fontes que não o braço indígena (a saber: os 40\$000 adquiridos por Cubatão e pouco mais da terça parte do trabalho dos cinco oficiais obreiros legitimamente escravizados, que trabalhavam junto a onze ou treze índios forros nas oficinas, que correspondia a 2 mil cruzados), resultava que a renda de aproximadamente 300\$000 não era compatível com a despesa superior a 3 mil cruzados, que sequer considerava as despesas dos próprios índios. Ainda assim, Mamiani prossegue aceitando a suposição de que um vintém diário fosse justo pagamento, embora o valor lhe parecesse muito baixo, sobretudo para a mão de obra especializada nos ofícios. Como o Colégio seguramente não administrava um número inferior a 300 indígenas (nessa estimativa, possivelmente o religioso incluía os nativos reduzidos em todas as fazendas e aldeamentos pertencentes aos jesuítas em São Paulo), cumpria despende o mínimo de 6\$000 diários, ou 120\$000 ao mês, ou 1.400\$000 ao ano, sobrepujando o rendimento total da Companhia naquele estabelecimento, ainda que a operação limitasse a 20 dias o tempo mensal de trabalho (excluindo-se dele os sábados, domingos e dias santos)⁵⁷⁶.

De tudo isto se tira, que o modo, com que se sustenta o Colégio de S. Paulo por via do serviço dos índios na forma referida, e *in bonum privatum*, ainda que seja com estipêndio, é ilícita [...] é impossível moralmente no estado presente [...]. Logo (e é a conclusão peremptória) não se pode licitamente tolerar, e permitir tal forma de Colégio; e pecarão gravemente todos os Superiores, que o permitirem⁵⁷⁷.

Em várias passagens, Mamiani pensa a organização e o funcionamento das unidades produtivas jesuíticas, bem como o trato dos índios no seu interior, como equivalentes

⁵⁷⁵ MAMIANI, Luigi Vincenzo. *Memorial sobre o governo temporal do Colégio de São Paulo*. Op. cit., p. 133.

⁵⁷⁶ MAMIANI, Luigi Vincenzo. *Memorial sobre o governo temporal do Colégio de S. Paulo*. Op. cit., p. 134-135.

⁵⁷⁷ MAMIANI, Luigi Vincenzo. *Memorial sobre o governo temporal do Colégio de S. Paulo*. Op. cit., p. 135.

à prática corrente dos moradores paulistas nesse campo. Diz reconhecer, no entanto, alguns argumentos comuns sobre a diferença entre ambos os setores: 1) de que ter índio aldeado (“que é uma espécie de liberdade”) não é o mesmo que tê-lo em casa; 2) sobre o título de administradores pertencer aos jesuítas, e não aos particulares, a despeito da decisão real de 1696 ter transferido a administração dos aldeamentos reais aos seculares (“pois nem el Rei lhes pode dar a dita administração livremente, tendo-os em suas casas”); 3) que os padres acudiriam aos índios tanto no espiritual quanto nos cuidados corporais. Mas nenhum desses argumentos lhe parecia de fato pertinente naquele momento, pois: 1) muitos particulares teriam seus índios reduzidos em fazendas, à maneira de aldeias; 2) o monarca havia concedido de fato, o título de administradores aos paulistas, independentemente de o emprego do índio se dar em casas ou aldeias; 3) o cuidado corporal do índio talvez fosse ainda mais lógico vindo dos moradores, “pois morrendo um índio, perdem um escravo”⁵⁷⁸.

Mamiani vislumbrava apenas três saídas para aquela situação insustentável: primeiro, o Colégio poderia ser abandonado e transformado em casa, para que poucos sujeitos pudessem ser legitimamente sustentados pela mão de obra administrada; segundo, o monarca luso poderia assinar cômputo para sustentar por si só os padres daquelas partes; ou, então, deveriam ser mandados os índios do Colégio às minas recém descobertas para que lá adquirissem os cabedais suficientes para a aquisição de escravos africanos e assim realizarem a substituição da força de trabalho e a liberdade indígena. A primeira opção devia ser demasiado violenta. A segunda, dependente da vontade real e inalcançável a curto prazo. A última, além de praticável (dado haver ouro em demasia nas minas e ser tal o procedimento estimulado pelos religiosos para os moradores), corresponderia à “vontade” da própria população indígena do Colégio, que supostamente teria feito a Mamiani uma petição nesse sentido quando da sua visita ao local⁵⁷⁹. Na verdade, a opção defendida coadunava com um dos termos da proposta de acordo com os paulistas, incentivada já alguns anos antes pelo padre Alexandre de Gusmão, segundo o qual: “Já se tinha chegado com muitos, por causa destes escrúpulos, a que tratassem mais de tirar ouro das minas do que de trazer índios do sertão”⁵⁸⁰.

⁵⁷⁸ MAMIANI, Luigi Vicenzo. *Memorial sobre o governo temporal do Colégio de S. Paulo*. Op. cit., p. 135.

⁵⁷⁹ MAMIANI, Luigi Vicenzo. *Memorial sobre o governo temporal do Colégio de S. Paulo*. Op. cit., p. 135-136. Para uma contextualização abrangente e uma abordagem crítica do “Memorial” de Mamiani, com destaque para a relação entre as noções ali presentes de “economia”, “vontade” e “religiosa política”, ver: ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro; VELLOSO, Gustavo. “Economia Cristã e Religiosa Política: o “Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo”, de Luigi Vicenzo Mamiani”. *História Unisinos*, v. 19, n. 2. São Leopoldo, 2015, p. 120-137.

⁵⁸⁰ GUSMÃO, Alexandre de. *Annuae Litterae ec Brasilia* (1694). ARSI, Bras., 9, fl. 395v. Traduzido e reproduzido em: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Op. cit., p. 323. Antes disso, expressou o governador geral Antônio Luís da Câmara Coutinho ao rei em 1692 que “se não falava mais que ir a buscar ouro para comprar negros”. Cf. “CARTA para sua Majestade sobre se não aceitar em São Paulo a baixa da

Há quem diga, com razão, que a “contradição do real manifesta-se [...] no discurso que o exprime”⁵⁸¹. Vemos, em Mamiani, a máxima expressão da consciência sobre os problemas da relação entre “tempo” e “trabalho” que teria sido possível durante o século XVII. No seu escrito, a duração do trabalho indígena – em dias, semanas, meses ou anos – aparece sobretudo como critério de julgamento moral⁵⁸², aspecto ademais intimamente relacionado à categoria “renda” (isto é, o rendimento monetário das unidades produtivas do Colégio). Para ele, como vimos, os rendimentos total e parcial das atividades econômicas eram decorrência do tempo no qual eram explorados os índios que nele labutavam (fosse na faina agrícola, nos serviços domésticos ou nas oficinas). Uma confluência de fatores e condições estruturais – de caráter demográfico (a desproporção numérica entre índios e religiosos), financeiros (o parco patrimônio monetário entesourado pelos jesuítas de São Paulo e o alto preço dos escravos africanos sob o efeito inflacionário da expansão econômica mineira), políticas (a transferência dos direitos de administração dos índios aos colonos) e sociais (os maus tratos aos índios conferidos tanto por moradores quanto por religiosos) –, impossibilitaria a continuidade da missão sob aqueles pecaminosos moldes. Portanto, “tempo”, “trabalho” e “renda” convertiam-se em uma verdadeira matéria de consciência.

Mais do que isso, sua descrição da estrutura e do funcionamento gerais do Colégio de São Paulo expressam o lugar privilegiado ocupado pelo tempo não somente nas elaborações discursivas e da consciência que visavam atuar sobre a realidade descrita, fosse preservando-a ou de alguma forma a transformando, mas também no seio das próprias bases concretas – sociais e materiais – sobre as quais gravitava o conjunto de relações entre padres e índios. Ora, definido por uma divisão do trabalho estrita (por exemplo: entre homens e mulheres; entre trabalhadores agrícolas, oficiais e domésticos; e, embora para Mamiani isso ainda estivesse por ser respeitado, entre “escravos legítimos” e administrados), bem como por um acúmulo de tarefas e obrigações diárias (trabalho, reza, descanso) e pelo desejável resguardo do serviço nos domingos e dias santos (embora na prática essa fosse a única parcela de tempo no qual os índios poderiam produzir os seus próprios víveres), a temporalidade concebida e vivenciada era ao

moeda, e liberdade dos índios” (1692). DH, v. 33, p. 446-448. Regredindo ainda mais no tempo, em 1677, questionava-se o procedimento da alforria de índios visto serem “os moradores pobres e não poderem comprar *tapanhunos*”. “Registo da CARTA dos oficiais da Câmara da Ilha Grande sobre a alforria do gentio” (1677). RGSP, v. 3, p. 147-148. Essa perspectiva invertia uma espécie de “preferência” secular à prata e ao índio do que ao ouro propriamente dito. Sobre o tema, ver: MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência. Campinas: Unicamp, 2001, p. 99-105.

⁵⁸¹ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. Op. cit., p. 159.

⁵⁸² ZERON, Carlos; VELLOSO, Gustavo. “Economia Cristã e Religiosa Política”. Op. cit., p. 126-127.

mesmo tempo religiosa e produtiva, soberana sobre as condições de vida e de trabalho da população indígena submetida.

A sistematicidade do uso da mão de obra indígena no interior das propriedades jesuítas, para além da reprodução dos padrões da cultura técnica, material e fundiária do entorno colonial, e da “impossibilidade moral” de aquilo se dar de outra maneira até o final do século XVII, igualmente se expressava na organização espacial de tais estabelecimentos. Veja-se, por exemplo, uma planta baixa do Colégio de São Paulo, carta da qual infelizmente não se conhece a datação:

IMAGEM 13 – Planta baixa do Colégio de São Paulo da Companhia de Jesus (adaptação). ARSI, F.G. 1588, busta 203/12/5. *Idea Collegii S. Pauli* (s.d.). Transcrição e reprodução de Carlos Zeron, adaptado por Gustavo Velloso.

Nela, observa-se a disposição da “horta” do Colégio percorrendo uma larga extensão de terreno, com particular acesso às “lojas” e aos cubículos (câmaras de dormir), sendo vista também a partir das salas dos noviços (nas quais eram ministrados os ensinamentos). Os cubículos estavam ligados por um longo corredor que percorria a construção de um extremo a outro, dando acesso à quase totalidade dos ambientes. Mais distantes e relativamente reservadas, às costas das salas dos noviços, havia áreas reservadas para as atividades de

sustentação humana (do corpo e da alma): o refeitório, a cozinha, a capela etc. Tratava-se, em primeiro lugar, de uma disposição espacial orientada para o trabalho agrícola e para a instrução religiosa, associados também à moradia e ao descanso. Embora fossem ambientes distintos, integravam-se plenamente na ordem sacramental cristã, a qual sintetizava-se pela expressão chave contida na regra de São Bento: “ora et labora”, entremeada pelo tempo de descanso necessário à preservação física do gentio.

O corredor, ao possibilitar acesso a todos os ambientes e, em particular, a todos os cubículos, garantia uma vigilância permanente e, dessa forma, a visibilidade e o estrito controle do que se podia ou não realizar em seus interiores. Mais do que isso, nota-se a existência de espaços diferenciados que eram reservados para cada nível da hierarquia social daquela propriedade, cujo cargo máximo estaria representado na figura do reitor. O seu cubículo particular, situado no piso superior do prédio, estava localizado sobre o canto mais distante possível da horta, espaço de labor. “O tempo precisamente regulado pelas tarefas do dia-a-dia introjetava a disciplina essencial ao corpo e ao espírito”⁵⁸³.

Se quisermos enfatizar a relação entre as noções de “vigilância”, “controle social” e “hierarquia” contidas na arquitetura jesuíta, podemos estabelecer uma analogia entre a organização espacial interna ao edifício do Colégio de São Paulo e o modelo das reduções jesuítas que se reproduziu em diversos espaços das Américas portuguesa e espanhola entre o século XVI e XVIII⁵⁸⁴:

O partido arquitetônico das reduções separou espacialmente aquelas esferas da atividade humana (trabalho, moradia e culto), reintegrando-as numa ordem sacramental, diferente, portanto, daquela praticada pelo índio antes do contato com os missionários. Do *aba guaipí*, como era designado em guarani o homem mandado, ao aprendiz de um ofício e ao coroinha; do pagão ao neófito e ao convertido, há uma escala e mesmo um trajeto, ordenado a partir do eixo que estrutura o espaço do aldeamento ou redução, desde os campos, no entorno da missão, atravessando a avenida principal que dá acesso às residências, até atingir a praça e a igreja⁵⁸⁵.

⁵⁸³ FREITAS, Ludmila Gomide. *A Câmara Municipal da vila de São Paulo e a Escravidão Indígena no século XVII (1628-1696)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2006, p. 61.

⁵⁸⁴ Ver, por exemplo: WILDE, Guillermo. *Religión y Poder en las misiones Guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009, p. 69-73.

⁵⁸⁵ ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. “A Ocidente do Ocidente: linhas e perspectivas em confronto”. *Revista de História*, n. 170. São Paulo, 2014, p. 91.

Evidentemente interligadas, essas duas dimensões não podem ser, todavia, identificadas com muita pressa, considerando-se as diferenças essenciais que estiveram relacionadas às diferentes funcionalidades das instalações e ao contexto externo no qual a missão inseria-se em cada caso particular, conforme explicou Lúcio Costa:

Sendo o objetivo da Companhia a doutrina e catequese, a igreja devia ser ampla, a fim de abrigar número sempre crescente de convertidos e curiosos e localizada, de preferência, em frente a um espaço aberto – um terreiro – onde o povo se pudesse reunir e andar livremente, não se prevendo, o mais das vezes, a construção ordenada de casas em volta dessa praça. É que, ao contrário do que se observa nas missões do sul, onde, como se verá depois, cada núcleo jesuítico constituía por si mesmo o “povo”, isto é, a cidade, os nossos principais colégios faziam parte de organizações urbanas distintas, ou então, quando sucedia a algum dos numerosos aldeamentos formados pelos padres, tomar corpo – como foi o caso de São Paulo de Piratininga, por exemplo – ele era logo repartido com as demais ordens religiosas e as autoridades civis. Assim, mais modesto e menos independente, o programa jesuítico brasileiro não comportava os traçados urbanísticos integrais tão característicos das missões da Província do Paraguai, das quais nos ficaram, por bem dizer, de quebra, os chamados Sete Povos das Missões.⁵⁸⁶

Cumprir recordar que o modelo de organização das reduções na fronteira meridional consistia, de fato, num desenvolvimento do padrão de aldeamento pensado por Nóbrega em meados do século XVI e experimentado nos aldeamentos paulistas que estiveram sujeitos à administração do referido Colégio, dessa época até o fim do século XVII, embora ao longo dos anos tenha sido melhor definido, de certa forma aprimorado e redimensionado⁵⁸⁷.

Nos aldeamentos, espaços de sedimentação e concentração demográfica que destoavam da dispersão característica dos grupos indígenas autônomos, o edifício da igreja (geralmente situada em plano mais alto que os demais edifícios) foi, via de regra, o epicentro arquitetônico, tal como o padre superior (cuja residência se localizava bem ao lado da capela)

⁵⁸⁶ COSTA, Lúcio. “A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 5. Rio de Janeiro, 1941, p. 13.

⁵⁸⁷ Ver o estudo desse modelo e de suas variações ao longo do tempo realizado por: ZERON, Carlos. “Mission et espace missionnaire: les bases matérielles de la conversion”. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, n. 169. Paris, 2015, p. 307-334.

fora o epicentro social e hierárquico. Diante dela, o “largo” ou “terreiro” de formato retangular em que se realizavam as festividades religiosas, o trânsito e os encontros, a divulgação de leis e ofícios, assim como as punições exemplares (pois ali estavam sediados os “troncos”⁵⁸⁸, que não seriam “nem de longe objetos decorativos”⁵⁸⁹), o que conferia à povoação, nas palavras de Luís Saia, “um sentido litúrgico”⁵⁹⁰. Às laterais desse largo eram construídas as casas dos índios, sempre de qualidade muito inferior à dos padres e à igreja. Nas margens do aldeamento, estavam as roças contíguas – os “campos da aldeia” – nas quais os índios plantavam alimentos para consumo próprio e dos seus administradores, cercadas contra o gado vizinho e outros invasores⁵⁹¹. O aldeamento de Carapicuíba, cuja planta vai reproduzida abaixo, é o único cuja disposição espacial seiscentista se manteve ao longo dos séculos.

IMAGEM 14 – Planta do aldeamento de Carapicuíba (fins do século XVI ao XX). Retirada de: PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. Op. cit., p. 228.

Se, de um lado, a transformação dos ritmos nativos de trabalho esteve implícita no conjunto das relações coloniais resultantes da incorporação de novas regiões aos quadros da economia europeia, pelas próprias características estruturais que esse processo adquiriu ao

⁵⁸⁸ Para uma abordagem mais detida sobre os terreiros dos aldeamentos indígenas de toda a América portuguesa, ver: FLEXOR, Maria Helena Ochi. “O Terreiro das aldeias indígenas jesuíticas”. *Anais do IX Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. A respeito de uma aldeia no Espírito Santo, referiu-se o padre Navarro em 1562: “Têm um tronco em que mandam meter os quebrantadores de suas leis, e os castigam [aos índios] conforme seus delitos”. NAVARRO, Azpilcueta, *et alii*. *Cartas Avulsas: 1550-1568*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931, p. 341.

⁵⁸⁹ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. Op. cit., p. 108.

⁵⁹⁰ SAIA, Luís. *Carapicuíba* (texto inédito), p. 13-14. Apud. PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. Op. cit., p. 229.

⁵⁹¹ PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. Op. cit., p. 223-239.

longo de três séculos, por outro lado foram os jesuítas, em particular, que pretenderam organizar as novas relações de maneira regrada e, sobretudo, sistemática, tendo isso se tornado uma verdadeira diretriz da Companhia de Jesus na América portuguesa a partir do final do século XVII⁵⁹². Basta perceber como o jesuíta italiano Jorge Benci projetou, em 1700, uma “economia cristã” capaz de preservar as bases de uma vida material fundada na escravidão e que se encontrava ameaçada naquele momento por fatores como a alta mortalidade da mão de obra (devido a proliferações de doenças, carestia alimentar, formas extenuantes de exploração do trabalho) e as diferentes formas violentas de resistência/reação escrava que assolavam toda a América portuguesa.

Esse projeto, no qual Benci foi acompanhado por Antonil (pseudônimo do padre João Antônio Andreoni⁵⁹³), previa um equilíbrio rigoroso entre o tempo de trabalho a ser exigido dos escravos por seus senhores, “para que não se façam insolentes contra Deus”⁵⁹⁴, e os tempos reservados ao descanso e à instrução religiosa. Para além de desobrigá-los de serviços aos domingos e dias santos, recomendava-se intercalar o trabalho nos dias de serviço com pequenas parcelas de descanso, pois “como hão de poder sem descanso trabalhar os escravos *continuamente*?”⁵⁹⁵. Veja-se que não se trata, de maneira alguma, de romper com a estrutura rítmica do trabalho “contínuo”, da forma como se vinha exercendo até então, em desacordo

⁵⁹² Remeto, aqui, aos trabalhos de Ronaldo Vainfas, Silvia Lara e Carlos Zeron, ressaltando que, dos três, Vainfas foi quem menos circunscreveu cronologicamente essa postura missionária, pois em sua avaliação já em meados do século XVII estava esboçado um projeto “escravista-cristão” encabeçado pelos jesuítas com o objetivo de atuar sobre a relação entre senhores e escravos nos engenhos do nordeste açucareiro. Lara e Zeron associam tal projeto às circunstâncias históricas particulares da virada do século XVII, tendo a postura referida se consolidado em escritos como os de Jorge Benci (1700) e Antonil (1711), além das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707). VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986; LARA, Silvia Hunold. *Campos de Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 29-56; ZERON, Carlos. *A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do Império Português*. Op. cit., 2009, p. 151-164.

⁵⁹³ Ver, principalmente, o capítulo IX (“Como se há de haver o senhor do engenho com seus escravos”) do livro primeiro de: ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711). Introdução e notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007, p. 97-104. Tanto Benci quanto Andreoni participaram ativamente das discussões em torno da administração dos índios de São Paulo, durante as décadas de 1680 e 1690. Benci chegou a visitar a região como secretário da Província. Cf. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Op. cit., p. 325. Já sobre o padre Andreoni, quem nos informa é Alice Canabrava, que, a despeito da opinião de André Mansuy – para quem Antonil nunca teria estado em São Paulo (MANSUY, André. “Introdução”. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Op. cit., p. 214, nota 2) –, afirma que este padre acompanhou Alexandre de Gusmão numa visita ao território paulista, participando dos “entendimentos com os principais moradores” e sendo o próprio redator das “dúvidas” que os paulistas apresentaram sobre as “Administrações do Sul” em 1694-1696. Assim: “O agudo interesse pelos assuntos econômicos já pode ser entrevisto em Andreoni desde os primeiros anos de sua estada no Brasil, nos acontecimentos ligados à escravização do gentio na Capitania de São Paulo”. CANABRAVA, Alice P. “João Antônio Andreoni e sua obra”. Op. cit., pp. 15; 30.

⁵⁹⁴ BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (1700). São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 171

⁵⁹⁵ BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. Op. cit., p. 200.

com os padrões temporais de uso do tempo pelos grupos ameríndios anteriores à conquista. Tratava-se, sim, de inserir elementos de moderação no trato escravista a fim de organizar, quiçá perenizar, o tempo do trabalho mercantil, ao aliviar as tensões que dele decorriam. Uma vez alcançado esse objetivo, bastaria aos senhores que garantissem aos servos o sustento (do corpo e da alma: com alimentos, vestimenta e catequese), o cuidado nas enfermidades e o castigo para a harmonização das relações⁵⁹⁶. Tratava-se dos “três PPP” a que se referiu Antonil: “a saber Pau, Pão e Pano”⁵⁹⁷.

A manutenção da disciplina e a organização do tempo social no interior dos estabelecimentos religiosos contava com a mediação de um instrumento básico de marcação das horas e sinalização do tempo destinado a cada tarefa: o sino. Não tendo o relógio encontrado espaço na sociedade paulista seiscentista, o sino teria cumprido a função de compartimentação e reordenação da vida humana (no caso, destacadamente da mão de obra indígena reduzida) conforme critérios materiais e religiosos historicamente inéditos. De matriz europeia e medieval⁵⁹⁸, o sino estava nesse tempo a serviço de uma realidade social em grande medida distinta, uma região colonial em processo de crescente mercantilização, em todos os âmbitos assentada no emprego forçado de grandes quantidades de trabalhadores indígenas.

Disseminados à medida do possível no planalto paulista durante o século XVII⁵⁹⁹, os sinos já não eram limitados à função litúrgica do sino da Igreja medieval, que Le Goff

⁵⁹⁶ BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. Op. cit., p. 53-170.

⁵⁹⁷ ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Op. cit., p. 100-101. Segundo informou André Mansuy em nota à referida passagem, tratava-se de uma versão modificada do que aparece no livro *Eclesiástico*, 33:25: “Para o asno, forragem, chicote e carga, para o servo, pão, castigo e trabalho”, tendo Andreoni substituído “trabalho” por “pano”, isto é, vestimenta. A passagem completa, de tradução levemente distinta da utilizada por Mansuy, diz: “Para o asno, forragem, chicote e carga; para o escravo, pão, correção e trabalho. Faça o seu escravo trabalhar com disciplina, e você encontrará sossego. Deixe-o com as mãos livres, e ele procurará a liberdade. Jugo e rédea dobram o pescoço; torturas e interrogatório dobram o mau escravo. Mande-o trabalhar, para que não fique ocioso, porque a ociosidade ensina muitos males. Obrigue-o ao trabalho que compete a ele; e se não obedecer, prensa-o em correntes. Entretanto, não cometa excessos com ninguém, e não pratique nada contra a justiça. § Se você tem só um escravo, trate-o como a você mesmo, pois você o comprou a preço de sangue. Se você tem só um escravo, trate-o como irmão, porque você precisa dele, assim como de si mesmo. Se você o maltratar, ele fugirá, e por qual caminho você irá procurá-lo?”.

⁵⁹⁸ Cf. LE GOFF, Jacques. “Tempo”. In: *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, v. 2. Tradução de José Carlos Estevão. Bauru: Edusc; Imprensa Oficial, 2002, p. 536-537.

⁵⁹⁹ Além da representação de um sino próximo a moinhos no desenho de Alessandro Massaii, reproduzido no tópico anterior, e da existência via de regra de torres de sinos na arquitetura das capelas do período, há outras evidências, primárias ou secundárias, aos sinos do planalto paulista. No “borrador” do padre Guilherme Pompeu, vê-se que o mesmo fora fornecedor do ferro utilizado para a construção do “sino da Matriz”. “DOCUMENTAÇÃO sobre o capitão-mor Guilherme Pompeu de Almeida, morador que foi na vila de Parnaíba”. RIHGSP, v. 58, 1960, p. 561. Narra Belmonte que, em 1632, os vereadores emprestaram os sinos da Câmara ao vigário da Matriz, sem tê-lo recebido de volta por algum tempo. A devolução desse sino para a casa da Câmara foi requerida pelos oficiais do conselho em 1645, para que se pudesse chamar o povo para uma audiência. “SESSÃO de 20 de maio de 1645”. ACSP, v. 5, p. 240; BELMONTE. *No Tempo dos Bandeirantes*. Op. cit., p. 111-113. Segundo Antônio Jaboaão, com a arrecadação que os franciscanos de São Paulo fizeram com o auxílio do padre Manuel Nunes em 1639, “se compraram algumas coisas mais necessárias para o provimento da nova casa, como ornamentos, cálices, **sino**, alguns livros, dez quintais de ferro, burel, pano de

categorizou como “incerto”⁶⁰⁰, mas, dada a configuração socioeconômica desses estabelecimentos no período, que esperamos ter descrito com clareza nas páginas anteriores, devia atender invariavelmente às prerrogativas de controle disciplinar sobre a mão de obra indígena e segmentação do tempo diário entre trabalho, instrução e descanso, incorporando nos nativos os elementos de uma experiência estranhada sobre o tempo do trabalho, indissociáveis daquelas expectativas impostas de alcance da graça pelo cumprimento das obrigações sacramentais. “O toque do sino do colégio dos jesuítas [em suma] marcava o ritmo monótono da vida”⁶⁰¹.

Outros objetos que acabariam sendo instrumentalizados por e para essas relações entre missionários e indígenas em várias partes da América colonial foram os instrumentos de coerção e castigo, de um lado, e os instrumentos musicais, de outro. Não é de espantar que nenhuma das ordens clericais que para o planalto vieram, abriu mão do uso da violência no seu trato com os nativos, especialmente quando estes se mostraram resistentes à absorção das práticas e valores morais trazidos pelos religiosos, ou então quando se fizeram pouco diligentes

linho, e outras miudezas, que tudo foi a salvamento a São Paulo” (grifo meu). JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*. Op. cit., p. 521. Uma narrativa de ares românticos sobre o retorno dos jesuítas a São Paulo, datada de 1657, afirmou que na ocasião “Os sinos das igrejas da vila e das casas religiosas repicavam com frequência” (“Cymbalorum per u bis templo, et Relligiosorum hominum a des frequens erar pulsatio” – a tradução é de LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Op. cit., p. 291). PINTO, Antônio. “Sexennium Litteratum” (1657). ARSI, Bras, 9, fl.24v. Ver, também, as descrições do cotidiano de um aldeamento jesuítico presentes em: “CARTA do missionário Rui Pereira aos padres e irmãos da Companhia em Portugal”. (1560). Transcrito e publicado em: LEITE, Serafim (Org.). *Monumenta Brasiliae*, v. 3. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956, p. 285-306; e VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Op. cit., v. 2, p. 14-18. Ambos foram referenciados por ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé*. Op. cit., p. 83 (nota 74).

⁶⁰⁰ Jacques Le Goff estabeleceu uma contraposição entre o tempo medieval representado pelos sinos da Igreja e o tempo moderno contido nos relógios públicos de cidades comerciais e manufatureiras. Para o autor, a crise que no século XIV estava relacionada à alta dos preços e à queda dos salários reais no Ocidente medieval estabeleceu as condições para que o tempo do trabalho nas mesmas cidades de manufatura têxtil (situadas na “Itália do Norte, Catalunha, França Setentrional, Inglaterra Meridional, Flandres, Alemanha”) se transformasse em objeto de disputa entre operários e patrões pelo controle da jornada, e de regulamentação por parte de poderes políticos (senhores, príncipes, reis...) que viam e faziam do tempo instrumento e símbolo de dominação. A partir de fins do século XIII, começa-se a colocar em questão as temporalidades de uma “economia ainda dominada pelos ritmos agrários, isento de pressa, sem cuidado com a exatidão, sem a inquietação da produtividade”. Se, num primeiro momento, a reivindicação que partiu dos trabalhadores foi o prolongamento da jornada, como forma de aumento dos salários em baixa, logo os esforços dos patrões pelo controle e regulamentação rigorosa das durações dos serviços em suas oficinas se intensificaram. Nesse sentido proliferou, a partir do segundo quartel do século XIV, o emprego dos “sinos de trabalho”, que dentre outras funções delimitavam os horários de início, término e intervalo de funcionamento das manufaturas, tal como os intervalos reservados para que os tecelões pudessem realizar os seus trabalhos pessoais ou o assim chamado “trabalho negro”. Ainda que a própria Igreja possa ser considerada precursora do uso do tempo para a imposição de disciplina social (vide a rigorosidade do ambiente monástico, por exemplo), argumentou Le Goff, o novo tempo do trabalho, feito constante e regularizado pela atividade econômica do setor têxtil florescente e posteriormente consolidado no imaginário humanista, rompia essencialmente “perante as horas clericais incertas dos sinos da Igreja”. LE GOFF, Jacques. *Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 83-101.

⁶⁰¹ ASSUNÇÃO, Paulo de. “São Paulo colonial: os primeiros momentos de uma metrópole”. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *São Paulo: uma viagem no tempo*. São Paulo: CIEE, 2005, p. 28.

nos trabalhos agrícolas, domésticos ou nos ofícios. Para tais ocasiões, nem mesmo o religioso mais disposto a cumprir à risca a moderação da “economia cristã” de Benci teria hesitado ao emprego da palmatória e do chicote⁶⁰².

Doutra maneira, a música pode ter se mostrado aqui, como noutros espaços de atuação jesuíta, uma das ferramentas de catequização e “educação” dos indígenas para o trabalho repetido, embora a falta de referências empíricas sobre o caso paulista torne difícil evidenciar o fenômeno e/ou precisar a real dimensão desse uso⁶⁰³. O certo, no entanto, é que a importância que a musicalidade tinha como forma de manutenção da coesão social e do exercício de poder entre os diferentes grupos ameríndios, marcadamente para os Guarani, criou uma situação particularmente favorável à aceitação da catequese, por meio de canções e melodias, impostas e/ou oferecidas pelos padres⁶⁰⁴. Em determinadas condições, a música operava inclusive como “instrumento de regência temporal e laboral”⁶⁰⁵, mas infelizmente evidências de que isso foi alguma vez praticado no planalto paulista, durante o século XVII, são desconhecidas.

Em resumo, podemos caracterizar o conjunto das propriedades religiosas de São Paulo durante o século XVII (onde conviveram jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas, embora os primeiros tenham, de longe, prevalecido) como análogas ao que se observa nos sítios particulares da mesma época, tanto no que diz respeito à estrutura produtiva quanto no que tange à ocupação fundiária e à exploração da mão de obra indígena. Todavia, aos condicionamentos presentes na configuração dos tempos de trabalho em terras de colonos (do calendário agrícola e da técnica rural à própria “indisposição” dos grupos cativados, conforme se verá no capítulo seguinte⁶⁰⁶), nos assentamentos religiosos somavam-se os requisitos

⁶⁰² O capítulo seguinte trata de maneira mais detida o lugar social desse tipo de instrumento, bem como da prática coerciva e os seus reflexos estruturais na sociedade paulista seiscentista.

⁶⁰³ Sobre o uso da música pelos religiosos da Companhia de Jesus como instrumento de conversão da população indígena no Brasil colonial, ver: HOLLER, Marcos. *Os jesuítas e a música no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, com especial destaque para os capítulos 3 (“As referências a instrumentos musicais nos documentos jesuítas”) e 4 (“a atuação musical dos jesuítas no Brasil colonial”), respectivamente pp. 79-136 e 137-215.

⁶⁰⁴ Cf. LARA, Lucas. *A Música Instrumento: o padre Antônio Sepp, S.J., e as práticas musicais nas reduções jesuíticas (1691-1733)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015, p. 103-111.

⁶⁰⁵ Verifica-se tal realidade de maneira muito clara nas reduções jesuíticas da fronteira paraguaia entre fins do XVII e começo do XVIII, onde músicos indígenas (elementos dotados da possibilidade de ascensão social por meio de sua profissão) inclusive acompanhavam outros índios na lida campestre, na criação de gado e até na condução de canoas, a fim de ritmar suas respectivas atividades. O padre Antônio Sepp destacou-se por adotar a música como instrumento essencial nos seus projetos de organização missionária. LARA, Lucas. *A Música Instrumento*. Op. cit., p. 123-127.

⁶⁰⁶ Eduardo Neumann utilizou as expressões “cadência das estações” e “duas faces da disciplina” (castigo e fugas) para se referir à complementaridade dos aspectos mencionados nas missões jesuítas da região rio-platense, durante os séculos XVII e XVIII. NEUMANN, Eduardo. *O Trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata colonial 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996, p. 63-73.

temporais próprios do objetivo evangelizador: o calendário litúrgico e o receituário sacramental para a conquista da graça divina. A disposição espacial do Colégio e dos aldeamentos jesuítas refletiam um conjunto de relações sociais que envolvia, ao mesmo tempo, disciplina, trabalho coagido e catequese, o que esclarece a função dos sinos no interior desses espaços.

Se, por um lado, a experiência histórica das missões religiosas no planalto paulista não se resume à sua base material e à exploração mercantil do braço indígena, tampouco pode ser descrita e/ou analisada sem atribuir-se a elas um lugar central. Junto à materialidade do objetivo mercantil, vieram as concepções temporais do cristianismo, tais como as de pecado original, salvação, ressurreição e eternidade. Porém, a mensagem litúrgica raramente logrou sucesso na dominação da consciência e dos costumes da população paulista, durante os anos mil e seiscentos, a não ser e quando muito nas de alguns indivíduos mais zelosos para com a religião e a Igreja, ou mesmo sobre os oficiais que antes de qualquer declaração (talvez por mera convenção) juravam a veracidade da sua fala “sobre os santos evangelhos”.

A linearidade do tempo escatológico, assim como com a dimensão cíclica do calendário litúrgico, pelas próprias condições objetivas da colonização paulista que ficou exposta até aqui, não chegaram naquele momento a prevalecer estruturalmente sobre o tempo da produção, sobre o tempo do trabalho indígena orientado às demandas próprias do mercado colonial, o que não obscurece a permeabilidade recíproca dessas manifestações e a simultaneidade das noções e experiências referentes ao tempo humano. Uma metáfora construída por Antônio Rodrigues na “Carta Ânua” de sua visita a São Paulo, em 1700, procurava dar contra a uma só vez dos percalços terrenos e sublimes da missão religiosa naquele local. Nela, o condicionamento natural da produção do trigo (um gênero de comércio, fundamentalmente), surgira como alegoria das dificuldades e dos limites da ação catequética sobre a gente do planalto, evidenciando a indissociabilidade entre evangelização e produção comercial naquele contexto:

Quanto mais que na seara do céu nem todo o trigo dá fruto, como o semeado nos espinhos, nas pedras, e no caminho, que tantos são os gêneros de ouvintes maus onde a palavra de Deus, como trigo nos espinhos, nas pedras e no caminho, se perde, e não frutifica⁶⁰⁷.

⁶⁰⁷ RODRIGUES, Antônio. “Carta Ânua da missão que fizeram dois religiosos da Companhia em algumas vilas de S. Paulo no ano de 1700 para o Padre Francisco de Mattos da Companhia de Jesus Provincial da Província do Brasil”. ARSI, *Bras.*, 10 (1), fl. 6.

Nem os proprietários do planalto, nem os jesuítas, atinaram em suas polêmicas para o fato de que suas atividades compartilhavam, como resultado comum das práticas econômicas de ambos os setores, a desestruturação dos ritmos indígenas de organização da vida social e a concomitante interiorização nas populações nativas de lógicas temporais que lhes eram até então estranhas. A condição desse processo, como veremos no capítulo a seguir, foi marcada por violentas, e geralmente insuperáveis, dissensões sociais.

CAPÍTULO 3

DESCORTINANDO TENSÕES: VIOLÊNCIA E RETORNO

*que achando-se depois os pobres [índios]
alcançados, fogem, e antes querem ir a morrer pelos
matos a mãos de seus inimigos, que sofrer cativo.*

(Simão de Vasconcelos, 1663)

Em parecer direcionado ao monarca luso D. Pedro II, em 1694, sobre o regime de administração particular dos índios de São Paulo, conforme o que ficou previsto no ajustamento que então se construía entre jesuítas e colonos, e com base nas “dúvidas” que os paulistas haviam manifestado a respeito do assunto naquele ano, o padre Antônio Vieira não mediu esforço retórico para demonstrar o quão “violento” era aquele regime para os indígenas da região:

O primeiro escrúpulo, em que se não aquieta o entendimento sobre o modo, ou modos, com que se tem por lícita a presente administração é que todo o oneroso dela cai sobre os índios, e todo o útil se concede aos paulistas; todas as conveniências a estes; e aos índios, sempre miseráveis, todas as violências. Não é violência, que se o índio, senhor da sua liberdade, fugir, o possam licitamente ir buscar, e prender, e castigar por isso? Não é violência, que sem fugir haja de estar preso e atado, não só a tal terra, senão a tal família? Não é violência, que morrendo o administrador, ou pai de família, hajam de herdar os filhos a mesma administração e repartirem-se por eles os índios? Não é violência que se possam dar em dote nos casamentos das filhas? Não é violência que não tendo o defunto herdeiros, possa testar da sua administração, ou entre vivos fazer trespasso dela a outro, e que experimentem e padeçam os índios em ambos os casos, o que sucede na diferença dos senhores aos escravos? Não é violência, que vendendo-se a fazenda do administrador, se venda também a administração, e que os índios com ela, posto que se não chamem vendidos, se avaliem a tal e tal preço por cada cabeça? Não é

violência, enfim, que importando a um índio para bem de sua consciência casar-se com índia de outro morador, o não possa fazer, sem este dar outro índio por ele?⁶⁰⁸

A remissão ao tema da “violência” não era, naquele momento, gratuita. Para além da declaração de Vieira sobre ser contrário ao sistema de administração particular dos índios para protegê-los da crueldade e dos maus-tratos que a eles dirigiam os moradores, essa violência estava para ele associada aos próprios fundamentos daquele regime de exploração do braço indígena que havia sido praticado de maneira sistemática durante todo o século XVII, mas que somente então, isto é, durante a última década, adquiria respaldo legal. Esse recurso retórico possibilitava ao jesuíta trazer mais uma vez à tona, ainda que nas entrelinhas, algo cuja lembrança devia constituir um verdadeiro trauma para os moradores de São Paulo. Refiro-me às reações violentas de indígenas do planalto, que eclodiram a partir de meados daquele século em importantes fazendas privadas.

A sutileza do argumento de Vieira é, de fato, eficiente: abordando a administração particular por meio da categoria “violência”, num contexto em que a função tutelar dos padres sobre os índios estava em vias de extinção, tal como ocorrera quando da expulsão dos jesuítas de São Paulo entre 1640 e 1653, estabelecia-se um paralelo entre esses dois contextos e, em última instância, confrontava-se a violência da sociedade colonial sobre o índio com a própria violência deste para com os seus administradores particulares, sendo esta última tratada como efeito direto da interrupção da atividade missionária e do exercício do poder indireto, pois nisso consistia o ajustamento sobre o qual Vieira, emitia, então o seu parecer contrário.

Com efeito, o jesuíta assim respondia ao discurso dos moradores e seus porta-vozes (entre os quais aqueles que considerou membros de uma “facção” de jesuítas estrangeiros, incluindo João Antônio Andreoni, Jorge Benci e Jacob Roland) que alegavam serem os índios por natureza violentos (isto é, rebeldes) e que por isso teriam por merecida a submissão à condição servil⁶⁰⁹.

⁶⁰⁸ VIEIRA, Antônio. “Voto do padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de S. Paulo acerca da administração dos índios” (1694). In: VIEIRA, Antônio. *Escritos Históricos e Políticos* (Organizado por Alcir Pécora). São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 431-432.

⁶⁰⁹ Cf., por exemplo: “MEMORIAL dos paulistas à Coroa” (s/d.). Transcrito e Publicado em: *RIHGB*, n. XI, p. 18-23; CARVALHO, Bartolomeu Lopes de. “MANIFESTO a Sua Majestade” (s.d.). Biblioteca da Ajuda, 51-IX-33; ROLAND, Jacob. *Apologia Pro Paulistis* (1684). Tradução de Rafael Ruiz. Publicado em: *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica*, n. 27-1. Recife, 2009; “CARTA autografa de Domingos Jorge Velho escrita no Outeiro do Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de Julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas” (1694). Transcrito e publicado em: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 204-207 (documento nº 28).

Apresentam-se, pois, duas noções conflituosas da categoria “violência”. A primeira, uma violência de teor “estrutural”, decorrente do *modus operandi* da sociedade colonial, tal como ela se apresentava na prática e concretamente na região paulista durante o século XVII. Aqui são incluídos os castigos reservados aos índios que moviam as condições materiais de toda a produção social, mas não apenas. Incluía-se também a condição coisificada e de propriedade que, de fato e para além da esfera legal, estabelecia o lugar do nativo em todos os âmbitos da vida cotidiana dos paulistas.

Apesar de o posicionamento de Vieira também prever a imposição de um tipo de trabalho obrigatório (uma forma de tutela) aos índios considerados livres, condenava o modo de produzir dos moradores a partir de suas bases materiais e ideológicas mais caras. Segundo o jesuíta, os paulistas justificavam uma administração injusta pela escusa de que os índios eram “preguiçosos, e de pouco trabalho”, apesar de na verdade se servirem deles “de pela manhã até noite”, como se fazia com os negros africanos do Brasil⁶¹⁰. A violência do regime refletia, portanto, a duração ou jornada diária de trabalho imposta a força aos ameríndios pelos seus administradores. A julgar pelo conteúdo do “Memorial” do padre Mamiani, examinado no capítulo anterior, o exercício dessa violência não poderia ser critério a diferenciar os senhores temporais e os próprios religiosos da Companhia instalados no planalto.

A segunda noção de “violência” pode ser entendida, evitando-se o anacronismo, como violência “direta” ou reativa⁶¹¹. Mais propriamente, uma rejeição ativa pelas populações indígenas à violência colonial definida no primeiro sentido. Seriam ações práticas exercidas pelos índios que, evidentemente, fugiam às previsões e expectativas incluídas no horizonte ideal dos seus proprietários, e que de maneira mais ou menos radical desafiavam e/ou rompiam com a lógica de exploração da força de trabalho. A categoria não se resume apenas aos casos de

⁶¹⁰ VIEIRA, Antônio. “Voto do padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de S. Paulo acerca da administração dos índios”. Op. cit., p. 433-434.

⁶¹¹ Lançando mão aqui do termo “reativa”, espera-se não transmitir a ideia de que os índios não possuíam “iniciativa” própria, nem que suas ações fossem apenas reflexo da ação colonizadora, muito menos negar a sua tão propalada “agência histórica”. O sentido do emprego é o de que o processo colonizador levou as populações indígenas a modificarem suas próprias práticas de acordo com a condição que lhes coube sob as relações de produção que desse mesmo processo resultaram. Dessa maneira, por exemplo, a guerra intertribal e a migração territorial de outrora deram lugar, uma vez tratando-se de índios submetidos à condição de trabalhadores compulsórios, à revolta e à fuga como meios para recuperar expectativas sociais antigas, como se verá adiante. Essa modificação reflete a difícil transformação das próprias denominações atribuídas a tais populações: as denominações Tupinambá, Tupinikim, Guaraní, Guayaná etc.; foram reduzidas ao qualificativo genérico “índio”, ou “brasil”, “gentio”, “negro da terra” e correlatos. Cf. SPALDING, Karen. “Quiénes son los indios?”. In: SPALDING, Karen. *De índio a campesino: cambios en la estructura social del Perú colonial*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974; SPALDING, Karen. “The Colonial Indian: past and future research perspectives”. *Latin American Research Review*, v. 7, n. 1. United States, 1972, p. 47-76; e o já anteriormente citado ESTENSORO, Juan Carlos. “O Símio de Deus”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 182.

flagelo corporal, assassinatos, queima das plantações ou destruição das casas dos fazendeiros e suas famílias, muito embora essas manifestações tenham naturalmente causado imenso horror e sido os acontecimentos mais repercutidos na época em questão. Ela abarca também, e principalmente, as fugas (individuais, em pares e famílias, ou coletivas) das unidades coloniais de produção, atitude que foi uma verdadeira constante secular contra a qual os moradores tiveram que se precaver, mas que efetivamente jamais puderam evitar. As fugas de índios, tanto quanto as menos numerosas revoltas e insurreições ocorridas a partir de 1650, exprimem as contradições do modelo de exploração colonial adotado em São Paulo seiscentista (bem como em outras partes, não se tratando de uma especificidade da região) e ilustram os limites desse mesmo modelo no que tange às tentativas de incorporação do índio a uma nova temporalidade do trabalho.

3.1. Prisão, repressão e castigo: a prática de uma violência “estrutural”

Em março de 1609, os oficiais da Câmara notificaram o recebimento da “notícia [de] que vinha o gentio carijó para esta vila e que vinham maltratados e faltos de mantimento de modo que parecia bem socorrê-los e aposentá-los nas partes que melhor parecer”⁶¹². Raramente, todavia, os setores administrativos manifestaram uma disposição dessa natureza para minorar as más condições de vida dos índios reduzidos, especialmente quando se tratava de os incorporar à sociedade colonial por meio do seu trabalho. Em geral, a resposta que se deu à “inadaptação” do índio foi, paradoxalmente, o aprofundamento dessas mesmas relações, ou melhor, dos elos básicos que as tornariam possíveis e viáveis: a coerção e o castigo.

O quadro coercivo subscrito nas relações entre proprietários e índios deixou marcas latentes nos inventários de bens elaborados para a transmissão da herança patrimonial dos primeiros. Grilhões, correntes e colares são objetos facilmente encontrados nos espólios⁶¹³. Menos frequentes, embora presentes, havia também relhos, algemas, cadeados, manilhas, fuzis e coleiras⁶¹⁴. É difícil precisar quando tais instrumentos serviam para o resgate e o apresamento

⁶¹² “SESSÃO de 28 de março de 1609”. ACSP, v. 2, p. 238.

⁶¹³ Dos inventários consultados, os grilhões aparecem em 43 deles (são pelo menos 45 grilhões, ao todo), ao passo que as correntes se fazem presentes em 82 (mais de 110 correntes) e os colares (em geral peças atadas às correntes) em 74 (em quantidade que ultrapassa 854). Grilhões são mais recorrentes em documentos datados da primeira metade do século, correntes entre 1630 e 1670 e colares de 1640 a 1670.

⁶¹⁴ Os referidos objetos foram encontrados em apenas um inventário cada um, com exceção dos fuzis e manilhas (presentes em dois inventários cada). Suas quantidades, no entanto, variaram: no total, foram localizados 2 relhos (1605 e 1614), 1 algema (1633), 2 cadeados (1614), 5 manilhas (1643), 41 fuzis (1633 e 1638) e 8 coleiras (1653). Há referência a uma “marca de ferro”, possivelmente utilizada na marcação das “peças” escravas, embora no caso encontrado seja mais provável que fosse utilizada para marcar bois, já que no

de índios no sertão, para a captura de índios fugidos ou para o castigo de criminosos e daqueles que eram mantidos prisioneiros nos sítios da região. O relho, espécie de açoite flexível de couro, constituiria o único instrumento exclusivamente repressivo dos citados⁶¹⁵. O mais comum era que tivessem simultaneamente as três funcionalidades em potencial, conforme a ocasião exigisse⁶¹⁶. Nos termos (próximos aos de Vieira) do padre jesuíta Francisco Carneiro, escritos por volta de 1640, os “ferros” e “ferretes” aparecem como marcas dolorosas do injusto cativo:

que mostrem algum direito ou título por onde os índios possam ser cativos, e se se cativam ou não, digam-no os milhares de índios, os mais deles Cristãos, que estes anos mais próximos vieram cativos das Aldeias dos padres do Paraguai. Digam-no as compras; digam-no as vendas, que publicamente de contínuo se fazem deles (afora outras partes) na Cidade do Rio de Janeiro, com tanta liberdade e soltura como se foram mouros ou negros de Guiné. Digam-no os ferros; digam-nos os ferretes; digam-no as chagas e sinais de pingos e açoutes com que são obrigados a

documento a menção a essa marca aparece em seguida à relação de todo o gado da propriedade. “Inventário de Francisco Barreto” (1607). AESP, IT, v. 2, p. 210.

⁶¹⁵ De acordo com Silvia Lara: “Ao longo do período colonial, o açoite foi se firmando como instrumento de uso exclusivo para castigo de escravos. Nas “Ordenações”, ele aparecia como penalidade a ser empregada preferencialmente para peões e escravos culpados de diversos delitos: o escravo incendiário era açoitado e o senhor deveria pagar o prejuízo causado pelo fogo; os furtos de valor igual a meio marco de prata, ou maiores, eram punidos com a morte e todos os que roubassem algo que valesse 400 réis, ou mais, não sendo de qualidade para pena de morte, deveriam ser açoitados publicamente com baraço e pregão, penalidade que se estendia para os furtos de menor valor, desde que cometidos por escravos; se fossem achados jogando dados, cartas, fazendo ou vendendo tabulagens, os escravos receberiam ‘vinte açoites ao pé do Pelourinho, salvo se o senhor quiser pagar por seu escravo 500 réis para quem o prendeu’”. LARA, Silvia Hunold. *Campos de Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 70. As referidas “Ordenações” podem ser vistas no Código Filipino, livro 1 (LXV) e livro 5 (LXXXVI, LX, LXXXII, XXXIX, XLI, XC). Edições do Senado Federal, 2012. Nas palavras do viajante alemão oitocentista Carl Seidler, o exercício do castigo com relho aparece da seguinte maneira: “Embora de constituição mais forte, mais robusta, o ‘negro-novo’ tem menos vontade de trabalhar do que o crioulo, mais fraco, e só o relho o mantém em atividade e diligência”. SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil (1825-1835)*. São Paulo: Martins, s/d, p. 236.

⁶¹⁶ Tal característica não é exclusiva da região paulista, nem circunscrita ao século XVII, pois Artur Ramos e José Alípio Goulart o apontam para o Brasil colonial, genericamente, e Silvia Lara assinala o mesmo para o Rio de Janeiro do século XVIII. GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971, p. 55-56; RAMOS, Artur. “Castigos de Escravos”. *Revista do Arquivo Municipal*, n. 47. São Paulo, 1938, p. 79-104; LARA, Silvia. *Campos de Violência*. Op. cit., p. 73-74. Sobre o uso de cadeias e correntes para o castigo nos engenhos de açúcar, as palavras do padre jesuíta João Antônio Andreoni, datadas do início do século XVIII, são dramáticas: “Veem-se aí também outros escravos facinorosos que presos em compridas e grossas correntes de ferro pagam neste trabalhoso exercício os repetidos excessos da sua extraordinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança da emenda”; “É também esta casa lugar de penitentes, porque comumente se veem nela uns mulatos e uns negros crioulos exercitar o ofício de tacheiros e caldeiros, amarrados com grandes correntes de ferro a um cepo, ou por fugitivos ou por insígnies em algum gênero de maldades, para que desta sorte o ferro e o trabalho os amanse”. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711). Introdução e notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007, pp. 137 e 143.

servir como escravos. E quem isto negar, negará haver Roma no mundo, o ser dia depois de nascer o Sol⁶¹⁷.

Do ponto de vista dos proprietários de terras e cativos, a existência desses instrumentos e o exercício das técnicas de sua aplicação no corpo do índio era condição básica para garantir o desentrosamento dos seus ritmos tradicionais de trabalho e incorporar neles novos padrões temporais de labor. Conforme vimos no capítulo precedente, além do fato de tais equipamentos coercivos serem eles próprios produtos da atividade metalúrgica, cujos serviços já traziam em seu processo produtivo fundamentos importantes para aquele desentrosamento, o seu uso era requisito para fazer cumprir expectativas de produtividade que estavam, de um lado, no horizonte individual dos moradores, cobradores de impostos e comerciantes locais e, de outro, previstas nos tipos e características das culturas e do equipamento rural ali presentes.

Com isso, o argumento geral do presente trabalho começa a se completar, pois: 1) se, em primeiro lugar, as necessidades sociais e simbólicas dos grupos indígenas anteriores à conquista favoreceram entre eles a boa aceitação das ferramentas agrícolas de metal vindas da Europa, cuja produção sistemática em solo paulista dera-se no início do século XVII com o estabelecimento de algumas fábricas de ferro; 2) se, depois, a partir da década de 1620, a malfadada experiência da exploração metálica legou aos moradores uma agricultura comercial de média densidade, movida pelos numerosos braços indígenas cativados nas expedições daqueles homens ao sertão; 3) se, finalmente, os padrões e condições de emprego da força de trabalho compulsório inviabilizava a manutenção das expectativas indígenas tradicionais sobre o tempo de trabalho; então, o exercício da força bruta deveria servir para prendê-los no interior das propriedades produtoras e fazê-los realizar o serviço expectado pelos seus administradores, fossem eles homens laicos ou religiosos⁶¹⁸.

⁶¹⁷ CARNEIRO, Francisco. “RESPOSTA a uns capítulos, ou libelo infamatório, que Manuel Jerônimo procurador do Conselho na cidade do Rio de Janeiro com alguns apaniguados seus fez contra os Padres da Companhia de Jesus da Província do Brasil, e os publicou em juízo e fora dele, em junho de 1640” (s/d). Transcrito e publicado por: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 586. Ver, também: “Cópia de uma CARTA do padre Pero Rodrigues, Provincial da Província do Brasil da Companhia de Jesus, para o padre João Álvares da mesma Companhia: assistente do Padre Geral” (1597). Publicada em: ABN, n. XX, p. 256: “e [os moradores] trazem com enganos, prometem em parte segura, repartem-nos [os índios] entre si como carneiros, apartando os pais dos filhos, e irmãos dos irmãos, vendendo-os, e tratando-os como escravos, e fazendo-lhes tantos agravos, que de pura paixão e desgosto morrem, ou vivem pouco”. A ênfase nos instrumentos repressivos de ferro utilizados pelos paulistas no trato com os índios capturados nas entradas constituiu, como se vê, um elemento importante da retórica dos jesuítas para afirmarem o barbarismo daqueles sertanejos preadores. Cf., finalmente as referências a tais instrumentos em: “CERTIDÕES de como os moradores de São Paulo e de outras vilas cativam os Índios e os vendem, formando a este intento exército” (1630). ARSI, *Fondo Gesuitico*, 1588, busta 203/12/2.

⁶¹⁸ É evidente que a violência por si mesma não pode ter sido suficiente, dado o número maior de indígenas contra a parca população branca do período. John Monteiro, em *Negros da Terra*, sugeriu que uma espécie de

A variedade dos agentes envolvidos nesse processo era grande: os sertanistas que abandonavam suas terras e embrenhavam-se nas matas levando consigo armas, correntes e argolas para depois retornarem com selvagens para abastecer a sua fazenda e as de seus vizinhos e familiares; os capitães e armadores contratados para com os mesmos ferros resgatarem índios fugidos e reconduzi-los para as propriedades de onde estes haviam partido, para que ali fossem presos, castigados e reinseridos na produção; os carrascos e feitores responsáveis pela rapidez e continuidade do trabalho agrícola no eito, valendo-se do estalar dos relhos e chicotes que tivessem à mão.

Também os vários estratos de oficiais e a própria Câmara da vila, enquanto instituição ocupada e instrumentalizada pela elite local, tiveram nisso o seu papel. Para além dos dispositivos legais elaborados com o objetivo de regular a vida social da vila, sobretudo durante seu início⁶¹⁹, a eles coube desenvolver mecanismos de punição dos criminosos e homiziados em geral, mas particularmente dos escravos indígenas que fossem reconhecidos naquela condição.

A começar pelas edificações do muro, do pelourinho e da forca – marcos civis essenciais das instituições ibéricas –, que acompanharam as da própria Câmara e da cadeia no processo de fundação da vila de Piratininga. Sabe-se, todavia, que essas construções eram encontradas com frequência em situação deteriorada. Tanto antes quanto depois da transferência da vila de Santo André da Borda do Campo para Piratininga (no ano de 1560), a rusticidade da coluna referente ao pelourinho (apodrecida com facilidade, desprovida de argolas e cepo) manteve a vila destituída da sua função prática⁶²⁰. A cadeia, em 1633, encontrava-se

“paternalismo” foi igualmente importante para assegurar a continuidade das relações econômicas e de poder sobre os índios. Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 136-141; 159-187.

⁶¹⁹ Por exemplo, em 1590, assentou-se “que qualquer pessoa, branco ou negro macho, que se achar na fonte ou lavadouro pegando de moça escrava ou índia ou branca pagará por isso quinhentos réis e o mesmo pagará qualquer pessoa que for a fonte não tendo lá que fazer e será crido um homem branco por seu juramento e por suas pessoas escravos ou índios e a pena para o conselho e cativos acusador”. “SESSÃO em sessão de 14 de abril de 1590”. ACSP, v. 1, p. 395.

⁶²⁰ NEVES, Cylaine Maria das. *A Vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 104-123. A sessão da Câmara realizada no dia 23 de maio de 1610 delegou a Fernão Dias a tarefa de “que fizesse o pelourinho e bens a fazer o pelourinho desta vila na forma e maneira seguinte de tijolo cozido e barro de doze pés em quadra e de três degraus de alto com degraus de palmo e meio e de fazer o que for necessário para que fique bem feito e composto e proporcionado e de altura de vinte e dois palmos de degrau para cima e de grossura de quatro palmos por cada fase o que tudo se obriga a fazer por preço e quantia de seis mil réis pagos a terça parte em dinheiro ou ouro e as outras duas partes em pano de algodão e razão de quatro reales a vara e a cera a meio tostão e o dará acabado por todo o mês de agosto que vem de seiscentos e dez em que estamos sob pena que não no acabando a maior valia se fazer a sua custa e tendo junto os materiais que forem necessários para o dito pelourinho se lhe pagará a dita quantia nas coisas declaradas”. “SESSÃO de 23 de maio de 1610”. ACSP, v. 2, p. 268-269. Outra notícia que se tem do pelourinho paulista é que, em 1634, foram construídos uns alicerces sobre ele. Cf. “SESSÃO de 11 de março de 1634”. ACSP, v. 4, p. 210.

arrombada e com seu alpendre por cair⁶²¹. Já em 1640, declarava-se que a força já “não prestava para nada porquanto os negros a tinham queimada”, frente ao que se exigia a construção de uma nova⁶²². Com efeito, o reduzido número de homens livres estabelecidos na vila e a consolidação concreta do regime de administração particular, já nas décadas iniciais do século XVII, deixava pouca margem para a atuação reguladora dos oficiais públicos nos assuntos privados dos colonos, especialmente no que dizia respeito à relação destes para com os seus indígenas.

Já em meados do século XVII, pode-se observar que, definitivamente, o colono havia incorporado seu papel de colonizador. O estado precário em que se encontravam a Casa da Câmara e Cadeia, a força e os muros (já praticamente abandonados) é um indicador de que o período de *iniciação* do colonizador havia-se encerrado. O português (ou mesmo já o brasileiro) tinha absorvido de tal forma os preceitos do sistema de colonização que, mesmo embrenhado no mato virgem, continuava realizando sua missão colonizadora. Nessa medida, não importava que a força permanecesse por longos anos incendiada⁶²³.

Para os homens livres considerados delinquentes, a cadeia (“coisa mais essencial das vilas e que mais as autorizam e enobrecem”⁶²⁴), apesar de precária, parece ter sido em geral suficiente. A viúva Maria Nunes, por exemplo, após a morte do seu marido Antônio de Almeida em 1636, encontrava-se presa na cadeia, mas ali estava acompanhada de quatro índios a servi-la (Joana, Felipa, Cecília e Francisco), demonstrando-se que também por indígenas a cadeia pública podia ser ocupada. Afinal, no mesmo inventário de Antônio de Almeida constava haver mais quatro outros índios homens (Valério, Paulo, Gabriel e João), agora de posse da viúva, “presos na cadeia”⁶²⁵, estando eles possivelmente envolvidos no crime realizado pela sua senhora. Há também os casos de Lucrécia, índia Tememinó que se encontrava “na cadeia” quando arrolada no espólio de Paula Fernandes (1614)⁶²⁶; e de Rofina, listada no inventário de Isabel Fernandes (1619) como “presa por mandado da justiça”⁶²⁷: ambas viviam em sítios localizados fora da área urbana da vila. Em casos assim, podia ser que os índios tivessem

⁶²¹ “SESSÃO de 11 de junho de 1633”. ACSP, v. 4, p. 168-169.

⁶²² “SESSÃO de 4 de agosto de 1640”. ACSP, v. 5, p. 47-48.

⁶²³ SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo: Moderna, 1984, p. 79.

⁶²⁴ “CORREIÇÃO que fez o doutor João Velho de Azevedo ouvidor geral desta Repartição do Sul na Câmara desta vila de São Paulo capitania de São Vicente” (1653). ACSP, v. 6, p. 32.

⁶²⁵ “Inventário de Antônio de Almeida” (1636). AESP, IT, v. 10, p. 279-324.

⁶²⁶ “Inventário de Paula Fernandes” (1614). AESP, IT, v. 3, p. 294.

⁶²⁷ “Inventário de Isabel Fernandes” (1619). AESP, IT, v. 30, p. 203.

cometido algum tipo de crime público (isto é, cujo efeito ultrapassasse a dimensão dos interesses particulares do senhor), ou sido levados para junto de um proprietário preso na falta de outra pessoa que os administrasse, independente da sua participação no crime do senhor, ou mesmo que tivessem fugido e, depois de capturados, presos na vila na espera de que os proprietários fossem buscá-los.

Quando as tensões decorrentes do sistema de administração particular atingiram uma dimensão tendente a inviabilizar a sua continuidade, a Câmara voltou a tentar intervir na tentativa de sufocá-las, mais do que propriamente evitá-las. Em meio e frente à onda de revoltas indígenas ocorridas nas décadas de 1650 e 1660 (as quais logo examinaremos), e na iminência de as sublevações se disseminarem para além dos sítios rurais a ponto de atingir a própria vila, os funcionários da câmara proibiram a entrada na vila de índios portando “paus nem arcos nem flechas pelas muitas mortes que sucedem cada dia”⁶²⁸. As contradições expressas nessa proibição são evidentes: a fim de assegurar a continuidade do regime escravista, pretendia-se desarmar os índios que, pelo contrário, eram armados pelos próprios moradores para que junto aos capitães formassem fileiras nas expedições sertanistas que alimentavam o mesmo regime com a força de trabalho necessária. O decreto não deve ter surtido grande efeito pois, no ano seguinte, a câmara permaneceu fechada por volta de quatro meses, dada a impossibilidade de os vereadores se reunirem “pelo muito risco que corriam suas pessoas e vidas por causa do gentio andar rebelado fazendo muitas mortes e roubos”⁶²⁹.

No mesmo contexto, castigos públicos tornaram-se ainda mais frequentes. Esperava-se que, pelo exemplo, os índios não voltassem a utilizar a força contra os seus senhores. Em 1661, o ouvidor da capitania de São Vicente requereu aos oficiais da Câmara paulista que qualquer pessoa que “ferir no caminho do mar, roubar, ou saltar, seja dono se for índio obrigado a pagar cinquenta cruzados [...], e o negro que fizer este malefício se[ja] castigado rigorosamente nesta vila e seu amo perderá o direito que nele tiver”⁶³⁰. Orientação semelhante foi dada pelo governador do Rio de Janeiro em 1677, Mathias da Cunha, para os indígenas que tentassem sublevar-se: “se os dessa capitania se querem levantar contra seus

⁶²⁸ “CORREIÇÃO que fez o doutor João Velho de Azevedo ouvidor geral desta Repartição do Sul na Câmara desta vila de São Paulo capitania de São Vicente”. Op. cit., p. 37; “SESSÃO de 2 de março de 1647”. ACSP, v. 5, p. 294-295; e “SESSÃO de 25 de agosto de 1657”. ACSP, v. 6 (bis), p. 57.

⁶²⁹ “SESSÃO de 24 de dezembro de 1658”. ACSP, v. 6 (bis), p. 101. Como “roubos” foram também designados os “excessos” realizados pelos índios no que tange às transações comerciais que alguns moradores estabeleceram com eles à margem da lei. Cf. “SESSÃO de 2 de fevereiro de 1646”. ACSP, v. 5, p. 261; “SESSÃO de 18 de dezembro de 1660”. ACSP, v. 6 (bis), p. 216; “SESSÃO de 8 de agosto de 1664”. ACSP, v. 6 (bis), p. 382.

⁶³⁰ “SESSÃO de 26 de novembro de 1661”. ACSP, v. 6 (bis), p. 253; “Registo do MANDADO que os senhores oficiais da Câmara mandaram passar aos capitães e administradores das aldeias de Sua Alteza que Deus guarde” (1682). RGSP, v. 3, p. 325-327.

senhores como antigamente, ouvi que já intentaram, o remédio está em os castigar que o exemplo os obrigue aqui em muitos anos e não tornem a intentar”⁶³¹. Os oficiais da Câmara aceitaram a sugestão, e os vemos, por sua vez, a orientar os capitães e administradores dos aldeamentos régios a:

reparar o descaminho delas castigando e reprimindo os índios com toda a demonstração necessária sem que para o dito castigo lhes seja necessário darem conta nesta Câmara antes o farão como independente dela e dos casos mais graves farão presente à Câmara depois de castigados para conforme a culpa se lhes mandar fazer novo castigo para exemplo e emenda dos mais e remediar o mais que daí pode resultar cuja omissão tem ocasionado vários descaminhos, desobediências e outras rebeliões ainda aos mandados e ordens da Câmara com fugidas das próprias aldeias como do serviço do príncipe nosso senhor com cuja falta e descaminho não se poderá tratar com efeito do descobrimento das minas⁶³².

Ainda sobre os índios dos aldeamentos paulistas, o “Regimento para o governo dos índios das Aldeias de São Paulo” (1698), encaminhado pelo governador do Rio de Janeiro Artur de Sá e Menezes ao capitão-mor da capitania vicentina Isidoro Tinoco de Sá, ratificou o costume de se meter os rebeldes e insolentes na prisão:

Poderá mandar prender, pelo alcaide aos índios que forem indolentes, ou fizerem coisas não lícitas e mandá-los meter na cadeia, e encarregar ao dito alcaide as

⁶³¹ “Registro da CARTA do governador do Rio de Janeiro Mathias da Cunha sobre o gentio” (1677). RGSP, v. 3, p. 148-149. Cunha seguia, com isso, as indicações de um regimento passado oito anos antes para o ouvidor-geral, pelo qual o monarca chegou a recomendar até mesmo a morte como pena contra os crimes cometidos por índios e/ou escravos: “Nos casos-crimes dos escravos e índios, tereis alçada em todas as penas, degredos e açoites que aos malfeitores pela Ordenação são postas; e nos casos de morte, julgareis com o governador e provedor da Fazenda, até morte inclusive, e no que dois conformarem poreis a sentença e dareis a execução sem apelação nem agravo”. “REGIMENTO de que há de usar o licenciado João de Abreu e Silva no cargo de ouvidor-geral da capitania do Rio de Janeiro de que Vossa Alteza lhe tem feito mercê, como nele se declara” (1669). In: CÓDICE COSTA MATOSO: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas da América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis, v. 1. Coordenação de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p. 826.

⁶³² “Registro do MANDADO que os senhores oficiais da Câmara mandaram passar aos capitães e administradores das aldeias de Sua Alteza que Deus guarde”. RGSP, v. 3, p. 326.

sobreditas prisões, e qualquer das justiças desta vila poderá ir com vara alçada a outra qualquer vila a fazer as diligências, que conduzirem aos ditos índios⁶³³.

Esse documento é, também, elucidativo das antinomias que o tema da violência adquiria naquele momento. Se, de um lado, estabelecia a prisão como reação à violência direta dos índios (sua insolência, seus atos “ilícitos”), de outro procurava aliviar as tensões sociais que a despertavam: “Nenhuma pessoa os poderá levar ao trabalho por força, e violência, nem em prisões; porque já Deus os fez livres, não é razão experimentarem, o que se usa com os escravos”. E, mais adiante: “Nenhuma pessoa poderá ajustar preço com os índios por jornada larga, se não por um tanto cada mês pela fraude, que ordinariamente experimentam levando-os por um ano, e de ordinário excedem muito mais tempo”⁶³⁴. A solução oferecida pelo “Regimento” era, em suma, a de retirar dos administradores particulares o controle sobre os castigos dados aos índios (“Não poderá nenhum morador recolher índio, ou índia, que fuja das aldeias por causa do procurador geral os castigar, e o que os recolher incorrerá nas penas do bando”⁶³⁵) e particularmente sobre o tempo de trabalho dos mesmos. Em outras palavras, buscava-se aniquilar a violência indígena sob o duplo flanco da repressão e do alívio de suas duas principais causas: os castigos abusivos e as jornadas de trabalho excessivas.

Sabe-se que, na prática, o último caminho nunca foi efetivamente realizado, pois dependia sobremaneira da boa vontade dos senhores (agora convertidos em administradores exclusivos dos indígenas). Antes que estes pudessem compreender a necessidade estrutural de fazê-lo, o descobrimento das minas serviu de estímulo para uma exploração ainda maior dos tempos do trabalho indígena, radicalizando a postura senhorial pela expectativa de enriquecimento rápido na atividade extrativista.

Sob esse conjunto de práticas e mecanismos de coerção – que envolvia objetos de castigo e captura, prisões e punições –, os indígenas nem sempre assumiram a condição de

⁶³³ “REGIMENTO que o general Artur de Sá e Meneses no ano de 1698 deixou ao Capitão mor Isidoro Tinoco de Sá para governo dos índios das Aldeias de São Paulo, de que o fez procurador geral”. *Revista do Arquivo Municipal*, n. 10. São Paulo, 1935, p. 75-80.

⁶³⁴ “REGIMENTO que o general Artur de Sá e Meneses no ano de 1698 deixou ao Capitão mor Isidoro Tinoco de Sá para governo dos índios das Aldeias de São Paulo, de que o fez procurador geral”. Op. cit.

⁶³⁵ As denúncias de índios supostamente fugidos (tanto de fazendas privadas como dos aldeamentos) que depois se encontravam na casa de moradores particulares, ao longo de todo o século, são numerosas. Em 1660, o capitão da aldeia de Nossa Senhora da Conceição, Estevão Ribeiro, foi chamado à Câmara junto ao índio “maioral” da aldeia, o guarulho Diogo Martins, para prestarem esclarecimentos sobre o desaparecimento de numerosos índios. Disseram que “muitos deles andavam trabalhando; por seu jornal em casa de alguns moradores; os quais os tinham sujeitos; machos e fêmeas rapazes e raparigas; servindo-se deles como seus; de que nos deram um rol”. Ordenou-se, então, a restituição dos ditos índios dentro de vinte dias. ACSP, v. 2, p. 581-582.

dominados, e, por vezes, reagiram violentamente contra os seus senhores, fosse assassinando-os e aos seus familiares, fosse arrasando ou levando consigo os seus bens e propriedades.

3.2. Rebeliões, assassinatos e destruição de propriedades

No capítulo anterior, fez-se menção às propriedades de certos membros da família Paes de Barros, uma das maiores de que se tem notícia sobre São Paulo do século XVII. O armador Antônio Pedroso de Barros (filho de Luzia Leme e Pedro Vaz de Barros) contava, antes de sua morte, com cerca de 500 índios, conforme registrou no seu testamento⁶³⁶, além de grandes plantações de trigo e algodão em Juqueri e outras parcelas de terras no “campo”. Sua plantação havia-lhe rendido, naquele ano de 1652, setenta e seis mil e seiscentos réis⁶³⁷. Ocorreu então a maior rebelião de escravos indígenas do período, dando início a uma verdadeira onda de levantes que durante décadas assombrou a elite paulista. Apenas doze anos haviam se passado desde que um grupo de negros da terra concretizara, numa demonstração de consciência e capacidade organizativa, a sua contrariedade à ameaça coercitiva e ao castigo senhorial, incendiando e dessa forma inutilizando a força da vila⁶³⁸.

Na ocasião mais recente, porém, os índios (entre os quais haviam Guayaná e Karijó) arrasaram as terras de Pedroso de Barros, destruíram sua casa e outros bens, ateando fogo em boa parte e tomando para si algumas coisas (instrumentos de ferro, pedaços de madeira, peças e panos de teares, e outros “mimos e dádivas”). Assassinararam Pedroso de Barros e outros brancos, mataram todos os animais do sítio, comeram alguns e talvez até tenham devorado gente branca, incluindo nela o próprio senhor, possibilidade plausível a julgar pelo testemunho de Pedro Vaz de Barros, irmão do falecido: “foi tanto o número do gentio que naquela ocasião acudiu à morte de seu amo e outros alheios que não deixaram cousa viva que não destruísem, matassem e comessem por serem de seu natural daninhos”⁶³⁹. Outros índios, por sua vez, também perderam a vida na situação, alguns fugiram para o sertão e havia ainda aqueles que, segundo o relator, esconderam-se nas casas de proprietários vizinhos. Dos indígenas sobreviventes, 323 permaneceram no sítio e/ou foram posteriormente encontrados e resgatados⁶⁴⁰.

⁶³⁶ “Testamento de Antônio Pedroso de Barros” (s.d.). AESP, IT, v. 20, p. 5.

⁶³⁷ “Inventário de Antônio Pedroso de Barros” (1652). AESP, IT, v. 20, p. 57.

⁶³⁸ “SESSÃO de 4 de agosto de 1640”. Op. cit., p. 47-48.

⁶³⁹ “Inventário de Antônio Pedroso de Barros” (1652). AESP, IT, v. 20, p. 55-56.

⁶⁴⁰ “Inventário de Antônio Pedroso de Barros” (1652). AESP, IT, v. 20, p. 239-252.

O mais provável é que uma confluência de fatores tenha desencadeado a revolta e a tornado deveras explosiva⁶⁴¹. Em primeiro lugar, o fato de que vários dos índios concentrados naquele sítio eram recém chegados do sertão, sobretudo os Guayaná que não haviam sido batizados e, portanto, não possuíam ainda nomes cristãos. Para além das inimizades históricas que separavam os dois grupos, os Guarani que ali viviam já estavam convertidos e inseridos na estrutura produtiva local. Das imagináveis querelas resultantes desse infortunado encontro, “na tal ocasião se mataram uns aos outros e se amontaram tanto assim que até hoje dia não há sido possível ajuntá-los”⁶⁴². Isso explica o fato de que muitos Karijó tenham partido para a casa de outros moradores, provavelmente em busca de proteção ante o alvoroço, e mais particularmente contra a investida particular dos Guayaná. Porém, nem todos o fizeram, e inclusive alguns

⁶⁴¹ As causas do levante ainda são objeto de controvérsia na historiografia. Tradicionalmente, opôs-se duas teses principais. De um lado, a de que Pedroso de Barros, em meio à conhecida rivalidade entre os Pires e os Camargo, teria sido assassinado por Alberto Pires, seu cunhado, marido de Leonor de Camargo Cabral, suposta amante de Pedroso de Barros e morta também na mesma ocasião – nessa hipótese, a morte do senhor teria por si mesma inquietado os índios. De outro, a tese hoje mais aceita de que foram os próprios índios levantados da fazenda de Antônio Pedroso que o mataram. Cf. o verbete “BARROS, Antônio Pedroso de”, em CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, p. 60; e MARANHO, Milena Fernandes. *A Opulência Relativizada: níveis de vida em São Paulo do século XVII (1648-1682)*. Bauru: Edusc, 2010, p. 288-290. Pedro Taques de Almeida Paes Leme apostava na primeira hipótese, com base em relatos dos moradores mais velhos de seu tempo (século XVIII), mas acabou por concluir o seu relato dizendo ser improvável que a pessoa morta por Alberto Pires fosse realmente Antônio Pedroso. LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*, t. 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 80-83. Taunay julgou a segunda hipótese igualmente duvidosa, mostrando-se mais suscetível a acreditar na primeira, para ele mais plausível pelo fato de que o inventário ditado por Pedroso de Barros antes de morrer continha uma manifestação de perdão aos “matadores”. TAUNAY, Afonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*, t. IV, p. 5-15. Apenas com a abordagem oferecida por John Manuel Monteiro sobre o episódio (MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 177-178), fica demonstrado que, de fato, a segunda tese é verdadeira, tendo o autor todavia ressaltado que as dissensões no corpo da elite local (com ou sem caso de adultério, pois isso pouco importa) criavam um ambiente particularmente favorável às revoltas indígenas. Para o autor, “por mais que os colonos buscassem uma motivação externa para a inquietação dos índios, tornava-se cada vez mais claro que o problema tinha suas raízes no próprio planalto. A simples preponderância de cativos no conjunto da população representava uma ameaça constante, sobretudo nas décadas do meio do século, nas quais os índios contavam com uma esmagadora vantagem numérica. Pela primeira vez desde os conflitos do século XVI, a dominação absoluta exercida pelos colonos foi questionada pelos índios de maneira frontal. Diante da nova conjuntura de instabilidade social, apenas os senhores capazes de disciplinar seus plantéis teriam as condições de possuir grandes números de índios” (p. 180). Poderíamos acrescentar que, sendo as ações dos índios da fazenda de Barros condizentes com o padrão do que fizeram os índios de outras paragens do mesmo período (destruição, roubo e fuga), os quais realmente assassinaram os seus senhores, é coerente e em maior conformidade com as evidências documentais disponíveis que também Antônio Pedroso de Barros tenha sido morto pelos seus indígenas. Mais recentemente, Ludmila Gomide Freitas chegou a sugerir, sem maiores explicações, que a revolta dos índios de Pedroso estivesse ligada à falta de alimentos (FREITAS, Ludmila Gomide. *A Câmara Municipal da vila de São Paulo e a Escravidão Indígena no século XVII (1628-1696)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2006, p. 96), mas tal hipótese cai por terra tão logo consideramos que, em primeiro lugar, a carestia de alimentos foi um problema que assolou a vila de São Paulo nos limites internos da *urbe*, ao passo que as revoltas iniciaram-se, todas elas, em propriedades localizadas nos bairros rurais submetidas à jurisdição dessa ou de outras vilas; em segundo lugar, que entre as ações realizadas pelos índios, como veremos, estava justamente a destruição das plantações e do gado das propriedades, o que parece tornar insustentável a sugestão dada por Freitas.

⁶⁴² “Inventário de Antônio Pedroso de Barros” (1652). AESP, IT, v. 20, p. 56.

elementos do próprio gentio Karijó até participaram da revolta e/ou fugiram para as matas, o que dificultou sobremaneira a avaliação das peças, algo feito apenas em 1670, quase vinte anos após a rebelião, tendo-os separado em lotes e organizado com a ajuda de certos “caciques”⁶⁴³.

A segunda provável causa do levante, que explica melhor a participação dos Guarani, seria a pressão recaída sobre os mesmos durante a colheita e o processamento do trigo daquele ano. Além de ocorrer após a chegada dos Guayaná na propriedade, os alvoroços se iniciaram entre os meses de abril e maio, após a colheita do cereal. O rendimento de 76\$600, se o estimarmos a partir do preço de 80 réis cada alqueire registrado no espólio de Luzia Leme (mãe de Antônio Pedroso de Barros) poucos anos depois⁶⁴⁴, indica aproximadamente 950 (a conta exata é 957,5) alqueires de grão (ou 95 alqueires de terra plantados = 1.045.000 m²). Tratava-se de extensão e quantidade ímpares até então, suplantáveis apenas pela colheita realizada no ano da morte de sua mãe, em 1656 (1100 alqueires de trigo).

Discutiu-se já aqui as implicações de uma grande colheita desse tipo no que tange aos tempos de trabalho impostos aos índios. Além de concentrá-los intensivamente nessa atividade durante dois ou três meses, sob o “incentivo” do açoite e de feitores, seguia-se os serviços de debulha, moagem e escoamento da produção em processos que, em determinados casos, ocorriam ininterruptamente durante as vinte e quatro horas diárias. Para os Guarani, historicamente envolvidos numa relação com os ritmos e durações do trabalho produtivo que abria margem a manifestações simbólicas outras e ao movimento territorial constante (guiados pela concepção tempo-espacial de *yvy marane’ y*), tais condições representavam uma transformação por demais abrupta nas situações de sua vida coletiva, a ponto de inviabilizar expectativas anteriores sobre a orientação e o sentido do trabalho. Assim, é crível que aqueles reduzidos da fazenda de Pedroso de Barros, embora já batizados e incorporados na produção, vissem na revolta a possibilidade de escapar em busca do reencontro com a situação anterior (conforme concluído em nosso primeiro capítulo, a ideia de “retorno” era bastante cara a essa população).

Já para os Guayaná, uma inserção abrupta naquela fase mais crônica da produção triticultora, sob os ritmos da colheita do cereal, pode ter exercido grande pressão sobre eles, levando-os a realizar uma sublevação daquele teor e dimensão. Nessa chave de compreensão,

⁶⁴³ “Inventário de Antônio Pedroso de Barros” (1652). AESP, IT, v. 20, pp. 70-71; 239-252. Em 1662, no termo Paquetá da mesma vila de Santana de Parnaíba, Leonor de Siqueira (viúva de Luís Pedroso, outro irmão de Antônio Pedroso) vendeu suas 60 “peças” de índios ao cunhado Fernão Paes de Barros, “porquanto estavam amotinados e pelo risco que podiam correr”. Cf. “Inventário de Luís Pedroso” (1662). AESP, IT, v. 43, p. 289.

⁶⁴⁴ “Inventário de Luzia Leme” (1656). AESP, IT, v. 15, p. 425.

poderíamos dizer, junto com John Manuel Monteiro, que “pelos indícios existentes, tudo indica que os índios visaram atingir o próprio sistema de dominação”⁶⁴⁵.

Características muito semelhantes foram vistas em uma rebelião ocorrida no mesmo ano (1652) em um sítio próximo ao aldeamento da Conceição de Guarulhos. A propriedade era recém instalada⁶⁴⁶ e os índios (no caso, pertencentes ao gentio Guarulho) também ali haviam sido recentemente incorporados⁶⁴⁷, alguns dos quais vindos do sertão e outros retirados à força do aldeamento. Pelo teor dos bens presentes no inventário dessa propriedade, percebe-se que fora instalada ali uma atividade têxtil de pequena monta, a julgar pela presença de um “tear”, 15 varas de pano de algodão e de Lucas, um índio tecelão⁶⁴⁸. Descontentes com as pesadas condições nas quais se viram sob a posse do novo senhor (o qual, por ironia do acaso, carregava o nome de João “Sutil”⁶⁴⁹), iniciaram um levante no qual este e a sua esposa Maria Ribeira foram assassinados, um cavalo foi flechado, 12 índios fugiram e 46 continuaram no sítio (entre eles, Lucas, o tecelão), embora destes apenas 25 permaneciam vivos cinco anos depois. A documentação, apesar de ambígua, sugere que três índios homens foram os responsáveis pela matança (Paulo, Ascenso e Vicente) e que esses “guarulhos matadores” fugiram levando consigo outras nove peças das quais, até 1659, não se possuía qualquer notícia⁶⁵⁰.

O padrão recém-cativos/assassinato/destruição/fuga, todavia, não se reproduz plenamente em 1660, quando eclodira um levante na propriedade de Bartolomeu Nunes do Passo. Nesse caso, pode-se dizer que os índios agitados não eram recém-incorporados no sítio, este localizado no termo de “Itaobatitinga” da vila de Mogi das Cruzes. Como bem notou Monteiro, parte deles (incluindo Karijó e Guayaná) a viúva Maria Diniz de Mendonça recebera

⁶⁴⁵ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 178.

⁶⁴⁶ Durante as décadas de 1650, 1660 e 1670, já o dissemos, houve um movimento por parte dos colonos de ocupação das terras indígenas e expropriação dos índios aldeados em benefício privado, transformando os últimos em força de trabalho de seus sítios e fazendas. A esse movimento parte dos índios respondeu com sedições e, ainda em 1670, João Machado de Lima foi nomeado capitão da aldeia de Barueri para responder ao fato de que “os índios da aldeia de Barueri não andam tão domésticos”. Ver: “Registro de uma PROVISÃO que os oficiais a Câmara passaram ao capitão João Machado de Lima de capitão dos índios da aldeia de Barueri” (1670). RGSP, v. 2, p. 565-566. Antes disso, em 1623, na Câmara “era informado que os moradores de São Miguel com seus gados e criações destruíam as plantas e sementeiras dos índios”. ACSP, v. 3, p. 56.

⁶⁴⁷ Conforme notou acertadamente Monteiro sobre os casos de “Ascenso e sua mulher Ascensa, Ambrósio e Ambrósia, Simão e Simoa, Luís e Luíza, padrão sugestivo de um batismo recente e *pro forma*”. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 178-179.

⁶⁴⁸ “Inventário de João Sutil de Oliveira e sua mulher Maria Ribeira, ambos foram mortos pelos índios Guarulhos” (1652). AESP, IT, v. 42, pp. 133; 140; 165.

⁶⁴⁹ João Sutil de Oliveira era sertanista e havia participado da guerra contra os holandeses em 1639. Nove anos depois, encontrava-se em uma expedição à região correspondente ao atual estado do Paraná. Cf. FRANCO, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Op. cit., p. 276.

⁶⁵⁰ “Inventário de João Sutil de Oliveira e sua mulher Maria Ribeira, ambos foram mortos pelos índios Guarulhos” (1652). AESP, IT, v. 42, p. 147.

cerca de dez anos antes, como herança do seu primeiro marido, Antônio Pedroso de Lima⁶⁵¹. Além disso, ao contrário do que vemos no caso de Antônio Pedroso de Barros, os índios rebelados de Nunes do Passo eram Guarani e refugiaram-se nas matas, ao passo que sobre os quatro Guayaná assim reconhecidos (Marcos, um negro que não sabia o nome, uma moça e Andreza) se disse que estavam em casas de outros moradores⁶⁵². A relação, portanto, foi inversa.

No ato da revolta, neste ponto combinando com os dois casos anteriores, o proprietário foi assassinado, a sua propriedade destruída e diversos bens levados pelos índios fugitivos⁶⁵³. Foram reconhecidos (provavelmente pela viúva, que por alguma razão foi poupada do ataque) dez culpados: Gaspar, Alonso, Francisco, Garcia e sua mulher Andreza – os quais tinham Mathias e Gonçalo como filhos –, Paulino, Luzia, Leonor, outra Leonor e Cipriana. Junto a estes, outros oito indígenas aproveitaram a ocasião para fugir: eram Luiz, André, Simão, Rodrigo, Lourenço, Peregrino, Faustina e Felícia⁶⁵⁴. Como não restaram mais que algumas roupas, uma pistola, dois cavalos e uma corrente para serem avaliados – bens que haviam “escapado do gentio que matou o defunto por estarem em casa” –, não sabemos que tipo de atividade econômica e produtiva se realizava naquele sítio. Todavia, dadas as evidências de que índios Guarani e Guayaná realizaram uma ação e uma fuga conjuntas, pode-se especular que as razões da revolta se relacionassem ao funcionamento interno das relações de trabalho e de dominação daquela propriedade, elemento capaz de identificá-los e integrá-los na manifestação de uma prática insurrecional coletiva.

⁶⁵¹ Cf. “Inventário de Antônio Pedroso de Lima” (1651). AESP, IT, v. 41, pp. 261-262; 268; 274. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 179.

⁶⁵² “Inventário de Bartolomeu Nunes do Passo” (1660), não publicado. AESP, 2º Cartório de Mogi das Cruzes, cx. 1 (1618-1673), C07973, fl. 13.

⁶⁵³ “Inventário de Bartolomeu Nunes do Passo”. Op. cit., fl.15. A “Correição” do ouvidor geral em 1653 exprimia o sentimento de que aquilo que o dano às propriedades e animais verificado nos levantes contra Antônio Pedroso de Barros e João Sutil de Oliveira poderia repetir-se em movimentos subsequentes, como de fato ocorreu em 1660: “E que os que matarem criações ainda que as achem nas ditas terras as paguem noveadas e se forem índios as paguem seus senhores [...]. E porque há grande escândalo de os índios andarem nesta vila com paus arcos e frechas de que sucedem brigas e desastres proveu o dito ouvidor geral que os juízes e mais justiças lhes não consintam trazer os ditos paus e frechas, pondo pera isso o edital com pena de dez cruzados aos senhores que tal lhe consentirem, e que o índio ou escravo que se achar com espingarda na vila ou fora dela seja preso e a espingarda perdida, e o senhor que lhe deu e consentiu pague quatro mil réis para o alcaide e conselho para se evitar os danos que nas criações fazem e o mais dano que se pode seguir”. “CORREIÇÃO que fez o doutor João Velho de Azevedo ouvidor geral desta Repartição do Sul na Câmara desta vila de São Paulo capitania de São Vicente”. Op. cit., p. 34-37. Em 1698, no entanto, ainda era possível encontrar índios (e negros africanos também) armados por seus senhores, a exemplo dos escravos (entre os quais tecelões, carpinteiros, serralheiros, ferreiros e vaqueiros) de Guilherme Pompeu de Almeida. “Documentação sobre o capitão-mor Guilherme Pompeu de Almeida, morador que foi na vila de Parnaíba”. RIHGSP, n. 58. São Paulo, 1960, pp. 522-523; 543.

⁶⁵⁴ “Inventário de Bartolomeu Nunes do Passo”. Op. cit., fl. 15-15v.

Tal evento aconteceu no mês de maio de 1660. Em novembro, os principais moradores paulistas compareceram à câmara com a exigência de que Salvador Correia de Sá e Benevides, então governador e capitão geral da Repartição do Sul, fosse impedido de chegar à vila de São Paulo, uma vez que era acusado de ser o responsável pelos levantamentos indígenas com suas “promessas de liberdade”⁶⁵⁵. Por essa razão, classificavam Correia de Sá como seu “inimigo capital”⁶⁵⁶. Além do ocorrido na propriedade de Bartolomeu Nunes do Passo, mencionaram-se nesse documento pelo menos outros dois eventos nos quais outros dois respectivos proprietários foram trucidados: Francisco Coelho da Cruz e Fernão Bicudo Tavares⁶⁵⁷. Também se dizia, sem maiores detalhes, ter havido mais levantamentos no bairro de Juqueri, como em terras de Manuel de Moraes, Ascenso de Moraes “e outros vizinhos seus o que também há sucedido em outros bairros”⁶⁵⁸. Com o problema colocado nesses termos, compreende-se que se tratava de uma situação generalizada de sublevação indígena em diferentes espaços e extensões do planalto paulista (partindo de bairros rurais onde se expandia rapidamente uma produção comercial de trigo de grandes proporções, como Santana de Parnaíba, Mogi e Juqueri), realidade da qual os historiadores infelizmente possuímos apenas algumas informações esparsas.

Semelhantemente ao caso do sítio de João Sutil, a propriedade de Francisco Coelho da Cruz (em Juqueri, termo da vila Santana de Parnaíba) era recente, relativamente pequena e não aprisionava ainda uma quantidade exorbitante de índios: eram, no total, 21 índios e um

⁶⁵⁵ A desconfiança com relação a Salvador de Sá e Benevides não era específica dos moradores de São Paulo, embora aqui ela tenha se transformado em inimizade propriamente dita. Na verdade, vemo-la à mesma época presente entre os moradores do Rio de Janeiro na queixa que dirigiram à sua Câmara contra o padre Antônio de Mariz, superior do aldeamento de São Barnabé: “Os procuradores me fizeram queixa hoje neste Senado, do Padre Antônio de Mariz, superior da aldeia dos Índios de S. Barnabé, de que tinha por notícia e era certo, e disto sabedores, de que o dito padre estava fazendo muita gente de Índios da terra, amotinando-os para servirem e acompanharem ao General Salvador de Sá e Benevides, obrigando-os e excitando-os com palavras e promessas de que o dito General os há de libertar, porque o povo os quer cativar”. Cf. “CARTA da Câmara do Rio de Janeiro ao Reitor dos Jesuítas” (1661). RIHGB, v. 3, p. 22-23. Sá e Benevides, por sua posição, tivera influência considerável nos acordos que levaram à restituição dos jesuítas a São Paulo em 1653, razão pela qual foi muitas vezes visto pelos moradores como aliado dos padres, muito embora tenha sugerido contra sua consciência, por razões meramente práticas e políticas, que o poder de administração dos aldeamentos de índios fosse transferido dos religiosos aos particulares para apaziguar a situação de agito na qual se encontravam os últimos. “CONSULTA do Conselho Ultramarino, sobre as cartas que escreveram a (D. João VI), o governador geral do Estado do Brasil, o governador e oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, e das vilas de São Paulo, São Vicente, Conceição e Parnaíba, acerca dos religiosos da Companhia (de Jesus), daquelas partes” (1647). AHU, cx. 1, doc. 14 (Catálogo 2). Para uma boa e clássica análise da trajetória de Salvador Correia de Sá e Benevides, sua relação, participação e influência nas grandes questões da América portuguesa no século XVII, ver: BOXER Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Nacional; Edusp, 1973. Já uma síntese abrangente sobre os conflitos entre paulistas e o governador, pode ser lida em: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 54-66.

⁶⁵⁶ “SESSÃO de 2 de novembro de 1660”. ACSP, v. 6 (bis), p. 209.

⁶⁵⁷ “SESSÃO de 2 de novembro de 1660”. ACSP, v. 6 (bis), p. 209.

⁶⁵⁸ “SESSÃO de 8 de novembro de 1660”. ACSP, v. 6 (bis), p. 212.

tapanhuno, 14 dos quais classificados como “criminosos” e ausentes (fugidos), além de um “lanceirinho por nome da sua terra *mchyposso* que levaram os criminosos”⁶⁵⁹, depois de terem assassinado o seu senhor. Permaneceram na propriedade apenas 6 mulheres indígenas solteiras (talvez fossem índias “da casa”, ao passo que os criminosos e fugitivos eram homens e casais, seguramente empregados na roça). Dessa vez, no entanto, não houve destruição da propriedade nem apropriação de bens, pois o espólio de Coelho da Cruz apresentava ainda a totalidade dos objetos pertencentes ao sítio (incluindo animais, ferramentas agrícolas, armas e correntes).

Na mesma década, cerca de quatro anos depois da morte de Coelho da Cruz, os herdeiros de José Ortiz de Camargo sofreram uma ação cível por parte de Francisco Cubas, que os acusara de invadir e saquear sua fazenda, por meio de índios que atacaram o administrador da propriedade e filho de Cubas “com armas ofensivas e defensivas [...] com vozes dizendo mata, mata a João Cubas”, dos quais este fugira “milagrosamente em uma camarinha”. Na ocasião, o índio Agostinho morreu “com muitas flechadas que lhe deram e lhe quebraram a cabeça e despiram e roubaram casa e sítio”⁶⁶⁰. Caso os fatos tenham se dado exatamente da maneira narrada, o que faria jus a outras ocorrências, temos a confluência, como fatores originários do assalto, da cisão entre os setores da elite local e do clima de efervescência social surgido entre a população indígena do planalto naquele tempo. Em outras palavras, é possível que os herdeiros de Camargo tenham conseguido canalizar a agitação dos seus próprios índios para organizar uma investida contra a propriedade de um morador adversário.

O ponto comum de todos os eventos mencionados é, sem dúvida, o assassinato (ou a tentativa) dos proprietários e administradores dos sítios. Isso pode sugerir, à medida que os senhores eram eles mesmos organizadores das expedições de apresamento, que os levantes foram despertados em geral por índios que ainda não haviam sido plenamente incorporados na lógica colonial e que insurgiam-se ainda sob a lógica da guerra de suas comunidades de origem. Todavia, em quase todos os casos houve participação ativa de índios já incorporados às novas relações e, junto a elas, aos seus ritmos de vida e de trabalho, e que dessa forma veriam possivelmente nos levantes um meio de rompê-las, fosse individual ou coletivamente. Práticas como destruição de plantações e casas, danos ou matança de animais e apropriação de bens seguida de fuga, apontam para esse sentido⁶⁶¹. Na verdade, esses dois fatores das revoltas são

⁶⁵⁹ “Inventário de Francisco Coelho Cruz” (1660). AESP, “Inventários não publicados”, C00482-5, doc. 10, fl. 15.

⁶⁶⁰ “AÇÃO CÍVEL de Francisco Cubas contra os herdeiros de José Ortiz de Camargo” (1664). AESP, Autos cíveis, petições, C6033-1. Citado por: MONTEIRO, John Manuel. “Escravidão Indígena e Despovoamento na América Portuguesa: São Paulo e Maranhão”. In: DIAS, Jill (Org.). *Brasil nas Vésperas do Mundo Moderno*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992, p. 147-148.

⁶⁶¹ De acordo com Maria Hilda Paraíso, ao analisar uma revolta de indígenas do Engenho Santana em 1602, “O ato de incendiar a fazenda pode ser interpretado como um ato de absoluta contestação às formas como os

apenas manifestações diferentes de um mesmo fenômeno: pois tanto entre os já incorporados quanto entre os recém-cativos, tratava-se, em alguma dimensão, de uma recusa das temporalidades coloniais de trabalho – ainda mais forte, vale ressaltar, entre aqueles que não tiveram tempo de sofrer, como os demais, as mediações e condicionamentos catequéticos, linguísticos, psicológicos, físico-corporais etc.

Em outras palavras, independente da concentração de escravos e da extensão de terras nas fazendas, as principais rebeliões indígenas do planalto paulista aconteceram entre 1650 e 1660, pelo fato de que a estrutura da produção agrícola comercial nessa época havia atingido um patamar de incompatibilidade essencial frente aos padrões indígenas de assentamento e tempos de trabalho, o que por si mesmo explicaria a concentração cronológica.

Ao contrário das insurreições do século XVI, que inseriam-se na lógica bélica das próprias populações indígenas (quando os assaltos e o quadro de alianças e inimizades ainda correspondiam ao *modus operandi* efetivo daqueles grupos, aos quais estes procuravam adicionar à sua maneira os portugueses, franceses e até mesmo os jesuítas – não se tratava ainda propriamente, portanto, de revoltas contra um sistema colonial que sequer estava efetivamente instalado naquele momento, em São Paulo), verifica-se no XVII a transição para uma situação inversa na qual as práticas coloniais, agora em processo de consolidação, inviabilizavam progressivamente a continuidade das expectativas indígenas anteriores sobre o tempo de trabalho. O fato de que haja para o século XVII poucas evidências do imaginário e das expectativas ameríndias nesse quesito, semelhantes aos do XVI, indica que tais expectativas tendiam a ser secundarizadas pela incorporação da população nativa na sociedade colonial por meio do trabalho escravo. Em meados do século XVII, essa situação atingiu um patamar particularmente crítico, engendrando contradições que tornaram sua permanência insustentável e fizeram eclodir, portanto, as revoltas indígenas.

Essa experiência crítica já havia sido antecipada pelos moradores de São Paulo em uma representação que enviaram ao rei, uma vez efetivado o processo de destituição e expulsão dos jesuítas da capitania. Os colonos atribuíam a estes a responsabilidade por uma suposta agitação indígena de grandes dimensões anterior a 1640 (embora movimentos desse tipo, contraditoriamente, tenham se intensificado somente depois da saída dos padres):

trabalhadores indígenas eram usados e tratados pelos administradores da fazenda ou, ainda, o ato pode ser interpretado como um stratagema para dividir os trabalhadores entre evitar sua fuga e apagar o incêndio”. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Revolta Indígena no Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus: o Atlântico Açucareiro e o trabalho indígena (1602)”. *Cadernos de História*, v. 16, n. 24. Belo Horizonte, 2015, p. 116.

Do levantamento que fizeram nesta vila de São Paulo, por ordem de um índio, a quem obedeciam e tinham por santo, que depois de matarem toda a gente que puderam, se foram a igreja da aldeia dos Pinheiros, onde o dito índio se criou, e quebrando a cabeça da imagem de Nossa Senhora se pôs a si o nome de Mai de Deus; e tal como este vem a ser todos os doutrinados pelos reverendos padres da Companhia: e assim, invicto Rei e Senhor, que este é o fruto que os vassalos de vossa majestade tiram dos Índios e gentio estarem em suas colônias e aldeias doutrinados pelos ditos reverendos padres⁶⁶².

Aos moradores de São Paulo, em conflito aberto com os jesuítas, não faltavam motivos e interesses para relatar ao rei situações como essa que, para a década pretendida, devem parecer-nos surreais, mas que logo se tornaria verossímeis frente ao que se deu efetivamente após (e não antes) a retirada dos religiosos de São Paulo. Tampouco o discurso jesuíta, que afirmava de maneira extremada o seu zelo para com os índios em contraposição à brutalidade dos paulistas, seria totalmente crível, tendo sido visto, no capítulo anterior, que tanto um grupo quanto o outro partilharam maneiras análogas de organização material das propriedades e formas de submissão da mão de obra indígena ao trabalho, ainda que se opusessem quanto aos direitos de domínio sobre essa mão de obra e diferissem no que tange à compreensão jurídica, moral e teológica do problema.

3.3. Fugas

A fuga indígena foi uma constante em São Paulo, ao longo de todo o século XVII⁶⁶³. Dela, no entanto, só podemos ter uma vaga dimensão, pois os inventários listaram apenas aqueles indígenas fugidos que, desaparecidos logo ou pouco antes do início do levantamento, já haviam sido recapturados, se encontravam em casa de outros moradores, ou então que por qualquer outra razão ainda se possuía esperança de encontrá-los e reconduzi-los ao trabalho. A partir desse tipo de evidência pontual, não obstante, podemos entrever determinados padrões práticos presentes na ação dos fugitivos, o que nos conduz, juntamente com a grande recorrência do fenômeno, à conclusão de que a fuga constituía não apenas parte integrante das relações sociais da região, mas também uma consequência estrutural e a maneira privilegiada de rejeição

⁶⁶² “MEMORIAL dos paulistas à Coroa” (s/d.). Transcrito e Publicado em RIHGB, XII, p. 20.

⁶⁶³ Para uma abordagem mais ampla sobre as fugas de escravos no Brasil, ver: GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista; INL, 1972, p. 25-68.

ativa, pelas populações indígenas locais, contra as condições de trabalho a que vinham sendo sujeitas. Longe de ser uma forma de resistência indígena alternativa e/ou contrária às outras mais, a fuga se apresentou, inclusive, como a finalidade essencial de ações como a destruição física da população branca e de suas propriedades, as quais deviam constituir verdadeiros obstáculos ao desejado retorno dos índios à “mata” e ao “sertão”.

Ao todo, considerando a amostra documental consultada, 72 moradores, ao morrerem, tiveram índios de sua propriedade declarados fugidos. Destes, menos da metade dos casos (apenas 33) tratava-se de fugas individuais, enquanto todas as outras somavam dois ou mais índios que escaparam simultaneamente. Alguns fugiam com seus filhos e cônjuges, ao passo que outros partiam junto a um ou mais indivíduos de semelhante condição, não sendo sabido ao certo se eram ou não familiares. A Tabela 3, abaixo, elaborada a partir de dados amostrais da coleção “Inventários e Testamentos”, mostra o número total de indígenas fugidos registrados em cada par de década, acompanhado da quantidade total dos escravos listados em toda a amostra e, em seguida, os percentuais de fugidos frente aos números totais de indígenas de cada intervalo (percentual geral) e das fugas em relação à quantidade total de fugas do século (percentual relativo). Ressalte-se novamente que as quantidades encontradas são, em absoluto, bastante inferiores ao que deveria corresponder à realidade efetiva do período, pois apenas sob condições restritas as fugas foram registradas em papel, servindo-nos tais dados, porém, como ilustrativos do movimento secular do fenômeno em pauta:

TABELA 3 – Fuga indígena segundo amostra da coleção “Inventários e Testamentos” (São Paulo, século XVII)

Década	Total de fugas	Total de índios	Percentual geral	Percentual relativo
1600-1620	5	995	0,5	2,1
1621-1640	24	1476	1,6	10,4
1641-1660	145	6721	2,2	62,5
1661-1680	43	2518	1,7	18,5
1681-1700	15	1677	0,8	6,5
Total	232	13387	1,7	100

FONTE: AESP, *Inventários e Testamentos*, 47 vols. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de Órfãos da Capital, 1920-1999.

Sendo assim, note-se, mais do que os números absolutos⁶⁶⁴, o movimento e a frequência relativa dos casos de fuga indígena e sua concentração a cada par de década do século XVII, a partir do Gráfico 2, abaixo, construído com base nas informações presentes na última coluna da Tabela 3, acima (“Percentual relativo”).

As fugas individuais (30 casos registrados) foram em geral realizadas por indígenas adultos e jovens, de ambos os sexos, sendo dois terços compostos por homens (20 casos) e um terço por mulheres (10 casos). Entre as últimas, algumas eram casadas com índios que permaneceram nos sítios após a fuga das esposas, tratando-se evidentemente de matrimônios artificiais criados no processo de cristianização das “peças”, um elemento adicional de pressão que pode ter levado essas índias a fugirem. Assim foram os casos de Úrsula, mulher de Baptista sob a propriedade de Maria Rodrigues em Ibirapuera (1648)⁶⁶⁵, o de uma índia esposada por Felipe na casa de André Mendes Ribeiro na vila paulista (1652)⁶⁶⁶ e o de Branca, índia do espólio de Afonso João que era casada com o índio Luís na mesma vila (1654)⁶⁶⁷. As demais

⁶⁶⁴ John Manuel Monteiro, contando com um conjunto mais amplo e completo de inventários (pois não utilizou apenas os volumes publicados, como nós, valendo-se também dos não publicados e de parte das caixas de manuscritos considerados “estragados”) chegou a valores absolutos pouco mais elevados: médias em torno de 5 a 8 fugitivos a cada mil escravos até 1640, 30 na década de 1640, de 68 a 95 entre 1640 1670 e pouco mais de 59 após 1670. MONTEIRO, John Manuel. *São Paulo in the Seventeenth Century: economy and society*. Tese de Doutorado. Illinois, University of Chicago, 1985, p. 316 (table 19). Todavia, pelas limitações documentais dos inventários, também esses valores devem se apresentar inferiores à realidade do período, motivo pelo qual provavelmente o autor excluiu a tabela que continha esses dados na versão do seu trabalho que foi publicada como o livro *Negros da Terra*. O movimento de ascensão e a posterior queda na frequência das fugas, com ápice entre 1640 e 1660, não obstante, são semelhantes e comuns aos dois levantamentos (o dele e o meu).

⁶⁶⁵ “Inventário de Maria Rodrigues” (1648). AESP, IT, v. 37, p. 149.

⁶⁶⁶ “Inventário de André Mendes Ribeiro” (1652). AESP, IT, v. 45, p. 29.

⁶⁶⁷ “Inventário de Afonso João” (1654). AESP, IT, v. 46, p. 28.

mulheres que fugiram foram consideradas solteiras, a exemplo de Feliciano, de posse de Fernão Dias Borges e Isabel de Almeida em Tremembé, que em 1643 foi declarada “moça solteira fugida há 5 meses”⁶⁶⁸. Vicência, por sua vez, no momento da morte da sua senhora Maria da Costa (1679), havia sido prometida como dote ao genro desta, Sebastião Bicudo, mas fugiu antes que a transação fosse operada⁶⁶⁹.

Sobre os índios do gênero masculino que fugiram individualmente das propriedades dos seus senhores não há indícios de que houve algum que não fosse jovem e solteiro. Esse padrão se verifica em fugas ocorridas nas mais diversas paragens do planalto e suas adjacências, de Araçariguama a Santo Amaro, incluindo Caucaia, Penha de França, Santana de Parnaíba, Mandaqui, Santo André, Itaim, Pirapora e Mooca⁶⁷⁰. A prática da fuga não apenas suplantava os limites geográficos de uma ou outra região, mas inclusive ultrapassava fronteiras étnicas, não sendo os “Tapuia” os únicos e renegados elementos a fugirem. Em 1619, o índio Joaquim de Francisco Velho, “de nação Tupi”, havia fugido⁶⁷¹. Dois anos antes, o “moço Tememinó” Lourenço, listado entre os bens de Marina de Chaves, também era declarado fugido⁶⁷². Em meados do século, registrou-se a fuga de um negro “Pirama”⁶⁷³ da gente de Francisco Baldaya⁶⁷⁴. Caso insólito, sem dúvida, foi o de Bastião, indígena que em 1670 não apenas fugiu da propriedade de Sebastiana Leite da Silva, como o fez levando consigo uma “escopeta indiana”⁶⁷⁵, para o temor da população branca local.

⁶⁶⁸ “Inventário de Fernão Dias Borges e Isabel de Almeida” (1643). AESP, IT, v. 14, p. 267. Os casos restantes foram os de: Andreza (“Inventário de Manuel de Edra” (1647). AESP, IT, v. 29, p. 156); Rufina (“Inventário de Ana da Costa” (1651). AESP, IT, v. 42, p. 17); Maria (“Inventário de Luzia Leme” (1656). AESP, IT, v. 15, p. 428); Ventura (“Inventário de Ana Tenória” (1659). AESP, IT, v. 12, p. 465); Luiza (“Inventário de Ana Ribeira” (1662). AESP, IT, v. 40, p. 75); e Vicência (“Testamento de Maria da Costa” (1680). AESP, IT, v. 18, p. 379).

⁶⁶⁹ “Testamento de Maria da Costa” (1680). AESP, IT, v. 18, p. 379.

⁶⁷⁰ Cf. as referências a índios homens fugidos em: “Inventário de Francisco Rodrigues Beja” (1634). AESP, IT, v. 9, p. 231; “Inventário de Pedro Vaz de Barros” (1679). AESP, IT, v. 24, p. 37; “Inventário de Braz Rodrigues de Arzão” (1693). AESP, IT, v. 23, p. 165; “Inventário de Antônia Leme” (1684). AESP, IT, v. 21, p. 419; “Miguel Leite de Camargo” (1687). AESP, IT, v. 22, p. 74; “Inventário de Custódia Gonçalves” (1681). AESP, IT, v. 20, p. 329; “Inventário de Manuel da Fonseca Osório” (1681). AESP, IT, v. 21, p. 86 (nesse caso, tratava-se de um negro *tapanhuno* que andava “fugido em Taubaté”); “Inventário de Ana de Proença” (1680). AESP, IT, v. 20, p. 274; “Inventário de Paschoal Afonso” (1678). AESP, IT, v. 13, p. 131; “Inventário de Manuel Pires de Brito” (1677). AESP, IT, v. 19, p. 184; “Inventário de Aleixo Leme de Alvarenga” (1675). AESP, IT, v. 19, p. 21; “Inventário de Maria de Oliveira” (1665). AESP, IT, v. 17, p. 17; “Inventário de Nicolau Barreto” (1664). AESP, IT, v. 16, p. 443; “Inventário de Miguel Garcia Velho” (1654). AESP, IT, v. 15, p. 322; “Inventário de Petronilha Ribeiro” (1649). AESP, IT, v. 41, p. 43; “Inventário de Lourenço Fernandes” (1646). AESP, IT, v. 33, p. 135; e “Inventário de Domingos de Abreu” (1625). AESP, IT, v. 6, p. 361.

⁶⁷¹ “Inventário de Francisco Velho” (1619). AESP, IT, v. 25, p. 24.

⁶⁷² “Inventário de Marina de Chaves” (1617). AESP, IT, v. 5, p. 243.

⁶⁷³ Vocábulo tupi que significa “vermelho”, já à época utilizado para se referir aos grupos indígenas do Brasil central, que não falavam qualquer variante do Tupi.

⁶⁷⁴ “Inventário de Francisco Baldaya” (1648). AESP, IT, v. 38, p. 153.

⁶⁷⁵ “Inventário de Sebastiana Leite da Silva” (1670). AESP, IT, v. 17, p. 306.

Fugas em pares e/ou de famílias nucleares (de casais com seus filhos), se por um lado não podem ser considerados atos individuais, tampouco possuíam efetivamente um caráter coletivo. De terras localizadas no termo da vila Santana de Parnaíba, o índio Duarte havia deixado sua esposa Andreza, em 1628, e desaparecido com os dois filhos do casal (sendo que no mesmo registro documental uma outra índia, Suzana, constava ser também fugida, não se sabe se junto ou separadamente de Duarte)⁶⁷⁶. Em 1641, estavam sumidas outras duas “peças” do sítio de Daniel Justo: Domingas e Ambrósio “corcovado”⁶⁷⁷. Vinte e três anos depois, os indígenas Francisco e João também estavam fugidos das terras de Paschoal Leite Paes⁶⁷⁸. Do termo e das paragens pertencentes à vila de Piratininga, em 1613, Branca fugiu com seu filho e Francisco (eram todos Maromomi)⁶⁷⁹. Já em 1632, dois “negros novos” escaparam da pequena propriedade de Maria Lucas⁶⁸⁰. E, em 1653, Policena e o índio velho Manoel (este juntamente a sua mulher Lourença e seus dois filhos Silvestre e Zacarias), foram considerados fugitivos⁶⁸¹.

Alguns desses atos devem conduzir a uma reflexão sobre a complexidade das práticas indígenas frente à sociedade colonial. Se, por um lado, a fuga por si mesma sugere o deslocamento daqueles sujeitos em relação ao lugar que lhes havia sido reservado no seio das relações coloniais de produção (isto é, o do trabalho compulsório), por outro lado as fugas de casais (com ou sem filhos) poderiam a princípio apontar para o sucesso da incorporação colonial ao fazê-los carregar, mesmo após o ato da fuga, elementos próprios daquela sociedade que visavam abandonar, como o matrimônio monogâmico e a consequente organização de nuclear das famílias. Todavia, para além de não sabermos se de fato se tratava de uma absorção cultural desse tipo, casos como o do índio Duarte impedem que transformemos essa possibilidade em conclusão, ao expressar que, na verdade, ainda durante o século XVII, também nessa esfera dos costumes, o enquadramento das populações indígenas na ocupação europeia gerou dificuldades e tensões. No inventário de Ana de Siqueira, datado de 1646, oito índios foram registrados como “fugidos”: dois eram solteiros, um casal com seu filho, uma índia “solta” e Merencia,

⁶⁷⁶ “Inventário de Maria de Oliveira” (1628). AESP, IT, v. 13, p. 157-158.

⁶⁷⁷ “Inventário de Daniel Justo” (1641). AESP, IT, v. 28, p. 36.

⁶⁷⁸ “Inventário de Paschoal Leite Paes” (1664). AESP, IT, v. 27, p. 130-133.

⁶⁷⁹ “Inventário de Maria Pedroso” (1613). AESP, IT, v. 5, p. 128.

⁶⁸⁰ “Inventário de Maria Lucas” (1632). AESP, IT, v. 2, p. 308.

⁶⁸¹ “Inventário de Pedro Dutra Machado” (1653). AESP, IT, v. 46, 273. Cf. outros casos semelhantes em: “Inventário de Antônio de Almeida” (1636). AESP, IT, v. 10, p. 282; “Inventário de Simão Borges Siqueira” (1640). AESP, IT, v. 13, p. 259; “Inventário de Ana da Costa” (1643). AESP, IT, v. 34, p. 16; “Inventário de Ana Cabral” (1643). AESP, IT, v. 29, p. 24; “Inventário de Antônio Pedroso de Lima” (1651). AESP, IT, v. 41, p. 262; “Inventário de Antônio Rodrigues Lopes” (1654). AESP, IT, v. 46, p. 58; “Inventário de Izabel de Freitas” (1655). AESP, IT, v. 47, p. 115; “Inventário de Bento Pires Ribeiro” (1669). AESP, IT, v. 17, p. 237; e “Inventário de Domingos de Góes Pereira” (1677). AESP, IT, v. 19, p. 194.

esposa de Antônio (que estava no sertão), fugida com um outro “rapaz” também chamado Antônio⁶⁸².

Já em fugas coletivas, que em alguns casos envolveram mais de uma dezena de ameríndios, verifica-se, tanto quanto nas insurreições violentas, uma capacidade organizativa e de integração entre indígenas de diferentes etnias e ocupações nos sítios, para além da ligação apenas individual e familiar entre eles. Nesses casos, é admissível que a exploração conjunta de uma força de trabalho com origens variadas tenha contribuído para que fossem estabelecidos os laços necessários para a ação conjunta⁶⁸³. Luzina, por exemplo, a “negra da casa” de Martim Rodrigues Tenório (falecido em 1654 em Juqueri), fugira junto aos escravos indígenas Pedro “o asambi”⁶⁸⁴, Francisco, Gregório, José, Lucrécia e Esperança, que provavelmente eram ocupados na roça⁶⁸⁵.

Como nas revoltas que incluíram ataques físicos aos proprietários, podia ser que os seus agentes fossem índios recém cativos ou que haviam sido desde pouco tempo incorporados, e mesmo de ambas as condições em conjunto, o que tendia a tornar o evento maior e eventualmente mais explosivo. Em 1649, dos 89 índios de Francisco Borges (23 Guayaná e 66 Karijó), 11 Guayaná (sete homens, três mulheres e um “rapaz”) eram já fugidos – os Guayaná haviam sido recentemente trazidos do sertão e incorporados na propriedade pelos filhos de Borges; segundo o inventariante: “estão ainda por batizar”⁶⁸⁶. Em Jundiaí, no ano de 1654, Hilária Alves perdeu, por ocasião de fuga, junto a Tobias e Eufrásia (“peças” antigas e já batizadas), um “lote” de 21 peças pagãs⁶⁸⁷. Quase 30 anos depois, da fazenda do sertanista Francisco Cubas Preto nas cabeceiras do rio Jaguari haviam escapado os índios Aleixo, Garcia, Antão, Urbana, Juliana, Cecília e mais “cinco negros Guassipós que por nome não percam”⁶⁸⁸.

⁶⁸² “Inventário de Ana de Siqueira” (1646). AESP, IT, v. 33, p. 44.

⁶⁸³ É preciso reconhecer que na maior parte das evidências documentais disponíveis, há somente menções isoladas aos indígenas fugidos em grupos, sendo poucas vezes clara a circunstância das fugas e mesmo se eram realmente fugas coletivas ou simplesmente uma soma mais ou menos numerosa de fugas individuais. É improvável, aliás, que os próprios moradores e herdeiros declarantes dos bens o soubessem. Todavia, se considerarmos o peso da estrutura coercitiva montada no planalto para manter a mão de obra no trabalho e para evitar reações contrárias aos interesses senhoriais, conclui-se que, mesmo para que pudesse ocorrer a fuga de dois ou mais pares de índios à mesma época (logo ou pouco anteriormente à morte dos inventariados), algum grau mínimo de integração seria, de qualquer maneira, necessário.

⁶⁸⁴ A denominação soa como derivativo de *Zâmbi*, a divindade suprema das populações africanas em algumas línguas da família Bantu. Porém, não há qualquer indício de que Pedro fosse um escravo *tapanhuno*. Pelo contrário, ele aparece listado junto a outros 59 indivíduos da “gente forra” (expressão usada como forma de adequar o cativo indígena aos termos da legislação indigenista vigente) de Rodrigues Tenório.

⁶⁸⁵ “Inventário de Martim Rodrigues Tenório” (1654). AESP, IT, v. 47, p. 279.

⁶⁸⁶ “Inventário de Francisco Borges” (1649). AESP, IT, v. 39, pp. 89; 98.

⁶⁸⁷ “Inventário de Hilária Alves” (1654). AESP, IT, v. 47, p. 91.

⁶⁸⁸ “Inventário de Francisco Cubas Preto” (1673). AESP, IT, v. 18, p. 334. Cf. outros exemplos de fugas com três ou mais indivíduos em: “Inventário de Manuel de Lara” (1637). AESP, IT, v. 10, p. 465; “Inventário de Custódio Gomes” (1639). AESP, IT, v. 12, pp. 246 e 256; “Inventário de Ana de Siqueira” (1645). AESP, IT, v. 33, p. 44; “Inventário de Beatriz Moreira” (1648). AESP, IT, v. 37, p. 14; “Inventário de Gaspar de Cubas”

Até a década de 1630, o tamanho médio das fugas verificadas foi de apenas dois indivíduos (10 fugitivos em 5 propriedades). Entre 1631 e 1660, uma média de 3,4 índios por fuga (147 índios fugidos em 43 sítios). E, de 1661 a 1700, volta-se para pouco mais de dois índios fugidos por ato (58 fugitivos em 26 propriedades). Assim, durante a época de maior desenvolvimento da economia agrícola comercial em São Paulo não apenas aumentou a frequência das fugas indígenas como também cresceu o número de índios nelas envolvidos. Isso reflete, em primeiro lugar, o aumento do número total de índios reunidos nos sítios paulistas, como resultado das grandes expedições sertanejas de captura de índios no interior e no sul do continente, operadas durante as décadas de 1630 e 1640.

Em segundo lugar, reflete o grau de integração e solidariedade dos índios convertidos em força de trabalho no interior das unidades produtivas, sobretudo quando se tratava da produção de gêneros que, como o trigo, o algodão e o açúcar, implicavam o aumento das jornadas e também um determinado tipo de encadeamento entre duas ou mais etapas produtivas complementares. Fosse ou não de maneira consciente, as fugas atingiam assim o funcionamento dessas unidades produtivas de tal maneira que, caso reunissem uma quantidade considerável de índios e/ou passasse pela destruição preliminar dos bens do sítio e mesmo pela destruição física dos senhores, chegavam a tornar a propriedade inoperante, travada, ou no mínimo economicamente inviável. Em meados do século XVII, foi a economia agrícola do planalto paulista como um todo que se viu ameaçada pela conjunção de práticas indígenas como a fuga, apropriação e a destruição de bens. Finalmente, sendo-me permitida a repetição, a intensificação das fugas refletia, paradoxalmente, o próprio recrudescimento da violência senhorial da época contra os seus escravos para evitar suas reações, o que apenas tornou a situação dos cativos mais vulnerável e suscetível à mesma fuga que as autoridades se esforçavam para controlar.

(1648). AESP, IT, v. 37, p. 63; “Inventário de Mecia de Siqueira” (1648). AESP, IT, v. 37, p. 173; “Inventário de Antônio Castanho da Silva” (1648). AESP, IT, v. 36, p. 132; “Inventário de Estefânia Ramires” (1649). AESP, IT, v. 40, p. 29; “Inventário de Antônio Bicudo Furtado” (1651). AESP, IT, v. 44, p. 218; “Inventário de Paschoal Leite Fernandes” (1651). AESP, IT, v. 44, p. 186; “Inventário de Antônio de Souza Couto” (1652). AESP, IT, v. 44, p. 249; “Inventário de Pedro Fernandes” (1653). AESP, IT, v. 12, p. 408; “Inventário de Estevão Furquim” (1660). AESP, IT, v. 16, p. 217; “Inventário de Maria Leite” (1663). AESP, IT, v. 13, p. 378; “Inventário de Ignez da Costa” (1667). AESP, IT, v. 17, p. 104; “Inventário de Catharina Dorta” (1698). AESP, IT, v. 23, p. 461; “Inventário de João do Prado da Cunha” (1698). AESP, IT, v. 24, p. 192. Para que consideremos uma fuga coletiva, portanto, não é necessário que a mesma envolvesse de uma só vez todos os índios de uma propriedade, ou todos os indivíduos incorporados a partir de uma única expedição sertanista. Se considerarmos também aquelas fugas que envolveram três, quatro ou cinco índios num curto intervalo de tempo (o que por si já significava alguma cooperação entre eles), percebe-se que não foram assim tão raras quanto aquelas fugas que podemos considerar efetivamente “em massa” em São Paulo durante o século XVII.

John Monteiro argumentou que as fugas indígenas de fazendas paulistas na segunda metade do século XVII seriam menos uma forma de resistência dos índios à escravidão do que o resultado da integração dos mesmos ao sistema escravista. Para o autor, tal conclusão decorre dos indícios de que haviam índios que, após fugirem das terras onde estavam reduzidos (tendo como razões possíveis maus-tratos, desejo de proximidade com parentes, desejo de “ser livre”, recusa de serviço aos herdeiros de um senhor falecido etc.), encontravam-se em outras propriedades da mesma região (fossem particulares ou dos padres jesuítas), nas quais buscavam refúgio e proteção. Para os índios, tratar-se-ia de uma possibilidade, embora restrita, de mobilidade no interior do circuito da sociedade local; para os proprietários, um mecanismo mais ou menos eficiente de redistribuição da mão de obra entre os pares. Essa realidade foi qualificada por Monteiro como ilustrativa do “sentido ambíguo das fugas”⁶⁸⁹.

De fato, há várias evidências documentais que poderiam apontar nesse sentido, desde menções a índios fugidos “em casa de” algum vizinho ou em algum aldeamento, até petições ou litígios entre moradores pela posse ou ressarcimento do valor dos índios fugidos e apropriados por outrem. Por exemplo, dizia-se que a índia Rufina, de Antônia de Chaves (proprietária em Santana de Parnaíba), encontrava-se na casa de Antônio Ribeiro de Morais (na vila de São Paulo); sobre Joana, índia arrolada junto aos bens de Maria de Vitória (sitiantes em Embuassava), que estava em casa de José Ortiz de Camargo; que o indígena ferreiro Onofre (pertencente por direito de herança a Valentim de Barros) estava fugido e instalado na morada de Luzia Leme; que o rapaz que fugira de João de Godoi Moreira havia sido visto na propriedade de Fernão Dias; que a negra da terra Rufina, após a morte do casal Antônio Paes e Ana da Cunha, estava com Antônio Pedro Leite⁶⁹⁰; bem como os outros exemplos referenciados por Monteiro, que não obstante foi muito convincente ao demonstrar pela análise de disputas jurídicas entre os proprietários que a recuperação dos índios fugidos nem sempre era algo economicamente desejável.

Apesar disso tudo, não é possível afirmar junto ao autor que “a maior parte dos índios identificados nos documentos como fugidos achava-se, de fato, em outras propriedades da região”, ou então que “teria pouco sentido a fuga para o sertão de cativos não só oriundos de terras longínquas, como também testemunhos da destruição de suas sociedades pelos paulistas”⁶⁹¹. Pois, efetivamente, a maior parte das referências documentais a índios fugidos os

⁶⁸⁹ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 181-186.

⁶⁹⁰ “Inventário de Antônia de Chaves” (1640). AESP, IT, v. 14, p. LXIII; “Inventário de Maria de Vitória” (1646). AESP, IT, v. 34, p. 171; “Inventário de Valentim de Barros” (1651). AESP, IT, v. 15, p. 208; “Inventário de João de Godoi Moreira” (1665). AESP, IT, v. 43, p. 221.

⁶⁹¹ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., pp. 182; 183.

registram de forma imprecisa exclusivamente como “fugidos”, sem qualquer outra informação, parecendo antes que as especificações sobre o paradeiro dos fugitivos em alguns casos particulares sejam indícios de que estes, embora mais ou menos frequentes, não constituíam a regra.

Além disso, não há provas de que “a maior parte” os indígenas encontrados em casas de outros moradores tenham efetivamente buscado proteção nesses espaços (embora não se negue que alguns deles, de fato, o possam ter feito). É possível que tal ideia tenha sido em geral forjada como instrumento eficaz para justificar a posse de um índio por parte de quem o encontrou “solto” nas proximidades de seu sítio, tomando-o para si, ou que tenha simplesmente roubado ou sequestrado o cativo da propriedade de um vizinho. Certamente não faltavam mercenários dispostos a recapturar índios “soltos” para os moradores (fossem eles os proprietários iniciais ou não, pouco importava) em troca de alguns ganhos pessoais, uma vez que desde 1653 foram determinados os preços para a recaptura de índios fugidos (os preços eram diferenciados para índios fugidos na vila e os fugidos no sertão)⁶⁹².

A suposta iniciativa do próprio índio de submeter-se a outros pode, assim, não passar de um recurso legitimador de uma apropriação que, ao mesmo tempo, ofusca o exercício de uma prática ilegal, havendo aí paralelo ao efeito que o tema da “vontade” indígena por vezes encontrou na justificação da exploração do índio no discurso de religiosos⁶⁹³. Não fosse isso, é improvável que os conflitos decorrentes da fuga tivessem chegado a se tornar objeto de litígio entre as partes (como, por exemplo, o auto de libelo pelo qual Inácio de Fontes acusou Salvador de Oliveira de ter-lhe tomado cinco indivíduos Aruaque⁶⁹⁴), pois poderiam ser facilmente solucionados pela venda acordada do indígena de um para o outro morador⁶⁹⁵. Recurso este que, diga-se de passagem, não era inédito, pois já em 1618 Calixto Mota exaltava a “liberdade” de Marcos e Marina, um casal de índios encontrados na aldeia de Barueri que haviam pertencido ao primeiro marido de sua esposa, o falecido Henrique da Costa, e que por serem “forros e libertos” não eram obrigados a servir aos herdeiros do defunto, salvo a ele próprio, uma vez que

⁶⁹² “CORREIÇÃO que fez o doutor João Velho de Azevedo ouvidor geral desta Repartição do Sul na Câmara desta vila de São Paulo capitania de São Vicente”. Op. cit., p. 34.

⁶⁹³ Ver, por exemplo, ZERON, Carlos; VELLOSO, Gustavo. “Economia Cristã e Religiosa Política: O ‘Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo’, de Luigi Vicenzo Mamiani”. *História Unisinos*, v. 19, n. 2, 2015, p. 123-128 e documento transcrito que segue.

⁶⁹⁴ AUTO DE LIBELO – Inácio de Fontes vs. Salvador de Oliveira “que lhe tomou cinco almas do gentio aruaque que ele quer de volta” (1680). AESP, Juízo dos Órfãos de São Paulo (1680-1805), C05402, doc. 1.

⁶⁹⁵ Cf. também: “AUTO CÍVEL – Catarina do Prado vs. Bartolomeu Bueno Cacunda” (1682 - AESP, *Autos Cíveis*, cx.1); “AUTO CÍVEL – Antônio João de Moura vs. herdeiros de João Pires Monteiro” (1671). Apenso ao “Inventário de João Pires Monteiro” (1667). AESP, Juízos diversos, C00486; “AUTO CÍVEL – o Salvador Moreira vs. Braz Moreira Cabral” (1690). Apenso ao “Inventário de Salvador Moreira” (1697). AESP, IT, v. 24, p. 97-100.

o casal teria aparecido em sua casa “de livre vontade”⁶⁹⁶. Doutra parte, na mesma “Correição” de 1653 se determinava que “toda a pessoa que tiver peças fugidas em suas casas ou fazendas dentro em quinze dias manifestem as justiças sob pena de se lhe demandarem de furto”⁶⁹⁷.

Do real sentido das fugas, embora difícil de conhecê-lo plenamente pela falta de fontes produzidas por indígenas do período, podemos caminhar sobre algumas pistas. Em 1653, portanto já no período de maior incidência das fugas e dos grandes levantes indígenas de São Paulo seiscentista, após terem recebido ordem do administrador das minas Pedro de Sousa Pereira para transferir alguns aldeamentos com toda sua população e estrutura interna para a região de Paranaguá, a fim de proteger e garantir a disponibilidade de mão de obra para as minas de prata que Pereira esperava encontrar ali, os oficiais da câmara escreveram ao rei justificando a inviabilidade de se realizar aquela operação. Segundo eles, sua experiência com aqueles índios demonstrava que um empreendimento de tal monta estava fadado ao fracasso, mormente pelo fato de serem as terras de Paranaguá reconhecidamente muito estéreis, destoantes da fertilidade própria das terras em que aqueles ameríndios já se encontravam⁶⁹⁸. A fuga indígena, bem como a mortalidade dos nativos, estava, pois, amplamente difundida no horizonte das tendências constatadas pelos moradores que buscaram todos os meios para, sem sucesso, evitá-las⁶⁹⁹.

Além disso, prossegue o documento, os moradores paulistas já estavam instalados na capitania vicentina havia mais de um século, “com muitas igrejas, conventos, casa de moeda e quintos reais e alfândega” e, tanto para a manutenção desses estabelecimentos quanto para a sobrevivência da população local, o trabalho indígena seria indispensável, realidade da qual decorreria grandes prejuízos ao “bem comum” e ao “serviço real” caso os índios fossem dali retirados⁷⁰⁰.

Todavia, a principal razão da falibilidade certa da transferência era outra. O fato de serem as terras de Paranaguá inférteis constituía obstáculo incontornável, dado que, e era a

⁶⁹⁶ “Traslado de PROVISÃO sobre o índio Marcos e sua mulher” (1618), documento apenso ao “Inventário de Henrique da Costa” (1616). AESP, IT, v. 4, p. 141-142.

⁶⁹⁷ “CORREIÇÃO que fez o doutor João Velho de Azevedo ouvidor geral desta Repartição do Sul na Câmara desta vila de São Paulo capitania de São Vicente”. Op. cit., p. 34.

⁶⁹⁸ “Outra CARTA que se mandou a Sua Majestade” (1653). RGSP, v. 2, p. 377-378.

⁶⁹⁹ Em um inventário de 1675, o procurador solicitava que o processo de partilha fosse acelerado, pois os bens do falecido “iam em tanta diminuição nas peças forras que já é morta uma negra por nome Felipa e um velho e um rapazinho pequeno e as peças escravas correm risco de morrerem mandasse sua mercê pôr na praça tirando a mulata Mariana porquanto é neta do dito Manuel Pires e como seu avô a queria em seu quinhão para deixar forra como sua neta que é parenta de todos os herdeiros e as ditas mulatas que forem à praça se venderão a quem mais der acabados os dias e termos da lei e logo sua mercê depois da dita arrematação mandasse fazer logo partilhas **porquanto as peças forras correm risco de morte e fugida**” (grifo meu). Cf. “Inventário de Margarida de Brito” (1675). AESP, IT, 19, p. 63-64.

⁷⁰⁰ “Outra CARTA que se mandou a Sua Majestade”. RGSP, v. 2, p. 378-379.

“experiência” que o demonstrava, a população indígena quando coagida a migrar para terrenos sob aquelas condições, alvoroçavam-se e costumavam fugir e retornar outra vez para o sertão:

[...] donde se constrangidos por força chegarem a abalar daqui em quatro dias **se metiam pelo sertão como costumam fugindo destes apertos** e assim cá e lá vinham a faltar ao real serviço de vossa majestade e ao cômodo dos moradores que se têm por experiência em índios o tem por agouro que muda de seu natural contra a sua vontade, e **muito mais para sítios estéreis pouco sadios** em breve se acabam e morrem uns após outros como se neles desse a peste⁷⁰¹ (grifos meus)

E finaliza-se afirmando que a disponibilidade de terras férteis era condição primária para o controle dos índios no interior do aldeamento, uma vez que, tendo-as, podiam plantar e com isso garantiam “mantimentos e sustentação para suas famílias que estas não fossem tão facilmente viver por razão”⁷⁰². O texto retoma indiretamente alguns pontos discutidos no primeiro capítulo, a respeito das temporalidades do trabalho entre as populações indígenas pretéritas à colonização, interligando-os à experiência histórica da colonização do planalto até aquele momento e, ao mesmo tempo, apontando os seus limites e contradições.

Um dos obstáculos que se apresentaram às pretensões do administrador das minas (de transferência dos aldeamentos para o local de extração) refere-se ao lugar da agricultura na manutenção e no controle dos índios reduzidos. É claro que os colonos em geral, tendo os funcionários da câmara como seus porta-vozes, utilizaram esse artifício para evitar a perda de um reservatório importante de força de trabalho para os empreendimentos agrícolas já instituídos, sugerindo implicitamente um certo grau de “inadaptabilidade” (a rigor inexistente, como pudemos constatar no primeiro item do segundo capítulo do presente estudo) dos índios para as atividades extrativas. Porém, não se pode menosprezar o sentido concreto das experiências anteriores aventadas, bem como o peso das circunstâncias então vigentes de violentas reações indígenas. Outras tentativas de transferência forçada de índios provavelmente já haviam sido realizadas sem sucesso e, embora não decorressem única e/ou diretamente delas, as rebeliões que acompanharam o aumento do fluxo de fugas naqueles anos exigiam dos moradores uma grande dose de cautela.

De fato, pode-se dizer que antes da incorporação dos índios ao regime colonial, plantações de alimentos (como milho e mandioca, por exemplo) já pertenciam ao conjunto de

⁷⁰¹ “Outra CARTA que se mandou a Sua Majestade”. RGSP, v. 2, p. 378.

⁷⁰² “Outra CARTA que se mandou a Sua Majestade”. RGSP, v. 2, p. 378.

práticas produtivas voltadas à reprodução física e simbólica dos grupos indígenas, embora de maneiras distintas, dada a complexa diversidade organizacional, cultural e linguística que tais grupos apresentavam entre si. Relacionados, ao mesmo tempo, com a sobrevivência dos indivíduos, sua dieta, crenças religiosas, migrações territoriais, práticas guerreiras e à sua relação com o meio natural, o trabalho produtivo nas plantações ocupava intervalos de tempo que deveriam conviver com os momentos voltados ao ócio e/ou às demais atividades previstas pelos laços de coesão social que houvessem. Grosso modo, do ponto de vista dos indivíduos retirados e “dessocializados” dessas formações sociais pelos sertanistas que os transferiram às unidades produtivas do planalto, o cativeiro significava o rompimento daquela espécie de “equilíbrio” temporal, ao tornar para ele absoluta a ocupação em plantações de novo tipo, cujos produtos, de resto, apenas parcialmente era-lhes acessível, isto é, somente quando se tratasse de trabalhar em parcelas reservadas ao sustento de si próprio.

Nessas parcelas, embora trabalhadas apenas durante um ou dois dias da semana (muitas vezes em domingos e dias santos, contrariando sobremaneira a orientação dos padres), preservava-se um grau mínimo de autonomia dos índios sobre o seu tempo de serviço, aliviando tensões e permitindo a continuidade do sistema de exploração. Isso explica a razão pela qual as famílias indígenas “não fossem tão facilmente viver por ração”. Desnecessário enfatizar o equívoco que seria supor que um sustento “por ração” (isto é, com alimentos que não fossem produzidos pelos próprios indígenas com eles alimentados) estaria de acordo com o horizonte geral de expectativas das populações indígenas sintetizado na crença tupi-guarani de *yvy marane’ y* (uma terra na qual o alimento se obteria sem a necessidade de ocupar o tempo social com trabalho humano), pois a transferência proposta pelo administrador tinha a função exclusiva de liberar toda a força de trabalho disponível (e os seus tempos diários) para os esforços da mineração, e não, evidentemente, para o ócio ou rituais tradicionais nativos.

A correspondência, no caso, estaria mais propriamente na inviabilidade de permanência em terras inférteis dadas as dificuldades de obtenção de alimentos por meio de plantações autônomas, e nesse caso as fugas teriam como precedentes as próprias migrações territoriais periódicas à procura de *yvy marane’ y* e nas épocas de exaustão do solo cultivado pelo emprego da técnica de derrubada e queima (a *coivara*, já o dissemos, também absorvida e empregada pelos sitiantes e fazendeiros do planalto durante o século XVII). “Destes apertos”, para continuar utilizando os termos presentes no documento ora analisado, “se metiam pelo sertão como costumam fugindo”, uma tentativa (fosse ou não consciente, mais ou menos viável, pouco importa) de restituição das relações sociais anteriores e pela construção de um novo “equilíbrio” temporal capaz de combinar o trabalho produtivo com as demais práticas a serem

previstas no seio das suas aldeias recompostas. Se, em terras férteis, a menor quantidade de trabalho socialmente necessário para a manutenção física dos grupos liberava tempo para outras práticas igualmente importantes para eles, aquilo que os moradores classificaram como “costume” e “natural” dos índios para a fuga ao sertão, conseqüentemente se manifestavam “muito mais para sítios estéreis pouco sadios”. Essas e outras práticas, que estiveram longe de desaparecer com o cativeiro colonial, apareciam aos colonos como extremamente perigosas (e, do seu ponto de vista, eram de fato), a ponto de terem buscado evitá-las ao máximo:

E requereu mais o dito procurador que se fizesse acordo, sobre o gentio que nesta vila **fazem bailes de noite e de dia** porquanto nos ditos bailes sucedia muitos pecados mortais e insolências contra o serviço de Deus e bem comum cometerem **fugidas e levantamentos e outras cousas que não declararão per não ser decente** e visto o dito requerimento acordaram os ditos oficiais da câmara que antes da missa do dia nem de noite não houvesse os ditos bailes sob pena do dono do negro ou negra que for achado nos tais bailes pagar cem reis per cada negro ou negra que for achado, para qual efeito serão presos e da cadeia pagará seu senhor e se passasse quartel para vir a notícia de todos o qual quartel se passou logo para ser fixado”⁷⁰³ (grifos meus).

Eis, para nós, o sentido concreto das fugas indígenas ocorridas no período, bem como a razão pela qual essas fugas geralmente sucederam à ocorrência dos levantamentos com assassinatos e depredações de sítios, tendo se mostrado, afinal de contas, a própria motivação e o objetivo essencial daqueles atos. “Um regime de trabalho pode ser abolido, mas uma afinidade cultural nunca”⁷⁰⁴.

3.4. A sociedade contra o moderno tempo do trabalho?

Se quisermos considerar todo o conjunto de mazelas e práticas indígenas abarcadas no genérico (e até certo ponto destituído de referenciais precisos) conceito de “resistência”, amplamente disseminado na historiografia indigenista atual⁷⁰⁵, teríamos que ampliar o leque de

⁷⁰³ “SESSÃO de 21 de outubro de 1623”. ACSP, v. 3, p. 56.

⁷⁰⁴ LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e Esquecimentos*: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Edunb; Paralelo 14, 1996, p. 299.

⁷⁰⁵ Cf. a síntese presente em: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

fenômenos observados para além das fugas e dos assassinatos. Deveríamos, assim, considerar não apenas esses e outros atos realizados de maneira consciente e voluntária pelos próprios índios (suicídios, violência contra animais, ferramentas e outros meios de produção, alianças políticas, negociações com os administradores, ascensão e/ou simples adesão às hierarquias coloniais, apropriação dos valores cristãos e/ou das práticas mercantis em benefício próprio, tentativas de apropriação da justiça colonial etc.), mas também fatores e características involuntárias das populações indígenas. Elementos que foram recebidos pelos colonizadores e missionários como verdadeiros obstáculos, por vezes intransponíveis, aos seus respectivos projetos de ocupação e exploração territorial. Refiro-me, especificamente, à vulnerabilidade dos índios, naquele momento, às doenças europeias e africanas, à sua rarefação demográfica e ao desajuste que aquelas populações manifestaram com relação aos novos ritmos coloniais de trabalho.

As relações de produção adquiriram tamanha crueza nas terras de Piratininga, durante o século XVII, que a sociedade paulista resumir-se-ia, durante a primeira metade do século, cada vez mais à divisão entre proprietários e índios, embora em alguns casos essas duas categorias em absoluto obscureçam parte da complexidade social, jurídica e étnica verificável no interior de cada setor. Essa “crueza”, seja como for, confrontava tanto com a porosidade característica das relações vigentes no século anterior (que fundamentalmente mantinham-se atreladas aos padrões nativos de aliança/inimizade e, em parte, deviam-se à situação precária das instalações europeias na região), quanto com a variedade de situações e papéis abertos aos índios como decorrência da atrelagem da economia paulista à extração mineradora no século seguinte⁷⁰⁶. Por isso, furtamo-nos aqui de nos prender aos casos limites e excessivamente raros de penetração indígena nos espaços de hierarquia e vantagens da época, reservados preferencialmente aos proprietários brancos de origem europeia, e que já foram lembrados, ainda que passageiramente, nos capítulos precedentes. Pois, inclusive nessas situações, a assimetria das relações entre indígenas e administradores aparece de maneira muito clara.

Veja-se, por exemplo, o fato ocorrido em 1623 que resultara numa devassa cujo traslado chegou ao Conselho Ultramarino no ano seguinte. Um grupo de moradores do planalto, através de seus ameríndios subordinados (“pombeiros”), atacaram uma aldeia indígena e

⁷⁰⁶ Os processos de manumissão via testamentos são, nesse sentido, insuficientes para afirmarmos categoricamente a existência de margens de mobilidade social consideráveis durante a época estudada, não sendo a natureza dos registros disponíveis muito clara, devido principalmente à ambivalência do termo “forro” na situação jurídica do índio, legalmente “livre”, mas efetivamente “escravo”. Frequentemente, os testamentos apresentavam concessões de liberdade aos indígenas arrolados, mas determinavam igualmente como condição para ela que servissem “por livre vontade” aos herdeiros do senhor falecido. Sobre isso, ver: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 210-214.

assassinaram o seu líder, Timacaúna, quando o mesmo aparentava estar guiando toda a sua gente para serem convertidos ao cristianismo pelos moradores do planalto. Uma vez morto o chefe, os demais índios foram escravizados e repartidos entre os colonos⁷⁰⁷: “um apresamento praticado sem cerimônia”⁷⁰⁸.

Além disso, entre as décadas de 1640 e 1680, houve casos em que os índios dos aldeamentos compareceram à Câmara para prestar queixas contra os seus administradores e solicitar a substituição ou a simples expulsão dos mesmos. Em 1644, os aldeados de Barueri, liderados pelo capitão Manoel Branco, acusaram o padre capelão da aldeia João de Caldas Telles (ou “Bello”) “porquanto não usava com eles o que era justo e como capelão pelos desinquietar e ser causa que despejem suas aldeias e se vão fora dela pelas contínuas moléstias e avexações que lhe fazia o dito padre”, ao que os oficiais responderam destituindo João de Caldas do seu cargo por “dissipar os índios da dita Aldeia e os não conservar e doutrinar como devia”⁷⁰⁹.

Já em 1664, foi a vez dos índios de Pinheiros comparecerem à mesma instituição, os quais tinham por “capitão” um índio (provavelmente um “cacique”), e que reclamavam dos maus tratos que recebiam do capitão “branco” Francisco César de Miranda. Considerando a proximidade geográfica entre aquele aldeamento e a vila de São Paulo, os oficiais da câmara decidiram, então, extinguir o cargo de capitão dos índios exercido por um “branco” que fosse ao mesmo tempo autônomo em relação à câmara e ao “capitão” indígena; ao invés disso, o juiz mais velho da própria câmara serviria como capitão dos índios, visitando a aldeia somente uma vez a cada mês⁷¹⁰. A decisão não deve ter surtido grande efeito (certamente pelo fato de que uma visita mensal seria insuficiente para se manter o controle desejado sobre aqueles índios) pois, ainda em 1683, vemos os reduzidos do aldeamento de Pinheiros requerendo “que não queriam capitão e administrador na sua aldeia porque todos os que procuravam a capitania [isto é, o cargo de capitão] era a fim de se servirem deles e que somente queriam ser administrados pela câmara”, ao que os oficiais, novamente, consentiram⁷¹¹.

⁷⁰⁷ “Traslado do traslado da DEVASSA que o superintendente nas matérias de guerra da costa do sul e da vila de São Paulo da capitania de São Vicente e administração geral das Minas, Martim de Sá, mandou fazer sobre a morte do índio principal Timacaúna por pombeiros dos brancos quando este se dirigia àquela vila, com toda a sua gente, para se converter à religião católica” (1624). AHU, São Paulo, cx. 1, doc. 3 (Catálogo 2). Publicado também em: RIHGSP, v. XLIV, segunda parte. São Paulo, 1949, p. 294-301.

⁷⁰⁸ MONTEIRO, John Manuel. “Escravidão Indígena e Despovoamento na América Portuguesa: São Paulo e Maranhão”. Op. cit., p. 140.

⁷⁰⁹ “SESSÃO de 12 de novembro de 1644” e “SESSÃO de 19 de novembro de 1644”. ACSP, v. 5, p. 214-216.

⁷¹⁰ “SESSÃO de 1 de outubro de 1664”. ACSP, v. 6 (bis), p. 388-389.

⁷¹¹ “SESSÃO de 3 de julho de 1683”. ACSP, v. 7, p. 217.

No primeiro caso, ocorrido ainda sob o clima da expulsão dos jesuítas do planalto, foi o capelão responsabilizado pela explosão de fugas que a aldeia de Barueri sofreu naquela década. Claramente, o sujeito que encaminhou a reclamação foi Manoel Branco, e não os próprios índios⁷¹², embora a presença dos últimos na câmara tenha lhe servido de respaldo para se valer da prerrogativa do “bem-comum”, sendo duvidoso que os indígenas remanescentes se sentissem eles mesmos “vexados” pela fuga dos seus companheiros, supostamente influenciados pelo religioso. No segundo caso, era já o próprio administrador particular o alvo da reclamação, pois os indígenas de Pinheiros esperavam talvez poder organizar o aldeamento livremente, sendo também incerto que surgira deles próprios o “projeto” de transferir o poder de administração dos aldeamentos diretamente para a Câmara da vila. Existe, decerto, a possibilidade de aqueles índios terem enxergado na situação uma chance para atingir objetivos próprios, quaisquer que eles fossem, mas a isso certamente não correspondeu o desfecho do processo.

Por tudo isso, parece impróprio reproduzir aqui a noção de uma “resistência adaptativa” para as práticas indígenas de São Paulo no período, como pretendeu Silvana Godoy ao constatar que os descendentes de antigos “principais” tupiniquim, como Martim Afonso Tibiriçá, tornaram-se membros da nobreza da terra paulista⁷¹³. Uma abordagem desse tipo tende a transformar em racial problemas que são de ordem fundamentalmente social, pois nela frequentemente estão supostos uma essência e um caráter imanente das práticas indígenas, tendendo a qualificar tudo o que se refere a elas como necessariamente “resistentes”, categoria

⁷¹² Essa conclusão reforça-se ao compararmos os termos nos quais se expressa a acusação, em absoluta coadunação com a que os administradores particulares em geral haviam movido contra os jesuítas com o fito de expulsá-los poucos anos antes, alegando serem os padres responsáveis pelos maus tratos e a consequente agitação dos índios.

⁷¹³ GODOY, Silvana Alves de. “Martim Afonso Tibiriçá: a nobreza indígena e seus descendentes nos campos de Piratininga no século XVI”. *Recôncavo*, v. 4, n. 7, 2014. A noção “resistência adaptativa” foi tomada de Steve Stern por Maria Regina Celestino de Almeida, que a define da seguinte forma: “É possível perceber em seu interior [dos aldeamentos] a gestação do que se pode chamar de uma cultura de resistência adaptativa desenvolvida num processo histórico concreto em que a própria cultura é constantemente recriada. Além das perdas culturais e étnicas, os índios aldeados puderam aprender ali novas práticas culturais e políticas que lhes permitiam **colaborar e negociar com a sociedade colonial** em busca das possíveis **vantagens** que sua condição lhes permitia. O projeto colonial estava em construção, e os limites e possibilidades de sua realização dependiam das populações indígenas que, no contato com os europeus, aprenderam a **manejar e manipular** novos instrumentos em busca de seus **interesses**” (grifos meus). ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 34. Interesses tais que, vale esclarecer, poderiam tanto ser historicamente novos e advir das definições do processo colonial em construção (as ditas “vantagens”, por exemplo) quanto ser herança de expectativas ancestrais compartilhadas e transmitidas internamente pelos grupos e que sobreviveram à conquista (em parte transformados, é certo, mas durante o século XVII mantidas no que lhes era essencial – é o que se propõe no presente trabalho com relação à concepção de yvy marane’ ã na orientação das fugas dos Tupi e Guarani seiscentistas), definição que poderia dar um sentido mais preciso à categoria corrente de “resistência”.

abstrata e imprecisa, mesmo que o sentido de algumas dessas práticas, quando em confluência com as balizas da ordem colonial, caminhem no sentido da desestabilização da cultura e dos modos coletivos de apropriação dos recursos naturais pelas populações indígenas, bem como no da sua redução à condição de trabalhadores compulsórios.

Não se nega, com isso, que houve de fato uma recriação nos padrões práticos de ação dos índios em contato/conflito com os colonizadores, havendo uma dimensão criativa e autônoma nesse processo. Todavia, qualquer conclusão que privilegie postulados, mais que avaliações concretas do sentido que cada uma dessas práticas adquiria no interior dos processos e da totalidade social estudada, é frágil e inconsistente. E, nesse caso, acordando com a formulação de Victor Leonardi: “A escravidão não gera encontros”⁷¹⁴.

Caso paradigmático foi certamente o de Petronilha, negra da terra que em 1685 encontrava-se na Câmara afirmando ser índia do real aldeamento de Nossa Senhora dos Pinheiros, esperando ser para lá de volta conduzida. Porém, os oficiais da Câmara, após verificarem as listagens da população daquela aldeia, constataram inexistir qualquer menção a ela (nem à sua mãe Tomázia, nem à sua avó Inácia). Chegando Sebastião de Proença ao local, alegou que Petronilha era serva sua, recebendo dos oficiais a permissão para levá-la consigo para a sua propriedade⁷¹⁵. O evento ilustra os limites da participação indígena no âmbito jurídico de São Paulo seiscentista. Ora, se Petronilha não apresentou qualquer prova de que era índia do aldeamento de Pinheiros, Sebastião de Proença tampouco as tinha para atestar a sua propriedade sobre ela, bastando aos oficiais a palavra do morador sob o “juramento dos santos evangelhos”, opção que sequer fora oferecida à índia. Apesar de algum tipo de acesso da população indígena (juridicamente livre, embora tutelada e na prática escrava) ter sido aceito e previsto pelo funcionamento da máquina administrativa da colônia, no seu setor piratiningano o *modus operandi* desse organismo neutralizava, na maior parte dos casos, as possibilidades de obtenção de “ganhos” contrários aos interesses dos colonos. Se era a própria nobreza da terra ocupante dos cargos fundamentais da Câmara, é decorrência lógica que os seus valores nobiliárquicos e mercantis (especialmente no tocante à propriedade da terra e da mão de obra indígena) permeasse as relações jurídico-administrativas como substrato ideológico e tendesse a prevalecer sobre as possibilidades contrárias.

Sobre as “resistências”, por assim dizer, involuntárias, o condicionamento físico de uma população que fora até então, de um lado, formada sob relações sociais de interação orgânica com o meio natural e, de outro, até onde se sabe, sem contato com gente de outros

⁷¹⁴ LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e Esquecimentos*. Op. cit., p. 295.

⁷¹⁵ “SESSÃO de 15 de julho de 1685”. ACSP, v. 7, p. 284-285.

continentes até o século XVI, constituiu campo biológico particularmente favorável à violenta proliferação de epidemias originadas de doenças trazidas do continente europeu e, mais tarde, do africano. Situação agravada pelas condições de desenraizamento do silvícola do seu meio original e por sua redução em fazendas, vilas e aldeamentos. Não se deve daí, evidentemente, trazer à tona novamente a velha tese (de origem colonial, mas reproduzida por uma historiografia tradicionalista, do século XIX e princípio do XX) de que os ameríndios eram seres de natureza frágil. Foram as circunstâncias históricas específicas do contato, conquista e colonização que os tornaram vulneráveis, e não o contrário.

Infelizmente, não se dispõe de qualquer estimativa que permita mensurar a dimensão da mortalidade indígena advinda de doenças estrangeiras especificamente na região paulista durante os dois primeiros séculos coloniais, embora possamos aceitar o padrão americano geralmente aceito de aproximadamente 80 ou 90% de mortalidade da população indígena, até o final do século XVI e início do seguinte⁷¹⁶. Seja como for, presente desde cedo, o problema tornou-se crônico ao longo do século, embora jamais tenha chegado a inviabilizar efetivamente a formação de uma ordem colonial assentada sobre a força do braço indígena. Antes de 1650, ocorreram contágios fortemente danosos à população Guarani recentemente reduzida e/ou cativa no planalto e suas adjacências: doenças não especificadas em 1554, 1559, 1579, 1630, 1631 e 1635; varíola em 1560-1564, 1611, 1624⁷¹⁷. Isso levou ao grande número de indivíduos classificados nos inventários de bens da época como “doentes” ou “para morrer”, havendo também referências a doenças de “bexigas”, “fontes” (chagas, úlceras) e “alporcas” (tuberculose), bem como a indígenas doentes do gentio Karijó, Biobeba e “pés-largos”, espalhados por variadas paragens do planalto⁷¹⁸.

⁷¹⁶ Cf., por exemplo: NEWSON, Linda A. “The Demographic Impact of Colonization”. In: BULMER-THOMAS, Victor; COASTWORTH, John H.; CORTÉS CONDE, Roberto (Ed.). *The Cambridge Economic History of Latin America*, v. 1 (“The Colonial Era and the Short Nineteenth Century”). Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 166; DUVERGER, Christian. “Une catastrophe démographique”. *L'Histoire* (Atlas des Amériques), n. 376. Paris, 2012. Disponível em: <http://www.histoire.presse.fr/collections/atlas-ameriques/une-catastrophe-demographique-01-05-2012-45893>.

⁷¹⁷ Cf. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., pp. 39, 46, 53, 71, 157, 232 (nota 79) e 238 (nota 44); “SESSÃO de 20 de abril de 1564”. ACSP, v. 1, p. 40; “Traslado de PROVISÃO sobre a ida ao sertão”. RGSP, v. 1, p. 446-447.

⁷¹⁸ Cf. “Inventário de Paula Gomes” (1614). AESP, IT, v. 3, p. 364; “Inventário de Manoel Requeixo” (1616). AESP, IT, v. 31, p. 22; “Inventário de Izabel Paes” (1616). AESP, IT, v. 11, p. 61; “Inventário de Pedro de Araújo” (1617). AESP, IT, v. 5, p. 177; “Inventário de Domingos de Abreu” (1625). AESP, IT, v. 6, p. 361; “Inventário de Cornélio de Arzão” (1628). AESP, IT, v. 12, p. 87; “Inventário de Mathias de Oliveira” (1628). AESP, IT, v. 6, p. 280; “Inventário de Maria de Oliveira” (1628). AESP, IT, v. 13, p. 158; “Inventário de Catharina de Medeiros” (1629). AESP, IT, v. 8, p. 102; “Inventário de Melchior Martins de Mello” (1631). AESP, IT, v. 7, p. 85; “Inventário de Paulo da Silva” (1633). AESP, IT, v. 32, p. 75; “Inventário de Clemente Álvares” (1641). AESP, IT, v. 14, p. 105; “Inventário de Dona Maria” (1642). AESP, IT, v. 28, p. 210. “Inventário de Ana de Alvarenga” (1644). AESP, IT, v. 29, p. 188-189; “Inventário de Maria Pedrosa” (1645). AESP, IT, v. 33, p. 64; “Inventário de Bernardo da Mota e Maria Vitória” (1646). AESP, IT, v. 34, p. 130;

Foi na segunda metade do século XVII, todavia, que diversos ciclos epidêmicos confluíram e levaram a uma redução demográfica fundamental da população indígena local: toda a capitania vicentina foi atingida pelo sarampo em 1654, 1668 e 1677; entre esses dois últimos anos, tocou São Paulo a varíola que assolava a América portuguesa desde 1665; na década de 1690, a entrada cada vez mais numerosa de escravos africanos contribuía para o mesmo quadro⁷¹⁹. Refletindo mais uma vez essa realidade, os inventários mencionam tanto índios quanto “negros da Guiné” com “pés inchados”, “gatacoral”, e outras moléstias⁷²⁰. Um jesuíta que participara da visita de 1700 às partes de São Paulo “serra acima”, relatou mais de um caso de índios encontrados que sofriam do “mal da bicha”, então proliferado não somente nas vilas mas também no interior dos “desertos” sertões da capitania⁷²¹.

Limitados ou impossibilitados de realizar trabalho, esses indígenas figuravam, do ponto de vista dos proprietários e fazendeiros, como verdadeiros empecilhos à produção, razão pela qual tinham os seus preços diminuídos e, por vezes, sequer eram avaliados. Foram assim os casos de Maria, *tapanhuna* cega e “cheia de fontes” que “não tem preço nenhum”, e de Vicenza, “negra” que não foi avaliada em 1680 “por estar doente”⁷²². Aos doentes somava-se toda a gama de indivíduos que, por conta de nascimento, recebimento de castigos excessivos ou em função das próprias doenças, apresentavam anomalias físicas responsáveis pela diminuição da capacidade de mobilidade e serviço: cegos, “mancos”, “surdos”, aleijados, “manetas”, “trôpegos”, mudos e “malos pés”⁷²³.

“Inventário de Antônio Barbosa e Maria Luis” (1646). AESP, IT, v. 34, p. 80; “Inventário de Mecia de Siqueira” (1648). AESP, IT, v. 37, p. 173; e “Inventário de Catharina do Prado” (1649). AESP, IT, v. 15, p. 98.

⁷¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Movimentos da População em São Paulo no século XVIII [XVII]”. *Revista do IEB*, v. 1. São Paulo, 1966, p. 71-72; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Op. cit., p. 157; ZERON, Carlos; VELLOSO, Gustavo. “Economia Cristã e Religiosa Política”. Op. cit., p. 122.

⁷²⁰ Cf. “Inventário de Antônio de Almeida Pimentel” (1653). AESP, IT, v. 15, p. 137; “Inventário de Diogo Coutinho de Mello” (1654). AESP, IT, v. 15, p. 373; “Inventário de Luzia Leme” (1656). AESP, IT, v. 15, p. 427; “Inventário de Ana Tenória” (1659). AESP, IT, v. 12, p. 465; “Inventário de Manuel Peres Calhamares” (1663). AESP, IT, v. 16, p. 392; “Inventário de Maria Leite da Silva” (1670). AESP, IT, v. 17, p. 431-432; “Inventário de Francisco Cubas Preto” (1673). AESP, IT, v. 18, p. 334; “Inventário de Margarida de Brito” (1675). AESP, IT, v. 19, p. 62; “Inventário de Francisco Ribeiro de Moraes” (1676). AESP, IT, v. 16, p. 486-487; “Inventário de Manuel da Cunha Gago” (1678). AESP, IT, v. 19, p. 240; “Inventário de Diogo Corrêa de Araújo” (1678). AESP, IT, v. 19, p. 302; “Inventário de Matheus de Siqueira” (1680). AESP, IT, v. 19, pp. 475-495; “Inventário de Domingos da Silva” (1681). AESP, IT, v. 21, p. 263; “Inventário de Antônio Vaz” (1685). AESP, IT, v. 22, p. 8; “Inventário de Miguel Leite de Camargo” (1687). AESP, IT, v. 22, p. 74; “Inventário de Salvador Moreira” (1697). AESP, IT, v. 24, p. 84; e “Inventário de Pedro Vaz de Barros” (1697). AESP, IT, v. 24, p. 37.

⁷²¹ RODRIGUES, Antônio. “CARTA ÂNUA da missão que fizeram dois religiosos da Companhia em algumas vilas de S. Paulo no ano de 1700 para o Padre Francisco de Mattos da Companhia de Jesus Provincial da Província do Brasil”. ARSI, *Bras.*, 10 (1), fl. 5-5v

⁷²² “Inventário de Matheus de Siqueira” (1680). AESP, IT, v. 19, p. 495.

⁷²³ Cf. “Inventário de Lourenço Gomes Ruxaque” (1611). AESP, IT, v. 2, p. 364; “Inventário de Francisco Ribeiro” (1615). AESP, IT, v. 4, p. 26; “Inventário de Leonor Leme” (1633). AESP, IT, v. 9, p. 13; “Inventário de João Gago da Cunha” (1636). AESP, IT, v. 10, p. 375; “Inventário de Dona Maria” (1642). AESP, IT, v. 28, pp.

Se considerarmos, por fim, o conjunto de evidências trabalhadas neste capítulo como manifestações distintas de um mesmo fenômeno (complexo, profundo e multifacetado) de introdução da experiência do trabalho estranhado no seio das populações indígenas, chega-se à conclusão de que não se pode compreender as diferentes formas de “violência” indígena manifestadas em São Paulo durante o século XVII sem levar em conta as transformações fundamentais dos ritmos de trabalho produtivo realizado por aquela gente na conjuntura de uma agricultura comercial de média densidade. Voluntária, direta e conscientemente, ou não, operavam os índios dos Campos de Piratininga com uma *práxis*, portanto, frente a uma “violência” maior, uma violência estrutural: o regime de administração e o trabalho compulsório ali previsto e praticado, e junto dele os ritmos, durações e intensidades do trabalho que, mais do que fatigar fisicamente a população indígena, inviabilizavam a continuidade de experiências sociais, práticas materiais e simbólicas, concepções e expectativas passíveis de serem resgatadas, sobretudo, por meio das fugas ao sertão.

Tais conclusões parecem-me fortes e capazes de explicar, como já tive oportunidade de exprimir: de um lado, os marcos cronológicos do fenômeno (cujas manifestações mais evidentes estiveram concentradas nas décadas de 1650-1660, época de intensificação das relações, consolidação e crise da agricultura comercial da região e do regime de “administração”); de outro, a predominância das fugas em pares ou pequenos grupos ao sertão; e, finalmente, a imagem míope que na época se construiu (e que insiste em se reproduzir na opinião pública geral e nos altos setores administrativos do país) do índio “vulnerável”, “esquivo” e “preguiçoso”.

207; 210; “Inventário de Inês Gonçalves” (1644). AESP, IT, v. 29, p. 283-284; “Inventário de Ana de Proença” (1644). AESP, IT, v. 26, p. 67; “Inventário de Beatriz Moreira” (1648). AESP, IT, v. 37, p. 24; “Inventários de Antônio Pedroso de Barros” (1652). AESP, IT, v. 20, p. 240-242; “Inventário de Manuel da Costa Pinto” (1653). AESP, IT, v. 45, p. 374; “Inventário de Paschoal Leite Paes” (1664). AESP, IT, v. 27, p. 130-133; “Inventário de Maria Leite da Silva” (1670). AESP, IT, v. 17, p. 431-432; “Inventário de Lourenço Castanho Taques” (1670). AESP, IT, v. 18, p. 96; “Inventário de Lourenço Castanho Taques” (1671). AESP, IT, v. 18, pp. 109 e 174; “Inventário de Catharina de Siqueira” (1675). AESP, IT, v. 19, p. 124; “Inventário de Francisco Ribeiro de Moraes” (1676). AESP, IT, v. 16, p. 486-487; e “Inventário de Bartolomeu Bueno Cacunda” (1685). AESP, IT, v. 22, p. 26.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.

(Karl Marx, a. 1883)

À guisa de conclusão, fixemos brevemente dois acontecimentos *a priori* fortuitos, diriam alguns, meros caprichos da história ou eventualidades do acaso. Note-se, em ambos os casos, os enganos vocabulares incididos no momento das suas respectivas produções documentais. Primeiro: em um requerimento direcionado ao capitão Jerônimo Leitão em 1585, para que o mesmo movesse guerra contra os índios Karijó, dizia-se que “são mortas nesta capitania de seis anos a esta parte mais de duas mil **pessoas digo peças** de escravos”⁷²⁴ (grifo meu). Segundo: antes de findar o século seguinte, em contrapartida, dessa vez sob a letra do general Artur de Sá e Meneses, foram os índios classificados como “naturalmente **sediciosos digo ociosos**”⁷²⁵ (grifo meu). Não carece recorrer às malhas da teoria psicanalítica para compreender haver por trás do lapso dos respectivos escrivães um conteúdo social concreto e passível de interpretação.

Primeiramente, a confusão entre os termos “peça” e “pessoa”, para além da proximidade gráfica e fonética das duas palavras, expressa a contradição básica da condição humana no estado de escravidão, entre a objetividade da situação do cativo que se assevera e a subjetividade do ser em si que jamais desaparece⁷²⁶. O embaraço se torna inteligível à medida que consideramos o ano de 1585 como parte de uma época na qual a escravização dos grupos indígenas ainda passava por um processo de estruturação, era então bastante incipiente, não tendo adquirido a dimensão e a centralidade que viria a alcançar durante o século XVII (não parece-nos assim tão elevado o número de 2 mil escravos mortos num período de seis anos, para toda a capitania). A mortalidade acentuada dos índios e os infundáveis confrontos

⁷²⁴ “Traslado de um REQUERIMENTO feito pelos oficiais das câmaras da Capitania de São Vicente ao capitão Jerônimo Leitão e assim o traslado dos assentos e capitulações que com ele concluíram sobre a entrada que ora se há de fazer ao gentio do sertão” (1585). ACSP, v. 1, p. 275.

⁷²⁵ “REGIMENTO que o general Artur de Sá e Meneses no ano de 1698 deixou ao Capitão mor Isidoro Tinoco de Sá para governo dos Índios das Aldeias de São Paulo, de que o fez procurador geral” (1698). *Revista do Arquivo Municipal*, v. 10. São Paulo, 1935.

⁷²⁶ GORENDER, Jacob. *O Escravidão Colonial*. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016, p. 92-98 (item “Coisa e pessoa”). O estudo clássico de David Brion Davis demonstrou como esse problema, ou contradição, acompanhou profundamente a formação da cultura e do pensamento ocidentais. DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

bélicos marcantes do período conduziam, pois, à incerteza por parte dos colonos sobre se seria ou não possível, como desejavam, converter efetivamente as “pessoas” indígenas à condição de “peças” escravas.

Doutra feita, e com isso atingimos o ponto conclusivo do presente estudo, a identificação do ócio com a sedição, estados aparentemente incompatíveis, explica-se pela descontinuidade entre os tempos do trabalho experimentados pelos grupos indígenas quando podiam operar sob suas dinâmicas endógenas e o que deles se expectou e exigiram os paulistas na perseguição dos objetivos de mando e de mercado no quadro da realidade colonial.

Como vimos, a imprevisibilidade marcante dos esforços laborais entre os grupos falantes do Tupi, do Guaraní e do Jê segundo as lógicas próprias e o lugar reservado para o trabalho nas suas organizações sociais, o caráter incerto, maleável, descontínuo, irregular, inconstante, livre de determinações, movediço, impreciso e circunstancial dessas práticas, em absoluto respeito à confluência das imposições de sobrevida com as demais necessidades compartilhadas pelos membros (entre as quais, destacam-se as manifestações simbólicas peculiares a cada grupo e o exercício coletivo do próprio ócio), foram características progressivamente inviabilizadas à medida que as populações indígenas do sul do continente foram sendo incorporadas à sociedade colonial por meio do cativeiro e do trabalho compulsório.

Uma vez capturados no sertão e distribuídos entre os sitiantes do planalto paulista, ou então reduzidos nos aldeamentos reais e religiosos, os “índios” (irreversivelmente diminuídos a essa categoria uniformizadora, totalizante e abstrata) seriam levados pela força a viver novas situações e relações de produção, a se adequarem a novos regimes e padrões temporais do trabalho humano. Em resumo, a se converterem e a serem convertidos ao que temos entendido como uma experiência estranhada sobre os tempos do trabalho.

O tempo do trabalho decorrente da estruturação de uma sociedade colonial no planalto paulista do século XVII correspondia, antes de mais nada, ao condicionamento sazonal dado pelo calendário agrícola anual dos principais gêneros de produção ali praticados. Em seguida, pelas possibilidades oferecidas pelas técnicas produtivas disponíveis e/ou desenvolvidas para atender as necessidades econômicas locais. A monótona batida do malho sobre o ferro derretido para a moldagem de instrumentos agrícolas de metal. As programadas e fatigantes colheitas intensivas em parcelas relativamente extensas de terra. A alimentação regular e constante dos cilindros dos moinhos com ramos de trigo, dos tambores dos trapiches com pés de cana, dos rolos das máquinas descaroçadoras com as plantas de algodão. A movimentação repetida das manivelas e dos fusos das rodas e prensas de ralar mandioca. A operação e funcionamento ritmados, enfim, dos teares manuais. As durações de cada um desses

serviços obedeceriam, além do mais, às determinações dos abalos da chibata e, caso se tratasse de uma fazenda governada por religiosos, também dos sinos das igrejas, capelas e aldeamentos (cujos administradores, não obstante, jamais fecharam os olhos às possibilidades mercantis e tampouco julgaram prescindível o auxílio dos açoites). Um conjunto de tempos regulares (e regulados), ritmados, graduais, funcionais, monótonos, constantes, repetidos, programados, disciplinados, comprimidos, estranhados.

A noção espiralada do tempo de *yvy marane' ã* – terra para a qual se caminha, onde se consome e vive sem a necessidade de realizar trabalho e onde as velhas de tempos em tempos rejuvenesceriam junto a toda a sociedade – verte para a linearidade do tempo produtivo em que tudo e para tudo se trabalha, se opera, se produz. Esse tempo, adequado ao tempo da circulação global de valores e mercadorias, contribui à sua maneira para o sistêmico processo de formação do modo de produção capitalista, à medida que expropria populações tradicionais, expande os espaços produtores de excedentes e condiciona diferentes experiências de trabalho estranhado. O caso dos ameríndios de São Paulo (manifestação particular de um movimento estrutural) constitui uma das variadas simultaneidades convergentes da época moderna, sociedades de ritmos desiguais organizadas e sincronizada em torno de um elemento dominante (no caso, o capital de matriz europeia reproduzido por meio da ação expansiva das monarquias ibéricas). Portanto, vemo-nos diante de um dos mecanismos de inserção do índio na sociedade moderna e suas temporalidades, via sistema colonial e estranhamento do trabalho pelo serviço compulsório.

No contexto dessa acumulação primitiva⁷²⁷ (de braços, de recursos e de tempo social), isto é, desse afastamento dos nativos de sua relação integral e endógena com a terra, seus produtos, o tempo e o trabalho, fica nítido que classificar os indígenas como “sediciosos” equivalia a chamá-los, igualmente, de “ociosos”. Pois por meio da rebelião eles manifestavam direta ou indiretamente, enquanto “pessoas”, uma recusa ativa à experiência do trabalho colonial do planalto e suas temporalidades estranhadas sob a condição de “peças”. Em outras

⁷²⁷ A compreensão do conceito “acumulação primitiva” aqui sumariamente exposta, na qual estão incorporadas não apenas os sentidos do estranhamento do trabalho e da separação histórica entre produtores e os produtos e meios de produção, mas também a sincronização das temporalidades históricas sob a lógica e a violência do tempo do capital, progressivamente imposto aos quatro cantos do globo na época moderna, foi cuidadosamente desenvolvida por: TOMBA, Massimiliano. *Marx's Temporalities*. Traduzido ao inglês por Peter D. Thomas e Sara R. Farris. Boston: Brill, 2013, p. 159-186. Nas suas palavras: “The world-market is a field where different temporalities are continuously synchronised. The long war of modern capitalism against common property and common rights is fought through the instruments of accumulation and extra-economic violence that, with the coming of the world-market, have given rise to the international civil war” (p. 186) [“O mercado mundial é o terreno onde diferentes temporalidades são continuamente sincronizados. A longa guerra do capitalismo moderno contra a propriedade comum e os direitos comuns foi travada com os instrumentos de acumulação e violência extra econômica que, com o surgimento do mercado mundial, levaram à guerra civil internacional”].

palavras, nas investidas coloniais tendentes à conversão de “pessoas” em “peças”, aniquilando de suas vidas os espaços e tempos disponíveis para o “ócio”, a “sedição” seguida de fuga aparecia como possibilidade e/ou perspectiva de resgate de uma situação anterior (o que Eric Hobsbawm nomearia como “tentativa de restabelecer um passado perdido”⁷²⁸), ou seja, como meio para recolocar o costume do ócio na ordem do dia. O sertão, para utilizar a bela frase de Alcântara Machado, afirmava-se como “o grande, o eterno, o verdadeiro amigo e redentor dos indígenas”. “É o sertão que lhes dá couto e homizio, quando se desvencilham das algemas pela força ou pela astúcia”⁷²⁹.

Dizer que os atores sociais vislumbraram uma possibilidade de retorno não significa entender, todavia, que ela tenha de fato se concretizado. Ao contrário, o destino que tiveram os escravos indígenas revoltosos nos é desconhecido e isso, possivelmente, jamais mudará de situação. Podem eles ter sucumbido após contrair alguma doença ou ter sofrido qualquer outra adversidade do sertão. Podem ter sido recapturados pelos capitães do mato ou então sido atacados e mortos por grupos indígenas contrários. Podem também ter percebido as suas expectativas frustradas ao descobrirem suas antigas terras devastadas e/ou apropriadas pelos colonos, ficando à mercê das circunstâncias andejas e errantes.

Supondo que eventualmente alguns deles tenham, de fato, alcançado o objetivo de reencontrar os seus grupos ou as aldeias das quais foram subtraídos, é admissível que a sua sorte tenha sido semelhante àquela que vivera Isaías, o herói nativo do romance *Maíra*, de Darcy Ribeiro, que retornou à sua aldeia de origem após tê-la abandonado para habitar a “civilização”, mas que durante esse processo sofrera uma transformação tamanha que se havia já tornado inábil para compreender a lógica e o contexto social do meio onde nascera, restando-lhe poucas condições para reconhecer a si próprio no interior e no universo daquela velha sociedade⁷³⁰.

⁷²⁸ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História: ensaios*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 31.

⁷²⁹ MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 177.

⁷³⁰ RIBEIRO, Darcy. *Maíra*: romance. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

1. Referências documentais impressas, periódicos e compilações.

- 1º REGIMENTO das Terras Minerais do Brasil (1603). Publicado em: FERREIRA, Francisco Ignácio (Org.). *Repertório Jurídico do Mineiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.
- 2º REGIMENTO das terras minerais do Brasil (1618). Publicado em: FERREIRA, Francisco Ignácio (Org.). *Repertório Jurídico do Mineiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.
- ABBEVILLE, Claude d'. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças* (1614). Tradução e anotações de César Augusto Marques. São Paulo: Siciliano, 2002.
- ANAIS da Biblioteca Nacional, 129 vols. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-2009.
- ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J.* (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- ANCHIETA, José de. *Informação do Brasil e de suas capitânias* (1584). São Paulo: Obelisco, 1964.
- ANCHIETA, José de. *Minhas Cartas*. São Paulo: Melhoramentos; Pateo do Collegio, 2004.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711). Introdução e notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007.
- ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*, vols. 1-3; 7 (suplemento). São Paulo: Tipografia Piratininga, 1917-1919.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documentos avulsos de interesse para a história e costumes de São Paulo*, 6v. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo, 1952-1955.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vols. 3; 44 e 53. São Paulo: Imprensa Oficial, 1894-1931.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Inventários e Testamentos*, 47 vols. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de Órfãos da Capital, 1920-1999.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Sesmarias*, vols. 1-3 bis. São Paulo: Tipografia do Globo, 1921-1940.
- BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (1700). São Paulo: Grijalbo, 1977.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos*, 112 vols. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1928-2011.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618). Organização e Introdução de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta para El-Rei*. Transcrição de José Augusto Vaz Valente. São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série História, v. 3, 1975.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1583-1601). Introduções de Rodolfo Garcia e João Capistrano de Abreu. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- CARNEIRO, Francisco. “RESPOSTA a uns capítulos, ou libelo infamatório, que Manuel Jerônimo procurador do Conselho na cidade do Rio de Janeiro com alguns apaniguados seus fez contra os Padres da Companhia de Jesus da Província do Brasil, e os publicou em juízo e fora dele, em junho de 640” (s/d). Transcrito e publicado por: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- CARTA da conta que deram os oficiais da Câmara de S. Paulo, em 18 de Julho de 1676, sobre o estado em que se achavam as aldeias do padroado (1676). In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. “NOTÍCIA Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo”. RIHGB, v. 12. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1849.
- CARTA SÚPLICE ao Soberano Pontífice pela revogação do breve de 1640, que excomungava os paulistas que tivessem índios cativos em suas casas (1645). Transcrito e publicado em: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

- DE CAUSS, Salomon. *La raison des forces mouvantes avec diverses machines tant utiles que plaisantes* (1624). Paris: Chez Charles Sevestre, 1624.
- CLETT, Marcelino Pereira. “A respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la” (1782). ABN, v. 21. Rio de Janeiro: Tipographia Leuzinger, 1899.
- CÓDICE COSTA MATOSO: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas da América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis, v. 1. Coordenação de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.
- CÓDIGO Filipino, livro 1 (LXV) e livro 5 (LXXXVI, LX, LXXXII, XXXIX, XLI, XC). Brasília: Edições do Senado Federal, 2012.
- COREAL, François. *Voyages de François Coreal aux Indes Occidentales contenant ce qu'il a vû de plus remarquable pendant son séjour depuis 1666, jusqu'en 1697*. Amsterdam: Chez Frédéric Bernard, 1722.
- CORTESÃO, Jaime (Org.). *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá: 1549-1640*. Rio de Janeiro: Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, 1951.
- CORTESÃO, Jaime (Org.). *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura de Rio de Janeiro, 1956.
- CORTESÃO, Jaime (Org.). *Jesuítas e Bandeirantes no Tape: 1615-1641*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1969.
- DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Bandeirantes no Paraguai: século XVII* (documentos inéditos). São Paulo: Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, 1949.
- DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, vols. 1-7. São Paulo: Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, 1914-1915.
- DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Cartas de Datas de Terra*, vols. 1-3. São Paulo: Publicação da Subdivisão de Documentação Histórica, 1937.
- DOCUMENTOS *para a História do Açúcar*, v. 1 (“Legislação (1534-1596)”). Rio de Janeiro: Serviço Especial de Documentação Histórica; Instituto do Açúcar e do Alcool, 1954.
- FERREIRA, Francisco Ignácio (Org.). *Repertório Jurídico do Mineiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.
- FONSECA, Manuel da. *Vida do Padre Belchior de Pontes* (1752). Lisboa: Oficina de Francisco da Silva, 1752.
- FROGER, François. *Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 & 1697*. Amsterdam: Chez les Héritiers, d'Antoine Schelte, 1699.
- GÂNDAMO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil* (a. 1573) & *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576). Brasília: Edições do Senado Federal, 2008.
- JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*, parte segunda. Reprodução fac-similar das edições de 1859, 1861, 1862. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980.
- JAUFFRET, Ambroise. “Mémoire inédit d'Ambroise Jauffret sur le Brésil à l'époque de la découverte des mines d'or” [1704]. Transcrição, tradução e apresentação de Andrée Mansuy. In: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*. Coimbra, 1965.
- LEITE, Serafim (Org.). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)*, v. 1. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- LEITE, Serafim (Org.). *Monumenta Brasiliae*, vols. 1 e 3. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. “Expulsão dos jesuítas e causas que tiveram para ela os paulistas desde o ano de 1611 até o de 1640, em que lançaram fora de toda a capitania de São Paulo e São Vicente”. RIHGSP, v. 3. São Paulo, 1898.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. “NOTÍCIA Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo”. RIHGB, v. 12. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1849.

- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de S. Vicente* (1772). São Paulo: Melhoramentos, s. d.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica* (1742-1777). Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania* (1772). 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil* (1578). Tradução e notas de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- LIVRO 1º DO GOVERNO DO BRASIL (1607-1633). Edição de João Paulo Salvado e Susana Münch Miranda. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- LIVRO 2º DO GOVERNO DO BRASIL (1615-1634). Edição de João Paulo Salvado e Susana Münch Miranda. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- LIVRO DO TOMBO do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo. Transcrição de Martinho Johnson. São Paulo: O Mosteiro, 1977.
- MAMIANI, Luigi Vincenzo. “Memorial sobre o governo temporal do Colégio de São Paulo oferecido ao Padre Provincial Francisco de Matos para se propor e examinar na consulta da Província e para se apresentar ao N.R.P. Geral” (1701). *História Unisinos*, v. 19, n. 2. São Leopoldo, 2015.
- MADRE DE DEUS, Gaspar. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* (1797). São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.
- MAURO, Frédéric (Ed.). *Le Brésil au XVIIe siècle: documents inédits relatifs à l'Atlantique portugais. Brasília*, v. XI (separata). Coimbra, 1961.
- MONTEIRO, Jácome. “Relação da Província do Brasil” (1610). Publicado em: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.
- MORALES, Manuel Juan. “Informe sobre las cosas de San Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Majestad” (1636). Transcrito e publicado em: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.
- NAVARRO, Azpilcueta, et alii. *Cartas Avulsas: 1550-1568*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931.
- NIEUHOF, Johann. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* (1640-1649). São Paulo: Martins, 1942.
- NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- NÓBREGA, Manoel da. *Diálogo da Conversão do Gentio* (1556-7). In: DOURADO, Mecenas. *Diálogo da Conversão do Gentio*. Ensaio crítico e transcrição integral. São Paulo: Ediouro, s/d.
- NÓBREGA, Manoel da. *Primeiras Cartas do Brasil*. Introdução e notas de Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- PATERNICA, Esteban de (Comp. e trad.). *Vida del Padre Joseph de Anchieta de la Companhia de Jesus, y Privincial del Brasil* (1618). Salamanca: Empreita de Antônia Ramirez, 1618.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 452 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1839-2011.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 119 vols. São Paulo: O Instituto, 1894-2013.
- ROLAND, Jacob. “Apologia Pro Paulistis” (1684). Tradução de Rafael Ruiz. Publicado em: *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica*, n. 27-1. Recife, 2009.
- RUIZ DE MONTTOYA, Antônio. *Tesoro de la Lengua Guarani*. Madrid, 1639.
- RUIZ DE MONTTOYA, Antônio. “Primeva Catequese dos Índios Selvagens”. Transcrito e publicado em: ABN, v. 6. Rio de Janeiro, 1878-1879.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1820-1821). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1616). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.
- SCHMÍDEL, Ulrich. *Viaje al Río de La Plata* (1534-1554). Notas de Bartolomé Mitre e Tradução de Samuel A. Lafone Quevedo. Buenos Aires: Cabaut y Cía Editores, 1903.
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil* (1825-1835). São Paulo: Martins, s/d.

- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Comentários de Francisco Adolfo de Varnhagen. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- SOUSA, Pero Lopes de. *Diário de Navegação* (1530). Introdução de J. P. Leite Cordeiro e notas de Eugênio de Castro. São Paulo: Obelisco, 1964.
- SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich Philippe von. *Viagem pelo Brasil* (1817-1820), v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil* (1557). Revisão e anotações de Theodoro Sampaio. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1930.
- STELLA, Roseli Santaella (Org.). *Sobre a Capitania de São Vicente: séc. XVI-XVII*. Edição fac-similada. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 1999.
- TAUNAY, Afonso de E. (Org.). *Relatos Monçoeiros*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- THEVET, André. *As singularidades da França Antártica* (1557). Tradução de Eugenio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.
- THEVET, André. *Histoire d'André Thevet Angoumoisais, Cosmographe du Roy, de deux voyages par luy faits aux Indes Australes, et Occidentales* (a. 1592). Genève: Libraire Droz, 2006.
- THEVET, André. *La Cosmographie Universelle* (1575), t. 2. Paris: Pierre l'Huillier, 1575.
- VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus* (1663), 2 vols. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977.
- VASCONCELOS, Simão de. *Vida do P. Joam de Almeida da Companhia de Iesu na Província do Brazil* (1658). Lisboa, Officina Craefbeeckiana, 1658.
- VASCONCELOS, Simão de. *Vida do Venerável Padre Joseph de Anchieta* (1672), livro 1. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1672.
- VELHO, Domingos Jorge. "Carta autografa de Domingos Jorge Velho escrita no Outeiro do Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de Julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurador dos paulistas" (1694). Transcrito e publicado em: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- VIEIRA, Antônio. *Escritos Históricos e Políticos*. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- VILHENA, Luiz dos Santos. *Cartas de Vilhena: notícias soteropolitanas e brasílicas*, vol. 1. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1922.

2. Referências documentais manuscritas⁷³¹

São Paulo

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

Cód. CM-1-19: "Livro do rol das pessoas para o pedido real do ano de 1679".
CMSP, INTDM, PMSP, *Assuntos Diversos (1538-1955)*, 0145 [A-5-10a]: "Donativo Real: levantamento de pessoas, seus escravos e suas profissões (1729)".

Arquivo Público do Estado de São Paulo

2º Cartório de Mogi das Cruzes, C07973-1.
Atas de Parnaíba, *Impostos*, C06063-1.
Autos cíveis, *Petições*, C6033-1.

⁷³¹ O autor esclarece que realizou pesquisas de manuscritos pessoalmente apenas nos arquivos e bibliotecas localizados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Os documentos manuscritos pertencentes aos órgãos de Brasília, Lisboa e Roma foram estudados por meio de cópias cedidas por colegas, amigos e pelo orientador, aos quais ficam reforçados, aqui, os devidos agradecimentos.

Inventários não Publicados, C00482-5.

Inventários não Publicados, C00609.

Juízo dos Órfãos de São Paulo (1680-1805), C05402.

Juízo dos Resíduos, *contas de testamento*, C00242a.

Juízos diversos, C00486.

Notas, procurações, foros de terrenos, *Santana de Parnaíba*, C06066-18.

Ofícios, requerimentos, petições, testamento, registros de notas, compras, vendas, créditos, escrituras, inventário e conta corrente (1603-1781), C00357.

Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros

Coleção Alberto Lamago, 72, 2141-2145.

Rio de Janeiro

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Cód. 952.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Cartas da Bahia, 07-01-029.

Cód. II, 35.21.53.

Brasília

Secretaria do Patrimônio da União

Setor Incorporações.

Lisboa

Arquivo Histórico Ultramarino

São Paulo, Catálogo 2 (1618-1823) – Mendes Gouvêia, cx. 1.

São Paulo, Catálogo 2 (1618-1823) – Mendes Gouvêia, cx. 2.

Biblioteca da Ajuda

Cód. Ms. 51-IX-33.

Roma

Archivum Romanum Societatis Iesu

Bras. 3 (1), Bras. 3 (2), Bras. 5 (1), Bras. 5 (2), Bras. 9, Bras. 10 (1), Gesù Colleg. 1569, Gesù Colleg. 1588, Fondo Gesuitico 1536, Fondo Gesuitico 1588.

3. Referências bibliográficas

- AB'SABER, Aziz. "Natureza primária de São Paulo de Piratininga: um passeio pelo mosaico de campos e matas da região quando começou a ser colonizada". *Scientific American Brasil*, v. 3, n. 25. São Paulo, 2004.
- AB'SABER, Aziz. "O solo de Piratininga". In: BUENO, Eduardo (Org.). *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- ABREU, Daisy Bizzocchi de Lacerda. *A Terra e a Lei: estudo de comportamentos sócio-econômicos em São Paulo nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: RK; Secretaria de Estado da Cultura, 1983.
- AFONSO, Marisa Coutinho; SALLUM, Marianne; LOPES, Marcel. "Ocupações ceramistas Tupi e Gê em São Paulo: espacialização e cronologia". In: *XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: comunicação*, parte 1. Belém, 2009.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da Pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1998.
- AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980.
- AMARAL, Aracy Abreu. *A Hispanidade em São Paulo*. São Paulo: Nobel; Edusp, 1981.
- AMBIRES, Juarez Donizete. "A administração dos índios em São Paulo em fins do século XVII". In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1 ("Colônia e Império"). São Paulo: Edunesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.
- ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. "As Ruínas do Sítio do Morro: um importante moinho de trigo da era das bandeiras". *Arqueologia Paulista*, ano 14, 2014; *Arquitextos* (online), 2014. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.167/5182>.
- ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. "A presença dos moinhos hidráulicos no Brasil". *Anais do Museu Paulista*, v. 23, n. 1. São Paulo, 2015.
- ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. *A memória das máquinas: um estudo de história da técnica em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. "São Paulo colonial: os primeiros momentos de uma metrópole". In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *São Paulo: uma viagem no tempo*. São Paulo: CIEE, 2005.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. *Ciclo Agrícola*. Separata da *Revista do Arquivo Municipal*, n. CLIX, São Paulo, 1957.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2015.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *São Paulo nos séculos XVI-XVII*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; POIESIS, 2011.
- ARRUDA, Terezinha de Jesus; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. "Mão de obra ao pé da obra: a presença do índio no processo produtivo da colônia". *Leopoldianvm: revista de estudos e comunicações*, v. 11, n. 31. Santos, 1984.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (Org.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura; Edusp, 1996.
- BASSO, Rafaela. *A Cultura Alimentar Paulista: uma civilização do milho? (1650-1750)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- BELMONTE. *No Tempo dos Bandeirantes*. São Paulo: Governo do Estado, 1980.
- BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*, v. 1 ("A América Latina Colonial"). 2. ed. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp; Brasília: FUNAG, 2012.
- BIRTH, Kevin. *Objects of Time: how things shape temporality*. New York: Macmillan, 2012.
- BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP; FAPESP, 1995.

- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A Teia Mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- BOXER Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Nacional; Edusp, 1973.
- BROCHADO, José Proenza. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Tese de doutorado. Urbana-Champaign: University of Illinois at Urbana-Campaign, 1984.
- BRUNO, Ernani Silva. “O que revelam os inventários sobre escravos e gente de serviço”. *Revista do Arquivo Municipal*, v. 188. São Paulo, 1976.
- BUENO, Eduardo (Org.). *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BULMER-THOMAS, Victor; COASTWORTH, John H.; CORTÉS CONDE, Roberto (Ed.). *The Cambridge Economic History of Latin America*, v. 1 (“The Colonial Era and the Short Nineteenth Century”). Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- CAHN, Herbert. *Padre Guilherme Pompeu de Almeida e suas atividades comerciais (1686-1713)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1967.
- CALDEIRA, Jorge. *O Banqueiro do Sertão*, 2 vols. São Paulo: Mameluco, 2006.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *São Paulo de todos os tempos*. São Paulo: CIEE, 2004.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *São Paulo: das tribos indígenas às tribos urbanas*. São Paulo: CIEE, 2013.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *São Paulo: uma viagem no tempo*. São Paulo: CIEE, 2005.
- CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *História de Santana de Parnaíba*. São Paulo: Conselho Nacional de Cultura; Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1971.
- CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *A igreja na história de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Cúria Metropolitana, 1953.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “Incômoda História. Colônia e Passado no Brasil”. *Terceira Margem*, v. 18. Rio de Janeiro, 2008.
- CANABRAVA, Alice P. “João Antônio Andreoni e sua obra”. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil* (texto da edição de 1711). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- CANABRAVA, Alice P. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.
- CANABRAVA, Alice P. *História Econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Hucitec; ABPHE; Unesp, 2005.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 5. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CARRARA, Ângelo Alves. “A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica”. *Revista Tempo*, v. 20. Juiz de Fora, 2014.
- CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.
- CARVALHO, Cristina Toledo de. “A presença dos monges beneditinos na São Paulo Colonial (1598-1792)”. *REVELETEO*, n. 2, 2007. Disponível em: http://www.teologia-assuncao.br/re-eletronica/numeros/n2/n2_cristina.html#29.
- CASTRO, Antônio Barros de. “1610: mudanças técnicas e conflitos sociais”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, n. 10, v. 3. Rio de Janeiro, 1980.
- CIPOLLA, Carlo. *As Máquinas do Tempo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992.
- CLASTRES, Hélène. *La Tierra sin Mal*. 2. ed. Tradução para o espanhol de Viviana Ackerman. Buenos Aires: Del Sol, 2007.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CORRÊA, Dora Shellard. *O Aldeamento de Itapeverica de fins do século XVII a 1828*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

- CORTELETTI, Rafael; DICKAU, Ruth; DEBLASIS, Paulo; IRIARTE, José. “Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands: starch grain and phytoliths analyses from the Bonin site, Urubici, Brazil”. *Journal of Archaeological Science*, n. 58. Elsevier B.V., 2015.
- CORTESÃO, Jaime. *A Fundação de São Paulo: capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.
- CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- COSTA, Iraci del Nero da. “Pesos e Medidas no Período Colonial Brasileiro: denominação e relações”. *Boletim de História Demográfica*, v. 1, n. 1. São Paulo: FEA-USP, 1994.
- COSTA, Lúcio. “A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 5. Rio de Janeiro, 1941.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Vingança e Temporalidade: os Tupinambás”. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 71. Paris, 1985.
- DANAGA, Amanda Cristina; PEGGION, Edmundo Antonio (Orgs.). *Povos Indígenas em São Paulo: novos olhares*. São Carlos: Ufscar, 2016.
- DIAS, Jefferson Luciano Zuch. *A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.
- ELLIS Jr., Alfredo. *Capítulos da História Social de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- ELLIS, Myriam. “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 1, t. 1 (“A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial”). 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- ESTENSORO, Juan Carlos. “O Símio de Deus”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FAUSTO, Carlos. *Os Índios antes do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Zahar, 2010.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERNANDES, Florestan. “Antecedentes Indígenas: organização social das tribos tupis”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 1, t. 1 (“A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial”). 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- FERNANDES, João Azevedo. *Selvagens Bebedeiras. Álcool, Embriaguez e Contatos Culturais no Brasil Colonial (XVI-XVII)*. São Paulo: Alameda, 2011.
- FERREIRA, Letícia dos Santos. *É Pedido, Não Tributo: o donativo para o casamento de Catarina de Bragança e a paz de Holanda (Portugal e Brasil, c. 1660-1725)*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. “O Terreiro das aldeias indígenas jesuíticas”. *Anais do IX Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Os oficiais mecânicos (artesãos) de Salvador e São Paulo no período colonial”. *Revista Barroco*, n. 17. São Paulo, 2002.
- FONSECA, Sônia Maria. *Formação para o trabalho manual no Brasil Colônia*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- FONTANA, Josep. *Historia: análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona: Crítica; Grijalbo, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

- FREITAS, Ludmila Gomide. *A Câmara Municipal da vila de São Paulo e a Escravidão Indígena no século XVII (1628-1696)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2006.
- FRENCH, John. “Riqueza, poder e mão de obra numa economia de subsistência: São Paulo, 1596-1625”. *Revista do Arquivo Municipal*, n. 195. São Paulo, 1982.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- GAMA, Ruy. *Engenho e Tecnologia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. “Invaded Societies: La Plata Basin (1535-1650)”. In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart (Ed.). *The Cambridge History of the Native People of the Americas*, v. 3, part 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- GLEZER, Raquel. *Chão de Terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.
- GODELIER, Maurice. *L'idéal et le matériel*. Pensée, économies, sociétés. Paris: Flammarion, 1984.
- GODOY, Silvana Alves de. “Elites na São Paulo seiscentista: o caso da família Fernandes”. In: FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos (Org.). *A Companhia de Jesus e os Índios*. Curitiba: Prismas, 2016.
- GODOY, Silvana Alves de. “Martim Afonso Tibiriçá: a nobreza indígena e seus descendentes nos campos de Piratininga no século XVI”. *Recôncavo*, v. 4, n. 7, 2014.
- GOENDER, Jacob. *O Escravidão Colonial*. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.
- GOENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.
- GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.
- GUEDES, Roberto. “Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (sécs. XVII-XIX)”. *Topoi*, v. 7, n. 13. São Paulo, 2006.
- HEMMING, John. “Os Índios do Brasil em 1500”. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*, v. 1 (“A América Latina Colonial”). 2. ed. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp; Brasília: FUNAG, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História: ensaios*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 1, t. 1 (A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A Fábrica de Ferro de Santo Amaro”. *Digesto Econômico*, n. 38. São Paulo, 1948.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Capelas Antigas de São Paulo”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 5. Rio de Janeiro, 1941.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 1. São Paulo, 1966.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão-duque Fernando I (1587-1609)”. *Revista de História*, n. 142-143. São Paulo, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio”. In: *Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. Transcrição de Martinho Johnson. São Paulo: O Mosteiro, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Expansão Paulista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Escritos Coligidos*, 2 vols. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Edunesp; Perseu Abramo, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 1, t. 1 (“A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial”). 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- HOLLER, Marcos. *Os jesuítas e a música no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

- KATINSKY, Julio Roberto. *Um guia para a História da Técnica no Brasil Colônia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- KEHL, Luiz Augusto. “Simbolismo e doutrina na fundação de São Paulo”. In: BUENO, Eduardo (Org.). *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- KOK, Glória. “A conquista dos índios na formação da Vila de São Paulo”. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *São Paulo: das tribos indígenas às tribos urbanas*. São Paulo: CIEE, 2013.
- KOK, Glória. “Índios ‘de ofício’ e ‘encapelados’ da capitania de São Vicente no século XVII”. In: FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos (Org.). *A Companhia de Jesus e os Índios*. Curitiba: Prismas, 2016.
- KOK, Glória. “Peregrinações, conflitos e identidades indígenas nas aldeias quinhentistas de São Paulo”. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, 2009.
- KOK, Glória. “Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa”. *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 2. São Paulo, 2009.
- KOK, Glória. *O Sertão Itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- LADEIRA, Maria Inês. “Yvy marãey; renovar o eterno”. *Suplemento Antropológico*, v. 34, n. 2. Asunción, 1999.
- LARA, Lucas. *A Música Instrumento: o padre Antônio Sepp, S.J., e as práticas musicais nas reduções jesuíticas (1691-1733)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos de Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- LE GOFF, Jacques. “Au Moyen Age: temps de l’Église et temps du marchand”. *Annales ESC*, 15^e année, n. 3. Paris, 1960.
- LE GOFF, Jacques. *Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- LEITE, Serafim. “Os Jesuítas na vila de São Paulo”. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 2, v. 21. São Paulo, 1936.
- LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*. Edição fac-similar. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2008.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- LEMONS, Carlos. “Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1 (“A Cidade Colonial”). São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Editora UNB; Paralelo 14, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70, 1978.
- LIMA, Igor Renato Machado de. “*Habitus*” no Sertão: gênero, economia e cultura indumentária na vila de São Paulo (1554-c.1650). Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- LIMA, Igor Renato Machado de. *O Fio e a Trama: trabalho e negócios femininos na vila de São Paulo (1554-1640)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- LOPES, Marcel. *Ocupação Tupinambá no Vale do Paraíba Paulista: vista a partir da análise do sítio arqueológico Santa Marina*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2014.
- LUÍS, Washington. *Na Capitania de São Vicente*. São Paulo: Livraria Martins, 1956.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Edusp, 2005.
- MacCORMACK, Sabine. “Ethnography in South America”. In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart. *The Cambridge History of the native peoples of the Americas*, v. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- MAESTRI, Mário. *Senhores do Litoral: conquista portuguesa e agonia Tupinambá no litoral brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade; UFRS, 1994.

- MAIA, Patrícia Albano. “Expansão territorial do Brasil colonial: o bandeirismo”. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1 (“Colônia e Império”). São Paulo: Edunesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.
- MANO, Marcel. “Os Guayaná e a história dos índios no interior paulista: Tupi ou Tapuia?”. In: DANAGA, Amanda Cristina; PEGGION, Edmundo Antonio (Orgs.). *Povos Indígenas em São Paulo: novos olhares*. São Carlos: Ufscar, 2016.
- MARANHO, Milena Fernandes. *A Opulência Relativizada: níveis de vida em São Paulo do século XVII (1648-1682)*. Bauru: Edusc, 2010.
- MARANHO, Milena Fernandes. *O Moinho e o Engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial Português 1580-1720*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- MARANHO, Milena Fernandes. *Vivendas Paulistas: padrões econômicos e sociais de vida em São Paulo de meados do século XVII (1648-1658)*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1998.
- MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil 1500-1580*. 2. ed. Tradução de Carlos Lacerda. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.
- MARCILIO, Maria Luiza. “A população paulistana ao longo dos 450 anos da Cidade”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1 (“A Cidade Colonial”). São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, 2 tomos. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*, 5 vols. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MAURO, Frédéric. “Pode-se falar de uma Indústria Brasileira na Época Colonial?”. *Estudos Econômicos*. n. 13 (especial). São Paulo, 1983.
- MAZZOLENI, Gilberto. *O Planeta Cultural: para uma antropologia histórica*. Tradução de Liliana Laganà e Hylío Laganà Fernandes. São Paulo: Edusp; Instituto Italiano di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1992.
- MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní Conquistado y reducido*. Ensayos de Etnohistoria. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología; Centro de Estudios Antropológicos; Universidad Católica, 1988.
- MELLO, Evaldo Cabral de. “Açúcar”. In: *A Construção do Brasil 1500-1825*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- MELLO E SOUZA, Laura. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In: NOVAIS, Fernando; MELLO E SOUZA, Laura (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*, v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MELLO E SOUZA, Laura. “O Nome do Brasil”. *Revista de História*, n. 145. São Paulo, 2001.
- MENDONÇA, Regina Kátia Rico Santos de. *Escravidão Indígena no Vale do Paraíba: exploração e conquista dos sertões da capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, século XVII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- MESGRAVIS, Laima. “De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica em São Paulo colonial”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1 (“A Cidade Colonial”). São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- METCALF, Alida. “Vila, reino e sertão no São Paulo colonial”. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (Org.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.
- MÉTRAUX, Alfred. “The Guaraní” e “The Tupinambá”. In: STEWARD, Julian H. *Handbook of South American Indians*, v. 3. New York: Cooper Square Publishers, 1963.
- MÉTRAUX, Alfred. “Un chapitre inédit du comosgraphe André Thevet sur la géographie et l'ethnographie du Brésil”. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 25, n. 1. Paris: 1933.
- MÉTRAUX, Alfred. *A civilização material das tribos Tupi-Guarani*. Campo Grande: Gráfica Editora Alvorada, 2012.

- MÉTRAUX, Alfred. *A Religião dos Tupinambá*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1979.
- MILHEIRA, Rafael Guedes. *Arqueologia Guarani na laguna dos Patos e serra do Sudeste*. Pelotas: Edufpel, 2014.
- MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: the place of sugar in Modern History*. New York: Penguin, 1985.
- MONTEIRO, John Manuel. “Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1 (“A Cidade Colonial”). São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MONTEIRO, John Manuel. “Escravidão Indígena e Despovoamento na América Portuguesa: São Paulo e Maranhão”. In: DIAS, Jill (Org.). *Brasil nas Vésperas do Mundo Moderno*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.
- MONTEIRO, John Manuel. “Labor Systems”. In: BULMER-THOMAS, Victor; COASTWORTH, John H.; CORTÉS CONDE, Roberto (Ed.). *The Cambridge Economic History of Latin America*, v. 1 (“The Colonial Era and the Short Nineteenth Century”). Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- MONTEIRO, John Manuel. “Os Guarani e o Brasil Meridional”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- MONTEIRO, John Manuel. “The crisis and transformations of invaded societies: coastal Brazil in the sixteenth century”. In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart (Eds.). *The Cambridge History of the Native People of the Americas*, v. 3, part 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MONTEIRO, John Manuel. “Vida e morte do índio: São Paulo colonial”. In: VÁRIOS AUTORES. *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu, 1984.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. *São Paulo in the Seventeenth Century: economy and society*. Tese de Doutorado. Illinois: University of Chicago, 1985.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência. Campinas: Unicamp, 2001.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América 1640-1720*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.
- MORAES, Camila Azevedo de. *Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- MORAES, Paulo Roberto. *Geografia Geral e do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Harbra, 2003.
- MORALES, Walter Fagundes. *Índios e Africanos na Jundiá Colonial*. Jundiá: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, 2002.
- MORENO FRAGINALS, Manuel. *O Engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*, 3 vols. São Paulo: Edunesp; Hucitec, 1989.
- MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- MUSSA, Alberto. *Meu Destino é Ser Onça: mito tupinambá restaurado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. “A Origem Indiana de um Mito do Brasil Colonial”. *Revista de Estudos Orientais*, n. 6. São Paulo, 2008.
- NEME, Mário. *Notas de Revisão da História de São Paulo*. São Paulo: Anhambi, 1959.
- NEUMANN, Eduardo. *O Trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata colonial 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- NEVES, Cylaine Maria das. *A Vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação*. São Paulo: Annablume, 2007.
- NEWSON, Linda A. “The Demographic Impact of Colonization”. In: BULMER-THOMAS, Victor; COASTWORTH, John H.; CORTÉS CONDE, Roberto (Ed.). *The Cambridge Economic History of Latin America*, v. 1 (“The Colonial Era and the Short Nineteenth Century”). Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- NIMUENDAJÚ, Curt. *Lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. Traduzido por Charlotte Emmerich e Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Hucitec, 1987.
- NOELLI, Francisco Silva. “Os Jês do Brasil Meridional e a Antiguidade da Agricultura: elementos da linguística, arqueologia e etnografia”. *Estudos Iberoamericanos*, n. XXII, v. 1. Rio Grande do Sul, 1996.
- NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1 (“Colônia e Império”). São Paulo: Edunesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.
- OHATA, Milton. *Pacto colonial e conjuntura atlântica*: São Paulo, século XVII. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- OVERTON, M. “Estimating crop yields from probate inventories”. *Journal of Economic History*, v. 39, n. 2. Cambridge, 1979.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Revolta Indígena no Engenho de Santana na Capitania de Ilhéus: o Atlântico Açucareiro e o trabalho indígena (1602)”. *Cadernos de História*, v. 16, n. 24. Belo Horizonte, 2015.
- PERALTA, Inez Garbuio. *O Caminho do Mar*: subsídios para a história de Cubatão. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, 1973.
- PERALTA, Inês Garbuio. “Caminhos do Mar”. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, v. 1 (“Colônia e Império”). São Paulo: Edunesp; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.
- PETRATTI-TEIXEIRA, Palmira. “Empreendedores na Cidade de São Paulo: dos primórdios aos grandes empresários”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1. A Cidade Colonial. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*: expansão e declínio. São Paulo: Difel, 1968.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.
- PIÑERO, Antonio Caballos. *Etnografía Guaraní en el Tesoro de Ruiz de Montoya*. Asunción: Cepag, 2013.
- POLASTRE, Claudia Aparecida. *A música na cidade de São Paulo, 1765-1822*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- POMPA, Cristina. “O Profetismo Tupi-Guarani: a construção de um objeto antropológico”. *Revista de Índias*, v. LXIV, n. 230. Madrid: 2004.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução*: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: Edusc; ANPOCS, 2003.
- PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1. (“A Cidade Colonial”). São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, Trabalho e Dominação Social*: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. Tradução de Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PREZIA, Benedito. “Os Indígenas do Planalto Paulista”. In: BUENO, Eduardo (Org.). *Os Nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- PREZIA, Benedito. *Os indígenas do planalto paulista*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2010.
- PREZIA, Benedito. *Os Tupi de Piratininga*: acolhida, resistência e colaboração. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros*: a pré-história do nosso país. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial”. *Anais do Museu Paulista*, v. 21. São Paulo, 1967.
- QUINTELA, Antón Corbacho. “O Topônimo “Goyaz””. *Signótica*, n. 15. Goiânia, 2003.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização*: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

- RAMOS, Artur. “Castigos de Escravos”. *Revista do Arquivo Municipal*, n. 47. São Paulo, 1938.
- RANIERI, Jesus. *A Câmara Escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- REIS, Nestor Goulart. *As Minas de Ouro e a formação das Capitâneas do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013.
- RIBEIRO, Fernando de Aguiar. *Vilas do Planalto Paulista: a criação de municípios na porção meridional da América Portuguesa*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. “Regional pottery-making groups in southern Brazil”. *Antiquity*, v. 72, n. 277. Durham, 1998.
- RODRIGUES, Leda Maria Pereira. “As Minas de ferro em Araçoiaba (São Paulo, séculos XVI-XVII-XVIII)”. *Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História*. Franca, 1966.
- RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. *O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XIX)*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- ROWER, Basílio. *A Ordem Franciscana no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1947.
- ROWER, Basílio. *Páginas de História Franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1957.
- RUIZ, Rafael. “Colonos e jesuítas no planalto”. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *São Paulo de todos os tempos*. São Paulo: CIEE, 2004.
- RUIZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2004.
- SAIA, Luís. *Morada Paulista*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- SALGUEIRO, Fernanda Elias Zaccarelli. *Defesa, Conversão e Vingança: a guerra justa contra ameríndios entre letrados e leis castelhanas (1492-1573)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart (Ed.). *The Cambridge History of the Native People of the Americas*, v. 3, part 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SANT’ANNA, Nuto. *Metrópole: histórias da cidade de São Paulo, também chamada São Paulo de Piratininga e São Paulo do Campo em tempos de El-Rei, o Cardeal Dom Henrique, da Dinastia de Avis*, v. 3. São Paulo: Departamento de Cultura, 1953.
- SANTOS, Cesar Augusto dos. *O Colégio de Piratininga: a influência da espiritualidade inaciana na fundação da cidade de São Paulo*. São Paulo: Loyola, 2007.
- SCHADEN, Egon. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Paulo: Edusp, 1974.
- SCHMIDT, Carlos Borges. “Apontamentos sobre o arado VIII: arado, trigo e cana”. *Diário de São Paulo*, 4ª seção – “Letras, Ciências e Artes”, 23/10/1960.
- SCHMIDT, Carlos Borges. *A Mandioca: contribuição para o conhecimento de sua origem*. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola, 1953.
- SCHMIDT, Carlos Borges. *Lavoura Caiçara*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1958.
- SCHMIDT, Carlos Borges. *O Milho e o Monjolo: aspectos da civilização do milho. Técnicas, utensílios e maquinaria tradicionais*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1967.
- SCHMIDT, Carlos Borges. *Técnicas Agrícolas Primitivas e Tradicionais*. Brasil: Conselho Federal de Cultura; Departamento de Assuntos Culturais, 1976.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, André Mansuy Diniz. “Introdução”. In: ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas (1711)*. Introdução e notas de Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007.
- SILVA, Elias. *Barueri: história revista e documentada 1560-1994*. São Paulo: Agência Barueri de Documentação, 1995.
- SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo: Moderna, 1984.
- SILVA, Janice Theodoro da; RUIZ, Rafael. “São Paulo, de vila a cidade: a fundação, o poder público e a vida política”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v. 1 (“A Cidade Colonial”). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Edunesp, 2009.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “São Vicente, capitania donatarial (1532-1709)”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Edunesp, 2009.
- SILVA, Valderez A. da. “Paulistas em movimento: bandeiras, monções e tropas”. In: VÁRIOS AUTORES. *Terra Paulista: histórias, arte, costumes - A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.
- SOARES, André Luís Ramos. “Horticultores Guaranis: modelos, problemáticas e perspectivas”. *Revista do CEPA*, v. 23, n. 30. Santa Cruz do Sul, 1999.
- SOARES, André Luís Ramos. *Guarani: organização social e arqueologia*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. “O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais”. *Horizontes Antropológicos*, n. 18. Porto Alegre: 2002.
- SPALDING, Karen. “The Colonial Indian: past and future research perspectives”. *Latin American Research Review*, v. 7, n. 1. United States, 1972.
- SPALDING, Karen. *De indio a campesino: cambios en la estructura social del Perú colonial*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974.
- SPOSITO, Fernanda. *Santos, Heróis ou Demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI-XVII)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- STEWART, Julian H. *Handbook of South American Indians*, v. 3. New York: Cooper Square Publishers, 1963.
- STOLS, Eddy. “Um dos primeiros documentos sobre o engenho dos Schetz em São Vicente”. *Revista de História*, n. 76. São Paulo, 1968.
- SUSNIK, Branislava. *Interpretación etnocultural de la complejidad sudamericana antigua*, v. 1. Asunción: Museo Etnográfico Andres Barbero, 1994.
- SUSNIK, Branislava. *Los Aborígenes del Paraguay*. Asunción: Museo Etnográfico Andres Barbero, 1983.
- SZTUTMAN, Renato. *O Profeta e o Principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. São Paulo: Edusp, 2012.
- TAUNAY, Affonso de E. *História Antiga da Abadia de São Paulo*. São Paulo: Typografia Ideal, 1927.
- TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*, 11 vols. São Paulo: H. L. Canton, 1924-1950.
- TAUNAY, Affonso de E. “Amador Bueno”. In: *Amador Bueno e outros ensaios*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1943.
- TERRAY, Emmanuel. “Une nouvelle anthropologie politique?”. *L'Homme*, t. 29 n. 110. Paris, 1989.
- TERRAY, Emmanuel. *O marxismo diante das sociedades primitivas*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- THOMPSON, Edward Palmer. “Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial”. In: THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. “Time, Work-Discipline, and Industrial Capitalism”. *Past & Present*, n. 38. Oxford, 1967.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TIBLE, Jean. *Marx Selvagem*. São Paulo: Annablume, 2013.
- TOMBA, Massimiliano. *Marx's Temporalities*. Traduzido ao inglês por Peter D. Thomas e Sara R. Farris. Boston: Brill, 2013.
- TOMIC, Dale W. *Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.
- TORRES, Francisco Rodrigues. *A Fazenda Geral dos Jesuítas e o monopólio da passagem do Cubatão 1553-1748*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- VÁRIOS AUTORES. *Exercícios de Metodologia da Pesquisa Histórica*. São Paulo: Casa & Palavras, 2015.
- VÁRIOS AUTORES. *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu, 1984.
- VÁRIOS AUTORES. *Terra Paulista: histórias, arte, costumes – A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.
- VELLOSO, Gustavo. “Índigenas, paulistas e o tempo do trabalho colonial: uma perspectiva de interpretação das relações de trabalho (São Paulo, século XVII)”. *Anais do II Congresso Internacional de História: Entre Europa, África e América - o Império português no Atlântico Sul, 2014, Goiânia. Entre Europa, África e América - o Império português no Atlântico Sul*. Goiânia: PUC-GO, 2014.
- VELLOSO, Gustavo. “Os Sentidos do Concreto: discussão conceitual e exercício de leitura documental”. In: VÁRIOS AUTORES. *Exercícios de Metodologia da Pesquisa Histórica*. São Paulo: Casa & Palavras, 2015.
- VERAZANI, Katiane Soares. *Assenhorear-se de terras indígenas: Barueri – sécs. XVI-XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no Império dos Felipes: conexões na América Meridional (1580-1640)*. São Paulo: Intermeios, 2014.
- VILARDAGA, José Carlos. “As controvertidas minas de São Paulo (1550-1650)”. *Varia História*, v. 29, n. 51. Belo Horizonte, 2013.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Entradas e Bandeiras*. 5. ed. São Paulo: Global, 1997.
- WARMAN, Arturo. *La historia de un bastardo: maíz y capitalismo*. México: FCE; UNAM, 1988.
- WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones guaraníes*. Buenos Ayres: SB, 2009.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo; SOUZA, Rafael de Abreu. *Sítio Arqueológico Pinheiros 2: Relatório Final*. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2012.
- ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma fábrica de ferro: morro de Araçoiaba, séculos XVI-XVIII*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- ZEQUINI, Anicleide. “A fundação de São Paulo e os primeiros paulistas: indígenas, europeus e mamelucos”. In: VÁRIOS AUTORES. *Terra Paulista: histórias, arte, costumes. A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.
- ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. “Antônio Vieira e os ‘escravos de condição’: os aldeamentos jesuítas no contexto das sociedades coloniais”. In: FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos (Org.). *A Companhia de Jesus e os Índios*. Curitiba: Prismas, 2016.
- ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. “A Ocidente do Ocidente: linhas e perspectivas em confronto”. *Revista de História*, n. 170. São Paulo, 2014.
- ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do Império português: discussões sobre o “bem comum” nas disputas de moradores e jesuítas pela administração dos índios*. Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de Fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011.
- ZERON, Carlos. “Mission et espace missionnaire: les bases matérielles de la conversion”. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, n. 169. Paris, 2015.
- ZERON, Carlos; VELLOSO, Gustavo. “Economia Cristã e Religiosa Política: O ‘Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo’, de Luigi Vincenzo Mamiani”. *História Unisinos*, v. 19, n. 2. São Leopoldo, 2015.

4. Instrumentos de Pesquisa

- ACAYABA, Marlene Milan (Coord.). *Equipamentos, Usos e Costumes da Casa Brasileira*, 5 vols. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001.
- AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (Coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo*. Catálogo 1 (1664-1830) e Catálogo 2 (1618-1823). Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial; Fapesp, 2000-2002.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
- BOSCHI, Caio C. *O Brasil-Colônia nos arquivos históricos de Portugal: roteiro sumário*. São Paulo: Alameda, 2011.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.
- HOUAISS, Antônio. “Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 3.0”.
- MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida (Org.). *Por Minha Letra e Sinal: documentos do Ouro do século XVII*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.
- MONTEIRO, John Manuel (Org.). *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros: acervos das capitais*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP; Fapesp, 1994.
- NAUD, Leda Maria Cardoso. “Documentos sobre o índio brasileiro (1500-1822)”, 2 vols. *Revista de informação legislativa*, vols. 7-8, n. 28-29. Brasília, 1970-1971.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. São Paulo: Global, 2013.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Método moderno de Tupi Antigo*. A língua do Brasil dos primeiros séculos. 3. ed. São Paulo: Global, 2005.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha; BELLOTO, Heloísa Liberalli; HUTTER, Lucy Maffei (Org.). *Catálogo dos Manuscritos da Coleção Alberto Lamego*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 2002.
- PORTA, Paula (Coord.). *Guia dos Documentos Históricos na Cidade de São Paulo, 1554-1594: documentação textual*. São Paulo: Hucitec, 1998.